



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**IMIGRANTES ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES NA
MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI: HISTÓRIA
AMBIENTAL E PRÁTICAS CULTURAIS**

Janaíne Trombini

Lajeado, dezembro de 2016

Janaíne Trombini

**IMIGRANTES ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES NA
MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI: HISTÓRIA
AMBIENTAL E PRÁTICAS CULTURAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário UNIVATES, como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque

Lajeado, dezembro de 2016

Janaína Trombini

**IMIGRANTES ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES NA
MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI: HISTÓRIA
AMBIENTAL E PRÁTICAS CULTURAIS**

A Banca Examinadora abaixo aprova a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento na área de concentração Espaço e Problemas Socioambientais.

Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque - orientador
Centro Universitário UNIVATES

Profa. Dra. Magarita Rosa Gaviria Mejía
Centro Universitário UNIVATES

Profa. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia
Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Prof. Dr. Marcos Gerhardt
Universidade Passo Fundo (UPF)

Lajeado, dezembro de 2016

À minha família, a base de tudo!!!

AGRADECIMENTOS

Sonhar, ter fé, acreditar e agradecer são palavras que fazem parte do meu cotidiano. Agradeço ao pai celeste por todas as coisas boas que vivenciei e as não boas que serviram de aprendizagem. Pela saúde, pelos momentos de estudo, pela oportunidade, pela determinação e pelas conquistas que surgiram durante a vida. Só tenho a agradecer pela força divina e proteção de todos os dias!!!

Em seguida, agradeço aos meus pais pelo exemplo de vida e educação, ao meu pai Joares por seu jeito durão, mas sempre se preocupando, a minha mãe Leda que desde pequena me instiga a estudar, ao meu irmão querido Leandro, aos quais desde o início renunciaram aos seus sonhos para que eu pudesse realizar o meu, partilho a alegria deste momento. Não existem palavras para escrever tudo o que me proporcionaram nestes anos de estudo e pesquisa. Em especial também minha tia Rita, segunda mãe, por sempre se preocupar e me ajudar em inúmeras situações. A outros familiares que sempre dispuseram-se a me auxiliar e colaborar desde a torcida para o egresso até a finalização do mestrado. Aos meus queridos nonos Baldoino e Tranquila (in memorian), os quais pude conviver ao amor incondicional eterno, e por me terem ensinado a simplicidade e a ajuda mútua. Que falta vocês me fazem! Nono Santo e nona Dora por ainda hoje estarem ao meu lado e poder contribuir com suas lindas histórias. À vocês minha descendência!

Queridos amigos pela força e incentivo de acreditar em mim e dizer muitas vezes: vai dar certo! Em especial Cuca, Bruna, Dani, Luana pelo apoio, ajuda, escuta...! Vocês foram diferenciais e essenciais! Como diz o velho ditado “Quem tem amigos verdadeiros tem tudo”, e a vocês que me acompanham há muito tempo lhes agradeço por toda ajuda e compreensão!

Ao meu professor e orientador Dr. Luís Fernando da Silva Laroque desde o tempo de bolsa pelo projeto com os indígenas Kaingang e pela disposição com o trabalho de conclusão do curso sobre o Fão que ainda hoje preza bons resultados. E agora na dissertação pelas boas orientações, conselhos, “desapaixonamentos”, as conversas e estímulo para a formação deste trabalho com os descendentes de italianos no Vale do Taquari. Por seu apoio e amizade, além de sua dedicação, competência e especial atenção nas revisões e sugestões, fatores fundamentais desta pesquisa.

Aos meus queridos colegas do mestrado pelas trocas de conhecimento nas disciplinas, viagens de estudo, conversas, jantãs, encontros pelos corredores, todos os momentos que tornaram a nossa turma a 10 do mestrado! Em especial a colega Fabiane da Silva Prestes por estar praticamente em todas as disciplinas e dias de convivência do mestrado me ajudando nas dificuldades, pelo auxílio, por fazer-me acreditar em muitas coisas nesta jornada. Você será sempre lembrada!

Meus colegas bolsistas do laboratório de diferentes projetos os que foram e que continuam pelos dias de trocas, amizade, amparo, pelo chimarrão diário, debates, enfim fatores que fizeram de nós um grupo! Em especial os colegas do Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural da Região do Vale do Taquari pelas inúmeras visitas às propriedades rurais de praticamente todos os municípios do Vale do Taquari adquirindo ainda mais entendimento sobre as populações que se encontram neste lugar. Agradeço-lhe a partilha de bons momentos, a ajuda e os estímulos nas alturas de desânimo, meu muito obrigado!

Nada seria possível nesta pesquisa sem os relatos e acolhimento dos produtores rurais descendentes de imigrantes italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari que se depuseram a contribuir a este estudo. Quero agradecer imensamente cada um pelas histórias, hospitalidade e cooperação com momentos que fizeram total diferença e agregaram ainda mais informações neste trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento que de uma forma ou outra contribuíram para a realização deste estudo. As professoras Margarita Rosa Gaviria Mejia e Vania Beatriz Merlotti Herédia que participaram da banca de qualificação, bem como o professor Marcos Gerhardt que juntamente os as professoras mencionadas aceitaram compor a banca de defesa. Obrigada a todos pelas contribuições e sugestões, que foram de total valia e extremamente significativas.

Ao projeto de pesquisa Desenvolvimento Econômico e Sociocultural da Região do Vale do Taquari, o qual esta pesquisa vincula-se e a coordenadora do projeto Júlia Elisabete Barden pela oportunidade de participação e apoio a este estudo. A UNIVATES pela oportunidade de adquirir mais conhecimento e a CAPES pelo apoio financeiro concedido para que este trabalho se concretizasse.

Uma palavra de reconhecimento muito especial para todos e pela forma como ao longo de todos estes anos, tão bem, souberam ajudar-me. Ninguém vive sozinho e as pessoas que contribuíram para tudo isso: MUITO OBRIGADA! Conseguir e compartilhar com todos é um sentimento ímpar!!!

*Quem somos nós, que estamos em
excesso, neste tempo em que não
acontece o que deveria acontecer?*

(Michel Foucault)

RESUMO

Os imigrantes italianos que chegaram a partir das últimas décadas do século XIX no Rio Grande do Sul atuaram com atividades agropecuárias situados na porção territorial na encosta superior do planalto, entre os vales do rio Caí e do rio das Antas. Após esta ocupação, os imigrantes italianos avançaram sobre novas terras e a partir do final da década de 1880, estabeleceram-se em áreas que posteriormente passaram a denominar-se Vale do Taquari. O trabalho tem como objetivo analisar aspectos relacionados à história ambiental e práticas culturais dos italianos e de seus descendentes na Microrregião Oeste da Região Vale do Taquari. A metodologia é qualitativa e os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica sobre a colonização italiana e o levantamento e análise de fontes documentais em Arquivos de Porto Alegre, Lajeado e Progresso. Também realizou-se pesquisa de campo e elaboração de diários, entrevistas com base na metodologia da História Oral e registros fotográficos com as famílias de produtores rurais descendentes de italianos dos municípios de Progresso, Pouso Novo, Travesseiro e Marques de Souza. Os resultados da pesquisa, tomando como base de análise teóricos da história ambiental, cultura e etnicidade, apontaram que os imigrantes italianos e seus descendentes, tanto em territórios do Rio Grande do Sul quanto da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, desde a ocupação inicial até a atualidade estabeleceram relações de maior ou menor impacto com o ambiente como é o caso do desmatamento, queimadas, rotação de terras e o uso de agrotóxicos para as atividades agropecuárias. Además, mantiveram e atualizaram elementos culturais italianos relacionados a agricultura, pecuária, alimentação, festividades, religiosidade e lazer.

Palavras-chaves: Italianos e seus descendentes. História ambiental. Cultura. Vale do Taquari.

ABSTRACT

The Italian immigrants who arrived in the last decades of the nineteenth century in Rio Grande do Sul worked with agricultural activities located in the territorial portion on the upper slopes of the plateau between the valleys of Caí River and the Antas River. After this occupation, the Italian immigrants moved into new lands and from the end of the 1880s, settled in areas that later came to be known as Vale do Taquari. This work aims to analyze aspects related to environmental history and cultural practices of the Italians and their descendants in the Microregion West of Region Taquari Valley. The methodology is qualitative and methodological procedures consisted of a literature review about the Italian colonization, the survey and analysis of documentary sources in Archives of Porto Alegre, Lajeado and Progresso. Also held field research and preparation of journals, interviews based on the methodology of Oral History and photographic records with the families of the Italian descendants farmers in the municipalities of Progresso, Pouso Novo, Travesseiro and Marques de Souza. The reaserch results, taking as basis of analysis, theorists of environmental history, culture and ethnicity, pointed out that the Italian immigrants and their descendants, both in Rio Grande do Sul territories as well as the Microregion West Taquari Valley, from the initial occupation to the present have been established relations of higher or lower impact on the environment such as deforestation, forest fires, land rotation and the use of pesticides for agricultural activities. Besides that, maintained and updated Italian cultural elements related to agriculture, livestock, food, festivities, religion and leisure.

Keywords: Italians and their descendants. Environmental history. Culture. Taquari Valley.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da colônia Guaporé	86
Figura 2 - Mapa da colonização do Vale do Taquari	89
Figura 3 - Microrregião Oeste do Vale do Taquari e as Companhias Colonizadoras	96
Figura 4 - Mapa da Microrregião Oeste e produtores pesquisados	99
Figura 5 - Mapa com possíveis expansões para a Microrregião Oeste do Vale do Taquari.....	102
Figura 6 - Instrumentos usados para exploração do mato e utensílios	105
Figura 7 - Panorama da cidade de Progresso.....	107
Figura 8 - Panorama da cidade de Marques de Souza	107
Figura 9 - Jogo de Mora.....	129
Figura 10 - Jogo de bochas	131
Figura 11 - Jogos de Carta	132
Figura 12 - Carrinho de lomba	135
Figura 13 - Capela São Judas Tadeu	139
Figura 14 - Capela Nossa Senhora de Lurdes	139
Figura 15 - Capitel Santa Rita Três Salto Médio	142
Figura 16 - Capitel Santo Antônio – Linha Santo Antônio	142
Figura 17 - Capitel São Roque Bela Vista do Fão	143
Figura 18 - Capitel Nossa Senhora de Lurdes Forqueta	143
Figura 19 - Gastronomia da tarde.....	148
Figura 20 - Alguns alimentos: torresmo e morcilha	148
Figura 21 - Horticultura	153
Figura 22 - Produção de melado	154

Figura 23 - Pequenos parreirais.....	154
Figura 24 - Produção de milho	163
Figura 25 - Produção de soja	163
Figura 26 - Carreteiro de mulas.....	177
Figura 27 - Pastagem e canteiro da silagem	181
Figura 28 - Mecanização: ordenhas	182
Figura 29 - Junta de bois.....	183
Figura 30 - Suínos de pequeno porte	187
Figura 31 - Suínos para produção integrada.....	187
Figura 32 - Avicultura para subsistência	189
Figura 33 - Avicultura para produção integrada	190
Figura 34 - Zeladoras das capelinhas nos festejos de 50 anos da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora/1989.....	197
Figura 35 - Gruta Nossa Senhora de Lurdes, Forqueta, Pouso Novo/RS.....	198
Figura 36 - Encontro Família Finatto no ano de 2013	202
Figura 37 - Encontros das Famílias: Bonacina, Brock, Basso, Feronatto	203

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entrada de imigrantes italianos em 1888	71
Tabela 2 - Ciclo de migração e surgimento de colônias	86
Tabela 3 - Mapa de alguns productos coloniaes exportados pelos principais portos do município: Lageado, S. Gabriel, Arroio do Meio e Encantado	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

E	entrevistado
EMATER	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA	Instituto Nacional de colonização e reforma agrária
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO E MÉTODO	29
2.1 Revisão da literatura	29
2.1.1 Perspectivas históricas, políticas, econômicas e ambientais envolvendo a imigração italiana no Rio Grande do Sul	30
2.1.2 Imigração italiana no Rio Grande do Sul e seus aspectos culturais	37
2.1.3 Imigração italiana no Vale do Taquari	42
2.2 Aportes teóricos.....	50
2.2.1 História ambiental	50
2.2.2 Aspectos culturais e etnicidade	53
2.2.3 Territorialidade e ambiente	57
2.3 Metodologia da pesquisa	60
3 A HISTÓRIA AMBIENTAL DOS IMIGRANTES ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES NO RIO GRANDE DO SUL, VALE DO TAQUARI E EM ESPAÇOS DA MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI	69
3.1 A chegada dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul e o contato com o mato.....	69
3.2 Os imigrantes italianos no Vale do Taquari	82
3.3 Os imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari	95
4 AS PRÁTICAS CULTURAIS DOS ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES EM ESPAÇOS TERRITORIAIS E SOCIAIS NO RIO GRANDE DO SUL E NA MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI	111
4.1 Práticas culturais dos italianos e seus descendentes em espaços do Rio Grande do Sul	111
4.2 As práticas culturais dos imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari	123
4.2.1 Os “mutirões” e expressões de solidariedade	123
4.2.2 Práticas de lazer: os jogos e as brincadeiras no cotidiano	128
4.2.3 A fé e o catolicismo como expressão religiosa	136

4.2.4 Gastronomia, filós e alguns pratos	144
5 RELAÇÕES ENTRE PRÁTICAS CULTURAIS E AMBIENTE DOS IMIGRANTES ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES NA MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI	156
5.1 O ambiente e as atividades agrícolas dos imigrantes italianos e seus descendentes.....	156
5.2 Atividades pecuaristas dos imigrantes italianos e seus descendentes	174
5.3 Festividades dos imigrantes italianos e seus descendentes em espaços da Microrregião Oeste do Vale do Taquari.....	191
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
REFERÊNCIAS	213
APÊNDICES	226
APÊNDICE A - Roteiro de bloco temático com questões semi estruturas para entrevistas	227
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)	228

1 INTRODUÇÃO

A temática da pesquisa, considerando o contexto da imigração italiana no Brasil, bem como tomando como pano de fundo o Rio Grande do Sul e a Região Vale do Taquari, investiga a história ambiental e as práticas culturais dos imigrantes italianos e de seus descendentes nos municípios de Progresso, Pouso Novo, Marques de Souza e Travesseiro, os quais constituem a Microrregião Oeste do Vale do Taquari.

Conforme o estudo de Iotti (1996), a imigração italiana que ocorreu desde o século XIX até século XX está diretamente ligada à expansão do capitalismo europeu e às transformações das estruturas políticas, econômicas e sociais vigentes na Europa. O fluxo imigratório italiano vinculou-se às mudanças estruturais principalmente em decorrência do capitalismo e às novas formas de produção que seriam adotadas.

A Itália foi um dos maiores exportadores de mão de obra barata no século XIX e prolongou-se por um período maior que os demais estados europeus. Este processo contribuiu para um equilíbrio socioeconômico da Itália e reduziu consideravelmente o excedente populacional. Devido à luta pela independência e unificação da Itália, muitos imigrantes não tinham condições de trabalho e procuravam terras abundantes e férteis (GOMES, 2008).

No século XIX, a questão sócio-política-econômica do norte da Itália passava por uma situação agrária insatisfatória para os proprietários que esperavam por uma reforma no campo, acarretando a ausência de oportunidades para a aquisição de terras e a crise gerada pela grande depressão. A miséria, ausência de terras, a falta de capital e de matéria prima foram os principais fatores que estimularam a emigração italiana para o Brasil (GIRON; HERÉDIA, 2007).

A região norte da Itália foi a região que forneceu o maior contingente de emigrantes para o Brasil. Entre 1876 a 1901 imigraram do reino italiano 5.792.546 pessoas, sendo a maioria de Piemonte e da região de Vêneto (HERÉDIA, 2004). Tratando-se da Itália, o envio de italianos para o Brasil resolveu questões políticas e econômicas, pois a empresa emigratória gerava lucros para as companhias de colonização e para os bancos. A venda de passagens, de alimentação e o auxílio para os parentes movimentavam a economia e proporcionavam melhorias sociais (GIRON; HERÉDIA, 2007).

O processo imigratório para o Brasil é orientado por dois propósitos: um oficial, sendo a *colonização*, que visava ocupar e povoar zonas até então desocupadas e distantes por estrangeiros, e o outro, particular, chamado de *imigração*, estimulado pelo governo que queria a obtenção de braço livre e interesses para a grande lavoura, como a mão de obra barata (BARROS; LANDO, 1996).

A vinda de imigrantes italianos relacionou-se à política de imigração e colonização do Governo Imperial brasileiro. Concomitante, a elite brasileira apoiava o sentido de branquear a população, que definia a qualidade do imigrante europeu como melhor para atender os interesses sociais (IOTTI, 1996). Por outro lado, é importante salientar que o Brasil tinha braços para dar continuidade às atividades produtivas com os nacionais livres e os escravos, muitos dos quais estavam sendo libertos. Contudo a opção foi poupar o investimento em escravos e o trabalho nacional para as funções essenciais, como as tarefas complementares ou perigosas (BEIGUELMAN, 1981).

A imigração italiana no Brasil também procurou visar atender as exigências históricas do capitalismo, indicando aos italianos duas direções: uma para São Paulo e outra para o Rio Grande do Sul. A imigração para o estado de São Paulo está relacionada às condições favoráveis à emergência do movimento abolicionista brasileiro, como é caso, por exemplo, em 1887, da insatisfação dos fazendeiros de Campinas com o tráfico negreiro, a morte de fazendeiros, as manifestações dos escravos e as fugas de muitos negros utilizados como trabalhadores escravizados (BEIGUELMAN, 1981).

Já no Rio Grande do Sul, a imigração foi estimulada para substituir diretamente os escravos nas estâncias ou em outras atividades, mas principalmente para estabelecerem-se como proprietários rurais. Embora os imigrantes não tenham vindo para trabalhar no lugar dos escravos, contribuíram para o fim do escravismo na medida em que foram ocupando terras

devolutas e produzindo seus gêneros (FÁVARO, 2006).

Tratando do Rio Grande do Sul, os imigrantes italianos chegaram a partir de meados da década de setenta do século XIX até início do século XX, com a proposta de trabalhar na agricultura e a promessa de um bom emprego. O estado oferecia boas condições de realizar uma política imigratória e tinha meios para começar o processo de receber, organizar e assentar as famílias nos lotes coloniais. As terras situavam-se na encosta superior da serra do nordeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, localizada entre as bacias dos rios Caí, Antas e Taquari, coberto de matas, com difícil acesso e exploração econômica.

A Lei de Terras de 1850 acarretou mudanças que favoreceram também a colonização italiana no Brasil, pois se as terras não fossem ocupadas deveriam voltar ao governo Imperial. Essas terras só poderiam ser adquiridas através da compra. A ocupação nas áreas agrícolas no Rio Grande do Sul obedecia a condições para a colonização: serem ocupadas por não escravos e transferidas aos colonos somente com a efetivação e aproveitamento das terras por cinco anos (FREITAS JÚNIOR, 1882).

Segundo esta lei de n. 601 de 18 de setembro de 1850:

[...] as terras devolutas no Imperio, e acerca das que são possuídas por titulos de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples titulos de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam ellas cedidas á titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colonias de nacionaes e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação estrangeira na fórma que se declara.

Outra lei relevante para a posse de terras é a Lei 504 de 30 de janeiro de 1854, Art. 64:

A medida que se for verificando a medição, e demarcação dos territorios, emq e devem ser divididas as terras devolutas, os Delegados do Director Geral das Terras Públicas remetterão ao dito Director os mappas da medição e demarcação de cada hum dos ditos territorios, acompanhados dos respectivos memoriaes, e de informação de todas as cirunstancias favoraveis, ou desfavoraveis ao territorio medido, e do valor de cada braça quadrada com atenção aos preços fixados no 2º do Artigo 14 da Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850.

No Brasil do século XIX, bem como na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o projeto envolvendo a colonização recorria a Companhias Públicas e Particulares no que se refere à distribuição ou comercialização de terras. Portanto até a metade do século XIX as terras eram estabelecidas pelo governo para instalação de estrangeiros, a fim de aumentar a lavoura e a população. A partir de 1850, com a Lei de Terras, as terras passaram a ser comercializadas por companhias oficiais ou particulares e tinham autorização para cultivar os

terrenos considerados baldios, devolutos ou abandonados (IOTTI, 2001).

As companhias particulares, em sua maioria, eram gerenciadas por descendentes de imigrantes europeus como alemães, italianos e portugueses e as oficiais eram comandadas pela província. A venda das terras era permitida e facilitada pela legislação republicana e não respeitava áreas florestais, tampouco reservas indígenas. Como existiam muitos compradores, as terras podiam ser compradas e vendidas, favorecendo a estrutura fundiária do estado (GIRON; CORSETTI, 1990).

De acordo com Giron e Herédia (2007), os italianos chegaram após 1870 em áreas da porção nordeste do território do Rio Grande do Sul, local caracterizado por uma abundância de mato, recebendo auxílio governamental, como alimentação, sementes e instrumentos agrícolas para, após, serem pagos junto com as terras adquiridas. As primeiras colônias oficiais fundadas no Rio Grande do Sul foram Conde d'Eu (1875), Dona Isabel (1875), Caxias (1875) e Silveira Martins (1887), que, segundo Manfroi (2001), são considerados os quatro centros principais da imigração italiana.

A partir de então, inicia-se um desenvolvimento econômico e sociocultural nas regiões ocupadas e cultivadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes. Entre 1875 e 1914 entraram no Rio Grande do Sul aproximadamente 76.168 imigrantes, os quais foram conduzidos para as terras próximas aos Campos de Cima da Serra, à Depressão Central e à Zona da Campanha. Conforme Frosi e Mioranza (1975), a distribuição dos movimentos e períodos da imigração italiana, iniciados em 1875 na região nordeste do Rio Grande do Sul, estenderam-se para outros territórios do nordeste do estado até 1892, com a fundação de outras colônias como Antônio Prado, Alfredo Chaves e Guaporé. Para além, outras migrações internas surgiram até 1910 com o expansionismo espontâneo para outras regiões do Rio Grande do Sul e outros estados como Santa Catarina e Paraná.

Segundo Costa (1986), o imigrante italiano veio em busca de terras para cultivo, mas ao chegar ao Brasil se depara com outra situação. O sonho de encontrar uma terra fértil se desfez quando o imigrante visualizou as regiões montanhosas e reduziu seus cultivos nas encostas das montanhas. Com o passar do tempo o imigrante italiano adaptou-se ao solo e cultivou a terra, introduzindo culturas perenes, como os parreirais.

No final do século XIX os imigrantes italianos adentraram no Vale do Taquari, vindos das antigas colônias situadas na região nordeste do Rio Grande do Sul, à procura de novas

terras para colonização (KARAM, 1992). Este processo culminou na formação étnica do Vale do Taquari, somando com outros grupos como indígenas Guarani e Kaingang, os portugueses no século XVII, os negros, os açorianos em fins do século XVIII, os alemães a partir de meados do século XIX e por último os italianos.

A ocupação deste vale tornou-se possível pela apropriação destes grupos étnicos e compra de terras por intermédio das companhias colonizadoras situadas na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas¹, no Vale do Taquari. Considerando estas informações, se insere a temática deste trabalho envolvendo os descendentes de imigrantes italianos na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, residentes nos municípios de Progresso, Pouso Novo, Travesseiro e Marques de Souza. A escolha desses municípios permite buscar novas informações para o entendimento dessas práticas devido à ocupação italiana na região do Vale do Taquari. Salienta-se ainda que entrecortando estes municípios, tem-se os rios Fão e Forqueta, que são afluentes da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas.

O território do Vale do Taquari trata-se de uma região situada na porção centro leste do Rio Grande do Sul, formada por 36 municípios, totalizando uma área de 4.821,1 Km², e encontra-se dividido em seis microrregiões: norte, sul, leste, oeste, centro e centro oeste. Em 2013, a Fundação de Economia e Estatística (FEE), estimou para a Região uma população de 334,438 habitantes (3,08% da população gaúcha), sendo a grande maioria descendente de alemães, italianos ou açorianos (FEE, 2015, texto digital).

As seis microrregiões do Vale do Taquari apresentam especificidades econômica e sociocultural, existindo desde pequenas propriedades rurais voltadas ao setor primário até áreas urbanizadas e industrializadas. As propriedades rurais do Vale do Taquari possuem em média 17 hectares e desenvolvem atividades da produção leiteira, suínos, agricultura, a criação de aves, a piscicultura, além de reflorestamento, produção de fumo, fruticultura, criação de gado de corte e fruticultura com percentuais menores (CYRNE, 2015).

A Microrregião Oeste do Vale do Taquari é composta pelos quatro municípios anteriormente citados, os quais possuem como atividade principal a agropecuária, como cultivo de milho, suinocultura, avicultura e a produção leiteira. As propriedades rurais desta

¹ O termo Bacia Hidrográfica conforme o estudo de Arruda (2001, p. 212) “Trata-se, então, de uma unidade de relevo, que possui uma delimitação física bastante precisa, determinada pelo sentido do fluxo das águas, superficiais e subterrâneas. Além disso, retemos da definição a ideia de autoajuste, no sentido de interconexão dos processos que ocorrem em uma determinada bacia de drenagem”.

Microrregião possuem aproximadamente 13 hectares e os produtores rurais descendentes de imigrantes italianos pesquisados, assim com seus antepassados, sempre trabalharam na agricultura. Estes imigrantes e seus descendentes da Microrregião Oeste mantiveram, como seus antepassados, relações com o ambiente, principalmente por desenvolverem suas práticas culturais.

As degradações ambientais voltadas para o progresso e desenvolvimento fez com que surgissem alterações ambientais como o desmatamento, degradação do solo, extinção de animais e assoreamento dos rios. Nesta perspectiva é que se inserem os estudos da história ambiental, que procura analisar as relações entre homens e ambiente, inseridos em seus territórios.

Além da relação com o meio ambiente e a degradação do mesmo, os imigrantes italianos e seus descendentes também continuaram a manter laços culturais e relações interpessoais dentro dos seus lotes coloniais. Desta forma, trouxeram e preservaram elementos culturais sobre este ambiente endereçando valores e ressignificações que configuraram em seu território, como a solidariedade, as formas de lazer, a religião e a gastronomia.

No decorrer desta pesquisa, conceitos ou definições como território, região, microrregião, meio ambiente, história ambiental, cultura, práticas culturais, produtor rural e pequena propriedade foram de fundamental relevância, portanto o sentido e/ou compreensão utilizados no trabalho são:

A definição de **território**, segundo para Cabral (2007, p. 151), na geografia tradicional remete à “[...] determinada porção da superfície terrestre que é apropriada e ocupada por um grupo humano, como um espaço concreto em si (com seus atributos naturais e sociais)”. Contudo, na geografia renovada, as concepções mais difundidas do território no século XX consistem na concretização da ação do homem no espaço e a apropriação sobre determinada área e espaço concreto entre si.

Segundo Moreira (2007), o conceito de **região**, a partir de indicadores econômicos e físicos tomados pelas escolas geográficas, é utilizado para demarcação de limites rigorosamente precisos de um espaço territorial. No entender de Haesbert (2010, p. 6) “a regionalização deve estar sempre articulada numa análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação que eles estabelecem, seja com a primeira, seja com a segunda”. Por isso, compreende-se região como um espaço onde pode-se fazer um recorte

para melhor situar-se e também orientar-se dentro dele, cabendo assim determiná-lo através dos processos globalizantes ou por situações sociais.

Microrregião, conforme IBGE (1990), compreende-se como um espaço de uma estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Expressa a divisão e organização do espaço regional a nível micro ou local.

Meio ambiente, segundo Coimbra (2002), é um conjunto de elementos abióticos (físicos e químicos) e bióticos (flora e fauna), organizados em diferentes ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente. O homem faz parte do meio em que está inserido e estabelece relações com os outros elementos naturais, resultando, de sua ocupação, várias degradações ambientais.

A **história ambiental** consiste em uma abordagem historiográfica que estuda a relação do homem com o ambiente, bem como investiga interações entre o sistema social – o homem, e o natural – meio ambiente (PÁDUA, 2010). Corroborando com isso, Worster (1991, p. 199) enfatiza:

Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e "supernatural", de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas.

Frente a isso, os novos estudos da história ambiental que abordam a relação entre homem e meio ambiente trazem a reflexão das consequências e impactos gerados por uma determinada sociedade no passar dos anos. Impactos estes, como o desmatamento e a poluição, ocasionados pelas atividades humanas.

A **cultura** trata-se de uma construção humana repleta de significados resultantes das interações entre os grupos sociais e também da relação e interrelações do homem com o meio ambiente em que se encontra inserido. Segundo Laraia (2008, p. 45), temos:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções.

As **práticas culturais** tratam-se de ações desenvolvidas por um grupo social no ambiente, as quais são interpretadas como características e/ou comportamentos dos indivíduos, mas que adquirem representação coletivamente (MOREIRA et al., 2013).

Vale salientar que **produtor rural** trata-se de uma definição que surgiu com a Lei 11.326, de julho de 2006, a qual considera:

“[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”.

No Brasil, segundo Altafin (2007), agricultores dedicados à produção de alimentos, por volta da primeira metade do século XX, passaram a ser chamados de camponês. Contudo, a partir da década de 1960, período em que a lógica desenvolvimentista intensificou-se sobre o campo, os agricultores e camponeses, passaram a ser denominados e classificados em pequeno, médio e grande produtor. Nos anos de 1970, a reintrodução de termos aos proprietários de pequenos lotes de terra passou a identificá-los como pequenos produtores rurais.

As **pequenas propriedades rurais** são áreas de terra compreendidas entre um e quatro módulos fiscais, conforme o tamanho do município. O módulo fiscal é expresso em hectares levando em conta o tipo de exploração predominante no município e a renda obtida no tipo de exploração (INCRA, 2016, texto digital). Neste sentido, a lei nº 11.382, de dezembro de 2006, Art. 647 nº. II normatiza que “[...] a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família”.

Sendo assim, a presente pesquisa insere-se na Linha de Pesquisa Espaços e Problemas Socioambientais do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) da Univates, que estuda as interações entre sociedade e natureza, ocupações humanas, implicações entre desenvolvimento, organizações produtivas e sociais, políticas públicas, saúde e ambiente, sustentabilidade e práticas culturais. Considerando esta linha de pesquisa, o estudo justifica-se pelo fato de articular a história ambiental e a cultura no que se refere às relações dos imigrantes italianos e seus descendentes com o meio ambiente em áreas da Microrregião Oeste do Vale do Taquari. Ou seja, a preparação da terra, o plantio e colheita, as práticas econômicas das famílias, as práticas de lazer, a religiosidade, a participação na comunidade e a gastronomia, se por um lado impactam no ambiente, por outro estão diretamente relacionadas às concepções culturais de produtores descendentes de italianos em questão.

Dentre as justificativas para o trabalho, aponta-se que há poucos trabalhos envolvendo a imigração italiana e seus descendentes no Vale do Taquari, principalmente na Microrregião Oeste. Dentre os trabalhos sobre a região do Vale do Taquari, de forma geral, pode-se apontar a dissertação de Cândida Zanetti com o título “Sabores e Saberes: Hábitos e práticas alimentares entre famílias rurais descendentes de imigrantes italianos na região do Vale do Taquari/RS” (2010), os artigos de Vanderliza Gomes e Luís Fernando da Silva Laroque “História e Cultura dos Italianos e seus descendentes: o costume do filó em localidades do Vale do Taquari/RS” (2010), bem como o de João Carlos Tedesco e Giovani Balbinot, intitulado “A colônia Guaporé, o porto fluvial de Muçum e as companhias de navegação: nordeste do RS – 1892-1950” (2015). Há também as monografias, como é o caso apenas dos trabalhos de Vanderliza Gomes “Os filós comunitários e a cultura italiana” (2008) e a de Marilei Cavaleti “Memória do Cotidiano Doméstico e do Trabalho entre Imigrantes Italianos de Progresso/RS (1912-1930)” (2004). Por último, tem-se algumas obras, mas de caráter regional, conforme é o caso do estudo de Gino Ferri “História do Rio Taquari-Antas” (1991) e de Elaine Maria Consoli Karam, com o título “Raízes da Colonização: em destaque a Colônia Guaporé e município de Dois Lajeados” (1992), os quais, respectivamente tratam do rio Taquari e de aspectos da região alta do Vale do Taquari.

Vale salientar que, como descendente de imigrantes italianos e moradora de município pertencente à Microrregião Oeste do Vale do Taquari, justifico o interesse em pesquisar elementos relacionados às questões ambientais e culturais dos imigrantes e seus descendentes nos territórios em questão. É também relevante informar que outro trabalho nesta linha de análise foi realizado no semestre B/2016, sobre a Microrregião Norte e Leste do Vale do Taquari, por uma aluna do curso de história da Univates, intitulado “Imigrantes Italianos e seus descendentes nas Microrregiões Norte e Leste do Vale do Taquari/RS e suas relações com a história ambiental”.

Sendo assim, vale salientar que os resultados da presente pesquisa constituem-se no primeiro trabalho em nível de mestrado sobre a história ambiental e que analisa práticas culturais envolvendo os descendentes italianos na Microrregião Oeste do Vale do Taquari. Portanto justifica-se a presente pesquisa, cujo enfoque é abordar tais questões, tanto no passado como na atualidade em áreas territoriais que compõem os municípios de Progresso, Pouso Novo, Travesseiro e Marques de Souza.

Com base no cenário apresentado, percebe-se que os imigrantes italianos e seus

descendentes, desde que se estabeleceram no Rio Grande do Sul, construíram relações de exploração econômica para com o meio ambiente e passaram a produzir nas áreas em que se instalaram determinados tipos de agricultura e pecuária, bem como projetaram sobre este ambiente a bagagem cultural que trouxeram. Deste modo, considerando o contexto da imigração italiana e dos seus descendentes no Rio Grande do Sul e mais precisamente para determinado espaço do Vale do Taquari, a problemática proposta é: Qual a relação dos imigrantes italianos e de seus descendentes com o meio ambiente no Rio Grande do Sul e na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, no final do século XIX e no decorrer do século XX? Há práticas culturais dos antepassados italianos que ainda permanecem nas famílias com descendência italiana nos municípios da Microrregião Oeste do Vale do Taquari?

Tratando-se da primeira problemática, a hipótese levantada é de que o meio ambiente para os imigrantes italianos e seus descendentes é fundamental para sobrevivência e sustentabilidade econômica, mas, mesmo com as legislações ambientais, ainda é pensado em termos utilitaristas e de exploração. Essa relação e utilização do meio em que vivem faz com que ocorram processos de degradação ambiental, como o corte de mato ou árvores para o desenvolvimento de suas atividades e a utilização de agrotóxicos em suas plantações. As atividades agropecuárias como criação de gado, avicultura e suinocultura podem prejudicar, com seus dejetos, o solo, a água e o ar e a frequência de plantações como o milho. Sendo assim, os descendentes de imigrantes de italianos desenvolveram suas atividades econômicas, culturais e sociais no Rio Grande do Sul e nos territórios que compreendem a Microrregião Oeste.

Uma segunda hipótese levantada é que as práticas culturais podem ser indicativas da manutenção da identidade e pertencimento, pois estão ligadas às condições de trabalho no campo, semelhante aos antepassados italianos no Rio Grande do Sul, e são elementos norteados envolvendo terra e família. Com relação a isto, embora com transformações e atualizações, há vários traços culturais que continuam presentes no cotidiano, tais como na alimentação, momentos de lazer e celebrações religiosas.

O objetivo geral do estudo, considerando o contexto da imigração italiana no Rio Grande do Sul e a Microrregião Oeste do Vale do Taquari, consiste em analisar aspectos relacionados à história ambiental e práticas culturais dos italianos e de seus descendentes em territórios dos atuais municípios de Progresso, Pouso Novo, Marques de Souza e Travesseiro. Nesse sentido, a partir do foco principal da pesquisa, propôs-se como objetivos específicos:

- a) Contextualizar a colonização italiana no Rio Grande do Sul e na Microrregião Oeste do Vale do Taquari;
- b) Analisar a história ambiental na presença dos italianos e de seus descendentes em espaços da Microrregião Oeste do Vale do Taquari;
- c) Identificar as práticas culturais italianas que permanecem e/ou reatualizaram-se entre descendentes de italianos nos municípios de Progresso, Pouso Novo, Travesseiro e Marques de Souza;
- d) Relacionar as práticas da cultura italiana e de seus descendentes com o ambiente, no que diz respeito às atividades agropecuárias e às festividades no Rio Grande do Sul, Vale do Taquari e na Microrregião Oeste do Vale do Taquari.

Para tanto, a metodologia deste estudo foi qualitativa e com o método de história oral com nove famílias de produtores rurais descendentes de italianos, nos quatro municípios pesquisados. Atualmente, os produtores que se inserem neste estudo são descendentes de famílias que há duas ou três gerações vivem na região. Grosso modo, os homens têm aproximadamente 68 anos de idade e as mulheres uma média 60 anos. Os produtores rurais da Microrregião Oeste possuem em média três filhos; a maioria dos interlocutores tem uma escolaridade com ensino fundamental incompleto e é católica. Para resolver as problemáticas e objetivos propostos articulou-se informações das memórias destes produtores descendentes de italianos, colhidas por meio da história oral como os dados bibliográficos e documentais, os quais vão compor os capítulos do trabalho.

Esta Dissertação está composta por cinco capítulos, dentre os quais se encontram a introdução e considerações finais. Na introdução será abordada historicamente a emigração dos italianos desde a saída da região norte da Itália e os principais motivos que os levaram a migrarem para o Brasil e para o Rio Grande do Sul. Na sequência, serão abordadas as questões políticas de inserção destes primeiros imigrantes em terras destinadas a eles e o contato com o ambiente. Apresenta-se também a justificativa para o estudo, a problemática e hipóteses, o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa, bem como o título de cada capítulo acompanhado do que será tratado em cada um.

O segundo capítulo “Fundamentação teórica e Método”, inicialmente apresenta os aportes teóricos e bibliográficos, fontes documentais e orais da pesquisa. Logo a seguir, será

abordado o método de pesquisa, evidenciando as etapas da mesma e os procedimentos metodológicos utilizados para a análise dos dados coletados.

No terceiro capítulo, “A história ambiental dos imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul, Vale do Taquari e em espaços da Microrregião Oeste do Vale do Taquari”, será referida a história ambiental dos imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul, no Vale do Taquari e principalmente na Microrregião Oeste. Com vistas a entender os primeiros contatos com o “mato”, contextualizou-se a chegada dos imigrantes italianos em territórios do Rio Grande do Sul e, posteriormente, com a migração interna para o Vale do Taquari e aos municípios de Progresso, Pouso Novo, Travesseiro e Marques de Souza no final do século XIX.

No quarto capítulo, “As práticas culturais dos italianos e seus descendentes em espaços territoriais e sociais no Rio Grande do Sul e na Microrregião Oeste do Vale do Taquari”, são abordados os elementos culturais dos imigrantes italianos e seus descendentes, desde a chegada ao Rio Grande do Sul, no Vale do Taquari e em territórios da Microrregião Oeste, manifestada pelos laços comunitários com a presença da solidariedade, religiosidade, práticas de lazer e gastronomia. Estas práticas culturais foram permanecidas pelos imigrantes italianos e seus descendentes, com seus familiares e outras famílias próximas dentro de sua comunidade.

O quinto capítulo, “Relações entre práticas culturais e ambiente dos imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari”, apresenta relações entre ambiente e práticas culturais que influenciaram para a continuidade das atividades agropecuárias e as festividades, seguidas pelos imigrantes italianos e seus descendentes. As formas de como continuaram a agropecuária faziam parte do seu processo cultural e desenvolveu-se principalmente para o sustento da família e a economia regional. As festividades dos imigrantes italianos e seus descendentes relacionam-se aos seus costumes, como as festas religiosas e de cunho familiar.

As análises decorrentes da pesquisa que foi realizada são sintetizadas nas considerações finais, apontando que os produtores rurais descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, assim como seus antecedentes, realizaram atividades agropecuárias de maior ou menos impacto ao meio ambiente e continuaram com seus costumes e tradições em territórios do Rio Grande do Sul. Por fim, listou-se as referências

teóricas, bibliográficas, documentais e as entrevistas e diários de campo, bem como os apêndices que contemplam o termo TCLE e os blocos de questões semiestruturadas para as entrevistas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E MÉTODO

Neste capítulo serão abordadas questões que foram utilizadas para a realização deste estudo. Inicialmente contemplam-se as referências bibliográficas de autores que estudam, principalmente, aportes sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do século XX, e também sobre cultura, ambiente, espaço e território relacionado à colonização italiana. Detêm-se ainda a elementos sobre história, ambiente e cultura no levantamento de trabalhos sobre os imigrantes italianos e seus descendentes no Vale do Taquari, bem como o cenário de pesquisa, que é a Microrregião Oeste do Vale do Taquari. A seguir, são apresentados os procedimentos metodológicos das informações relativas à realização da pesquisa. Serão informados o modo de abordagem e o método utilizado, como ocorreu a coleta de dados e a análise dessas informações, quais instrumentos e técnicas foram utilizadas, bem como os critérios éticos da investigação em questão.

2.1 Revisão da literatura

Inicialmente, apresenta-se um levantamento de trabalhos de autores que estudam a imigração italiana no Rio Grande do Sul, do século XIX até o início do século XX, e que tratam, de alguma forma, da história ambiental. Na sequência, faz-se o mesmo, mas com trabalhos de autores que abordam aspectos culturais dos italianos e seus descendentes. Por fim, trata-se da imigração italiana e de seus descendentes no Vale do Taquari, mais precisamente na Microrregião Oeste do mesmo.

2.1.1 Perspectivas históricas, políticas, econômicas e ambientais envolvendo a imigração italiana no Rio Grande do Sul

O livro “Imigração Italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira” (1975), de autoria de Vitalina Maria Frosi e Ciro Mioranza, aborda a imigração italiana, trazendo questões político-econômicas que surgiram na Itália no século XIX e que, conseqüentemente, levaram correntes migratórias para o Brasil. As autoras enfatizam a distribuição territorial dos imigrantes italianos no Brasil e no Rio Grande do Sul, destacando as correntes migratórias internas até chegar à região nordeste deste território. A leitura do livro possibilita compreender a formação das comunidades e a divisão das colônias destinadas para os imigrantes italianos. Os autores também apresentam mapas e tabelas, facilitando a compreensão da formação da colonização no Rio Grande do Sul, sobretudo na região nordeste.

A obra “A vida nas colônias Italianas” (1979), de Antônio Ducatti Neto, elenca fatos e acontecimentos da vida do autor às margens do rio das Antas, até sua permanência na cidade de Porto Alegre. No decorrer de seu livro, o autor escreve como era a vida nas colônias italianas, relativas à vivência familiar e organização social, a relação nos espaços onde viviam, o trabalho no campo, os lazeres e a religião. Através da leitura desta obra, é possível verificar muitos aspectos socioculturais dos imigrantes italianos em territórios do rio das Antas, Erechim, São Valentim e Porto Alegre.

Já no livro “Os italianos do Rio Grande do Sul” (1982) de Luis A. de Boni e Rovílio Costa, os autores relatam a história dos imigrantes italianos desde a Itália até a chegada ao Brasil e Rio Grande do Sul. Os autores abordam com muitos detalhes, as mudanças, dificuldades e aperfeiçoamentos necessários para a vivência em terras sulinas. Neste livro, precisamente os capítulos 11 e 12, tratam de aspectos relacionados à vida rural e agrária, cultura, práticas diárias, religião, educação, alimentação, relação com o meio ambiente, entre outros.

Na obra “Imigração Italiana no Rio Grande do Sul” (1986) de Rovílio Costa, o autor enfatiza os antecedentes da Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul até a organização social desta etnia nas colônias onde se estabeleceram. Por ocasião da comemoração do centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, em 1975, a obra apresenta relatos sobre a vida e costumes na colônia italiana, pelos imigrantes italianos e seus descendentes na

Antiga Colônia de Alfredo Chaves.

As dificuldades encontradas pelos imigrantes italianos e seus descendentes foram muitas em aspectos relacionados ao acesso em seus lotes, construções das primeiras moradias, instalações e a constituição familiar. De fato, a vinda dos imigrantes italianos passou por uma série de dificuldades desde sua saída dos portos italianos. Ao chegar ao Brasil, o autor destaca que os imigrantes italianos efetivaram migrações internas, apresentando os principais núcleos italianos em territórios brasileiros. Desembarcam nos portos e foram destinados aos seus lotes, indo, na maioria das vezes, em navios pelos rios Jacuí e Taquari e chegando em terra, iam a pé ou a cavalo por pequenas estradas. Através desta obra, é possível constatar as primeiras relações que os imigrantes italianos tiveram com o ambiente, no sentido de superar os obstáculos do meio para chegar aos lotes destinados a eles.

O livro “RS: Agropecuária colonial e industrialização” de Sandra Jatahy Pesavento (1983), aborda as principais atividades relacionadas à agropecuária colonial e à industrialização do Rio Grande de Sul no século XX. O primeiro capítulo aborda a produção vinícola, o segundo a suinocultura e a produção de banha, o terceiro a indústria de cerveja, o quarto a indústria de farinha de trigo e por último a produção de fumo. Nos capítulos são caracterizadas as formas de produção e a inserção no processo da industrialização. Os produtos agropecuários destinados para a industrialização eram produzidos pelas famílias da zona colonial, entre eles os imigrantes italianos e seus descendentes.

A obra “Imigração Italiana no Rio Grande do Sul: Fontes Históricas” (1988), coordenada por Rovílio Costa e Itálico José Marcon, apresenta um mapeamento geral das publicações sobre Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, incluindo livros, jornais, teses, monografias, folhetos e materiais inéditos. Neste estudo, o pesquisador encontra um breve resumo de assuntos e autores que contemplam a imigração italiana e as fontes históricas para isto. Vale salientar que esta obra faz um aparato geral de todas as obras já publicadas sobre a Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.

Outra obra que contempla informações sobre a emigração da Itália para o sul do Brasil, é “Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil” (1988), de Ângelo Trento. Inicialmente, o autor relata os principais motivos que levaram os imigrantes a virem ao Brasil, tais como as leis de transporte gratuito, prêmios aos agentes de imigração, o aumento populacional, propaganda do Brasil na Europa, entre outros. Na sequência são

abordadas as dificuldades passadas pelos imigrantes durante o percurso dos navios até chegarem ao Brasil.

O autor discute dados significativos sobre aspectos políticos e históricos das Províncias da região sul do Brasil em relação à imigração italiana. No trabalho, são informados os locais da Itália de onde vieram os imigrantes e tabelas com o local da chegada ao sul do Brasil, sobretudo o Rio Grande do Sul, bem como o tamanho das propriedades.

O livro “Far la América: a presença italiana no Rio Grande do Sul” (1991), de Luís de Boni e Rovílio Costa, retrata com textos e imagens a presença italiana em espaços sulinos, bem como em sua áreas de origem na Europa. Também são apresentadas as famílias italianas fundadoras das antigas colônias, como Dona Isabel, Antônio Prado e Caxias, e, também, as fundadas a partir de 1888, como Alfredo Chaves, Jaguari e Guaporé. Os autores ainda abordam questões da colonização italiana no Rio Grande do Sul relacionadas à posse da terra, as dificuldades de acesso, o trabalho familiar, a sociedade italiana, a religião, a arquitetura, a culinária, os casamentos, os meios de transporte, os jogos e o artesanato.

Também contribui para o estudo, a obra “RS: imigração e colonização” (1996), organizada por José Hildebrando Dacanal e Sergius Conzaga, em que se destaca o artigo “A imigração italiana no RS e seus fatores determinantes”, de autoria de Loraine Slomp Giron. A autora enfatiza a vinda dos imigrantes italianos para o Brasil, em decorrência da expansão do capitalismo. Também é apresentado um breve relato sobre o Rio Grande do Sul e sua colonização, destacando as colônias em que os italianos foram direcionados, as dificuldades de se instalarem nessas terras e a relação da imigração italiana com o espaço onde viviam. O referido estudo abrange muitos aspectos históricos e fatores determinantes para melhor compreender a imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Outro artigo deste livro é “Capitalismo e Colonização – os alemães no Rio Grande do Sul” (1996), de autoria de Aldair Lando e Eliane Barros. O referido artigo aborda a imigração dos europeus para o Brasil no início do século XIX e seus principais fatores, como a escravidão e a questão político-econômica da Europa. A leitura deste estudo propiciou um melhor entendimento sobre a imigração europeia no Brasil e também contribuiu para análise dos conceitos de colonização e imigração.

Também encontra-se neste livro o artigo “Cantineiros e Colonos: a indústria de vinho no Rio Grande do Sul” (1996), de José Vicente Tavares dos Santos. O autor aborda o

desenvolvimento capitalista e a colonização italiana no Rio Grande do Sul. O campesinato dos imigrantes italianos proporcionou aos pequenos viticultores a possibilidade de se tornarem proprietários da indústria do vinho, principalmente na serra gaúcha. O autor considera a relação entre a produção colonial e o capital, pois o colono imigrante italiano vendia o excedente agrícola e artesanal dos fatores de produção de subsistência para o comerciante. Assim, o vinho produzido inicialmente para o consumo familiar, foi também fabricado e inserido no mercado regional e tornou-se fonte de renda para as famílias italianas. O mesmo precedeu-se no Vale do Taquari e na Microrregião Oeste, onde a uva continua presente em algumas propriedades dos italianos e seus descendentes para a produção de vinho e a subsistência.

Na obra “Povoadores das colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado” (1997), organizada por Rovílio Costa, Stella Borges, Mário Gardellin e Paulo Bortolazzo, trata-se dos imigrantes italianos que ocuparam os territórios que abrangem as colônias de Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado. O estudo contempla pesquisas em paróquias sobre a sociedade italiana católica, envolvendo elementos da vida espiritual dos imigrantes nas colônias italianas no Rio Grande do Sul. Esta obra torna-se importante para este estudo porque traz apontamentos desde a chegada de muitas famílias nas colônias de Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado, o que aproxima-se do objeto de pesquisa, pois muitos imigrantes da Microrregião Oeste do Vale do Taquari são oriundos destes territórios.

No que tange a Encantado, município do Vale do Taquari, é possível observar a fundação da colônia e a chegada das primeiras famílias em seu território, com dados históricos e geográficos. Também são registradas nessa obra, algumas considerações sobre o contato com o ambiente e as dificuldades quando estes imigrantes chegaram a suas terras. Outros núcleos italianos que são registrados nesta obra, que envolve o Vale do Taquari, são os municípios de Roca Sales, Arroio do Meio, Lajeado, Dois Lajeados, Muçum, Encantado, Anta Gorda, Putinga, Nova Bréscia e Fão, com dados referentes à sociedade e à participação religiosa com a construção de igrejas, santos padroeiros, entre outros.

No livro “A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais” (2001), de Olívio Manfroi, existem capítulos que falam sobre o Brasil e a Colonização Européia no século XIX, desde as origens econômicas e políticas de colonização até a colonização Italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). O autor apresenta uma análise das colônias no Rio grande do Sul de 1875 até 1914, abordando aspectos políticos da

colonização e as características das colônias de Caxias, Conde d'Eu, Princesa Isabel e Silveira Martins, bem como de outras colônias no Rio Grande do Sul. A obra aborda ainda aspectos históricos, e, na parte final, vêm à tona elementos socioculturais das colônias do Rio Grande do Sul, desde o início da vida nas colônias, a integração social com outros grupos e identificação cultural dos imigrantes italianos. Para isto, baseou-se nesta obra sobre a questão religiosa e a construções das igrejas, como elementos culturais italianos.

O artigo “A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul” (2001), de Vânia Herédia aborda elementos do processo de colonização no Rio Grande do Sul. Entre esses elementos, a autora destaca a política imperial de povoamento, o regime da pequena propriedade e a economia agrícola, que juntos favoreciam o desenvolvimento econômico brasileiro. A autora enfatiza a formação da zona de colonização italiana através da estrutura e a ocupação das terras pelos imigrantes italianos; os quais foram sustentados para a instalação dos estabelecimentos agrícolas e seus principais produtos, como o milho, trigo, cevada, feijão, entre outros. O artigo também apresenta as dificuldades encontradas pelos imigrantes italianos quando chegaram em suas terras e as técnicas de exploração para sobrevivência.

Serviu, também, como aporte teórico, o artigo “A eco-história da colonização italiana no Rio Grande do Sul” (2004), de Juliana Bublitz, em que é apresentada uma análise da colonização italiana no Rio Grande do Sul, suas contribuições para o desenvolvimento econômico, bem como a degradação nos espaços colonizados por esses imigrantes. Os italianos têm a importância na modernização da agricultura e indústria do Rio Grande do Sul, mas também acarretaram significativo impacto na destruição da vegetação e biodiversidade. A autora ainda analisa a historiografia que discorre sobre a colonização italiana e sua relação cultural com a natureza: envolvendo matas, derrubadas, animais e imaginário religioso. Este artigo possibilita uma reflexão sobre o homem e ambiente, e, portanto a história ambiental deste grupo.

Outro artigo, também sobre história ambiental, é “Imagens, natureza e colonização no Sul do Brasil” (2005), de Marcos Gerhardt. O autor aborda a colônia Ijuí durante o século XIX e XX e a devastação da paisagem gerada pelo imigrante nas atividades agropecuárias. No estudo, foram analisadas as mudanças produzidas no ambiente coberto pelo mato, tais como o abate de animais e os cultivos da comunidade. O mato e sua biodiversidade eram considerados, pelos imigrantes, um empecilho para a agricultura, o que levou a introduzirem

instrumentos para o desmatamento. Ao mesmo tempo, os colonos imigrantes obtinham do ambiente o necessário para sobreviver e a ideia de humanização deste ambiente com bens naturais, entendidos como disponíveis.

Outro estudo deste autor, relativo à história ambiental e à imigração, é “História ambiental, colonização e genealogia” (2014), no qual Gerhardt apresenta as transformações ambientais, como o desmatamento, geradas por famílias de imigrantes nos séculos XIX e XX. As condições ambientais desta época estão entre as razões da imigração para o sul do Brasil, oferecido pela grande biodiversidade. O estudo contempla-se com a genealogia da família de imigrantes alemães Gerhardt, desde sua saída da Alemanha, perpassando São Leopoldo, o Vale do Taquari e Ijuí, relatando a presença e o trabalho dos colonos que interagem com outros grupos sociais e que provocaram transformações socioambientais.

Do livro “Império, Volume II – Coleção História do Rio Grande do Sul” (2006), organizado por Nelson Boeira e Tau Golin, no capítulo XIII, enfatiza-se o artigo de Cleci Eulália Favaro, “Italianos: entre a realidade e o discurso”. A autora apresenta fatores relevantes para a vinda dos italianos para o Brasil, as primeiras dificuldades e o fator determinante que consistiu na promessa da posse de terras. A autora também salienta a importância da religião católica e da igreja na vida dos colonos italianos. Sendo assim, através deste estudo, pôde-se destacar as dificuldades encontradas pelos imigrantes italianos em suas colônias e o surgimento dos primeiros núcleos populacionais.

Há também a obra “Terra de Promissão: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul” (2006), dos autores Sílvio Marcus de Souza Correa e Juliana Bublitz, que trata sobre a história ambiental no Rio Grande do Sul. Os autores contemplam, além dos imigrantes italianos, os açorianos, alemães, judeus e os impactos ambientais acarretados por cada um destes grupos no Rio Grande do Sul. Portanto, este trabalho é relevante para analisar a relação da História Ambiental, principalmente dos imigrantes italianos.

No livro “História da imigração italiana no Rio Grande do Sul” (2007), as autoras Loraine Slomp Giron e Vânia Herédia tratam sobre a historiografia da imigração e colonização italiana. As autoras pontuam um fator determinante da emigração italiana para o Brasil, que consiste no difícil acesso à terra, pois os grandes proprietários raramente se desfaziam do que possuíam.

Os rios navegáveis do Rio Grande do Sul, como Caí, Taquari e dos Sinos constituíam

passagem obrigatória dos imigrantes que começavam a chegar em grandes levas a partir de 1875. Até o ano de 1915 foram fundadas as colônias de Caxias, Dona Isabel, Conde D'Eu, Antônio Prado Alfredo Chaves, Guaporé, Silveira Martins, Guarani, Ijuí, Erechim e Santa Rosa, formando, a partir destes núcleos, um ciclo de migrações internas à procura por novas terras a serem colonizadas pelos imigrantes italianos. No decorrer do livro é abordada a economia regional produzida nos lotes coloniais, a rotação de terras e o cultivo de milho, trigo e uva. Há também o comércio, indústria, mercado e as atividades culturais voltadas para a religião, que ocorriam em capelas e igrejas das comunidades.

Na tese “Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul” (2010), Juliana Bublitz apresenta uma revisão histórica da colonização alemã e italiana no século XIX, a partir da perspectiva da história ambiental. Além de examinar a degradação do espaço vivido na floresta subtropical, vista pelos colonos como uma *fronteira verde* e inesgotável, ela também aborda o sistema produtivo e as formas de organização social na nova terra. No capítulo 3 do trabalho “O Rio Grande das matas e a colonização italiana: o avanço rumo à serra”, é apresentada a colonização italiana na região mais alta do Rio Grande do Sul, o domínio da floresta das Araucárias e sua relação com o meio ambiente. Semelhante ao artigo também apresentado, este trabalho reúne informações relevantes no que diz respeito à história ambiental dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, as quais são significativas para este trabalho.

O artigo “Imigração e Poder: A Palavra Oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)” (2010), de Luiza Horn Iotti, faz destaque à vinda dos italianos para o Rio Grande do Sul e à política provincial em medir, demarcar, levantar mapas e distribuir os lotes. Já em 1854 as terras podiam ser vendidas à vista ou a crédito, tornando esse empreendimento colonial lucrativo. Em 1882 foi criado e regulamentado o imposto colonial a ser pago pelos proprietários das terras de muitos distritos. Além de tudo, o governo imperial brasileiro tinha como objetivo importar mão de obra europeia e vender as terras devolutas do império, visando aumento populacional e agrícola. A autora destaca a instalação dos imigrantes italianos em suas terras, as dificuldades encontradas e formas de vivência nelas.

As obras mencionadas anteriormente, tais como Frozi e Mironza (1975), Ducatti Neto (1979), Pesavento (1983), Trento (1988), De Boni e Costa (1982), De Boni e Costa (1991), Giron (1996), Lando e Barros (1996), Santos (1996), Costa et. al. (1997), Herédia (2001),

Manfroi (2001), Fávoro (2006) e Giron e Herédia (2007) tratam de questões históricas, políticas e econômicas dos imigrantes italianos e seus descendentes. Obras como Ducatti Neto (1979), De Boni e Costa (1982) e De Boni e Costa (1991), por exemplo, foram analisadas por um olhar mais crítico por partirem de memórias idealizadas e escritas por descendentes de italianos. Ou seja, muitas vezes a ideia etnocêntrica de autores diretamente vinculados ao contexto de imigrantes e de descendentes italianos remete informações que devem ser reinterpretadas, às quais, até onde possível, procura-se se ater no decorrer da dissertação.

Vale salientar que este conjunto de estudo possibilitou uma melhor compreensão sobre a história, política, economia dos imigrantes italianos e, também, da situação da Itália e do Brasil no final do século XIX, principais fatores políticos e sociais que favorecem a imigração, entre outros aspectos da imigração italiana no Rio Grande do Sul que serão abordados principalmente no capítulo 3.

Sobre a história ambiental dos imigrantes italianos e seus descendentes, também tratada no capítulo 3, tem-se obras como De Boni e Costa (1982), Costa (1996), Bublitz (2004 e 2010), Gerhardt (2005 e 2014) e Correa e Bublitz (2006). Estes estudos abrangem as primeiras relações de contato com o ambiente dos imigrantes italianos, desde a chegada em áreas destinadas a eles, nas quais acarretaram degradações na fauna e flora manifestadas pela ocupação e atividades nos territórios, como a derrubada e queima da mata, com vistas a utilizar o solo para as plantações.

2.1.2 Imigração italiana no Rio Grande do Sul e seus aspectos culturais

O livro “Igreja e Imigração Italiana” (1975), de Carlos Albino Zagonel, apresenta a Imigração Italiana e seu contexto político-social e eclesiástico, assim como aspectos relacionados aos grupos formadores do Rio Grande do Sul no século XIX, tais como índios, negros e a colonização europeia. Neste contexto de formação social, o autor enfatiza primeiro a imigração alemã e posteriormente, com mais ênfase, aspectos da imigração italiana. É neste passo que são apresentados elementos culturais do imigrante quando este chega ao Brasil e seu estabelecimento em suas colônias, tratando, principalmente, do espírito religioso, da vida espiritual e das práticas de devoção. Com base neste estudo, pode-se relacionar as práticas culturais religiosas dos imigrantes italianos e seus descendentes desenvolvidas no Rio Grande do Sul com este estudo e que continuam presentes em seus cotidianos.

Outra obra relevante é “Colônia Italiana: religião e costumes” (1981), de Arlindo Itacir Battistel, que apresenta os antecedentes da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul e aspectos culturais da vida em colônias; como a religião e costumes. Também são abordadas práticas religiosas, a construção de capelas, a dedicação dos imigrantes em construir e trabalhar em grupo, festividades religiosas e a presença dos padres nas capelas.

Contribui também para o presente estudo, a obra “Assim vivem os italianos I: vida, história, cantos, comidas e estórias” (1982), dos autores Arlindo Itacir Battistel e Rovílio Costa, em que são apresentados detalhes sobre a vivência italiana nas colônias, abordando aspectos relativos às suas práticas culturais. A obra encontra-se dividida em quatro partes: a primeira trata da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul desde a saída da Itália até a instalação nos lotes. Na segunda parte, os autores destacam as memórias da vida italiana no Rio Grande do Sul, com as tradições e aspectos culturais das colônias. Na terceira e quarta parte, a vida italiana nas colônias de Alfredo Chaves e Nova Prata e relatos de várias famílias descendentes de italianos que versam sobre sua história e cultura são os temas recorrentes. O referido livro dá ênfase a aspectos socioculturais dos imigrantes italianos, contribuindo assim para uma melhor análise deste estudo.

Outra obra relevante é a sequência da anterior, “Assim vivem os italianos II: religião, música, trabalho e lazer” (1983), de Arlindo Itacir Battistel e Rovílio Costa, que trata sobre os elementos culturais, religião, músicas em italiano, formas de trabalho, relação com o ambiente e práticas de lazer, como jogos e brincadeiras. Do primeiro ao quarto capítulo, é abordada a colonização italiana, elencando aspectos sobre a religião, capelas, capitéis, orações e catecismo. No capítulo quinto, os cantos religiosos das colônias italianas, principalmente presentes nas igrejas, são os principais relatados. O sexto capítulo cuida do trabalho, medicina, alimentação e as relações com a terra, plantas e os animais. Na sétima parte são apresentadas histórias sobre as vivências de imigrantes italianos e seus descendentes, as práticas de lazer nas colônias e o pensamento italiano presente em expressões e provérbios.

O livro “A Presença Italiana no Brasil, v. II”, (1990), organizado por Luis Alberto de Boni, contém vários artigos apresentados em um simpósio em São Paulo sobre a Imigração Italiana no Brasil. Esses artigos são remetidos desde a imigração para o Brasil e sua permanência em territórios localizados em São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os artigos analisados remetem-se precisamente à colonização no estado do Rio Grande do Sul e à presença de descendentes no que diz respeito à religião, economia,

literatura e arquitetura, os quais estão diretamente relacionados a este estudo.

Em um artigo deste livro, “As companhias de Colonização: a reprodução do sistema colonial” (1990), de Loraine Slomp Giron e Berenice Corsetti, são abordadas as companhias de colonização no processo de ocupação das terras do Rio Grande do Sul, na região colonial italiana. Inicialmente são apresentadas as companhias colonizadoras na Colônia Caxias, a organização e a origem do capital empregado. As terras colonizadas podiam ser adquiridas através da venda pelas companhias colonizadoras atuantes em todo o Brasil. Este fato culminou para que muitos imigrantes italianos ocupassem terras no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Na mesma obra, encontra-se o artigo “O significado dos carreteiros na economia da imigração italiana no Rio Grande do Sul” (1990), de Floriano Molon, que refere-se sobre a importância social e econômica da carreta (veículo) e o carreteiro (condutor) para a região colonial nas antigas colônias italianas. Por último, traz a nomenclatura das peças e da importância dos animais, como mulas e cavalos, e, também, nomes de alguns carreteiros que tiveram papel importante nas antigas colônias.

No livro “A presença Italiana no Brasil: volume III” (1996), organizado por Luis Alberto de Boni, há muitos artigos direcionados à colonização italiana no Brasil. O autor divide sua obra em seis partes: “Italianos antes da grande imigração”, “A história da imigração italiana”, “Família e Mulher”, “Saúde e criminalidade”, “Igreja e religião” e “Cultura e identidade”, em que são colocados vários artigos sobre estes assuntos. Deste trabalho, serão utilizados artigos que tratam sobre a história da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, bem como artigos que remetem aos aspectos culturais desses imigrantes, como família, religião, cultura e identidade.

Um desses artigos é “A família italiana da área agrícola do Rio Grande do Sul” (1996), de Rovílio Costa, que aborda a importância das famílias italianas para a agricultura no processo de colonização do nordeste do Rio Grande do Sul. As famílias migravam com o intuito de conseguir trabalhar em pequenas propriedades, pois era grande a quantidade de filhos para desenvolver as atividades agrícolas. Os homens e mulheres casavam cedo e tinham oito filhos, em média. O autor ainda apresenta dificuldades que os imigrantes italianos encontravam para criar seus filhos, como a pobreza, a falta de higiene e a alimentação insuficiente e inadequada. Também salienta o papel dos pais na família italiana: o homem

dirige, organiza, direciona e supervisiona os trabalhos agrícolas e os cuidados com os animais; já as mulheres tinham os encargos do lar.

Mais um artigo constituinte do estudo é sobre igreja e religião. “A igreja no início das colônias italianas” (1996), de Rovilio Costa, trata de regiões agrícolas italianas que tinham sua organização social e religiosa em torno de capitéis e capelas. A capela foi um local de encontro para cerimônias religiosas, missas, rezas e catequese. O sacerdote possuía um papel fundamental de apoio e atendimento religioso nas colônias italianas, já que a maioria dos imigrantes italianos era católica. Os padres se tornavam líderes, davam bênçãos consideradas sinais de esperança material e espiritual. Por último, o autor analisa correspondências de sacerdotes considerados influentes na organização pastoral nas colônias italianas.

Outra obra importante é “Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no sul do Brasil” (2003), de autoria de Vânia Herédia e Neires Paviani. Nesse livro, são abordados aspectos relacionados à língua, à cultura e aos valores da imigração italiana, utilizando-se de pesquisadores que escreveram sobre esta temática. Na primeira parte deste livro, Herédia destaca os principais fatores que levaram os italianos a virem para o Brasil, e toda a bagagem cultural trazida, muito da qual permaneceu em território brasileiro. Na segunda parte da obra, Paviani refere-se à relevância da língua, cultura e valores italianos na sociedade brasileira. Sendo assim, a imigração italiana no Rio Grande de Sul tem sua importância cultural, contribuindo para este trabalho com aspectos socioculturais voltados para língua, cultura e valores que se tornaram parte integrante da cultura brasileira.

No artigo “A família como Patrimônio: a construção de memórias entre descendentes de imigrantes italianos” (2004), de Maria Catarina Zanini, se discorre sobre a noção de pertencimento reivindicada pelos descendentes de imigrantes italianos em Santa Maria e a busca das famílias italianas pelas suas origens. Nas colônias, os imigrantes italianos e seus descendentes procuravam manter a proximidade com conterrâneos de localidades e regiões da Itália. A autora destaca que após o centenário da imigração italiana em 1975, muitos dos descendentes procuraram as origens familiares e começaram a organizar festas de cunho familiar para ter a dupla cidadania, cultuar os antepassados e promover a integração entre seus descendentes. A família, segundo a autora, tornava-se um patrimônio, pois agrega valores aos seus membros.

Outra obra que destaca a questão católica dos imigrantes italianos é “Imigração italiana e catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos” (2008), de Luis Fernando Beneduzi. O autor aborda a construção do catolicismo no Brasil no século XIX e a contribuição da imigração italiana no Rio Grande do Sul entre os anos de 1884-1930. Ao trabalhar com isto, Beneduzi enfatiza as relações migratórias e o fortalecimento da igreja católica, especificamente na colônia Conde D’Eu, onde muitos religiosos vieram da Itália após o Concílio (1869-1870) e passaram a atuar com os imigrantes italianos. Estas relações com os imigrantes fortaleceram ainda mais o espírito católico nas participações em comunidade, na igreja, ritos, festas e rezas.

Mais um trabalho relevante para a dissertação, é a monografia “Os filós comunitários e a cultura italiana” (2008), de Vanderlisa Gomes, que apresenta elementos intrínsecos da cultura italiana, como é o caso do filó, que consistia em um encontro social entre parentes, amigos e vizinhos realizados nas casas, onde conversavam, comiam, bebiam e praticavam jogos. Os filós comunitários costumam ocorrer na semana italiana no município de Encantado, por meio da gastronomia, da língua, das canções, entre outros. A autora ressalta aspectos da imigração italiana no Brasil, no Rio Grande do Sul e no município de Encantado. Um dos elementos culturais trata-se dos filós comunitários, o qual desempenha um papel importante das atividades de grupo em uma comunidade. Desta forma, a autora pesquisou a continuação dos filós nos municípios de Encantado e Doutor Ricardo, através da manutenção dos dialetos, gastronomia, religião e danças.

Neste item, apontou-se as obras que abordam aspectos culturais dos imigrantes italianos e seus descendentes, as quais fundamentaram a análise sobre suas práticas culturais no Rio Grande do Sul e Vale do Taquari analisadas nos capítulos 4 e 5. No capítulo 4 foram utilizadas obras como Zagonel (1975), Battistel (1981), Battistel e Costa (1983), Costa (1996), Herédia e Paviani (2003), Beneduzzi (2008), Gomes (2008), entre outras, que facilitaram o entendimento das práticas culturais dos imigrantes italianos referentes à solidariedade, lazer, religiosidade e alimentação.

Outras obras como Battistel e Costa (1982), Molon (1990), Costa (1996) e Zanini (2004), foram tratadas no capítulo 5, com vistas a ilustrar a vida nas colônias italianas, como também a relação dos imigrantes italianos e seus descendentes com o ambiente, envolvendo práticas agropecuárias e algumas festividades. Sendo assim, essas obras enriqueceram o estudo no que se refere à análise das vivências e práticas culturais dos imigrantes italianos e

seus descendentes, permitindo, por fim, que o trabalho traga particularidades do tema em questão.

2.1.3 Imigração italiana no Vale do Taquari

O trabalho “Muçum: Princesa das Pontes” (1988), de Gino Ferri aborda a povoação do Rio Grande do Sul, a criação dos primeiros municípios e a colonização do Vale do Taquari, especialmente em Muçum. Ferri trata da colonização em Muçum por indígenas, jesuítas, portugueses, alemães e italianos e o rio Taquari como meio de deslocamento para a chegada e a formação de núcleos populacionais. Também aparecem no trabalho, os aspectos políticos do município, seus principais acontecimentos, aspectos físicos, economia, educação, esportes dentre outros pormenores.

Outro estudo de caráter regional, do mesmo autor anterior, é o livro “História do Rio Taquari-Antas” (1991). Neste trabalho, Gino Ferri apresenta a história do Vale do Taquari tomando como eixo principal o rio Taquari-Antas, e, a partir daí contemplando história, geografia e aspectos culturais no processo de formação do território. Vale ressaltar que este trabalho regional, dentre os poucos que existem, possui uma metodologia questionável, bem como carece de uma abordagem analítica. O capítulo 2, retrocedendo ao século XVII, aborda a colonização alemã e italiana e as pequenas colônias localizadas em territórios do rio Taquari-Antas.

Na obra “100 anos de história: Paróquia São Pedro” (1996), também de Gino Ferri, é tratada a história da Paróquia São Pedro de Encantado e a influência dos imigrantes italianos na sua construção. A presença de capelas era fundamental nas comunidades dos imigrantes italianos, pois era uma forma de continuarem com os valores culturais como a prática religiosa, o amor ao trabalho e a união das famílias. A obra também aborda a chegada dos padres escalabrianos nas comunidades dos imigrantes italianos em Encantado e seus relatos sobre as viagens e as áreas que contemplavam as capelas.

Em mais uma obra de Ferri, “Gemellaggio: Valdástico – Encantado” (1996), é apresentada a aproximação entre a localidade de San Pietro Valdástico localizada em Vêneto, na Itália, e o município de Encantado, no Vale do Taquari/RS. Este vínculo entre os imigrantes italianos e seus descendentes, entre ambas as regiões, foi pesquisado por Ferri e

levado à Câmara de vereadores de Encantado em 1991, em que foi chamado de Gemellaggio. A pesquisa contempla sobrenomes de imigrantes italianos de San Pietro Valdástico, os quais têm parentesco com os imigrantes e descendentes de Encantado, situação que possibilita um intercâmbio cultural, comercial e turístico entre as localidades irmãs. O livro é relevante para esta pesquisa por tratar da relação de um município do Vale do Taquari com Vêneto, na Itália.

Outra obra em destaque sobre a colonização e imigração italiana no Vale do Taquari é “Raízes da colonização: em destaque a colônia Guaporé e município de Dois Lajeados” (1992), de Elaine Maria Consoli Karam. A obra apresenta um panorama sobre a expansão e povoamento do Brasil Colônia. Neste passo, a autora destaca a colonização e povoamento no século XIX no Rio Grande do Sul e, mais precisamente, da Colônia de Guaporé e de Dois Lajeados. A obra é relevante para o Vale do Taquari, bem como apresenta mapas e elementos que facilitam o entendimento sobre o surgimento de núcleos populacionais e a imigração italiana em alguns municípios do Vale. .

O livro “Progresso: uma caminhada no tempo” (2000), de Jandyra Ignez Zenatti Cavallin, aborda a história do município de Progresso, contextualizando a origem do nome, situação geográfica, chegada dos imigrantes italianos, povoamento, a economia, a política, entre outros aspectos. . A autora levanta informações sobre as primeiras famílias italianas que chegaram ao município, as dificuldades encontradas, as formas como relacionaram-se com o ambiente, os primeiros produtos plantados e a continuação das práticas culturais.

Também trata sobre as construções de estabelecimentos para a economia dos imigrantes, a formação das comunidades e dados socioeconômicos sobre a formação do município de Progresso. Para este trabalho, essa obra é muito significativa, pois facilita compreender o processo de ocupação pelos imigrantes italianos no município de Progresso e sua contribuição histórica, econômica e social.

O artigo “Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930” (2001), de Lucildo Ahlert e Sirlei Gedoz, salienta o processo de desenvolvimento socioeconômico da região do Vale do Taquari no período de 1822 até 1930. Os autores contextualizam a ocupação do território feita pelos primeiros colonizadores, alemães e italianos e a importância socioeconômica das propriedades coloniais. O desenvolvimento na região inicia-se com a produção de subsistência com a lavoura e a criação, e seus excedentes destinados a pagar as dívidas da compra de terras. Este

artigo é relevante para entender o processo histórico e o desenvolvimento econômico no Vale do Taquari.

Na obra de caráter regional “Estrela: ontem e hoje” (2002), de José Alfredo Schierholt, são trazidos elementos sobre a formação do município de Estrela, no Vale do Taquari/RS, como a ocupação do território, formação étnica, urbanização, história política, educação, cultura, economia, entre outros. Destaca-se, para esta pesquisa, a formação étnica de Estrela com os indígenas, açorianos, negros, alemães e italianos. A presença italiana em Estrela é apresentada, uma vez que o autor traz dados de outros municípios que pertenciam territorialmente à Estrela, sobrenomes de eleitores, documentos de votação e jornais da época. A obra de Schierholt (2002), assim como as de Ferri (1988; 1991; 1996) anteriormente mencionadas, são trabalhos memorialistas e relevantes para compreensão de determinado momento historiográfico, contudo, precisam ser analisados com muita cautela, considerando que em várias situações há posicionamentos etnocêntricos no que se refere a determinados grupos étnicos, sobretudo ao que se refere às condições sociais, padrões estéticos, costumes, entre outros aspectos, serem melhores que os dos demais grupos étnicos. Vale ressaltar que estas obras foram utilizadas e analisadas com bastante cautela, por possuírem e apresentarem dados referentes à imigração italiana nos municípios de Encantado e Estrela, ambos localizados no Vale do Taquari.

O livro “Famílias Italianas de Lajeado: sua vida e suas histórias” (2003), organizado por Ana Cecília Togni, elenca histórias de imigrantes descendentes de italianos no Vale do Taquari, que buscaram Lajeado e outros municípios da região para viver. Este trabalho reúne vinte e oito crônicas, que são histórias de várias famílias de descendentes de italianos, com exemplos de dificuldades, amizades, cultura, casamentos, religião, vivências, entre outros. São riquíssimos detalhes sobre como viviam estas famílias no Vale e seus municípios. Também pode-se ressaltar sobre este livro, que não são feitas análises históricas, e, sim, citadas histórias de descendentes de imigrantes italianos no Vale do Taquari.

Outro artigo relevante sobre o Vale do Taquari é “Fluxos migratórios e distribuição da renda interna na evolução da economia do Vale do Taquari no período de 1930-70” (2003), de Júlia Barden e Lucildo Ahlert. Os autores analisam os motivos essenciais dos fluxos migratórios na região do Vale do Taquari no período de 1930 a 1970 e a repercussão economicamente para a região. Através da busca de dados, os autores constatam que a intensificação dos fluxos migratórios do campo para a cidade, intrarregional e inter-regional,

ocasionou em um processo de urbanização da região. Sendo assim, os dados deste artigo favorecem a contribuição sobre a ocupação e povoamento do Vale do Taquari.

A monografia “Memória do Cotidiano Doméstico e do Trabalho entre Imigrantes Italianos de Progresso/RS (1912-1930)” (2004), de Marilei Cavaleti, trata sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul e precisamente no município de Progresso. Sobre este município, a autora aborda a história através de relatos de descendentes de italianos que migraram, principalmente de Garibaldi/RS, e traz assuntos relacionados às práticas culturais como costumes, formas de trabalho, cultura, religião, tradições, gastronomia e jogos. Vale salientar que este estudo é o único sobre um dos municípios pesquisados da Microrregião Oeste, contribuindo, assim, para aspectos históricos e culturais do município de Progresso.

Na obra “A agricultura familiar à mesa” (2007), organizado por Renata Manasche, aponta-se os resultados da pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura à mesa, os hábitos alimentares, a produção para autoconsumo e a identidade de reprodução social de famílias rurais da região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. Inicialmente, destaca-se o artigo “Evolução e diferenciação da agricultura no Vale do Taquari: um estudo comparado de dois sistemas agrários”, de Leonardo Beroldt, Pierre-Nicolas Grisel e José Antônio Kroeff Schmitz. Os autores analisam a dinâmica da agricultura de uma região homogênea em relação ao ecossistema cultivado e o sistema social produtivo nos municípios de Encantado e Roca Sales, no Vale do Taquari. Segundo estes autores, o Vale do Taquari no início do século XX identifica-se por dois sistemas agrários distintos: um no vale e outro nas encostas, os quais são caracterizados geograficamente em torno do rio Taquari e historicamente com as populações que ocuparam a região, como indígenas Guarani, caboclos, alemães e italianos. Também são abordadas as técnicas agrícolas para o plantio; desde o desmatamento até o plantio com seus produtos e a modernização da agricultura na metade do século XX.

Outro artigo desta obra é “De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores do Vale do Taquari” (2007), de Karin Inês Lohmann Terhorst e José Antônio Kroeff Schmitz. Neste artigo, eles apresentam a importância histórica da suinocultura para o Vale do Taquari retrocedendo a época da colonização pelos imigrantes europeus até o desenvolvimento econômico. A suinocultura desenvolveu o comércio, a navegação e os primeiros frigoríferos da região.

Desta forma, os autores apontam as mudanças ocorridas na suinocultura regional

desde a chegada dos imigrantes até os dias de hoje, as mudanças ocorridas na agricultura e as transformações dos sistemas de criação quanto aos hábitos alimentares relacionados aos produtos suínos entre os agricultores familiares. A partir disso, colocam em texto as formas dos agricultores produzirem o alimento dos suínos e a produção dos principais derivados como a carne, os embutidos e a banha. A banha possuía uma relevância considerável para os agricultores, pois além do consumo alimentar era destinada para a conservação de alimentos perecíveis.

Na obra “A agricultura familiar à mesa: interação entre políticas públicas e dinâmicas sociais” (2007), organizado por Jean Philippe Tonneau e Eric Sabourin, se trata das políticas públicas e a agricultura familiar. Dentro desta obra, encontra-se o artigo “Agricultura familiar, conselhos municipais de desenvolvimento rural e políticas públicas no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, de Paulo Eduardo Moruzzi Marques, Bernard Roux, Jair Miguel Alles, Leonardo Beroldt, Margarita Rosa Graviria Mejia, Pierre-Nicolas Grisel, Renata Menasche e Saionara Araújo Wagner, que abordam o meio rural e a agricultura dos municípios da região em estudo. Os autores caracterizam geograficamente e economicamente a região do Vale do Taquari trazendo a povoação relacionada à história do sistema agrário com os Guarani, os imigrantes alemães, italianos, poloneses e franceses. Este artigo contempla também a agricultura no Vale do Taquari antes e depois do processo de modernização, o que faz compreender as transformações e dinâmicas do desenvolvimento rural ocorridas na agricultura.

Outro estudo de importância para o presente trabalho, foi a monografia “Os limites do Vale do Taquari: o antigo porto de Muçum” (2010), de Ana Paula Pinsetta. A autora versa sobre a importância da navegação fluvial para a região do Vale do Taquari e em particular para a cidade de Muçum. Sendo assim, a cidade de Muçum e seu porto fluvial têm relevância histórica e socioeconômica no contexto do Rio Grande do Sul no final do século XIX e no início do século XX, pois articulou a chegada de muitos imigrantes, entre eles alemães e italianos, e propiciou a comercialização dos produtos para a região do Vale do Taquari.

Os imigrantes italianos chegados depararam-se com a abundância de mata, iniciando a abertura de estradas e constituindo propriedade. Além disso, a localização geográfica transformou a vida mercantil na área do alto curso do rio Taquari e dos municípios aos seus arredores, formando núcleos populacionais que hoje constituem alguns municípios próximos à Microrregião Oeste como Muçum, Vespasiano Correa, Dois Lajeados e Guaporé.

Já no artigo “História e cultura dos italianos e seus descendentes: o costume dos filós em localidades do Vale do Taquari/RS” (2010), de Vanderlisa Gomes e Luís Fernando Laroque, é realizada uma análise da história da colonização italiana no Rio Grande do Sul e seus descendentes, enfatizando aspectos da cultura e sociedade italiana na região do Vale do Taquari. Os autores enfatizam estas características nos municípios de Encantado e Doutor Ricardo, ambos localizados no Vale do Taquari e das localidades desses municípios que ainda praticam os filós comunitários como permanência da cultura italiana.

Também foi analisada uma dissertação, referente ao Vale do Taquari, que engloba as práticas alimentares dos descendentes imigrantes italianos, intitulada “Sabores e Saberes: Hábitos e práticas alimentares entre famílias rurais descendentes de imigrantes italianos na região do Vale do Taquari/RS” (2010), de Cândida Zanetti. Seu trabalho engloba o cotidiano e as memórias relacionadas à alimentação de famílias rurais, descendentes de italianos no município de Ilópolis, no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. A autora aborda aspectos sobre o Vale, tornando presente o modo de vida dos descendentes e o relacionando com as práticas de seus antepassados sobre a terra, o trabalho e a família. Os saberes passados de geração em geração também são remetidos às práticas alimentares e seus principais produtos e alimentos citados são: polenta, pão, bolachas, massas e carnes.

Um artigo que aborda os impactos gerados ao meio ambiente pelas atividades econômicas, como a avicultura e suinocultura no Vale do Taquari, é “Diagnóstico das unidades de produção de Avicultura e Suinocultura do Município de Relvado, Vale do Taquari, RS, Brasil” (2012), de Josiane Carboni, Andreia Aparecida Guimarães Strohschoen, Rafael Rodrigo Eckhardt e Claudete Rempel. Os autores apresentam um diagnóstico sobre as produções da avicultura e suinocultura e os impactos ambientais gerados pelos dejetos destas atividades a partir de 1990, no município em questão. Estas atividades coloniais são maléficas para o meio ambiente por estarem localizadas próximas aos cursos d’água, ocasionando impactos aos recursos hídricos, qualidade da água e saúde humana e animal. Leva-se em conta que os produtores rurais da Microrregião Oeste possuem estas atividades em suas propriedades.

O livro “Meu pé de Louro: uma janela aberta para Três Saltos e Travesseiro” (2013), de Arlindo Sandri, apresenta a história da família italiana Sandri; desde que emigrou da Itália até chegar à localidade de Três Saltos, interior do município de Travesseiro, Rio Grande do Sul. O autor aborda características da Itália, da origem de sua família e as migrações internas

das antigas colônias para o Vale do Taquari, até chegar a Três Saltos. O livro tem esse nome porque quando o autor nasceu, seu pai plantou a árvore “pé de louro”, considerada um símbolo familiar.

O autor aborda historicamente, com muitas características, a chegada dos imigrantes no município de Travesseiro e em especial na comunidade de Três Saltos. As dificuldades destes imigrantes quando chegaram às suas terras e as primeiras formas de relação com o ambiente: a derrubada e limpeza do mato para iniciar as plantações e a criação dos primeiros animais, como galinhas e porcos. Esta obra relaciona-se com o objeto desta pesquisa, pois trata de um dos municípios pesquisados e apresenta muitas informações relevantes sobre o contato destes imigrantes com o ambiente e suas práticas culturais, o que torna o trabalho mais rico.

O livro “Nova Bréscia: Ontem, hoje e sempre” (2015), de Itacir Emiliano Cristófoli, relata aspectos históricos, econômicos e culturais do município de Nova Bréscia, no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. No início de seu livro, a história do município é contada a partir dos primeiros imigrantes italianos que chegaram à localidade de Tigrinho Alto, interior do município, ao final do século XIX. As primeiras dificuldades que encontraram até sua instalação nas terras e os contatos com o ambiente, foram feitos com o desmatamento, as queimadas e os primeiros produtos plantados, como o milho e o feijão. No decorrer do livro, são trazidos elementos do município, como a vida em comunidade, as festas, as escolas, a política, entre outros.

Na obra “Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil” (2015), volume IV, os autores João Carlos Tedesco e Rosane Márcia Neumann organizam artigos que configuram a territorialização agrária no Sul do Brasil, remetendo aos sujeitos sociais e políticos dos colonos de diversos grupos étnicos. O artigo analisado nesta obra é “A Colônia Guaporé, o porto fluvial de Muçum e as companhias de navegação: nordeste do RS – 1892-1950”, de João Carlos Tedesco e Giovani Balbinot. O artigo aborda a fundação da Colônia Guaporé e a ocupação/colonização da região dos novos imigrantes italianos. Além dos caminhos que conduziam os colonizadores até seus lotes, através das linhas, a colônia Guaporé promoveu a construção de uma rede viária que ligava as demais colônias e municípios da região. A abertura e conservação das estradas eram oriundas da mão de obra dos imigrantes italianos, que os ajudava no pagamento das dívidas de seus lotes e na renda mensal para suas famílias. As vias de transporte são relevantes para a produção

econômica da região com a condução de diversos produtos e os serviços prestados pelas companhias de navegação, que foram instaladas ao longo do Rio Taquari e Muçum.

Outro estudo relevante, no que tange ao Vale do Taquari, é a tese “Enlaçando tempos e espaços: os medos entre descendentes de imigrantes italianos do Rio Grande do Sul – raízes medievais?” (2015), de Silvana Rossetti Faleiro. Este estudo aborda os medos religiosos ou sociais entre descendentes de italianos e sua possível relação com residualidades medievais. Neste trabalho, a autora contempla o histórico da imigração italiana desde a chegada às terras e as manifestações culturais dos imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul. A autora analisa, através de entrevistas realizadas no Vale do Taquari, a perspectiva dos medos e da mentalidade dos descendentes de italianos vividos por seus antecedentes e a relação com raízes medievais. Outro aspecto importante tratado são as manifestações religiosas das comunidades dos descendentes com as capelas, santos padroeiros e capitéis.

Outra tese que trata sobre o Vale do Taquari é “Indicadores de gestão em propriedades produtoras de leite do Vale do Taquari/RS: um estudo comparativo com as propriedades da região da Galícia/Espanha”, (2015) de Carlos Cândido da Silva Cyrne. O autor trata sobre a história da produção de leite no Vale e sua relação com regiões da Galícia na Espanha. Também apresenta características relevantes sobre a região do Vale do Taquari, do ponto geográfico e econômico. Este trabalho relaciona-se com o este estudo, pois as propriedades pesquisadas, assim como seus antepassados, continuaram a desenvolver atividades agropecuárias, como a produção de leite.

Neste item buscou-se estudos referentes ao Vale do Taquari, que trazem informações de municípios que foram ocupados também por imigrantes italianos e seus descendentes, temática tratada principalmente no capítulo 3. Tem-se obras que tratam da ocupação em Guaporé, como é o caso de Karam (1992), Tedesco e Balbinot (2015); em Encantado, Ferri (1988 e 1990); em Dois Lajeados, Karam (1992); em Muçum, Ferri (1996) e Pinsetta (2010); em Ilópolis, Zanetti (2010); em Progresso, Cavallim (2000) e Cavaletti (2004); em Estrela, Schierholt (2002); em Lajeado, Togni (2003); em Travesseiro, Sandri (2013); em Nova Bréscia, Cristófoli (2015) e informações atualizadas sobre o Vale do Taquari na obra de Cyrne (2015). Também foram encontrados estudos sobre práticas culturais dos italianos no Vale do Taquari, tratadas nos capítulos 4 e 5, como é o caso de estudos de Gomes e Laroque (2010), Zanetti (2010) e Faleiro (2015).

Com base nos autores e obras apresentadas, foi possível obter informações e relacionar tanto com a imigração italiana no Rio Grande do Sul, como no Vale do Taquari, desde a segunda metade do século XIX até os dias atuais, inclusive em áreas da Microrregião Oeste do Vale. Os trabalhos apontados contribuíram para a análise da história da imigração italiana, a história ambiental e a cultura dos descendentes de imigrantes italianos estabelecidos no Vale do Taquari e na Microrregião Oeste.

2.2 Aportes teóricos

Na sequência serão apresentados estudos sobre a História Ambiental como instrumento de análise das relações entre homem e natureza, algumas obras que tratam da cultura e da etnicidade, estabelecendo relações com a imigração italiana, por tratar-se do objeto de estudo desta pesquisa. E, por último, traz-se obras que tratam sobre territorialidade e o ambiente e conceitos que permeiam os espaços onde os imigrantes italianos e seus descendentes estão inseridos.

2.2.1 História ambiental

Conforme apresentado anteriormente, os imigrantes italianos, desde a chegada em seus lotes coloniais, mantiveram relação com os elementos que integram o ambiente. Para tanto, essas relações acarretaram uma série de degradações à terra, água, fauna e flora, situação somente pensada de forma crítica na segunda metade do século XX, visto que esses imigrantes italianos chegaram à segunda metade do século XIX. Para a realização desta análise, destaca-se obras sobre a história ambiental, de autores como Donald Worster (1991), José Augusto Drummond (1991), Arthur Soffiati (2008) e José Augusto Pádua (2010).

O artigo “Para fazer história ambiental”, de Donald Worster (1991), destaca a história ambiental e sua preocupação com o meio ambiente, embora, segundo o autor, esta preocupação tenha sido tardia, somente discutida no final da década de 1960, através de conferências sobre crise global e movimentos ambientalistas. Conforme Worster, existem três níveis do estudo ambiental: a natureza propriamente dita (aspectos orgânicos e inorgânicos), o domínio socioeconômico quando se interage com o meio ambiente e a interação humana com indivíduos ou natureza.

Segundo o autor, os três estudos e níveis constituem natureza, sociedade e economia como um todo, do passado ao presente. Worster (1991), destaca o papel do historiador ambiental, que visa pensar o papel da natureza na moldagem de produção e quais impactos esses métodos tiveram na natureza. Com isso, tomando como base a chegada dos imigrantes italianos e seus descendentes ao Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, a história ambiental foi pensada somente um século depois. Muitas mudanças e impactos surgiram por estes imigrantes, pois não existiam leis e preocupações maiores com o meio ambiente.

Neste patamar, existe, também, o estudo da história ambiental “História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa” (1991), de José Augusto Drummond. No referido trabalho, o autor enfatiza as variáveis ambientais aos estudos da sociedade humana, destacando o tempo como o condutor das mudanças e continuidades que aconteceram com a natureza. No século XIX surgiu a história natural e passou-se a explicar a vida animal e vegetal. Dentro desta reflexão, o autor acredita que foi tardio ver a cultura como alguma forma condicionada por fatores naturais. Com o surgimento da história ambiental, algumas análises da cultura humana agem sobre o meio físico material, propiciando significados e usos de seus elementos.

O autor caracteriza a metodologia da história ambiental em cinco itens que são: 1) tendo uma região para ser estudada; 2) diálogo entre as ciências naturais e outras áreas; 3) interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis; 4) variedade de fontes ao estudo das relações entre sociedade e meio e 5) o trabalho de campo e as possibilidades de aprimorar os conhecimentos. Na última parte de seu artigo, o autor traz uma análise dos principais estudos ambientais que surgiram no século XX, tanto nos EUA, como no Brasil. Vinculado a esta pesquisa, pode-se ver que este estudo tem uma espacialidade para ser estudada, que é a Microrregião Oeste do Vale do Taquari, onde se dialoga com outras áreas de conhecimento, como as ciências naturais. Também é possível analisar as interações dos imigrantes italianos e seus descendentes com a história ambiental, através do trabalho de campo e das visitas aos produtores, intensificando, assim, este estudo.

No trabalho “Algumas palavras sobre uma teoria da eco-história” (2008), de Arthur Soffiati, são analisados o domínio da história e as relações das sociedades humanas com a natureza ou com o ambiente, denominado por ele de eco-história. O autor destaca que a natureza fez parte dos momentos da história. A crise de recursos naturais não renováveis e formas de poluição e destruição fez com que, sobretudo, a partir da década de 1970, se

pensasse melhor sobre a natureza. O autor destaca alguns fundamentos propostos para a construção de uma teoria ambiental como, por exemplo, a interação dos mundos natural (natureza) e cultural (cultura) e a junção entre natureza e cultura.

Portanto, a história ambiental não alija o ser humano nem o constrange a esquemas reducionistas e deterministas, sendo que ela não se alimenta da intolerância da modernidade nem se pulveriza da pós-modernidade. No caso em estudo, o meio ambiente, o espaço natural e o meio cultural, onde os imigrantes descendentes de italianos estão inseridos é um espaço de relação afetiva e conseqüentemente econômica, afetando-o com o uso de seus recursos formas de degradação.

Outro estudo que corrobora com a história ambiental, é o artigo “As bases teóricas da história ambiental” (2010), de José Augusto Pádua. O autor analisa a história ambiental como uma ciência dentro do contexto histórico e cultural, durante o século XX e início do século XXI, sendo que a história ambiental é como uma investigação das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais ao longo do tempo. Neste artigo também são discutidos os fatores sociológicos e as principais questões epistemológicas presentes na constituição desse novo campo historiográfico.

A discussão ambiental se tornou, ao mesmo tempo, criadora e criatura do processo de globalização ao longo dos anos. Sendo assim, podemos relacionar a história ambiental aos imigrantes italianos (como atores sociais) com o meio ambiente (os sistemas naturais); desde a chegada em suas terras e os aprimoramentos, utiliza-se uma investigação aberta para analisar a relação destes imigrantes italianos com a terra, água, animais, plantas e o necessário para sua sobrevivência.

Com base nos teóricos elencados, entende-se como história ambiental os estudos que compreendem as relações do homem com o ambiente, degradações por meio de ações antrópicas causadas por um determinado grupo ao ambiente e as preocupações das relações entre o homem e as demais espécies. Isto se remete ao que se analisou nos capítulos 3 e 5, em que é demonstrado de que forma os imigrantes italianos e seus descendentes relacionaram-se e continuam se relacionando com o ambiente do Rio Grande do Sul e da Microrregião Oeste do Vale do Taquari.

Outra característica relevante da história ambiental é a interdisciplinaridade e diálogo com outras áreas do conhecimento. Referindo-se à análise da história ambiental, envolvendo

os italianos e seus descendentes na Microrregião pesquisada, procurou-se articular conhecimentos da história, geografia, antropologia e biologia.

2.2.2 Aspectos culturais e etnicidade

Na obra “O guru, o iniciador e outras variações antropológicas” ([1969] 2000), de Fredrik Barth, são analisados conceitos como etnicidade, grupos étnicos e fronteiras étnicas. O autor também aborda a existência de várias sociedades e grupos étnicos vivendo no mesmo espaço e interagindo entre si, mas sem perder a sua identidade étnica. Ao trabalhar com a concepção de etnicidade, o autor aprimorou uma metodologia comparativa para explicar a diversidade cultural entre os grupos étnicos.

Barth enfatiza que a etnicidade se define nas fronteiras, ou seja, quando há o contato entre grupos distintos as fronteiras tendem a emergir por meio das diferenças. O autor salienta ainda que, dentro de um grupo étnico, o conteúdo e os traços culturais podem se modificar, todavia os indicativos de pertencimento continuam os mesmos, sendo percebidos através dos sinais diacríticos das fronteiras, situação que podemos aplicar aos italianos em relação aos demais grupos étnicos, tais como indígenas Guarani e Kaingang, portugueses, africanos, açorianos, alemães e seus descendentes no Vale do Taquari.

A obra “Identidade, etnia e estrutura social” (1976), de Roberto Cardoso de Oliveira, aborda as relações interétnicas e as repercussões no indivíduo e na sociedade. No decorrer de seu livro, o autor trata dos conceitos de identidade, cujo domínio considera ideológico, o do grupo social que é sua organização e o processo de articulação social, resultado das relações sociais. Para ele, a identidade contém duas dimensões: uma pessoal e outra social, que juntas possuem relações de similaridade. O conceito de grupo étnico pode ser entendido como uma organização social que possui características de uma população que partilha uma cultura em comum. Desse modo, a identidade étnica dos italianos e seus descendentes pode estar vinculada ao pertencimento de seu grupo pelas atividades que desenvolvem desde o tempo dos antepassados.

A obra “Cultura e razão prática” (2003), de Marshall Sahlins, aborda o materialismo histórico, que é a ideia de que os bens materiais definem a estrutura de uma sociedade e de que a cultura vem a partir dos bens materiais. Também se discute o sistema econômico

ocidental, contrapondo o utilitarismo, que parece ser a principal causa motora para o consumo e a produção em sistemas econômicos como o capitalismo, à ordem cultural, como sistema de significação. Desse modo, o autor alimenta uma tradicional discussão antropológica entre cultura e utilitarismo.

Os objetos e pessoas da produção estão unidos em um sistema de símbolos, pois o nível de comparação tem o foco simbólico, enquanto valor de troca e valor de uso. A produção tem valor de uso, pois os sistemas são diferentes e são subordinados às condições de economia. Em relação a isso, o autor enfatiza duas características da produção capitalista: a primeira, que é a produção simbólica (visão do lucro) e a segunda, com relações de produção e que se compõe a classificação da sociedade.

No livro “Etnicidades Renegociadas: Práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina” (2009), de Eunice Sueli Nodari, a autora trabalha com o extremo Oeste de Santa Catarina e a presença de duas etnias: a alemã e a italiana. Nodari, no decorrer de sua obra, aborda o conceito de identidade, destacando que ela é formada pela diferença e a relação entre os grupos. O espaço entre as duas culturas, analisado pela autora, é destacado como renegociação, pois as relações interétnicas podem acontecer dentro do mesmo espaço por casamento e por resignificações. Sua obra divide-se em quatro capítulos em que é possível acompanhar a constituição de algumas cidades do Oeste de Santa Catarina, desde a chegada dos imigrantes de origem alemã e italiana, até a organização dos grupos, as festas, as sociabilidades, a renegociação das fronteiras étnicas e a construção da memória pública.

Tomando como base os estudos de Barth ([1969] 2000), Sahlins (2003) e Nodari (2009), pode-se relacionar as questões de etnicidade dos imigrantes italianos e seus descendentes no Vale do Taquari. Como o Vale do Taquari é formado por descendentes de indígenas Guarani e Kaingang, portugueses, africanos, alemães e italianos, as relações interétnicas entre esses grupos podem reforçar ainda mais a identidade de cada um em geral, e a italiana em particular, pois ao interagir com outros grupos ocorre um pertencimento maior dos próprios atores étnicos. Salienta-se, também, que os grupos étnicos podem sofrer alterações nos traços culturais, bem como podem aprimorar outros elementos à sua cultura, mas não deixando de pertencer ao seu grupo e atribuindo significados.

Para enaltecer o estudo, a obra “A Interpretação das culturas” (1978), de Clifford Geertz, define o conceito de cultura em teias que o próprio homem teceu e está amarrado, em

que a interpretação está à procura de significados. Em suma, ela não seria uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa à procura do significado. A cultura é a mediação entre o poder e o objeto de sua ação e isto é possível pelo fato de que, segundo Geertz, na Antropologia o conceito de cultura sofre uma revisão e passa a ser vista como um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos e materializado em comportamentos.

Ao observar a cultura como um texto, Geertz sugere que fazer a etnografia é como tentar ler – no sentido de “construir uma leitura de” – um manuscrito estranho, desbotado, cheio de emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. Por isto, torna-se importante estudar a cultura dos imigrantes italianos e seus descendentes no que refere-se aos seus comportamentos e características vividas na sociedade, principalmente em suas práticas culturais.

O livro “Aprender Antropologia” (2003), de François Laplantine, trata do surgimento da antropologia até as principais tendências do pensamento contemporâneo. O autor define antropologia como o estudo do homem e do homem em todas as sociedades. Também, em sua obra, trata, em seus capítulos, sobre a observação dos comportamentos sociais oriundos das relações humanas. A abordagem antropológica, segundo o autor, acontece por cinco etapas: biológica, pré-histórica, linguística, psicológica e social e cultural.

Relacionando com este objeto de estudo, a abordagem da antropologia social e cultural visa estudar a sociedade e seus sistemas de parentesco, conhecimento, língua, religião, entre outros. Sendo assim, as características que são estudadas de um grupo, como dos imigrantes italianos e seus descendentes, torna-se um conhecimento científico e humano que busca conhecer sobre o outro e sobre si mesmo.

Na obra “Versões de Cultura” (2005), de Terry Eagleton, o autor aponta o conceito de cultura como uma palavra complexa, pois possui vários significados. O conceito fundamental apresentado por ele é que cultura deriva-se de natureza. O autor afirma, ainda, que a cultura, a mais nobre das atividades humanas, surgiu de trabalho e agricultura, colheita e cultivo. A cultura pode ser vista como um meio de auto-renovação constante da natureza, quando a própria natureza produz os meios culturais. As culturas, portanto, são construídas com base contínua em relação com a natureza, sendo um conceito que envolve regras e promove uma

interação.

No livro “Cultura: um conceito antropológico” (2008), o autor Roque Barros Laraia apresenta teorias sobre a discussão referente ao conceito de cultura. O autor expõe que para entendermos o que é cultura precisamos conhecer os aspectos relacionados ao determinismo biológico, determinismo geográfico e aos antecedentes históricos do conceito de cultura. A cultura é um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

A Antropologia mostrou que diferentes indivíduos podem conviver entre si, com culturas distintas, em uma mesma comunidade. A relação entre homem e ambiente faz com que o homem recrie sua cultura usando o seu meio e seus elementos. Para tanto, articula-se a temática desta pesquisa com os descendentes de imigrantes italianos que, em sua propriedade, poderão reproduzir ou recriar traços culturais aprendidos de seus antepassados, na forma de preparar, plantar e colher seus produtos, bem como neste espaço manter e atualizar elementos culturais como língua, religião e relações com outras sociedades.

Seguindo essa linha temática, a obra “Comportamento e práticas culturais” (2013), organizada por Márcio Borges Moreira, aborda a análise do comportamento individual ou grupal em relação às práticas culturais. Nesta obra, destaca-se o texto “Cultura e práticas culturais” de Márcio Borges Moreira, Vívica Lé Sénéchal Machado e João Claudio Todorov, que trata sobre o conceito de cultura e as práticas culturais. Inicialmente, os autores trazem o conceito de cultura com várias acepções e níveis de especificidades, pois a cultura é complexa, perpassa várias áreas do conhecimento e está ligada aos costumes de um povo. A definição generalizada do conceito de cultura, sob uma perspectiva antropológica, se refere ao conjunto de padrões de comportamentos e pensamentos aprendidos socialmente e compartilhados.

Ao definir cultura, os autores contemplam as interações entre pessoas e seu ambiente, sendo este ambiente constituído essencialmente por outros membros da mesma espécie ou pelo comportamento de outros membros da mesma espécie. Cada sociedade ou grupo de indivíduos possui uma cultura própria e suas práticas culturais específicas. Sendo assim, as práticas culturais são aspectos da cultura de um grupo social que foram passados de geração em geração e seus comportamentos continuam ainda preservados pelos seus descendentes.

As obras listadas anteriormente, que tratam sobre cultura, de autores como Geertz (1978), Laphatine (2003), Eagleton (2005) e Moreira et al. (2013), foram utilizadas no decorrer dos capítulos 3, 4 e 5 para fundamentar conceitos de cultura utilizados na pesquisa com vistas a analisar a história ambiental e as práticas culturais dos imigrantes italianos e seus descendentes. O conceito de cultura é polissêmico e, desta forma, buscou-se entender como as características dos imigrantes italianos e suas práticas culturais são desenvolvidas por meio de elementos da cultura. Estes elementos são repassados de geração em geração e atualizados devido aos contatos com outros povos e culturas e que procuramos rastrear por meio das expressões das práticas culturais dos descendentes de italianos nos territórios delimitados para esta pesquisa.

Portanto, as interações entre os imigrantes italianos e o meio natural onde estão inseridos produziram especificidades de práticas culturais como, por exemplo, em atividades envolvendo a agropecuária. Além disso, em relações de sociabilidades, os italianos e seus descendentes desenvolvem práticas culturais como os jogos, aspectos da religiosidade, festividades e a gastronomia.

2.2.3 Territorialidade e ambiente

O artigo “Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente” (1997), de Werther Holzer, traz os conceitos que compreendem paisagem e lugar, enquanto categorias espaciais, e de seu relacionamento com território e meio ambiente. Por isso, torna-se importante estudar o sujeito – homem - e o objeto – ambiente - e suas relações e conexões que foram e são feitas no decorrer do tempo.

O autor define lugar como a área que pode conter alguma coisa, território como o lugar onde o ser humano realiza ações, paisagem como um determinado suporte físico que contém características naturais e o ambiente de tudo o que está a nossa volta. Destes conceitos e da convivência do homem com o ambiente, o autor trata por último do conceito de territorialidade como a expressão dos comportamentos vividos do mundo pessoal e intersubjetivo, englobando a relação do território com o espaço estrangeiro.

Outro artigo que trata sobre os conceitos geográficos é “Revisando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica” (2007), de Luiz Otávio

Cabral, que analisa esses conceitos para entender os elementos que constituem a representação geográfica. Para o autor, o espaço está em movimento e deve ser relacionado à linha de pesquisa ou objeto de estudo. O conceito de “lugar” é construído historicamente e socialmente, constituindo funções do mundo e suas possibilidades. Primeiramente o lugar era visto como um lugar de vivência, partindo de onde viemos e partimos.

Já para definir paisagem, o autor aborda como a realidade objetiva dos elementos físicos, biológicos e humanos e do ponto cultural, como a mediadora entre o subjetivo e o real, mediando, assim, a relação entre ambos. E, para território, define a concretização da ação do homem no espaço. Cabral também cita o conceito de territorialidade, que traz a ideia de posse e da consequente defesa do território conquistado pelo homem.

Ambas as obras de Holzer (1997), como as de Cabral (2007) tratam com relevância de conceitos territoriais que sofreram alterações sociais e políticas onde vivem os imigrantes italianos e seus descendentes da Microrregião Oeste do Vale do Taquari. Outro aspecto é a territorialidade dos imigrantes italianos e seus descendentes da Microrregião Oeste pelo convívio e atribuições feitas pelas atividades em suas espacialidades.

Conforme o texto “O afeto da terra: imaginários, sociabilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente” (1999), de Carlos Rodrigues Brandão, a natureza é vista como um símbolo cultural e, para muitos povos um dom e presente de Deus. No ambiente tem-se três pilares importantes analisados pelos autores: a relação Deus, homem e terra/trabalho. O entorno do ambiente é vivido e representado pelas populações e suas diferentes formas de apropriação, transformação e utilidade. Muitas vezes o pertencimento e sentimento dado à terra são passados de geração em geração, culturalmente e por seus descendentes. Todas as formas de preparo, de plantio, de colher, de ter, faz com que os homens se relacionem com a terra. O autor também reporta o sentimento em relação aos animais, desde os mais ofensivos e inofensivos, com os domésticos e os considerados selvagens.

A obra “O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental” (2002), de José de Ávila Aguiar Coimbra, aborda ideias ambientalistas de uma forma clara, com conceitos relevantes sobre o meio ambiente. O autor traz em seus capítulos as relações do homem com o ambiente e a qualidade de vida do homem ao utilizar o ambiente. De fato, no decorrer de seu livro, Coimbra deixa clara a ideia de que o ambiente e o

homem são inseparáveis, pois o ambiente tem ligação direta com suas ideias, sentimentos e ações humanas. O autor chama a atenção ao homem, que, por estar diretamente ligado ao meio, tem o compromisso de refletir sobre uso e os impactos que vem causando.

Sendo assim, ressalta-se a importância de conhecer o conceito de ambiente, já que se trata de um estudo sobre os imigrantes italianos e suas relações com o ambiente. Estando inseridos em um ambiente deste grupo étnico, que desde a chegada às terras brasileiras, desenvolveram atividades culminadas pelo desenvolvimento familiar, gerando degradações de maior ou menor impacto.

O livro “História e Meio Ambiente” (2007), de Marcos Lobato Martins, dialoga sobre o meio ambiente e as linhas de diálogo com domínios da história, ciências naturais e sociedade e ambiente. A primeira parte do livro trata de conceitos importantes sobre a teoria, o método da história ambiental e as metodologias possíveis para fazer-se um bom trabalho. Destaca-se como um bom método, elencado pelo autor, o trabalho de campo e observação, conversa e dados que podem ser originados para trazer à tona as transformações que o homem fez no ambiente. Já a segunda parte do livro contém resultados das investigações em regiões de Minas Gerais e estudos de casos como as dificuldades e os limites que cercam o trabalho dos investigadores.

A observação, contato e reciprocidade são fatores que, juntos, trazem a possibilidade de analisar as relações entre ambiente e sociedade. Com o trabalho de campo, entrevistas e, conseqüentemente, os dados obtidos com a pesquisa sobre os produtores rurais descendentes de imigrantes italianos e com o ambiente torna-se possível entender de que forma ocorreu contato destes com os elementos naturais.

Os estudos de Brandão (1999), Coimbra (2002) e Martins (2007) tratam de conceitos relevantes como o de meio ambiente e as relações entre o homem e ambiente, os quais são essenciais para este estudo. Os referidos estudos foram tomados para sustentar as discussões e análises dos capítulos 3 e 5 em que tratou-se do ambiente da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, onde os imigrantes italianos e seus descendentes vivem e se utilizam do meio natural e de seus recursos para atividades agropecuárias e vivências de suas práticas culturais.

2.3 Metodologia da pesquisa

Ao conhecer, caracterizar e analisar um objeto de estudo para pesquisa, o investigador dispõe de diversos instrumentos metodológicos para sua realização. Sendo assim, a metodologia é um caminho e instrumento para realização de um trabalho científico, pois abrange as teorias para sua abordagem, utilizam-se algumas técnicas que possibilitam o estudo da realidade e contemplam o potencial do pesquisador (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Esta pesquisa pode ser caracterizada por uma metodologia qualitativa, pois, como trata Neves (1996), a pesquisa qualitativa tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social. De uma forma geral, tal como a pesquisa experimental, os estudos de campo quantitativos guiam-se por um modelo de pesquisa onde o pesquisador parte de quadros conceituais de referência tão bem estruturados quanto possível, a partir dos quais formula hipóteses sobre os fenômenos e situações que quer estudar. Visando isto, é necessário utilizar de instrumentos, como é o caso de entrevistas para serem analisadas com vistas à apresentação de resultados (DELFONO; LANA; SILVEIRA, 2008).

Neste estudo, foi utilizado o método qualitativo com o roteiro de entrevista e os critérios para observação participante, os quais foram realizados durante dois anos. Conforme Godoy (1995), a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. A obtenção de dados descritivos envolve assuntos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Informa-se ainda que, como procedimento metodológico, a história oral foi de suma importância para a busca e registro da memória de pessoas que se dispuseram a compartilhar suas vivências com a coletividade e, dessa forma, ser possível desenvolver esta pesquisa. A história oral, segundo Portelli (2010), pode ser entendida como uma narração dialógica que tem o passado como assunto e que gera um encontro de um sujeito, *o narrador*, e de outro sujeito *o pesquisador*, o qual pode ser mediado com um bloco de anotações e um gravador. Os dados coletados por intermédio das saídas de campo até os produtores rurais descendentes de italianos na Microrregião Oeste do Vale do Taquari foram analisados no decorrer dos capítulos deste estudo.

Thompson (1992) também destaca que a história oral pode dar grande contribuição para a revitalização da memória nacional, como um método promissor para a pesquisa em várias áreas do conhecimento. A fonte oral pode preservar e valorizar a memória do homem e, embora uma das maiores críticas da história oral é a confiabilidade da fonte, Thompson argumenta que nenhuma fonte está livre da subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual. Em seu livro “A voz do passado”, o autor defendeu o uso da metodologia da história oral, ao afirmar que com o método da história oral pode-se transformar objetos de estudo em sujeitos. Pretendeu-se, assim, evidenciar e articular os dados das memórias dos imigrantes italianos e seus descendentes (sujeitos) da Microrregião Oeste com as demais fontes bibliográficas e documentais.

Segundo Félix (2004), ao perguntar no presente pelo passado, a história tenta responder à inquietude da busca do sentido de nossa vida individual e da coletividade. Sendo assim, ancorando-se nestes autores sobre história oral, ao conversar com os produtores rurais descendentes de italianos, pôde-se destacar a importância da relação entre o pesquisador e os interlocutores que têm uma história para contar representando sua coletividade e pertencimento ao seu grupo étnico e seus aspectos culturais, principalmente relacionados à família, trabalho, lazer, religiosidade e ao vivido na experiência histórica.

Considerando que para Tedesco (2002) as características da memória estão em dupla natureza por um conjunto de lembranças e imagens e também de representações associadas a valores e normas de comportamento. É relevante salientar que no grupo familiar que estas características são transmitidas de geração em geração, situação que encontram-se presentes no cotidiano dos descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari.

Na execução da pesquisa, a metodologia de trabalho também consistiu em saídas de campo a proprietários descendentes de imigrantes italianos na Microrregião Oestes do Vale do Taquari que atuam com agropecuária e, após, foram elaborados diários de campo com as informações coletadas. Conforme Godoy (1995, p. 58), “as expressões ‘pesquisa de campo’ e ‘pesquisa naturalística’ podem ser vistas como sinônimos de ‘pesquisa qualitativa’”. Torna-se, assim, uma ênfase maior cotidiana para compreender como estes descendentes de italianos vivem hoje através de seus relatos, levando em conta também que estas pesquisas de campo serão acompanhadas de aportes documentais e bibliográficos.

As saídas de campo foram agendadas conforme a disponibilidade dos produtores

descendentes de imigrantes italianos, respeitando sua rotina, para que eles se sintam à vontade durante a pesquisa. A aproximação com os produtores rurais descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari deu-se pela disponibilidade em contribuir para o trabalho e por conhecê-los por meio de familiares, amigos e buscas realizadas em prefeituras municipais e EMATER. Como a Microrregião Oeste do Vale do Taquari é composta por quatro municípios, Progresso, Pouso Novo, Travesseiro e Marques de Souza, a intenção inicial da pesquisa era entrevistar dois proprietários descendentes de italianos de cada município, somando assim oito interlocutores.

Contudo, no decorrer do trabalho, conheceu-se, por intermédio de um dos produtores, um senhor de 88 anos que gostaria de participar da pesquisa, contando ainda mais sobre as primeiras famílias que chegaram ao município de Travesseiro. Sendo assim, a amostra está composta de nove pessoas, com as quais foram realizadas uma entrevista e um diário de campo: um diário e uma entrevista no ano de 2013, seis entrevistas e seis diários no ano de 2015 e duas entrevistas e dois diários no ano de 2016. Vale salientar que as sídas de campo estão inseridas no projeto de Pesquisa no qual atuo como voluntária: “Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural da Região do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações” do Centro Universitário Univates, coordenado pelos professores Júlia Elisabete Barden e Luís Fernando da Silva Laroque. Este projeto também está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES.

As saídas de campo estiveram compostas de três momentos: a primeira delas para conhecer a família, a propriedade, explicar a pesquisa, registrar imagens fotográficas; as observações e percepções obtidas foram registradas em diário de campo. Os diários de campo correspondem às informações realizadas desde a saída da UNIVATES até a conversa com as famílias visitadas. Os mesmos são identificados conforme a data realizada das saídas de campo.

Na segunda visita, utilizando-se de um roteiro de questões semiestruturadas (APÊNDICE A), realizou-se e gravou-se entrevistas com os produtores rurais descendentes de imigrantes italianos nos quatro municípios pesquisados. Em uma entrevista de história oral, conforme Verena (2004) existe uma vivacidade, um tom especial e é relatada a experiência de um sujeito em que sua narrativa acaba dando mais ênfase com seus relatos pessoais, emoções, observações, revivendo o passado. A entrevista é como um filme com cortes, edições,

mudanças de cenário, que juntos revela pedaços do passado, um sentido que a sensação parece estar presente. O entrevistado e o entrevistador trabalham juntos na elaboração de projetos de significação do passado.

As questões semiestruturadas visam ao entrevistador seguir um roteiro previamente estabelecido para obter informações (MARCONI; LAKATOS, 2003). Dessa forma, tornou-se viável a possibilidade de incluir novas perguntas durante a coleta de dados, para o aprofundamento dos temas a serem pesquisados. Seguiu-se com o mesmo roteiro de perguntas do qual participaram os membros da família que estavam presentes e assinou-se o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), (APÊNDICE B). As entrevistas foram realizadas nas casas dos produtores rurais descendentes de imigrantes italianos, ocasião que foi obtida com um bom acolhimento, ressaltando que sempre se teve o cuidado de respeitar seu cotidiano.

Vale salientar que no momento da primeira visita já havia sido explicado aos produtores que a concordância da participação no trabalho consiste de um ato voluntário, deixando-o ciente de que a pesquisa não trará qualquer apoio financeiro, dano ou despesa e que as informações contidas nas entrevistas e os resultados do estudo podem ser utilizados para fins científicos, tendo a garantia de sigilo que assegure a privacidade. Levando em consideração a disponibilidade dos entrevistados, em forma de reciprocidade e reconhecimento, realizou-se uma terceira visita na qual devolveu-se cópia gravada da entrevista e das fotografias registradas.

Foram realizados nove diários de campo; todos no ano de 2015 e identificados como D1, D2, D3, D4, D5, D6, D7, D8 e D9. Os diários de campo constituíram-se em fontes de informação e possuem dados que foram utilizados e analisados no texto da dissertação. Segundo os autores Fakembach (1987) e Trevinius (1987), o diário de campo é um instrumento de registro de pesquisa e consiste em uma forma de registro de observações, comentários e reflexões para o uso individual do profissional e/ou estudante. As informações registradas na primeira saída de campo com os produtores rurais descendentes de italianos na Microrregião Oeste foram, portanto, utilizadas junto à análise das informações obtidas nas entrevistas.

Para preservação da integridade dos produtores, os nove entrevistados são identificados pelos municípios pesquisados como E1 (2015), E2 (2015), E3 (2015), E4

(2014), E5 (2015), E6 (2015), E7 (2016), E8 (2016) e E9 (2016). As entrevistas foram registradas com o gravador disponibilizado pelo projeto de pesquisa e transcritas na íntegra, com sua expressão original, sendo os dados também articulados no corpo da dissertação.

Na sequência segue uma breve apresentação da amostra pesquisada da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, composto de cada produtor rural e seus familiares, conforme descrito a seguir: E1 tem uma família composta por seis pessoas, cujos antecedentes remontam a três gerações, sendo que quatro moram na propriedade, a avó possui 87 anos e foi até a 1ª série do ensino fundamental, seu filho e esposa possuem 67 anos e foram até a 4ª série do ensino fundamental. Os dois filhos mais velhos moram em outras cidades e o filho mais novo mora em casa e completou o ensino médio. Todos da família trabalham na agropecuária e são católicos.

E2 tem uma família composta por três pessoas, o homem possui 65 anos e a esposa 61, possuem uma filha que não mora mais na propriedade. O casal estudou até a 5ª série e é católico.

E3 possui uma família composta por sete pessoas, sendo que na propriedade moram 4 pessoas: o pai, com idade de 75 anos e sua esposa, com 74 anos, o filho mais velho tem 51 anos e o filho mais novo 36 anos. O esposo estudou até a 4ª série, mas a esposa não frequentou escola, e o filho mais novo até a 8ª série do ensino fundamental, todos são católicos.

E4 tem família composta de quatro pessoas, o homem tem 51 anos e sua esposa 50, possuem 2 filhos. Estudaram até a 5ª série e seus filhos completaram o ensino médio, todos são católicos.

E5 também tem uma família composta por quatro pessoas, o homem tem 56 anos e a mulher 57, possuem dois filhos que não moram mais na propriedade. O homem estudou até a 8ª série do ensino fundamental e a mulher completou o ensino médio. Todos também são católicos.

E6 possui família composta por quatro pessoas, o homem tem 76 anos e a mulher 70 anos, o casal tem dois filhos, um que continua na propriedade e outro não. Somente um dos cônjuges pouco frequentou a escola, pois tinha que ajudar os pais em casa, sendo que o homem não foi à escola e a mulher até a 2ª série. Todos são católicos.

E7 tem família composta por quatro pessoas, o homem possui 73 anos e sua esposa 70 anos, seus dois filhos não moram mais na propriedade. O casal estudou até a 3ª série do ensino fundamental e são católicos.

E8 tem família composta por duas pessoas, o homem tem 71 anos e sua esposa 57 anos, o casal não possui filhos e são católicos. O homem estudou até a 2ª série e a mulher até a 8ª série.

E9 possui uma família composta por quatro pessoas que remontam três gerações, o avô com 88 anos, a filha com 61 anos, o filho com 55 anos e sua esposa com 54. O avô estudou até o 1ª ano do ensino fundamental e seus dois filhos, que estão em casa, até a 4ª série. Todos também são católicos.

A memória de um grupo é responsável pela permanência de sua identidade. Conforme o estudo de Pollak (1992), a memória é seletiva e herdada com articulação aos momentos vividos. A história oral é de suma importância e traz novas possibilidades ao pesquisador, no sentido de produzir uma história no tempo presente. A memória resiste à alteridade e é essencial na percepção de si e dos outros, fazendo uma organização e seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade e continuidade - a identidade.

Por tratar-se de uma pesquisa que considera as memórias de um grupo étnico – os italianos e seus descendentes - conforme Le Goff (2003), a memória pode ser caracterizada como propriedade de conservar certas informações, as quais o homem pode atualizar impressões ou dados passados, ou que ele representa como passadas. Por isso, as informações das memórias dos imigrantes italianos e seus descendentes, coletadas por meio da História Oral, são articuladas com os dados bibliográficos e documentais com o intuito de analisar a história ambiental e as práticas culturais dos imigrantes italianos e seus descendentes no desenrolar deste estudo.

Ademais, a pesquisa é de cunho descritivo quando foram analisados os dados contidos nas referências bibliográficas de autores que contemplam a história da colonização italiana no Rio Grande do Sul e na Microrregião Oeste do Vale do Taquari com aspectos históricos, culturais e relações com o meio ambiente. Neste sentido, ocorreram pesquisas em arquivos históricos do Rio Grande do Sul e do Vale do Taquari com documentos sobre a presença dos italianos. A pesquisa bibliográfica e documental, conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 182), “abrange toda bibliografia já tomada pública em relação ao tema. Sua finalidade é colocar o

pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”.

A pesquisa bibliográfica e documental sobre os italianos priorizou estudos que tratam da história, cultura e práticas ambientais envolvendo os imigrantes italianos e seus descendentes. Contudo, buscaram-se também fontes iconográficas, como fotografias e mapas que tiveram relação com a imigração italiana no Rio Grande do Sul e no Vale do Taquari.

A coleta de dados documentais aconteceu de forma seletiva e organizada, de modo a se recorrer a uma observação criteriosa em relação às fontes documentais. As informações coletadas foram separadas por assunto de interesse e posteriormente tabuladas. No decorrer da pesquisa, para a apreciação dos documentos oficiais, recorreu-se a uma leitura aprofundada dos mesmos, separação das unidades de análise, categorização, organização dos dados e, por conseguinte, sua interpretação.

Segundo Félix (2004), o início dos trabalhos com análise de dados envolve duas atividades que são concomitantes e complementares: uma atividade de prática documental, através de acervos documentais, e uma atividade de contato com a produção teórica e historiográfica referente ao tema geral da pesquisa.

O uso de documentos na pesquisa é muito importante; deve ser apreciado e valorizado, possibilitando um entendimento dos objetos estudos para contextualizar historicamente e socioculturalmente, permitindo, assim, acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Neste contexto, para aprimorar este projeto de pesquisa, foram consultados documentos em arquivos públicos, como o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, o Arquivo Histórico de Lajeado, o Registro de Imóveis de Lajeado e, também, o Cartório Jost e a Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, ambos localizados no município de Progresso.

No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul foram pesquisados documentos relacionados à imigração italiana a partir de sua chegada ao Rio Grande do Sul em 1875, bem como no Vale do Taquari, os quais consistem em pareceres de medições de terras, mapa dos movimentos de imigrantes no Rio Grande do Sul de 1884 a 1910. Encontraram-se, também, mapas que envolvem territórios no Vale do Taquari e da Bacia Taquari-Antas.

No Arquivo Histórico de Lajeado, foram analisados documentos desde a emancipação

de Lajeado, em 1891, considerando que os municípios da Microrregião Oeste do Vale do Taquari pertenciam a Lajeado até a década de 1930. Os documentos deste arquivo consistem de códices de dívida ativa, alistamento eleitoral, receita de impostos de produtos agrícolas, ofícios de criação de distritos, entre outros. Além disso, há um riquíssimo acervo iconográfico que possui alguns mapas de Lajeado com seus distritos e limites e muitas fotografias referentes ao Vale do Taquari e a Microrregião Oeste do Vale. .

No Registro de Imóveis de Lajeado, foram pesquisados os livros de registros de compra e venda de terras na Região do Vale do Taquari, precisamente livros desde 1891, ano de emancipação de Lajeado. Considerando que os quatro municípios pesquisados, da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, pertenciam a Lajeado, através da análise destes documentos foi possível identificar os lotes de terras comprados e vendidos por colonizadores, bem como as Companhias de Colonização responsáveis, possibilitando, desta forma, identificar o local de origem, tanto dos colonizadores, como das Companhias que compravam e vendiam terras na região do Vale do Taquari.

No Cartório Jost, localizado na cidade de Progresso, estiveram sob investigação documentos datados de 1904 até 1920, correspondentes ao 3º distrito de Lajeado, que, na época também eram distritos Fão (Marques de Souza), Gramado São Francisco (Progresso) e Pouso Novo. Estes documentos apresentam informações sobre registros de nascimentos, casamentos e óbito, nos quais foi permitido verificar a origem das primeiras famílias que habitavam alguns territórios da Microrregião Oeste do Vale do Taquari.

Na Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, município de Progresso, há um grande acervo de documentos relativos a casamentos e batizados, constando nomes e a origem das pessoas que eram registradas nessa paróquia. Assim como o cartório, na paróquia eram registrados imigrantes e seus descendentes, que correspondem ao 3º distrito de Lajeado. Vale ainda salientar que a referida paróquia possui um acervo fotográfico e alguns mapas sobre a origem da cidade de Progresso, bem como informações sobre as comunidades e suas capelas.

As fotografias encontradas nos arquivos foram de extrema importância para entender o contexto dos imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari em relação à história ambiental e suas práticas culturais. Segundo Bittencourt (2001), o uso de fotografias na pesquisa apresenta o cenário no qual as atividades diárias, os atores sociais e o contexto sociocultural são articulados e vividos, relatando a história visual de uma

sociedade, pois as fotografias documentam situações, estilos de vida, gestos, fatores sociais e rituais e aprofundam a compreensão da cultura material ao longo do tempo.

Sendo assim, foi este o método e os procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa para esta dissertação, que envolve revisão bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo com os diários e as entrevistas orais sobre as questões ambientais e culturais dos imigrantes italianos e seus descendentes, sobretudo da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, com vistas a alcançar os objetivos propostos.

3 A HISTÓRIA AMBIENTAL DOS IMIGRANTES ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES NO RIO GRANDE DO SUL, VALE DO TAQUARI E EM ESPAÇOS DA MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI

Neste capítulo será abordada a história ambiental dos imigrantes italianos desde a chegada em territórios do Rio Grande do Sul até como procedeu-se sua expansão e de seus descendentes para o Vale do Taquari, no final do século XIX. Na sequência apresentar-se-á o espaço deste estudo, a história ambiental dos imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, que abrange os municípios de Progresso, Pouso Novo, Travesseiro e Marques de Souza.

3.1 A chegada dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul e o contato com o mato

A ocupação das terras do Rio Grande do Sul aconteceu por colônias públicas e particulares. Para as colônias públicas não faltavam terras, mas fontes orçamentárias, o que levou o governo a vender terras para manter o processo de colonização e, com seus lucros, garantir a manutenção e funcionamento deste sistema. A partir de 1870 a província integra ainda mais o processo de imigração para ocupar as terras devolutas do planalto, cobertas de mata virgem (HERÉDIA, 2001).

Neste contexto imigratório, tem-se o último processo de imigração para o Brasil com os imigrantes italianos. Não só resolvendo a ocupação de terras no Brasil, os imigrantes estavam passando por um cenário italiano difícil relacionado à questão econômica, o difícil acesso à terra, as questões políticas de unificação do Estado Nacional italiano e os altos

impostos. Esses motivos levaram muitos imigrantes italianos a chegarem ao Brasil no final do século XIX (GIRON; HERÉDIA, 2007).

Os grupos de imigrantes italianos que vieram para o Brasil eram provenientes do norte da Itália, uma região atingida pela crise econômica no momento da unificação. Estas regiões, como Vêneto e outras próximas, como Vicenza, Lombardia, Treviso e Verona foram os locais provenientes de onde vieram os primeiros imigrantes. Em território brasileiro, estes imigrantes não foram instalados considerando dialetos ou características culturais da região europeia de origem, provocando no Brasil a formação de comunidades de diferentes localidades ítalas (DE BONI; COSTA, 1982).

Entre 1875 a 1935 entraram no Brasil cerca de 1,5 milhões de italianos, os quais expandiram-se e fundaram núcleos populacionais pelas Províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dentre os números, pode-se apontar que aproximadamente 1,2 milhões foram para São Paulo, 60 mil para Minas Gerais, outros para Espírito Santo, 20 mil foram para o Paraná, 25 mil para Santa Catarina e 100 mil para o Rio Grande do Sul (DE BONI; COSTA, 1991).

No sul do Brasil, o estado do Rio Grande do Sul possibilitou que a imigração italiana obtivesse mais sucesso, pois havia a possibilidade de ocupar áreas devolutas pertencentes ao estado e constituir núcleos coloniais, tendo por base a pequena propriedade e o trabalho familiar. Esta política imigratória concebia processos de receber, organizar e assentar famílias nos lotes coloniais (FÁVARO, 2006).

Mesmo com a abertura de novos cultivos em terras virgens, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul oferecia a esse imigrante a possibilidade de tornar-se em poucos anos dono de uma área de terra. As notícias do clima da região sul do Brasil contribuíram para que os imigrantes italianos ocupassem os territórios, pois era semelhante à região de onde vinham, tais como Vêneto (54% vênnetos, 7% trentinos e 4,5% friulanos) e Lombardia, situação que lhes garantiria cultivos de produtos que conheciam (TRENTO, 1988).

As terras selecionadas para a colonização italiana no Rio Grande do Sul situavam-se na Encosta Superior da serra, entre o rio das Antas e as colônias alemãs do baixo Taquari² e

² Alto e Baixo Taquari foram termos utilizados até 1990 aos territórios pertencentes ao rio Taquari. Baixo Taquari refere-se aos municípios de Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela, Lajeado, Muçum, Nova Bréscia e Roca Sales (LAROQUE et al., 2016).

da Bacia do Caí. Neste espaço criaram-se três núcleos de colonização italiana: Colônia Caxias, Colônia Dona Isabel e Colônia Conde D'Eu. Essas terras foram divididas em linhas ou travessões e os lotes coloniais numerados, não respeitando acidentes geográficos, a não seros de maior relevo, como o rio das Antas e afluentes (FROSI; MIORANZA, 1975).

Próximo à colônia Caxias foram demarcadas outras três colônias, como Nova Pádua (1884), Alfredo Chaves (1884) e São Marcos (1885). Em 1877 foi criada, em direção ao centro da província, a colônia de Silveira Martins (1877) e outras expandindo-se para o norte e para o sul, como Antônio Prado (1889), Ernesto Alves (1890) e Guaporé (1892). A proclamação da república no Brasil e a expansão da ferrovia formaram possibilidades no sentido de também adquirir outras terras produtivas e baratas no planalto. Vale ainda salientar que muitos imigrantes e seus filhos partiram das velhas colônias, localizadas na porção nordeste do Rio Grande do Sul para ocupar terras ao norte e também em Santa Catarina e no Paraná (FÁVARO, 2006).

Em registros feitos sobre a entrada dos colonos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no final da década de 1890 (TABELA 1), encontra-se um número de 3.592 imigrantes italianos nas colônias mais antigas:

Tabela 1 - Entrada de imigrantes italianos em 1888

Silveira Martins	709
Caxias e Antônio Prado	818
Alfredo Chaves e D. Isabel	2065

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Livro da Estatística dos Imigrantes que entraram na Província do Rio Grande do Sul durante o ano de 1888.

Os colonos imigrantes italianos eram dirigidos para os lotes em regiões montanhosas que lhe eram destinados pelo diretor da colônia, ou que o próprio imigrante havia escolhido, pois muitos de seus parentes já estavam estabelecidos em terras que haviam adquirido. O lote era concedido ao colono imigrante italiano mediante ao pagamento de cinco anos. Quando chegado às terras destinadas para a colonização, o imigrante logo construía alguma choupana para proteger-se contra as intempéries e animais selvagens (COSTA, 1986).

Como áreas na encosta do planalto já estavam ocupadas pela colonização alemã, os italianos tiveram que se contentar com lotes localizados no planalto e uma região coberta de mata, sem vias de comunicação. Haja vista que os imigrantes italianos vieram ao Brasil em busca de terras para ao cultivo e na especialização produtiva encontraram um referencial para sua economia que se tornou visível também na paisagem colonial, entretanto tiveram que

aprender com o ecossistema regional para sobreviver. A dificuldade ao acesso em suas terras e as caminhadas em meio a vales e desfiladeiros, fez com que os colonos tivessem as primeiras relações com o meio ambiente (TRENTO, 1988).

Os imigrantes italianos, desde a chegada em seus lotes coloniais, mantiveram relação com a natureza. Para tanto, essas relações com a natureza acarretaram uma série de degradações à terra, rios, fauna e flora, impactos que somente passam a ser denunciados na segunda metade do século XX, em decorrência do movimento ambiental, visto que estes imigrantes italianos chegaram à segunda metade do século XIX. Sobre esta preocupação global com o meio ambiente, Pádua (2010, p. 2-4), destaca:

A discussão ambiental se tornou ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização. A própria imagem da globalidade planetária, em grande parte, é uma construção simbólica desse campo cultural complexo. [...] As observações empíricas das consequências de uma ação humana devastadora, seja na Europa, seja no mundo de expansão colonial, começaram a produzir denúncias contra o desflorestamento, a erosão dos solos, a sedimentação dos rios etc.

No decorrer do século XX, a discussão ambiental tornou-se cada vez mais enfática no que se refere às relações entre homem e ambiente. Relacionando a história ambiental dos imigrantes italianos (como atores sociais) e o meio ambiente (os sistemas naturais) tem-se desde a chegada e início da colonização um vasto campo de análise. Ou seja, o mato representava riqueza e fortuna, principalmente por conta dos pinheirais, e também, era motivo de medo e desconforto. Isso tudo porque a região de planalto no Rio Grande do Sul e suas características ambientais gerava um desconforto, visto que os imigrantes se depararam com uma mata virgem cheia de animais considerados por eles, selvagens (BUBLITZ, 2010).

Além disso, a mata subtropical e a encosta representavam, para os imigrantes italianos, barreiras naturais e impediam a tentativa de ocupação das terras. Tratava-se de uma área extensa de terras e difícil de ser alcançada e percorrida. Desde o princípio da ocupação do Rio Grande do Sul, as condições físicas e naturais condicionaram o uso do território e o povoamento iniciou-se pela região dos campos naturais (CORREA; BUBLITZ, 2006).

Segundo Gerhardt (2005), que estudou a colônia Ijuí, localizada a noroeste do Rio Grande do Sul, os territórios desta região do sul do Brasil apresentavam características necessárias para o progresso: o trabalho dos colonos imigrados e a uma natureza entendida como disponível para o uso humano. Com o auxílio de instrumentos como machado, foice, fogo e arado construíram uma paisagem e civilizaram parcialmente a natureza.

Vale salientar que a parte superior da encosta da Serra, situada entre os Campos de Cima da Serra, ao norte, e as colônias alemãs ao sul, mesmo que tradicionalmente ocupadas pelos Kaingang, em 1870, eram vistos como “espaços vazios”, pois territórios indígenas não eram levados em consideração pelo projeto provincial. Os colonos imigrantes alemães haviam chegado até próximo da serra, a 300 metros de altitude. Portanto o restante do território que se estendia de leste a oeste, com características de floresta densa, bem como composto de serra, foi entregue para a colonização italiana (MANFROI, 2001).

Os Coroados/Kaingang apresentavam-se como “arredios e de “pouco contato”. No período de 1870 os Kaingang continuavam a circular nas matas dos campos de Cima da Serra e as colônias alemãs ao sul, área denominada Campo dos Bugres. Este território que passou a se chamar Serra Gaúcha foi palco também de conflitos entre os imigrantes italianos instigados a fundar colônias e potencializar economicamente a serra e os indígenas Kaingang, tradicionais ocupantes do território. Fatores como a redução das matas, construções de estradas e significativo aumento do número de colonizadores e de companhias armadas de bugreiros e pedestres levou muitas parcialidades de indígenas Kaingang a reavaliarem sua permanência ou não em áreas que passaram a ser ocupadas pela imigração italiana (INVERNIZI, 2015).

As terras destinadas à colonização possuíam características de clima, flora, fauna e solo similares às regiões de onde vinham os imigrantes italianos. Nas regiões coloniais da encosta da serra gaúcha dominavam as terras cinzentas, mediantemente férteis que, relacionadas ao clima quase temperado, eram muito boas para o cultivo da videira, do trigo, dos pinheiros e árvores frutíferas (GOMES, 2008).

Chegados às colônias no Rio Grande do Sul, o governo concedia ferramentas e outros objetos como facão, machadinho, machado, serrote, cunha, enxadas e foices, alimentos por um ano e sementes, como milho e feijão. Isto encontra-se também em documentos no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul:

A José Desiré Magens suprimento de ferramentas e outros objetos fornecendo a comissão por ordens do chefe da mesma comissão:

2 enxadas

1 rolo de cordões

7 facões

4 massos de prego

10 machados

(Colônia Francisco Glgeerés, 30 de novembro de 1890).

Corroborando com isto, tem-se a informação de ferramentas recebidas para o corte do mato pertencente nas áreas, como encontra-se na obra de Battistel e Costa (1983, p. 783).

Quando vieram os imigrantes, o governo lhes deu alguma ferramenta para que derrubassem o mato. Davam um machado, um serrote, machadinho, foice, facão e alguma cunha. Deram-lhes poucas cunhas, então as famílias se emprestavam entre si. Para derrubar uma árvore com o machado faz-se uma abertura no lado para onde se a quer derrubar.

Inicialmente, o primeiro contato com esse “mato” foi com a flora, pois as árvores eram utilizadas para as construções. Isto envolvia a procura pelas árvores consideradas mais fortes, que resistissem à umidade e com maior durabilidade. Esse contato proporcionou aos imigrantes italianos o começo da derrubada de pinheiros (*Araucaria angustifolia*). O contato com esta espécie, também proporcionou o conhecimento do pinhão, alimento introduzido na alimentação dos italianos. A derrubada dos pinheiros proporcionava a limpeza do terreno para fazer as roças e os troncos utilizados para a produção de tábuas e conseqüentemente as construções das casas. Costa (1986, p. 27), informa que:

Escolhiam-se árvores de madeira de lei, que resistissem à umidade e as intempéries. Preferia-se para colunas, a tora de angico, que resiste mais de cem anos. Para a fabricação das tábuas, cortavam-se os pinheiros de copa retalhados em toras, do comprimento necessário à altura da casa.

Conforme se percebe, as árvores consideradas mais resistentes e utilizadas para as construções pelos imigrantes italianos eram o angico e o pinheiro. Para tanto, essas mesmas madeiras eram utilizadas para tábuas, colunas e barrotes, principalmente para construção dos móveis de suas casas e os mais variados utensílios. Dentre alguns exemplos, podem ser apontados mesas, cadeiras, bancos e armários, as quais eram feitas com madeiras resistentes e de mais durabilidade, sendo ainda presente na casa de muitos imigrantes italianos e seus descendentes. Os imigrantes aproveitavam os dias de chuva, quando não podiam trabalhar na lavoura, para fazer os próprios móveis, muitas vezes com desenhos esculpidos.

A construção em madeira não foi utilizada somente para as moradias, mas também para chiqueiros, silos, pequenas igrejas, capitéis e áreas de convivência, como bodega, cancha de bochas e salão comunitário. Além disso, a madeira era utilizada em casas de vários pavimentos das cidades que abrigavam empreendimentos comerciais e empresas industriais (GIRON, HERÉDIA, 2007).

Com a chegada dos imigrantes italianos, uma série de alterações começa a ocorrer no meio ambiente. A agricultura, o comércio e a indústria, especialmente as serrarias e a

vitivinicultura, devem ser entendidos, para além de seu viés econômico, como fatores de modelagem do meio ambiente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Os cultivos da triticultura e vinicultura produziam o pão e o vinho, que além de fazerem parte da alimentação compunham as cerimônias religiosas cristãs. A escolha pelas lavouras de trigo e pelas videiras não se deu por acaso: tratou-se, inclusive, de uma modelagem religiosa do local (BUBLITZ, 2004).

Sobre as derrubadas do mato, Bublitz (2010, p. 142), enfatiza que: “Embora perigosas, as derrubadas também animavam os colonos, que venciam a sensação de isolamento, garantiam sua sobrevivência e impunham seu domínio por meio delas”. As queimadas eram consideradas perigosas, pois muitos imigrantes, despreparados, acabavam machucando-se e perdiam a vida. Além disso, elas proporcionavam um domínio do meio ambiente, fazendo parte da rotina desses imigrantes, tanto para facilitar a comunicação entre as famílias, como para iniciar as plantações.

Mesmo que na época da imigração grandes florestas já não existissem mais na península itálica, muitos imigrantes italianos trouxeram consigo técnicas de exploração de madeira, as quais foram difundidas e culminaram no desenvolvimento de indústrias do setor moveleiro no Rio Grande do Sul. Isso tudo aconteceu devido à abundância de árvores, principalmente os pinheiros, que eram primeiramente derrubados para começar o plantio. No início, as derrubadas não tinham como objetivo os fins econômicos, sendo que as toras dos pinheiros passaram a ser aproveitadas mais tarde. As serrarias tiveram importância fundamental no desmatamento da zona colonial, devido ao corte da araucária, árvore típica da região e do bioma do Brasil meridional (CORREA; BUBLITZ, 2006).

Com o passar do tempo, a paisagem colonial serrana foi tomada por serranias, e a exploração madeira se tornou mais um elemento importante de degradação ambiental. Sobre isto Bublitz (2010, p. 148) destaca:

Toras gigantescas eram abatidas apenas para dar espaço às primeiras lavouras e para permitir a sobrevivência dos colonos, servindo de matéria-prima para as primeiras habitações e de combustível para o preparo dos alimentos e o aquecimento deles. Não raro, o excedente apodrecia no solo. Do desmatamento inicial do lote à comercialização da madeira nele existente passaram-se anos, porque disso dependia o desenvolvimento de vias de transporte adequadas.

Não somente a produção madeira, mas paralelamente a produção da vitivinicultura foi presente no cotidiano do imigrante italiano. Isto porque, a experiência que tinham em sua

terra de origem e as características climáticas encontradas nos territórios do Rio Grande do Sul favoreceram para que os parreirais avançassem sobre as terras desmatadas e fortalecessem a economia de subsistência destes imigrantes. A difusão dos parreirais teve também um cunho religioso, porque o vinho era essencial para as cerimônias cristãs e os imigrantes italianos eram católicos e agarravam-se na fé para sobreviver nas montanhas.

A vitivinicultura também foi um fator de modelagem da paisagem colonial, pois o local de produção dos parreirais era desmatado e na visão do imigrante italiano colonizador havia uma “domesticação da natureza”. Isso é encontrado na obra de Bublitz (2010, p. 165):

De certa forma, as extensas fileiras, alinhadas paralelamente ao longo dos morros, se constituíram em uma estratégia de ordenamento e de domesticação da natureza. Onde os parreirais vingaram, o mato sucumbiu. As vides eram a prova incontestada da vitória dos colonos sobre o meio ambiente e, conseqüentemente, aludiam à civilização. Quanto mais desenvolvidos e mais carregados, maior era a sensação de prosperidade alcançada pelos italianos, maior era seu domínio sobre a natureza.

Paralelamente, o colono imigrante italiano inicialmente tinha essa “ideia” de dominar o meio onde estava inserido, produzir e desenvolver alimentos para sua sobrevivência. Segundo o relato anterior, quanto mais desenvolvidos eram os parreirais em suas terras, mais os imigrantes alcançavam a prosperidade e dominação do meio, que passou a ser, mais tarde, um viés econômico. Sendo assim, tomando o estudo de Polanyi (2000, p. 65), tem-se:

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos.

Estabelecidos em suas colônias, os imigrantes italianos e seus descendentes, com dificuldades que enfrentaram, passaram a ver a terra como seu principal meio de sustentabilidade econômica. Longe da vida comercial das cidades, com falta de estradas e recursos, foi necessário criar estratégias para tirar da terra desde o alimento até os remédios caseiros para as diferentes enfermidades. Criou-se em solo brasileiro uma experiência nova da alimentação em grande parte com alimentos silvestres, estes considerados alimentos desconhecidos pelos imigrantes italianos, os quais eram retirados da flora e da fauna (BATTISTEL; COSTA, 1982).

O contato do imigrante com o meio ambiente fez com que uma nova adaptação ao seu meio surgisse principalmente na nova alimentação, baseada em árvores silvestres. O pinhão, a pitanga, a quaresma, a sete-capotas, a ingá, a amora, entre outros, eram as frutas consumidas

pelos imigrantes italianos. Segundo Battistel e Costa (1983, p. 830-831) algumas frutas também foram introduzidas em suas terras:

Logo que aqui chegaram, começaram a plantar fruteiras. Onde soubessem existir uma fruteira, logo procuravam um enxerto ou sementes das frutas do mato eram deixadas de pé, sobretudo onde fizessem poteiro. Existiam ameixas, pereira, enfim uma porção de frutíferas.

A produção frutífera também foi cultivada em suas terras em menor escala em relação aos produtos da agricultura, pois o imigrante italiano tinha como base produzir principalmente para o sustento da família. Também a inexistência de uma horta fez com os imigrantes utilizassem hortaliças silvestres como o dente-de-leão, língua de vaca, agrião e outros nos pratos para as refeições. Com as dificuldades que encontraram, principalmente na alimentação, utilizaram estratégias e usufruíram de muitas árvores, folhas e frutas.

Através do relato do Cônsul italiano Corte, em 1884, pode-se conhecer a variedade de plantas e árvores existentes nas primeiras colônias italianas na obra de Battistel e Costa (1982, p. 31):

1. Tabujá. 2. Angico. 3. Guajuvira. 4. Angico-acácia. 5. Louro. 6. Grapiapunha. 7. Cabriúva. 8. Cangerama. 9. Carvalha. 10. Camboatá. 11. Batinga. 12. Cereja-do-mato. 13. Canela- Preta. 14. Açoita-cavalo. 15. Huvá. 16. Cedro. 17. Cedro-comum. 18. Taipa. 19. Pessegueiro-do-mato. 20. Caixeta. 21. Carola. 22. Canela-amarela. 23. Canela-parda. 24. Pimenta. 25. Seibo. 26. Pequio. 27. Lardo-Melado. 28. Corticeira. 29. Timbaúva. 30. Pinheiro ou pinhão.

Os imigrantes italianos têm uma relação de apropriação ou dominação da natureza no que diz respeito aos animais, pois muitos deles eram considerados selvagens e acabavam invadindo suas casas, motivo pelo qual passaram a utilizar a técnica do fogo sempre acesso que constantemente era alimentado de lenha consistente.

Além do mais, existia uma riqueza de animais presente nas colônias italianas, segundo o relato do Cônsul italiano Corte, em 1884, encontrado na obra de Battistel e Costa (1982, p. 32):

Tigre preto, capivara, lobo-do-mato, ariranha-comum, leão, onça, jaguatirica, tamanduá-bandeira, tamanduá-mirim, cutia, lontra, porco-do-mato, porco-preto, anta, ariranha, gato-tigre, raposa, guaraxaim, furão, irara, viscacha, gato-do-mato, coati, veado, jacaré, bugio, lobo, macaco, ratão.

Neste patamar tem-se também a abundância e a presença de muitos pássaros como pica-pau (*Picidae*), quero-quero (*Vanellus chilensis*), gralha (*Cyanocorax*), nambu (*Tinamidae*), maçarico (*Theristicus*), jacu (*Penelope*), marrecos (*Anas querquedula*), saracura

(*Aramides*), pomba (*Columba livia*), tucano (*Ramphastidae*), falcão (*Falconidae*), sabiá (*Turdus rufiventris*), entre outros, o que representava a tradição dos italianos e seus descendentes pelas caçadas ou passarinhadas, um grande símbolo de festas e motivadoras de solidariedade comunitária italiana. A caça surgiu da necessidade de alimentação e estimulada pela abundância de animais de grande e pequeno porte (DE BONI; COSTA, 1982).

As caçadas eram abundantes, pois os pássaros prejudicavam as lavouras e tinham épocas para caçar que seriam entre os meses de inverno, como julho, agosto e setembro, para respeitar a reprodução destes animais. Para realizar a caça dos passarinhos nas capoeiras, usava-se espingarda de pequeno calibre ou o meio de caça com rede, que era estendida do alto para baixo na capoeira. Também existia a caça pelas pedradas ou com fundas, embora não dessem resultados compensadores (DUCATTI NETO, 1979).

Com as caças surgiram os instrumentos de armadilhas oriundos da mata, como o bodoque e a arapuca. O bodoque era feito com forquilha de madeira, um pedaço de couro e duas borrachas. Para usá-lo, devia-se colocar uma pedra entre meio, pegar a forquilha com a mão direita e o couro com a mão esquerda. Mirava-se no pássaro, espichava a borracha e soltava fazendo com que a pedra fosse com uma força muito boa (BATTISTEL; COSTA, 1983).

As arapucas eram construídas de madeira de taquara, vimes, tabuinhas ou pauzinhos pregados com formato quadrado e piramidal. Essa atividade era constante para os imigrantes italianos pegar passarinhos, os quais serviam para a alimentação, conforme Battistel e Costa (1983, p. 771):

Abriam estradinha no meio do mato, no meio do capeirão, depois os cevavam. Colocavam todos os dias um punhadinho de milho na estradinha. Quando eles queriam, ou um dia antes de uma festa, de uma “bigolada”, armavam as arapucas e os apanhavam. O mais das vezes procuravam pombos, inambus, jacus, sabias, gralhas... pegavam vivos. Colocavam uma mão embaixo e os pegavam, matam-nos ou, então, levavam-nos para casa vivos.

No que se refere aos animais, considerados pragas pelos imigrantes italianos, foram encontradas algumas informações sobre o ataque e quantidade de gafanhotos (*Caelifera*) que existiam. Para combatê-los utilizavam enxada, picão e abriam valas para cobrir suas larvas. O ataque dos gafanhotos era muito devastador quando chegavam às lavouras, pois limpavam tudo. A grande quantidade dos gafanhotos fazia com que os imigrantes italianos se reunissem para espantá-los com varas, matracas e gritos, utilizando baldes e lençóis. Os tocavam de uma

roça e já iam para outra, devastando praticamente toda a lavoura. Na horta, os gafanhotos comiam chicória, alface e feijão (BATTISTEL; COSTA, 1982).

Além dos gafanhotos tem-se a presença de outros animais considerados pragas, como as formigas (*Formicidae*) e ratões (*Rattus*). Alguns colonos chegavam a apelar para a providência divina com suas orações para proteção e término dos insetos e outros animais considerados inconvenientes. Os ratões em grande quantidade roíam utensílios como caixões e sapatos, gerando uma grande exterminação pelos imigrantes italianos (CORREA; BUBLITZ, 2006).

Para as enfermidades, os imigrantes italianos utilizaram das flores, caules e folhas das árvores para realizar remédios caseiros, os quais eram presentes no cotidiano principalmente pelas donas de casa que tinham muito conhecimento empírico em remédios usados para tratamentos. Entre os principais remédios caseiros encontravam-se raízes e folhas de algumas espécies como losna (*Artemisia absinthium*), marsela (*Achyrocline satureioides*), arruda (*Ruta graveolens*), camomila (*Matricaria chamomila*), erva santana (*Punica granatum*), malva (*Malva sylvestris*), folhas de noqueira (*Caria illinoensis*) e sálvia (*Salvia officinalis*), usadas para tratamento de dores, problemas de saúde e purificações (COSTA, 1986).

Desta forma, a abundância da flora e fauna proporcionou um grande impacto, perda e extinção de muitas árvores e animais existentes em espaços por onde esses imigrantes tinham suas terras. Após esse primeiro contato, o colono imigrante italiano desmatou expressiva parte das terras que foram ocupadas para a agricultura. Isso é perceptível na obra de Costa (1986, p. 16): “Era necessário plantar para colher. Mas para plantar, fazia-se mister desmoitar, abrir clareiras na mata, queimar e dar fôlego à famosa ‘roça de subsistência’. Isso levava algum tempo”. O sentimento de isolamento através do contato do colono imigrante italiano com o meio ambiente e pela abundância de mato que se tinha, foi motivado para o desmatamento, as queimadas e, em seguida, as plantações.

O cultivo, na visão do imigrante italiano, exigia uma organização e preparo para iniciar as plantações. Sobre este fato, Battistel e Costa (1982, p. 20) trazem um relato de um descendente de italiano sobre a relação com a preparação da terra e plantio.

O sistema de trabalho agrícola, aqui na América é o seguinte: corta-se o mato, que é o bosque e, depois ele é queimado. Arde todo o material menor, ardem as folhas e os caniços. Os ramos mais grossos, a gente corta com o machado, começando por um lado e fazendo, depois, um monte e queimando-os. As toras maiores são deixadas no solo para que apodreçam por si, e entre elas semeia-se. Capina-se um pouco com a

enxada e planta-se o milho, colocando 4 a 5 grãos por cova, à distância de um metro uma da outra.

Observa-se que, para efetuar as plantações os imigrantes italianos utilizavam frequentemente o desmatamento e a queimada, após preparavam o solo, introduzindo sementes e ferramentas como o facão e a enxada. Acreditava-se assim, que a fertilidade da terra era feita com a técnica derrubada-queima e que os cultivos proporcionariam boas plantações. As queimadas estavam presentes no cotidiano dos imigrantes italianos, sendo realizadas para a limpeza das roças e realização da agricultura.

A queima das áreas feita para as roças exigia também dos imigrantes italianos uma preparação e cuidado para não queimar toda a roça ou até mesmo os imigrantes, vistos na obra de Battistel e Costa (1983, p. 814-815):

Antes, roçavam o mato com foice, por baixo, cortavam as arvorezinhas menores, as taquaras os cipós. Depois com o machado e o serrote, derrubavam o mato. Abriam uma estrada tudo ao redor da roça, com dois até três metros de largura, onde era mais perigoso. Tiravam todos os gravetos e ainda faziam uma estrada com a enxada, para o fogo não passar. [...] Quando o fogo tivesse queimando uns 5 metros na roça, então davam fogo também embaixo ou a favor do vento. Num instante o fogo subia.

De fato, os primeiros impactos como a derrubada e a queima do mato eram vistos como uma dominação do meio ambiente onde estavam localizados estes imigrantes italianos. Essa interação com o “mato” fez com que os imigrantes italianos criassem um vínculo com suas terras, primeiro de adaptação e após de proveito dela, proporcionando assim um desenvolvimento para as famílias italianas. Neste sentido, associa-se aos estudos de Brandão (1999), pois o afeto dado à terra pelos imigrantes italianos e seus atributos naturais foram avaliados ao seu poder de produção, no qual se trabalha e planta. O ambiente e seu entorno é de fato sempre vivido e representado em funções diferentes de apropriação, transformação e utilidade, em boa parte em ganhos econômicos.

Conforme Bublitz (2010, p. 144), não havia preocupação com o meio ambiente, até porque as questões ambientais não faziam parte da realidade dos imigrantes italianos, que passaram a ver o mato não somente com medo, mas como possibilidade de progresso. O desenvolvimento surgido nas primeiras colônias e o esgotamento da terra contribuiu para que os referidos imigrantes imitassem a coivara ou chamada de rotação de terras, introduzida pelos indígenas Guarani e ressignificada pelos imigrantes italianos. Isto ocorreu pela convivência dos imigrantes italianos com outros grupos, como indígenas e caboclos, resultado de uma aprendizagem mútua em relação às práticas com a fauna e flora.

A preocupação de proteger áreas de seu território era proporcionada para as árvores mais resistentes como o pínus, angico, tarrumã, cedros, perobas e caneleiras, que conseqüentemente eram destinadas para construções de diferentes instrumentos para a vida agrícola. Outras foram conservadas e respeitadas, como é o caso da palmeira. O plátano, cinamomo e o pinheiro eram considerados árvores ornamentais para cercar parreirais e poteiros (DE BONI; COSTA, 1982).

As árvores como o pínus (*Pinus elliotti*), perobas (*Aspidosperma polyneuron*), cinamomo (*Melia azedarach*) e plátano (*platanus acerifolia*) são espécies caracterizadas como exóticas. Conforme o estudo de Lorenzi et. al. (2003), as espécies exóticas são aquelas oriundas de outros países ou continentes que não pertencem à flora do país, não sendo nativas ou indígenas. Desta forma, estas espécies podem ter sido introduzidas por outros colonizadores como os portugueses, alemães ou italianos.

Por conta do desgaste intenso que proporcionava o sistema de derrubada-queima, os imigrantes italianos tiveram que adotar o rodízio de cultura, de tal modo que uma parte da propriedade sempre descansasse, recobrando-se de capoeira que, posteriormente, seria cortada e queimada. Essa técnica trazida da Europa correspondia com férteis colheitas e vários produtos consumidos pelos imigrantes italianos, tais como o trigo, vinho e milho. Esta ação intensa de degradação sobre o meio ambiente foi predatória nas colônias, o que de fato resultou em uma nova paisagem ecológica (DE BONI; COSTA, 1982).

Esse sistema de rotação de terras era feito deixando o solo descansar de dois a três anos; derrubava-se novamente a capoeira e eram plantados novamente os produtos. Esse processo apresentou, com o decorrer do tempo, uma baixa fertilidade do solo e um aumento no ciclo de rotação de terras. A forma abusiva da terra propiciou uma grande infertilidade do solo e o repouso do campo só era feito quando apresentava sintomas de esgotamento, deixando descansar por até três anos. Novamente eram plantados outros produtos como centeio, cevada, feijão, batata doce, cana e mandioca. O plantio de frutas como uvas, marmelos, peras e maçãs foram frequentes. Entretanto, não ocorria preocupação nenhuma com a proteção da natureza nem defesa contra a erosão.

Os imigrantes italianos e seus descendentes tornaram-se pequenos proprietários ou pequenos produtores através da mão de obra familiar com muito esforço e trabalho. Além da agricultura, desenvolveram a pecuária, atividades voltadas inicialmente para o consumo de

subsistência. O sistema agrícola adotado em suas propriedades foi o de rotação de terras com o cultivo de milho e outros produtos como centeio, cevada, feijão, batata doce, cana e mandioca (HERÉDIA, 2001).

A política de colonização no Rio Grande do Sul foi exitosa, pois os resultados desse processo resultaram em uma economia diversificada e com uma finalidade em interesses da grande lavoura. Frente a isso, os imigrantes italianos e seus descendentes usufruíram do espaço onde se estabeleceram inicialmente com um impacto mais direto, com o desmatamento e as queimadas e o uso da terra, plantando nela diversos alimentos culminados para subsistência e economia.

Neste passo são importantes os estudos da história ambiental recorrentes das relações das sociedades humanas com o ambiente ou uma determinada região. Isto pode-se relacionar de acordo com Soffiati (2008, p. 16):

Trata-se de estudos concernentes das relações das sociedades humanas com um determinado ecossistema, ou com um conjunto inter-relacionado deles (bioma), ou ainda, com uma região apresentando relativa unidade ambiental, (eco-região), considerando também a natureza não-humana como um agente histórico que “fala” de alguma forma ante as relações que se estabeleceram entre ela e as antropossociedades.

Com base neste autor e na ocupação das terras pelos imigrantes italianos e seus descendentes na encosta da serra do Rio Grande do Sul, é possível perceber as marcas deixadas pela devastação e paisagem colonial. Nestes territórios os imigrantes italianos usufruíram das áreas que foram destinadas para a colonização e com a chegada de outros imigrantes estabeleceram-se em novos locais. A marcha de expansão inicialmente seguiu para arredores das antigas colônias e passou adentrando para outras regiões. A busca por novas terras e o contato com o mato, considerado “virgem”, despertou ainda mais a ocupação destes imigrantes que desejavam ocupar as terras. As críticas à devastação ambiental eram colocadas em segundo plano e suprimidas diante do progresso que estava acontecendo na época.

3.2 Os imigrantes italianos no Vale do Taquari

Após a fundação das primeiras colônias na região nordeste do Rio Grande do Sul, tem-se a expansão e marcha da imigração italiana para outras terras. Devido ao número elevado de imigrantes que se estabeleceram nas terras próximas ao rio das Antas, outras áreas foram

loteadas e num período de dez anos conseqüentemente ocupadas. Situação semelhante ocorre na década de 1880 com terras na Colônia Antônio Prado e Alfredo Chaves.

O crescimento do número de imigrantes que ingressava no Rio Grande do Sul foi se intensificando e exigiu uma rápida distribuição e esquema simples: à medida que chegavam, iam ocupando áreas situadas além dos lotes já destinados a imigrantes italianos. Segundo Frosi e Mioranza (1975, p. 50), as correntes migratórias internas foram impulsionadas por diversos fatores:

As diminutas porções de terras, distribuídas aos imigrantes, a densidade populacional (o índice das famílias italianas chegava, até há pouco, facilmente, a dez membros), a agricultura praticada segundo métodos tradicionais, causaram, desde os inícios, a busca de novas terras por parte dos filhos dos italianos.

Conforme Bublitz (2010), não demorou muito para que os descendentes dos primeiros colonos italianos atravessassem o rio das Antas e ocupassem outras áreas do Rio Grande do Sul, principalmente regiões consideradas de “florestas ainda não desbravadas”, como o Vale do Taquari. Essas florestas eram caracterizadas por uma enorme biodiversidade, o que proporcionou, novamente, o desmatamento imposto pelos imigrantes, moldando a paisagem, reconstituindo ecossistemas e tornando a nova terra familiar.

Não se pode esquecer que o território correspondente na atualidade como Vale do Taquari possui características de planalto de Araucárias e do patrimônio histórico cultural de grupos caçadores coletores - Kaingang, denominadas arqueologicamente como estruturas subterrâneas. A direção ao sul deste vale possui extensas planícies e baixas altitudes com sítios arqueológicos de populações horticultoras-ceramistas – os Guarani (DEVITTE; MACHADO; JASPER, 2014). Frente a isso, o termo “desbravar” pode ser repensado, pois a ocupação deste território pelos grupos referidos remonta a uma ancestralidade indígena muito anterior ao contato com europeus e posteriormente imigrantes italianos e demais grupos étnicos descendentes de europeus e africanos que ocuparam o Vale do Taquari.

O terreno montanhoso das antigas colônias italianas era atravessado por cursos de água, entre eles o rio das Antas e o rio Taquari. O rio Taquari, por ser navegável em boa parte de seu percurso, fazia a ligação fluvial entre Porto Alegre, capital da Província, e a região das colônias, tais como Alfredo Chaves e Guaporé. Após a ocupação das primeiras colônias, a expansão também aconteceu em terras localizadas a oeste do rio Taquari (GIRON; HERÉDIA, 2007).

Ferri (1988) destaca que os rios do estado do Rio Grande do Sul tiveram grande influência nos movimentos migratórios, servindo de estrada para que muitos imigrantes adentrassem em outros territórios. Como exemplos desses rios temos o Uruguai, Jacuí, Sinos, Caí e Taquari. Este último, espaço de pesquisa deste trabalho, permitiu que muitos imigrantes adentrassem no Vale do Taquari. Sendo assim, para Ferri (1988, p. 52), o rio Taquari proporcionou que muitas cidades surgissem:

Triunfo, General Câmara, Taquari, Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Lajeado, Estrela, Arroio do Meio, Roca Sales, Encantado, Muçum, além de outras localidades menores. Estas três últimas cidades, além do rio Taquari, que serviu de acesso natural, tiveram sua colonização vinda por terra, com migrantes oriundos das primitivas colônias italianas, dos municípios de Garibaldi (Conde D'Eu), Bento Gonçalves (Dona Isabel), Caxias do Sul (Campo dos Bugres), Veranópolis (Alfredo Chaves) e outras.

A partir de 1870 tem-se ainda mais na região do Vale do Taquari a exploração do rio Taquari, por existirem grandes vantagens de navegação até um porto central, no município de Muçum. Segundo Karam (1992, p. 48):

A criação de um passo no rio das Antas, no lugar que passaria a estrada em construção, proporcionaria comunicações adequadas ao RS, incluindo a ampla região quase desabitada, que era aquela onde logo começariam a chegar os imigrantes europeus. O presidente da província em 1870 criou as colônias Conde D'Eu e Dona Isabel, na região montanhosa, cortada por significativos números de cursos d'água, sendo os mais expressivos o rio das Antas, o Carreiro, o Taquari e o Guaporé, onde existiram exuberantes matas virgens.

O conhecimento a partir do rio Taquari proporcionou a chegada dos imigrantes e a exploração de áreas próximas a este acidente geográfico, pois era considerada uma área denominada “quase habitada”. Isto porque os povos indígenas da região, como os Guarani e os Kaingang, mencionados anteriormente, não eram considerados como os tradicionais ocupantes do território. Ademais, o objetivo principal da província era colonizar, defender e expandir territórios. Com a chegada dos novos imigrantes o governo obrigou-se a abrir novos caminhos principalmente para deslocamento e comunicação aos pontos a serem povoados. Essas áreas próximas aos principais rios, como o Taquari e o Antas, possibilitaram o reconhecimento de grande biodiversidade da mata.

No contexto viário, o rio Taquari, por suas razões e condições geográficas, desenvolveu grande atividade portuária, como o porto de Muçum. Tornou-se uma grande via de acesso de pessoas e produtos da colônia à capital sulina e foi muito importante por suas características econômicas. Também foi desencadeada a construção de estradas que ligassem Campo do Meio, atualmente Passo Fundo, até as margens do rio Taquari, processo que mais

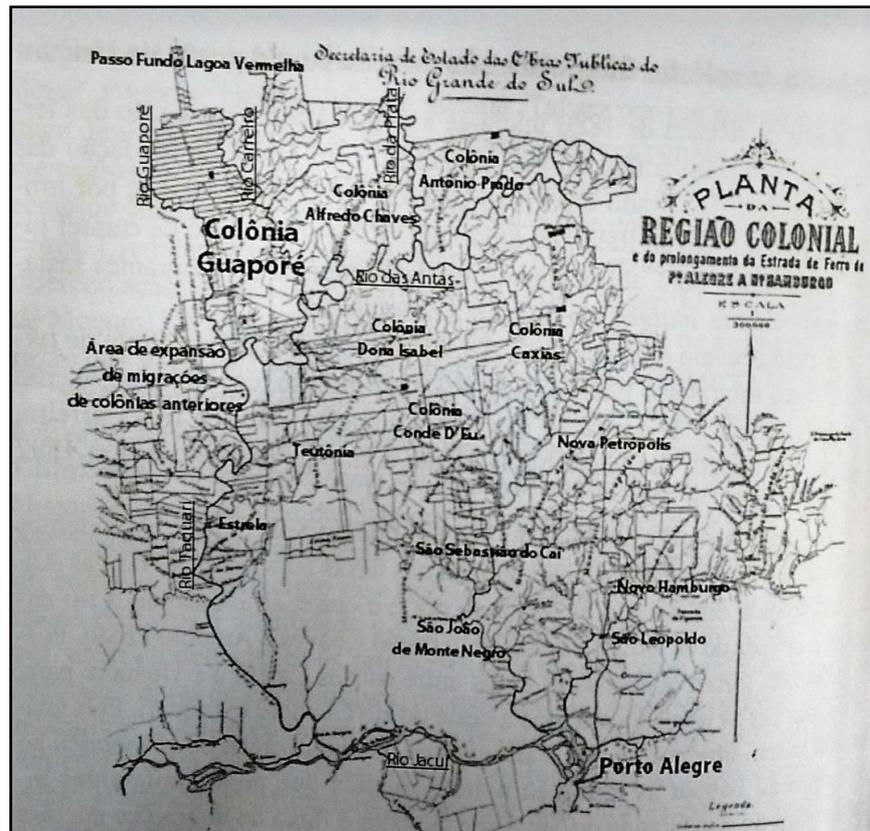
tarde influenciou na fundação da colônia Guaporé (TEDESCO; BALBINOT, 2015).

O ambiente do Vale do Taquari contava com condições favoráveis à agricultura, pois apresentava áreas de planície, com terras férteis e ao mesmo tempo possuía terras que poderiam atingir grandes enchentes do rio. O rio Taquari fazia a comunicação com a capital do estado e o transporte da produção colonial excedente pelos imigrantes (GERHARDT, 2014).

A partir de 1880, na zona mais alta do território de Estrela, instalaram-se os imigrantes italianos. Shierholt (2002), em obra de caráter regional e, sobretudo questionável pela metodologia utilizada, informa que os imigrantes italianos são oriundos dos primeiros centros de imigração na porção nordeste do Rio Grande do Sul. Eram pobres, trabalhadores e estavam à procura de terras mais baratas nas encostas da serra. Estes italianos eram chamados de “gringos” pelos imigrantes alemães e teuto-brasileiros que já se encontravam instalados em Estrela. Colaborando com esta ideia, a obra de Hessel (1983) identifica que outras picadas foram abertas na vertente do arroio da seca, um vale que liga Estrela a Garibaldi. Fato este, que fez com que muitos imigrantes italianos vindos das colônias da porção nordeste chegassem à Estrela e ao Vale do Taquari.

Na década de 1890, o governo realizou a demarcação da Colônia Guaporé para o povoamento da região entre os rios Carreiro e Guaporé. Uma pequena porção destas terras foi ocupada diretamente por imigrantes vindos da Itália e o restante para seus filhos, ou seja, descendentes dos italianos das colônias Caxias, Dona Isabel e Alfredo Chaves. A colônia Guaporé ficava próxima do Vale do Taquari e foi uma das primeiras colônias oficiais fundadas no Rio Grande do Sul, conforme o mapa (FIGURA 1), a seguir.

Figura 1 - Mapa da colônia Guaporé



Fonte: Tedesco; Balbinot (2015, p. 220).

Conforme o estudo de Frosi e Mioranza (1975), a partir de 1892 há o terceiro ciclo de imigração para o nordeste do Rio Grande do Sul e o início das migrações internas no referido estado para outras áreas. Conforme a Tabela 2 a seguir, pode-se observar o surgimento de novas colônias a partir deste ciclo de imigração.

Tabela 2 - Ciclo de migração e surgimento de colônias

Denominação	Colônia	Municípios Atuais
NOVA COLÔNIA	Guaporé (1892 – 1900)	Guaporé Muçum Serafina Corrêa Casca Vila Maria (Marau)
	Encantado (1882 – 1900)	Encantado Nova Brésia
NOVÍSSIMA COLÔNIA	Expansões das diversas colônias anteriores	Parai Nova Araçá Ciríaco David Canabarro Marau Putinga Anta Gorda Ilópolis Arvorezinha

Fonte: Frosi; Mioranza (1975, p. 54).

Através desta tabela, pode-se analisar a expansão e distribuição dos movimentos de imigração e conseqüentemente de migrações internas dos imigrantes italianos e seus descendentes para outros territórios, inclusive no Vale do Taquari. Destacam-se, assim, na última coluna da tabela, os municípios que hoje estão localizados no Vale do Taquari e seus desmembramentos das colônias antigas, como Guaporé e Encantado. A nova colônia de Encantado tem sua expansão em direção ao norte do Vale do Taquari, ocupando áreas dos atuais municípios de Nova Bréscia, Putinga, Anta Gorda, Ilópolis e Arvorezinha.

Esta mesma colônia, Encantado, foi fundada em 1878, mas as primeiras famílias começaram a chegar somente alguns anos depois. Situada na margem direita do rio Taquari e próxima a Muçum, seus lotes compunham terras férteis e um clima mais quente do que as antigas colônias. Seus colonizadores somam em torno de quatro mil pessoas oriundas das colônias de Conde D'eu, Dona Isabel e Caxias, que buscavam novas terras para colonizar (GIRON; HERÉDIA, 2007).

Entre as primeiras famílias que ocuparam a colônia de Encantado estão Lucca, Bratti, Pretto, Fontana, Buffon, Bertozzi, Rossetto, Echer, Radaelli, Castoldi, Pedrotti, entre outras. O território é geralmente constituído de terrenos acidentados e uma vasta cadeia montanhosa que declina ao sul com os dois principais rios que banham os vales, Guaporé e Forqueta (COSTA, 1997).

Já ao município de Muçum, os primeiros colonizadores imigrantes italianos chegaram a partir de 1888 ocupando diversas linhas que haviam sido traçadas pelo engenheiro José Montauri a partir do rio Taquari. Essas linhas eram próximas ao referido rio e os imigrantes tinham como o trabalho a agricultura, comércio e pequenas indústrias (FERRI, 1988). Além disso, a colonização em Muçum processou-se de modo semelhante às demais regiões do Vale do Taquari. Ela foi iniciada pelo investimento privado, que se fortificou com as legislações imperiais e demarcada com fins de colonização em pequenas propriedades. Foi com a colonização que o porto de Muçum foi oficializado e expandiu a diversidade produtiva (PINSETTA, 2010).

No Vale do Taquari, a região mais alta e situada ao norte deste território, oferecia-se a compra de terras por preços mais baixos. Em Arroio do Meio, os colonos imigrantes italianos adquiriam terras pela compra e instalavam em seus distritos. A grande maioria dos imigrantes italianos se estabeleceu nos antigos distritos de Capitão e Nova Bréscia, vindos da colônia

Conde D'Eu. Em busca de novas oportunidades, os descendentes dos imigrantes italianos migraram para outros municípios, como Encantado, por exemplo (KREUTZ et al., 2001).

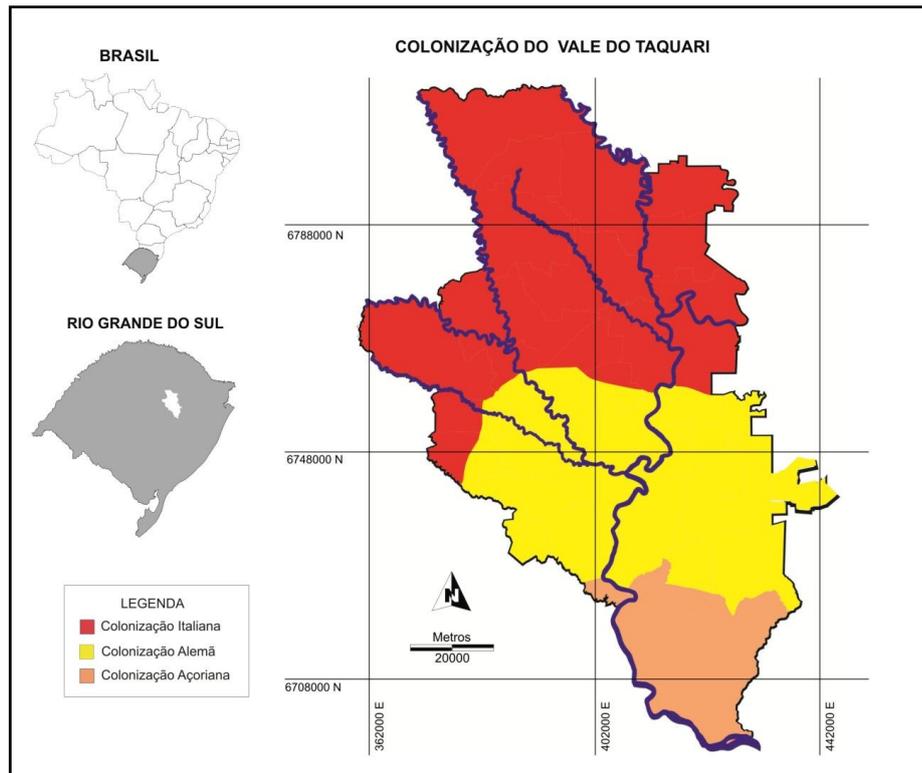
Neste passo temos o local de estudo deste trabalho, a região do Vale do Taquari e sua ocupação na parte norte pela colonização italiana no final do século XIX. Semelhante à região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, a ocupação italiana no Vale do Taquari também ocupará áreas caracterizadas por serra e difícil acesso. Essa expansão da imigração para o Vale do Taquari completa o processo de formação étnico-cultural da região.

O Vale do Taquari, que por sua vez possuía uma formação bastante diversificada do ponto de vista étnico (região que tradicionalmente tratava-se de território indígena Guarani e Kaingang), passou a ser colonizado por portugueses que trouxeram os negros, seguido dos imigrantes açorianos em fins do século XVIII, imigrantes alemães a partir de meados do século XIX e, nas últimas décadas do século XIX, conforme referido, temos a presença dos imigrantes italianos.

Esta pluralidade cultural e étnica do Vale do Taquari pode ser pensada a partir dos pressupostos de Barth (2000), ao salientar que a etnicidade se define nas relações de fronteira, ou seja, quando há o contato entre grupos distintos, as fronteiras, por meio das diferenças pertinentes a cada um, tendem a emergir. Salienta-se ainda que dentro de um grupo étnico o conteúdo e os traços culturais podem se modificar, todavia os indicativos de pertencimento continuam os mesmos, podendo ser percebidos através dos sinais diacríticos das fronteiras, situação possível de identificar nos italianos em relação aos demais grupos étnicos do Vale do Taquari.

Conforme referido, a região colonial que foi destinada aos italianos estava situada na encosta superior do planalto, ou seja, mais precisamente entre os vales do rio Caí, do rio das Antas e das colônias alemãs localizadas na área chamada, na época, de Baixo Taquari, planícies próximas a este rio (FERRI, 1996). A ocupação das terras dos imigrantes italianos aconteceu através de compra por companhias colonizadoras em territórios nas encostas, na “região alta”, as quais caracterizam-se planalto e montanha, localizadas na porção norte do mapa (FIGURA 2).

Figura 2 - Mapa da colonização do Vale do Taquari



Fonte: Trombini; Kreutz, 2015, Adaptado a partir do Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari/Univates.

Conforme Karam (1992), áreas das colônias Conde d'Eu, Caxias, Dona Isabel, Alfredo Chaves e Estrela já não tinham mais terras para serem ocupadas e atender às demandas para estabelecer os imigrantes que chegavam. Em 1854, a Empresa de Colonização Batista Fialho & Cia, instalou-se na colônia Conventos, hoje Lajeado, e iniciou na subida do rio Taquari em 1867 as medições de terras mais ao norte, que seriam ocupadas pelos imigrantes. Outras particulares também tiveram terras às margens do rio Taquari, como as companhias Bastos & Irmão e Teschner & Cia.

Existe, assim, no Vale do Taquari e em regiões próximas a ele, uma expansão e povoamento que ocorreu por núcleos oficialmente reconhecidos pelo governo provincial, como Guaporé e Anta Gorda. Outras regiões também foram fundadas pela iniciativa privada próxima a Soledade, como Arvorezinha e Guaporé. Sendo assim, o governo desejava ampliar as áreas de colonização e criou uma comissão técnica para fazer um levantamento das áreas territoriais. As medições oficiais de terras particulares procederam a demarcação de lotes coloniais para os colonos que seriam assentados pelo governo.

Entre os anos de 1891 e 1914 os imigrantes italianos ocuparam terras no Vale do Taquari através da compra por companhias colonizadoras, tais como a Klenze e Cia, Bastos &

Companhia, Batista Fialho & Cia, Cia Colonizadora Rio-Grandense e Internationale Bergban and Industriegesellschaft (REGISTRO DE IMÓVEIS DE LAJEADO, Transcrições de Imoveis, 1896- 1914). Neste sentido, há um documento do Registro de Imóveis de Lajeado/RS que aponta o seguinte:

24/03/1898 - Quatro colônias de terras: três, quatro, cinco e seis, sitas entre o “Arroio Forqueta” e “Fão”. Contém, todas, 400 mil braços quadrados, confrontando pelo leste com o Arroio “Forqueta”, pelo Oeste com terras de Mathias Feil e dos transmitentes, pelo sul com o Arroio “Fão” e pelo norte com terras de José Martins da Cunha e das terras da Forqueta.

Adquirinte: Hernesto Henrique Guilherme Widholder (Porto Alegre)

Transmitente: Klenze e Cia (Porto Alegre) (REGISTRO DE IMÓVEIS DE LAJEADO, Transcrição de Imoveis – nº 03 (1894), 24/03/1898, p. 119).

No início do século XX, alguns colonos imigrantes italianos provenientes de Garibaldi começaram a instalar-se em Bela Vista do Rio Fão, pertencente, na época, a Lajeado. Além desta localidade os imigrantes italianos ocuparam outras próximas como Três Lagoas, Constantino, Vasco Bandeira, Medorema, Forqueta, Lagoa Dutra, Selim, São Roque, Campo Branco e Gramado São Francisco. Estes locais de características montanhosas, hoje pertencem aos municípios de Progresso, Pouso Novo e Marques de Souza (COSTA, 1997).

De acordo com a análise historiográfica da chegada dos imigrantes italianos e seus descendentes em territórios do Vale do Taquari, relaciona-se com a história ambiental, pois como os imigrantes que estavam localizados na região nordeste do Rio Grande do Sul, no Vale do Taquari também vão manter relações com o meio ambiente, principalmente no que tange à ocupação de suas terras e, conseqüentemente, efetuar as plantações. Neste sentido, os estudos ambientais acontecem pela investigação das interações dos humanos com indivíduos e natureza, e os resultados dessas interações.

Para Worster (1991, p. 199-200) a história ambiental procura “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através do tempo, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”. Nas palavras deste autor, relaciona-se essa investigação da história ambiental ao Vale do Taquari, pois muitas mudanças e impactos, como o desmatamento e poluição dos rios surgiram por estes imigrantes, pois não existiam leis e preocupações maiores com o meio ambiente.

Durante os primeiros anos de colonização no Vale do Taquari os imigrantes encontraram um mundo diferente da Europa. A terra, flora e fauna, os cultivos, as técnicas agrícolas e os hábitos do cotidiano eram distintos da realidade de onde vinham. Bastou a estes

imigrantes se adaptarem ao meio onde estão inseridos e entrar em contato com o meio ambiente, que além de trazer a sua cultura assimilaram diversos aspectos locais (KREUTZ et al., 2001).

Conforme estudo de Relly (2013), os imigrantes teuto-brasileiros, por exemplo, ao chegarem ao Vale do Taquari, se depararam com uma abundância da natureza, tanto na flora, como fauna, com uma floresta densa, desconhecida, abundante, com uma fiscalização insuficiente e desrespeitada. Isto levou os imigrantes a se depararem com esta grande biodiversidade e a utilizarem/fazerem do meio ambiente palco para suas produções de subsistência e economia. Em nosso ponto de vista, situações semelhantes a estas são as que os imigrantes italianos também vão enfrentar.

Sobre a questão de leis com o meio ambiente e fiscalização de áreas que estavam sendo desmatadas no século XIX e início do século XX, encontra-se o estudo de Gerhardt (2013), que aborda a história ambiental da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) no Paraguai, Argentina e em territórios brasileiros como Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Tanto a província, como os municípios, manifestaram preocupação com a conservação desta espécie, o que gerava dificuldades de fiscalização principalmente por falta de pessoas que percorriam os distritos e ervais e a insatisfação dos altos impostos pagos para a fiscalização.

Além do mais, no Rio Grande do Sul, as câmaras municipais de Passo Fundo, Taquari e Palmeira tentaram proteger ervais nativos por meio de códigos e artigos criados para seus territórios (GERHARDT, 2013). Como pode-se refletir, existiam leis e preocupações muitas vezes relativizadas no Rio Grande do Sul, sobretudo pela ocupação das áreas que estavam florescendo.

Tanto na zona de vale, como na de encosta, os colonos tiveram que abrir clareiras na mata para construir suas casas e instalar áreas de plantação. A produção inicialmente era para autoconsumo e suas propriedades eram de 25 a 10 hectares. Em suas terras tinha-se um esquema de rotação com abate e queima da floresta, com o cultivo do milho e outras espécies, como feijão e trigo. Antes das chuvas de inverno, eram derrubadas com a ajuda de ferramentas como o machado e a serra, sendo os resíduos vegetais queimados. Apenas eram preservadas algumas árvores de maior porte (BEROLDT et al., 2007).

A ocupação das terras no município de Dois Lajeados, no Vale do Taquari, deu-se por

colonização particular, principalmente pela ocupação de terras onde existiam muitas matas destinadas para o comércio de madeira. O povoamento de Dois Lajeados intensificou-se pelo norte, conforme Karam (1992, p. 155):

O comércio da madeira foi o forte da região, povoada por serrarias. A erva-mate e o pinhão também constituíram fontes de bom comércio. A fama de terras férteis atraiu famílias de Bento Gonçalves, Veranópolis, Garibaldi e de outros lugares vizinhos, que vieram povoar e cultivar o solo, nas diversas linhas em que a colônia foi dividida, bem como pessoas que desempenhavam profissões diversas como ferreiros, marceneiros, moinheiro, etc.

Percebe-se, assim, que a vinda desses imigrantes italianos tinha como interesse a busca pela vegetação existente como a madeira, a erva-mate e o pinhão e, conseqüentemente, sua exploração. Os comerciantes de madeira e terras tinham, definitivamente, objetivos específicos de lucratividade, pois depois de retirar da mata as árvores, vendiam as terras, loteando as superfícies menores.

A instalação dos imigrantes italianos em áreas de maior altitude e de relevo acidentado ocorreu sob a forma de pequenas propriedades, o que intensificou a produção agrícola e a produção de excedentes, possibilitando, assim, o acúmulo de capital e o investimento em novos empreendimentos comerciais e industriais. No Vale do Taquari podem-se encontrar algumas construções desse período nos municípios de Nova Bréscia e Doutor Ricardo (DEVITTE; MACHADO; JASPER, 2014).

Quando os imigrantes italianos chegaram ao município de Encantado, depararam-se com uma abundância de mata, conforme a obra de Ferri (1996, p. 15):

A vida destes pioneiros, jogados em meio à mata virgem, transcorria num período épico e grandioso, muitas vezes, sob a inclemência do tempo, as intempéries, especialmente, antes de construírem suas rústicas casas. Viviam em meio hostil, enfrentando os perigos, sem nenhum conforto ou assistência médico-hospitalar, social, cultural e, especialmente, a religiosa.

Conforme visto na obra deste autor, a riqueza da mata é caracterizada como uma “mata virgem”. O contato inicial dos imigrantes italianos e seus descendentes com o mato em territórios que compreendiam a colônia Encantado foi de dificuldades e ao mesmo tempo de medo, pois a mata e as “intempéries” representavam uma barreira que estava por perto. Uma das formas para superar esse sentimento e isolamento foi construir uma comunidade e mais tarde uma capela, denominada São Pedro. Relatos dos padres que atendiam as comunidades que pertenciam à capela de São Pedro em Encantado, no final do século XIX e início do século XX, caracterizavam a área que compreende atualmente os municípios de Arvorezinha,

Anta Gorda, Ilópolis, Nova Bréscia, Putinga, Relvado e Doutor Ricardo.

Os caminhos percorridos por esses padres eram feitos a cavalo, em meio à floresta com altos morros, muitas árvores como pinheiros, cedros, jaboticabeiras, anjicos, guáiacos e erva-mate e uma diversidade de pássaros. Estes primeiros imigrantes italianos que chegaram a Encantado e territórios próximos iniciaram o desmatamento visando cultivar a terra para seu sustento e aproveitando, assim, a madeira para construir suas casas (FERRI, 1996).

Ainda sobre áreas que se encontram em jurisdição da Colônia de Encantado, tem-se alguns dados sobre o município de Nova Bréscia, também pertencente ao Vale do Taquari, e dos primeiros imigrantes italianos, provenientes de movimentações internas da própria Colônia Encantado. Após a demarcação feita, cada família se dirigia para o terreno e começavam os primeiros trabalhos: limpeza do mato, a construção da casa com madeira serrada à mão e a abertura de estradas com utilização de foice, facão, picareta e pá. Os imigrantes italianos que chegaram a Nova Bréscia eram atraídos pelo baixo preço das terras, localizadas em região montanhosa, onde atualmente temos a Linha Tigrinho, marco da colonização do município de Nova Bréscia (CRISTÓFOLI, 2015).

Percebe-se assim, que a expansão para territórios do Vale do Taquari começou no final do século XIX e início do Século XX em áreas consideradas “pouco povoadas” com características de grandes florestas. A visão destes imigrantes italianos em relação à história ambiental apresenta características sobre a biodiversidade que este mato apresentava. A procura pela terra e o contato inicial com o mato ainda “intocado” ocasionou os primeiros impactos e também o plantio de produtos, tais como o milho, o trigo e as videiras.

Torna-se importante discutir o conceito de “mato intocado” ou mesmo “mata virgem” utilizado por Gino Ferri (1996), pois mesmo apresentando dificuldade de ocupação pelos imigrantes italianos, estes locais não foram resultados de modificações geológicas por ação da própria natureza e da presença humana durante o pré-contato com europeus, portanto longe de serem matos “intocados” ou “virgens”. São territórios onde muitos povos tradicionais americanos ocuparam, viveram e utilizaram para obtenção de sua sustentabilidade econômica e práticas culturais envolvendo a natureza. Isto corrobora com a concepção de Diegues (2001, p. 52), ao chamar a atenção para que o “[...] mito naturalista, da *natureza intocada, do mundo selvagem* diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado ‘puro’ até anterior

ao aparecimento do homem”.

Esse mito naturalista é, porém, impregnado do pensamento racional representado por conceitos como ecossistema, diversidade biológica, ações de grupos humanos e conservação da natureza. A biodiversidade da mata encontrada pelos imigrantes italianos e seus descendentes faz parte da representação simbólica que este grupo encontrou na ocupação de seus territórios e nas modificações efetivadas por eles no ambiente.

Por isso é importante estudar as transformações do ambiente ocasionadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes desde a chegada à região do Vale do Taquari. Associa-se, assim, aos estudos de Pádua (2010, p. 84) que destaca:

A proposta de comparar regiões, produções naturais, economias e culturas – de constituir um saber geográfico planetário – é fundamental para entender a emergência de uma preocupação com os riscos da ação humana. A própria ideia de colapso, de destruição do futuro, começa a aparecer nesse contexto.

Outra consequência da chegada dos imigrantes italianos e seus descendentes no Vale do Taquari foi a renovação de um processo identitário em relação ao novo ambiente. Além de cultivarem hábitos ítalos, adaptaram-se com as dificuldades do cotidiano e passaram a ressignificar suas práticas culturais através do contato e convivência com outros grupos étnicos, tais como indígenas, negros, portugueses e alemães. Os imigrantes italianos e seus descendentes formam juntamente com as outras etnias, a pluralidade étnica e cultural do Vale do Taquari.

Conforme Nodari (2009), que estudou descendentes de imigrantes que se estabeleceram no oeste catarinense, o processo de pertencimento na nova pátria gerou uma dupla lealdade, pois a cultura étnica adaptou-se e continuou em solo brasileiro e seus membros foram integrados na vida econômica, social e política. A etnicidade e o pertencimento do grupo transformaram-se como análise do processo de adaptação dos imigrantes e seus descendentes, que por meio das relações perpassam por continuidades e inovações. A criação de uma comunidade próxima entre os imigrantes de etnias diferentes proporcionava uma maior ou menor relação referente a aspectos da família, da igreja e da escola.

Acredita-se que o mesmo aconteceu no Vale do Taquari com os imigrantes italianos e seus descendentes e a relação com outras etnias, pois relacionaram-se e foram protagonistas da construção da identidade deste vale. A criação dos núcleos populacionais destes imigrantes

e a formação de uma comunidade proporcionaram a relação, adaptação e continuação de suas culturas. A convivência pelas proximidades através dos encontros onde estavam localizados favoreceu as fronteiras étnicas, a fim de passarem por momentos de renovações, pertencimento ou até desaparecimento.

A identidade está em constante construção e envolve questões sociais, históricas e linguísticas. Os imigrantes italianos que vieram para o Brasil são motivados por promessas e procura de melhores condições de sobrevivência para suas famílias, uma vez que essas condições não encontravam-se em sua terra natal. Coube aos imigrantes italianos localizarem-se na parte mais alta do Vale do Taquari, e nesses espaços reinventarem estratégias e renegociarem suas práticas para a sobrevivência, fortalecendo sua identidade étnica.

3.3 Os imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari

Após o avanço expansionista pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ora pelas colônias oficiais ora pelas colônias particulares e o reconhecimento de áreas de mato próximas ao rio Taquari, o processo de povoação intensificou-se em territórios que vão constituir o que se denominou de Vale do Taquari. O governo desejava povoar as áreas e promover as relações entre estas comunidades e Porto Alegre, intensificando assim a colonização, agricultura e o comércio. Por isso, a imigração italiana chegada ao Vale do Taquari no final do século XIX e início do século XX vem ao encontro do projeto proposto pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR).

No Vale do Taquari os imigrantes italianos e seus descendentes foram instalados em pequenas propriedades, um ao lado do outro, situação que favoreceu um relacionamento de vizinhança e amizade, bem como conservou as características culturais (GOMES; LAROQUE, 2010). Conforme referido, as terras destinadas para ocupação dos imigrantes italianos estão localizadas na porção mais ao norte do território do Vale do Taquari, principalmente nas encostas e “região alta”. No entanto, começaram a ocupar a porção norte da região somente no final do século XIX e início do século XX e apossaram-se de suas terras com a compra efetuada por intermédio das companhias colonizadoras.

Sobre o comércio de terra no início do século XX, em áreas que correspondem à

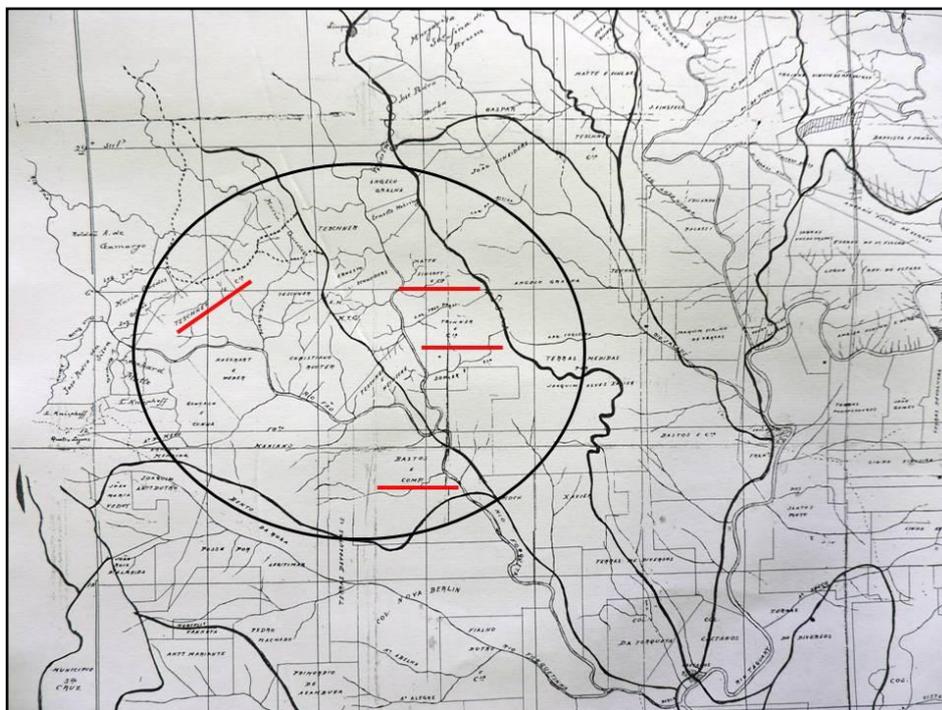
Microrregião Oeste do Vale do Taquari, mais precisamente em territórios que abrangem o município de Marques de Souza e Travesseiro, documentos de 1906 e 1910, que se encontram no Cartório de Registro de Lajeado, informam o seguinte:

23/11/1906 – duas e meia colônias de terras nº 7, 8 e 9 no Travesseiro – 1º distrito. Contém 250.000 braça quadradas de superfície, tendo de frente cada colônia 210 sobre 2304m de fundo, dividindo pela frente com terras que são ou foram de Joaquim Alves Xavier, nos fundos com terras que são ou foram de C. Bastos, por um lado com terras de Guilherme Schthneyer e pelo outro de José Locatelli.
Adquirinte: Berticelli, Giovanni (Garibaldi)
Transmitente: João Enéias Sperb (REGISTRO DE IMÓVEIS DE LAJEADO, Transcrição de Immoveis – nº 03B (1910), 23/11/1906, p. 51).

17/11/1910 – município de Lajeado, 3º registro – Fão. Uma área de terras com 822.800 m², tudo fazendo parte do título legitimado por Francisco Mariano da Silva.
Adquirinte: Cia Colonizadora Rio Grandense (Porto Alegre)
Transmitente: João Klein e Jacob Weber (São Luiz Conzaga) (REGISTRO DE IMÓVEIS DE LAJEADO, Transcrição de Immoveis – nº 03B (1910), 17/11/1910, p. 64).

Também tem-se um mapa (FIGURA 3) que apresenta o território de jurisdição que compreende aproximadamente o que se denomina Microrregião Oeste do Vale do Taquari e as principais companhias colonizadoras que vendiam terras para os colonos imigrantes que estavam chegando.

Figura 3 - Microrregião Oeste do Vale do Taquari e as Companhias Colonizadoras



Fonte: Mapa adaptado a partir de Karam (1992).

Como pode-se perceber, companhias como Tchener e Cia e Bastos atuaram no Vale

do Taquari, bem como em territórios que compreendem os municípios de Progresso, Pouso Novo, Marques de Souza e Travesseiro. Associando os documentos listados anteriormente, faz-se compreender as companhias colonizadoras atuantes na Microrregião Oeste e também, os imigrantes que estavam adquirindo terras na Microrregião pesquisada, vindos principalmente das Antigas Colônias da região nordeste do Rio Grande do Sul.

Neste mesmo parâmetro analisa-se a perspectiva macroespacial do território que compreende a Microrregião Oeste do Vale do Taquari desde o século XVIII até sua denominação nos dias atuais. O território pode ser compreendido nas palavras de Cabral (2007), por uma determinada porção da superfície terrestre que é apropriada e ocupada por um grupo humano, como um espaço entre si e seus atributos tanto naturais como sociais.

Nas últimas décadas do século XX, um novo olhar sobre o conceito de território buscou mais ênfase relacionada a um espaço decisivo de relações de poder. O espaço não tem uma dimensão espacial e temporal fixa, podendo variar de tamanho como aconteceu com os municípios pesquisados, que perpassaram por vários desmembramentos até sua emancipação total. Essa emancipação territorial pela qual os municípios passaram no final da década de 1980 possibilitou que tivessem sua organização espacial.

Retrocedendo à época da colonização, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e do território que atualmente denominamos de Vale do Taquari, os municípios pesquisados faziam parte de territórios maiores. Por volta da terceira década do século XVIII, teve início o processo de distribuição de sesmarias, definindo-se a posse da terra e do gado, com o estabelecimento de estâncias. As sesmarias eram terras devolutas e foram concedidas primeiramente na região que se estendia de Tramandaí aos campos de Viamão, passando por Gravataí e um pouco mais ao sul, em Rio Grande. Sendo assim, a partir da primeira metade do século XIX, o Rio Grande do Sul tinha quatro povoações: Rio Grande, fundado em 1747; Porto Alegre, fundado em 1803; Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha, fundados em 1809 (PESAVENTO, 1990).

Vale salientar que antes da Lei de Terras em 1850, várias áreas particulares do Rio Grande do Sul que se estendiam nestas povoações eram chamados de “fazendas”. Após esta lei, foi possível que alguns proprietários particulares, comerciantes de terras, loteassem e vendessem grandes quantidades de terras para a colonização particular. Em decorrência da decadência que algumas destas fazendas passaram a enfrentar, as Companhias Colonizadoras

começaram a adquirir terra por meio da compra e a transformá-las em colônias (VEDOY, 2015).

Em decorrência disto, o território que compreende este estudo sofreu alguns desmembramentos, conforme será visto a seguir. Em 1849 foi criado o município de Taquari, chamado antes de São José do Taquari, o qual compreendia os territórios de Estrela e Lajeado. Em 1876 foi criado o município de Estrela, chamada antes de Colônia Estrela e Santo Antônio da Estrela. Em 1891 foi emancipado de Estrela, o município de Lajeado, chamado antes de Conventos Velhos, Colônia de Santo Inácio, Santo Inácio dos Conventos e Santo Inácio. Até 1934 todos os municípios da Microrregião Oeste pertenciam ao município mãe que era Lajeado (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 2002).

Até o ano de 1915 encontra-se alguns registros referentes aos municípios pesquisados com a seguinte divisão: o município de Progresso era um povoado do 3º distrito - Fão - de Lajeado com a denominação de São Francisco e o município de Travesseiro era um povoado do 4º distrito -Arroio do Meio - de Lajeado:

3º Districto – Fão: Fão, Fão e Xaxim, Forquetinha (Kober), *São Francisco*, Lageado do Meio, Pedra Branca, Theodoro, Prudencio, Orlando, Três Lagoas, Pau Queimado, Barro Preto, Tamanduá, Coqueiro.

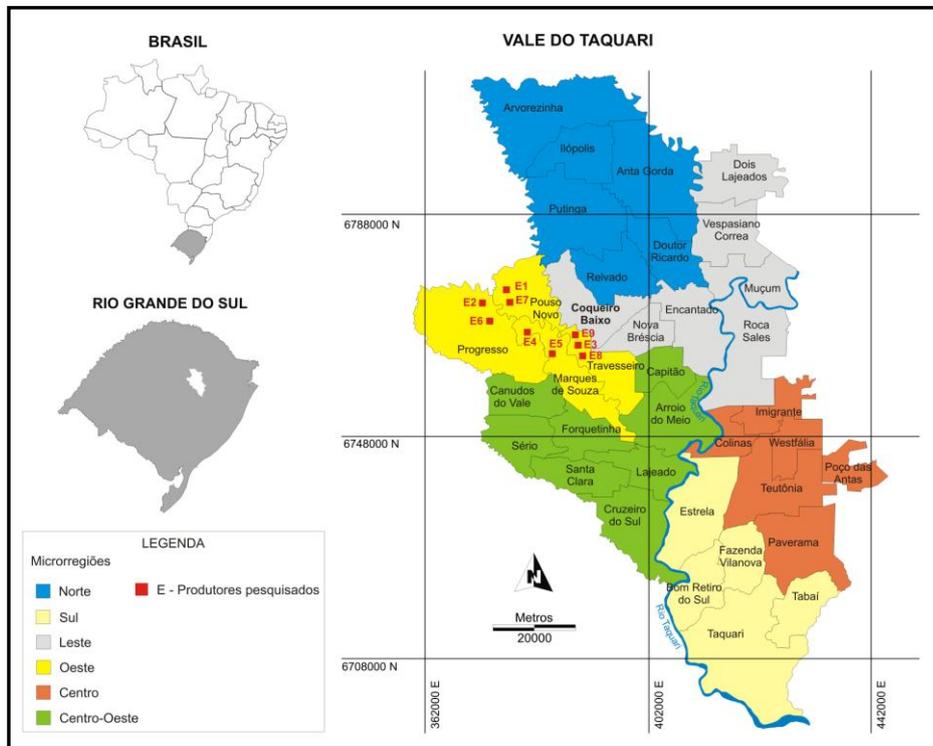
4º Districto – Arroio do Meio: Povoado Arroio do Meio, Picada Arroio do Meio, 32 e Travessão, *Travesseiro*, Palmas e Bicudo, São Caetano, palmital e D^a. Rita, Arroio Grande, café, Fuchs, Capitão, Marinheiros, São Jacob e Nhoque, Forqueta, estrada Nova de capitão, Anta Gorda e Encantado (ARQUIVO HISTÓRICO DE LAJEADO. Relatório Conselho Municipal, 1915, p. 36, Arquivo Histórico de Lajeado).

Em 1934 foi criado o município de Arroio de Meio, emancipado de Lajeado. Neste processo os municípios pesquisados sofreram uma divisão territorial: Progresso e Marques de Souza continuaram pertencendo a Lajeado, entretanto Pouso Novo e Travesseiro passaram a pertencer a Arroio do Meio. No final da década de 1980 muitos municípios no Vale do Taquari tiveram suas emancipações, tanto de Lajeado, como de Arroio do Meio. Em 1987 foi criado o município de Progresso, emancipado de Lajeado. Em 1988 foi criado o município de Pouso Novo e em 1992 o município de Travesseiro, ambos emancipados de Arroio do Meio. A última emancipação de município da Microrregião Oeste foi Marques de Souza, ocorrida em 1995, do município de Lajeado (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 2002).

Portanto, é em parte deste espaço que se localiza a Microrregião Oeste do Vale do Taquari, composta pelos atuais municípios de Progresso, Pouso Novo, Travesseiro e Marques

de Souza. Salienta-se ainda que entrecortando estes municípios temos os rios Fão e Forqueta, que são afluentes da Bacia Taquari-Antas, conforme mapa (FIGURA 4).

Figura 4 - Mapa da Microrregião Oeste e produtores pesquisados



Fonte: Trombini; Kreutz, 2015, Adaptado a partir do Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari/Univates.

Segundo Cavallin (2000), os imigrantes italianos chegaram ao município de Progressovindos de Garibaldi; algumas famílias como Gottardi, Battisti, Baptisti, Mantelli e Zenatti foram as primeiras. Um ano depois vieram famílias como Barbieri, Picolli, Bizol, Graff e Baptisti. Na localidade de Selim, interior município de Progresso, vieram as famílias Bergonsi, Borelli, Maffi, Tomazi e Draghetti. Outras vieram de Guaporé, como Orlandi, Orlando e Tarelli.

Conforme o relato do produtor E6 (03/11/15, p. 1), da família Bergonsi, do município de Progresso, pode-se analisar que seus antepassados, do início do século XX, têm ligação com origens da Itália e outros lugares do Rio Grande do Sul:

A – o meu vô veio da Itália, ma agora não sei que ano foi né, mas isso né foi há muitos anos atrás. Vieram em três irmão, um veio mora aqui em Selim (município de Progresso), meu avô, o outro foi mora em Vila Sério e o outro lá em Nova Bréscia. Hãaa... um era, o meu avô era [...] Bergonsi e o outro era como, era [...] Bergonsi e o outro não... se não me engano era [...].

J – e o nome do pai do tio?

A – o meu pai era [...].

Tem-se um registro documental sobre esta mesma família do produtor rural descendente do município de Progresso, relatando as origens dos antepassados registrados na década de 1930.

Aos trinta de julho de mil novecentos e trinta e um na capela de Gramado, deante de Padre João Browsver e dos testemunhas Henrico Bragonsi e Augusto Gritti, receberam em matrimonio Guerino Bragonsi e Francisca Gritti, ele com vinte e três anos de idade, nascido e batizado em Garibaldi, morador nesta parochia; filho legitimo de Paulo Bragonsi e Lourença Pagani; ela com dezanove anos de idade, nascida e batizada em Garibaldi, moradora nesta parochia, filha legitima de José Gritti e Philomena Ferrari. E para constar lavrei este assento que assigno. Vig. Frei Simão Van den Akkes (Fonte: Registro de Casamentos – Anos 1920-1930. Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora – Progresso/RS).

Já no município de Travesseiro, os imigrantes italianos instalaram-se em lugares mais altos, localizados à margem direita do rio Forqueta e das colônias originais como Bento Gonçalves, Garibaldi e Caxias do Sul. Outros vieram de colônias mais recentes, como Relvado e Linha Alegre. Entre os sobrenomes que se destacam na comunidade de Três Saltos Alto, interior de Travesseiro, no Vale do Taquari/RS, tem-se as famílias Sandri, Bettio, Boni, Deliberali, Alberton, Pivatto, Martini, Maffi, Dalla Vecchia e Frasnelli (SANDRI, 2013).

Corroborando com esta ideia, tem-se o relato do produtor rural descendente de imigrante italiano E8 (05/02/16, p. 1-2) do município de Travesseiro sobre seus antecedentes recorrentes ao final do século XIX, oriundos da Itália e início do século XX, de Carlos Barbosa e Coqueiro Baixo.

A – se vocês querem comenta um poquinho sobre os antepassados, o que vocês sabem, se eles logo vieram aqui pra cá, da onde que eram...

A1 – o pai ele nasceu em Carlos Barbosa e também veio com poca idade mora em Olinda, com 2 anos também lá de Carlos Barbosa e veio pra cá.

G – veio dentro de um cesto a cavalo.

A1 – é a cavalo, isso aí. Trouxeram dentro, não sei se chegaro a vê ainda, o cavalo com os cestos do lado. Ele veio dentro de um cesto desses pra cá, na mudança deles.

E a mãe era daqui, da Linha Garibaldi.

J – que sobrenome?

A1 – Gonzatti.

A – daí por parte de tua mãe eles eram daqui mesmo? Os pais e os avós?

A1 – os avó, o meu bisavô, o bisavô veio da Itália e aí minha avó também veio da Itália, sairo de lá com...eram três semana, a família era com três filha né, duas morrero na viagem e foi atirado no mar, só fico a minha nona né que veio pra cá viva e as outras foram por mar, ti vero que atira no mar. Ela é Debiazi, Debiazi né.

Também encontramos na fala do produtor rural descendente de imigrantes italianos, do município de Pouso Novo, E7 (19/01/16, p. 1) sobre as origens de sua família no início do século XX:

I – os pai, os vô vieram de Garibaldi né, o meu vô veio da Itália, veio pequenininho dentro de um balainho de vime, balainho de vime, a avó guardo esse balainho há muitos anos né, como uma lembrança né. O balainho que foi o berço dele, balainho de vime. E vieram mora em Garibaldi, meu pai nasceu em Garibaldi, minha mãe nasceu em Garibaldi, meu vô materno também nasceu em Garibaldi e depois vieram pra cá né, vieram pra cá e ficaram por aqui né. Foram mora os vô paterno ficaram aqui na Forqueta e os vô materno foram mora mais pra lá que hoje é Coqueiro Baixo né, do outro lado do rio, Coqueiro Baixo. Que eu sabia era isso aí, ficaram por aqui e sempre ficaram por aqui. Vieram os vô, meu pai nasceu em Garibaldi. A maioria das pessoas de nossa origem daqui da nossa comunidade vieram de Garibaldi.

Karam (1992) também destaca em sua obra a ocupação das famílias por seus sobrenomes em terras pertencentes à colônia Guaporé a partir de 1889. Neste patamar encontramos o sobrenome de famílias que continuam ocupando e migraram para a Microrregião Oeste do Vale do Taquari (KARAM, 1992, p. 102) como:

Linha 1º de março – Data de Concessão dos lotes variam entre 1892-1893 – Colônia Guaporé. Famílias vindas em 1892: Peletti, Zanini, Zanchet, Melini, Stella, Capitaneo, Casteli, Polo, Franco, Vanzin, Trentin, Golini, Tanioso, Bonarigo, Frossa, Zanin, Faccin, Geroldi, *Finatto*, Botarello, Rossi, *Finatto*, Tirelli [...]. ao todo 91 famílias. A maioria recebeu ferramentas e sementes e o valor auxílio-casa comportava 125\$000 réis.

Neste registro tem-se a quantidade de famílias que chegavam à colônia Guaporé e os auxílios que recebiam ao estabelecerem-se nas terras, como ferramentas e sementes. Dentre as famílias que chegavam da colônia Guaporé no final do século XIX e que na atualidade encontram-se na Microrregião Oeste, está a família Finatto. Este é o relato do produtor rural E5 (18/08/15, p. 1), descendente de italiano do município de Marques de Souza:

O – o meu pai era [] Finatto e a mãe era [] Vitorrazzi Finatto e o meu pai não sei se ele chegou a vim pra cá, ele já era pequeno e moravam ali pra Dois Lajeado pra aquelas regiões ali e eles quando veio...

O município de Dois Lajeados, no final do século XIX, pertencia à colônia Guaporé e nos dias atuais faz parte do Vale do Taquari. Também encontra-se dados no relato do produtor rural descendente de imigrante italiano E6 (03/11/15, p. 2), do município de Progresso, sobre a origem de seus antepassados por volta de 1910:

B – meus avó também eles vieram da Itália, o nono []. E a nona ela era, ela não era da Itália, ela era...

C – da Polônia, de Trento.

B – é de Trento, mas é Itália?

A – mas Trento é Itália.

B – mas a falecida nona ela falava uma outra língua, não era bem o italiano, era outro. Não me lembro bem de onde ela veio, ela falava o italiano também né.

J – mas antes de chegar em Progresso eles moravam em outro lugar?

B – o nono veio, ele veio... nasceu em Garibaldi [...]. Depois daí vieram pra cá.

A – no Carreiro né que o falecido nono falava né.

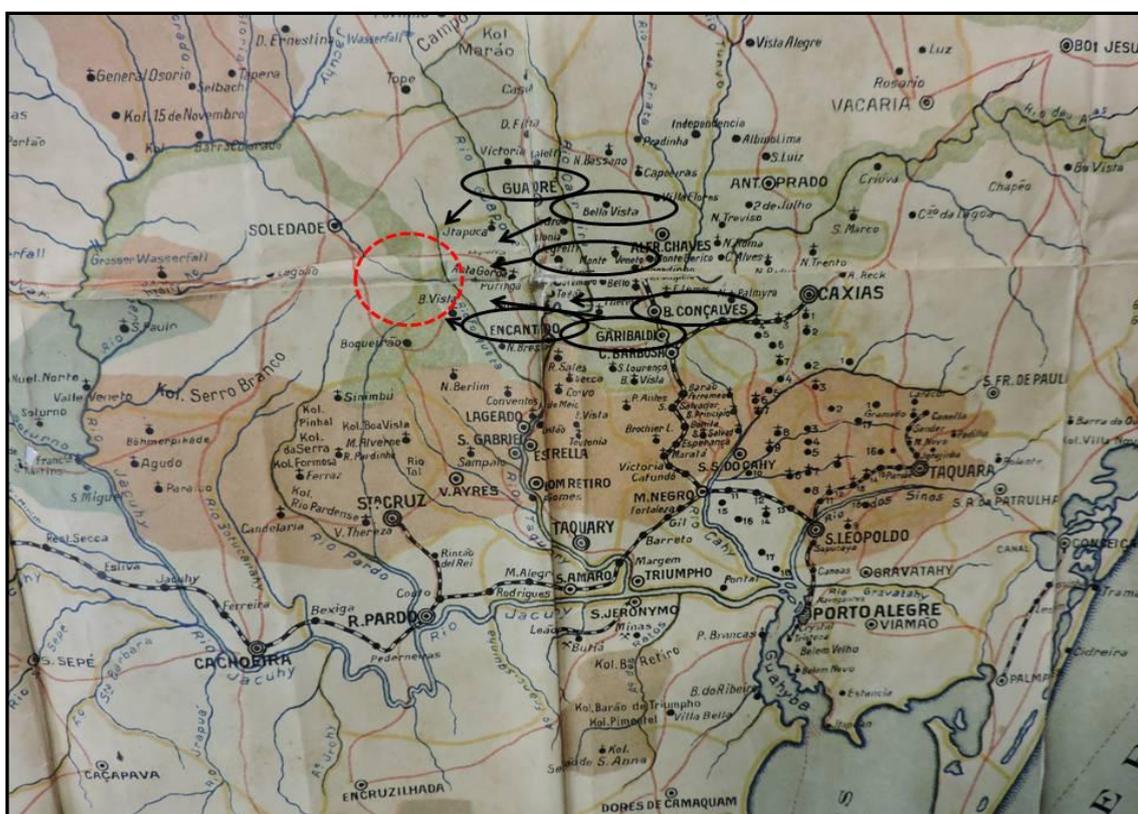
A localidade de Carreiro, mencionada no relato, corresponde ao rio Carreiro, acidente

geográfico que delimita a colônia Guaporé. Com base nas informações arroladas, é possível constatar que as famílias instaladas na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, como é o caso dos municípios de Progresso, Pouso Novo e Travesseiro, são oriundas da Itália e chegaram às colônias situadas na porção nordeste como Conde D'Eu (Garibaldi) e Guaporé.

Já no final do século XIX, imigrantes desta região passaram a ocupar terras que correspondem na atualidade à Microrregião Oeste do Vale do Taquari. Entretanto, há documentos cujas informações indicam que além destes territórios, as famílias de imigrantes italianos e seus descendentes, que vão formar os referidos municípios do Vale do Taquari, também eram de Guaporé, Boa Vista, Encantado, Alfredo Chaves, Caxias, Bento Gonçalves e Monte Veneto (REGISTRO DE CASAMENTOS/PARÓQUIA NOSSA SENHORA AUXILIADORA- PROGRESSO/1921-1940).

Através destas informações, percebe-se que a Microrregião Oeste do Vale do Taquari recebeu colonos imigrantes italianos e seus descendentes da região nordeste do Rio Grande do Sul, como é possível relacionar no mapa (FIGURA 5) a seguir:

Figura 5 - Mapa com possíveis expansões para a Microrregião Oeste do Vale do Taquari



Fonte: Adaptação do mapa Arquivo Histórico de Lajeado (s/d).

Desde a chegada em seus territórios na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, o

colono imigrante italiano teve contato com o meio ambiente, proporcionando formas diretas de degradação para, após, dar início as suas plantações. Semelhante ao modo como aconteceu na região nordeste do Rio Grande, com seus antecedentes no final do século XIX, as degradações ambientais voltadas para o progresso e desenvolvimento fizeram com que surgissem alterações como o desmatamento, degradação do solo, extinção de animais e assoreamento dos rios. Nesta perspectiva é que se inserem os estudos da história ambiental, que procura analisar, além dos seres humanos, também a história da natureza.

A história ambiental possui características que se interligam em um determinado estudo. Uma delas é relacionada ao recorte espacial de uma determinada região para realização de seu estudo, conforme Drummond (1991, p. 5) apresenta:

A primeira delas é que quase todas as análises focalizam uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial e assim por diante. Isso revela um parentesco com a história natural, que via de regra prospera melhor em cenários fisicamente circunscritos.

Ao fazer-se um recorte de um determinado território a ser estudado, inclui-se conhecer aspectos relacionados à cultura, política, história e às dinâmicas sociais. Relaciona-se assim, a história ambiental dos imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, pois estes territórios que estão sendo analisados podem possuir uma ligação com a história natural, devido aos processos sociais e às relações que mantiveram com o ambiente. Para tanto, analisa-se de que forma os imigrantes italianos e seus descendentes relacionaram-se com o ambiente nos territórios que compreendem a Microrregião Oeste.

No município de Progresso, quando os imigrantes italianos chegaram, havia muito mato, capoeira e campo. As primeiras atividades que exerceram foram de limpeza do mato, abertura de caminhos e construção de casas. A alimentação era de frutas silvestres, pinhão e caça, e somente depois realizaram as atividades de plantio (CAVALLIN, 2002).

Conforme Sandri (2013), em Travesseiro os lotes encontravam-se em plena selva e não existiam caminhos. Para as famílias chegarem ao seu destino era preciso abrir piques com o uso do facão e avançar como era possível com os utensílios trazidos. Depois de instalarem-se, começavam a derrubada do mato e as plantações com os primeiros produtos para a subsistência.

Como exemplos da Microrregião estudada, podemos apontar algumas informações

através da história oral com os produtores italianos e seus descendentes dos municípios pesquisados. Nos municípios de Progresso e Marques de Souza, falam sobre as primeiras relações de impacto com o meio ambiente. Isto é, para iniciar as plantações em suas terras, utilizavam a técnica da derrubada do mato; amontoava-se e após queimava-se. Além da derrubada para as plantações, utilizava-se a madeira para construções de casas, paióis e utensílios. Conforme informações obtidas nos diários de campo com descendentes de imigrantes de italianos no município de Progresso, existia muito mato e as derrubadas e queimadas eram muito frequentes. Cortava-se o mato com foice e machado, depois se queimava e se plantava (DIÁRIO DE CAMPO, 30/04/15 e 13/06/15).

Também podemos relacionar as características da localização desse mato, como era feito a derrubada e utilização da madeira, na narrativa e memórias passadas por seus familiares, colhidas em entrevista (E4 11/10/13, p. 33), com um neto descendente imigrante italiano no município de Marques de Souza, conforme segue:

D – [...] e aí nós fomos, o pai comprou a madeira de um vizinho pra fazer as linhas e coisa. A mãe não podia ajudar, aí nós subia de carroça e de boi pra derrubar e puxar as madeiras. Mas daí tinha que empurrar as madeiras pra cair de acordo pra poder puxar com os bois no meio do mato, tudo morro. Aí o pai fazia a taipa, até derrubar, e aí ele começava a cortar do outro lado e daí eu terminava de cortar pra ele poder empurrar pra... eu não conseguia nem segurar a motosserra! (risos) Mas era... não tinha outra maneira. Hoje não, hoje tu tem trator, tu iria lá e derruba e puxa [...]

Outro relato de um produtor descendente de imigrante italiano, no município de Progresso (E2 15/07/15, p. 7), destaca a questão do desmatamento realizada por seu avô entre a década de 1920 e 1930:

J – e esse mato, não sei se vocês lembram quando se plantava, se cortava o mato e daí se queimava, como se fazia?
 V – se queimava. Se cortava a machado e serrote aqueles pau enorme, madeira. Depois apodrecia aquela ali, ficava ali, nós capinava dos lado e anos até que vai apodrecendo e nós não tinha como tirar.
 I – e quando queimava gente e o fogo que levantava naquelas roça...ah! (surpresa)!!
 J – e daí esperavam um tempo e depois se plantava?
 I – é e queimava que nem hoje e amanhã, depois já se plantava. Ficava até quente a terra gente.
 V – queimava de propósito pra poder acertar a planta né, se não nem dava. Era muito cisqueira, galho, espinho as vezes. Então fogo!

A preparação de suas roças era feita inicialmente com o desmatamento e a utilização de instrumentos, como machado e serrote, depois de derrubado, introduziam-se as queimadas, forma constante vista por esse produtor como uma preparação efetiva para suas plantações. Conforme o diário de campo do produtor rural descendente de imigrante italiano do município de Travesseiro, quando seus antepassados chegaram às terras em torno de 1910 que ainda hoje

são de sua família, existia muito mato, então derrubavam-no com serrote de dois cabos, queimavam e após plantavam os alimentos. Sempre faziam rotação de terras, pois senão a terra ficava imprópria e “magra” (DIÁRIOS DE CAMPO, 26/05/15).

Além do desmatamento para a produção das áreas cultivadas e a forma como era realizado, o colono imigrante italiano no Vale do Taquari utilizava as madeiras para venda ou construções. Isso é perceptível na narrativa do produtor rural descendente de imigrante italiano E8, (05/02/16, p. 18) do município de Travesseiro:

A1 – era puro mato. Quando viemo mora aqui ali pra cima era puro mato.
 N – um mês ficava direto no mato, primeiro roçando com a foice e depois o machado.
 I – tinha época pra corta?
 A1 – sim, mês de julho já começava as roçada.
 I - mas daí quando vinha o calor pra seca...
 A1 – é daí quando que era de, de...dia de finados pra esses dias ali era as queimada dos mato.
 N – e as toras que sobravam eles levavam pra serraria depois pra serra.
 J – se vendia daí?
 N – sim. Se vendia ou construía porque no início sabe, levava as torras e fazia tabua, porque na casinha tinha que troca de vez em quando.

Por meio destes relatos pode-se observar que a derrubada do mato, as queimadas e a utilização de utensílios para o mesmo fim era uma atividade frequente entre os descendentes de imigrantes italianos da Microrregião Oeste, no decorrer do século XX. Na Figura 6 é possível observar alguns dos instrumentos, como serrotes que eram utilizados para a derrubada do mato e serra de arco para a confecção de utensílios pelos imigrantes italianos e seus descendentes.

Figura 6 - Instrumentos usados para exploração do mato e utensílios



Fonte: Da autora (2016).

Na articulação dos dados sobre os produtores rurais descendentes de imigrantes

italianos com a história ambiental, se requer, quase sempre, a realização de trabalho de campo, pois propicia a aproximação e a inserção do pesquisador no conjunto de relações entre as sociedades e o ambiente. Segundo Martins (2007, p. 47):

O pesquisador que vai a campo é tomado por uma perplexidade inicial porque deseja aprender a lógica dos processos sociais, mas não sabe o que deve ser visto primeiro, o que é relevante e o que não é. Há que dirigir as coisas, seres e relações do ambiente que se investiga uma atenção flutuante, que se fixa arbitrariamente aqui e ali, por um momento. Pode-se começar com os aspectos imediatamente mais salientes: a distribuição dos objetos, das plantas, dos animais, o zoneamento das atividades, os afazeres das pessoas, os modos de usar os recursos disponíveis.

A observação, contato e reciprocidade são fatores que juntos trazem a possibilidade de analisar as relações entre ambiente e sociedade. É relevante salientar que as informações encontradas nas famílias dos imigrantes italianos e seus descendentes possuem características que foram transmitidas de geração em geração e esse aspecto foi possível observar no cotidiano dos descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari.

A forma intensa de degradações iniciadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes em territórios da Microrregião Oeste, no início do século XX, fez com que surgissem novas paisagens, e, por meio delas, a visibilidade da devastação desse mato, principalmente para as roças, construções de estrada e surgimento dos núcleos populacionais. A paisagem atual nos permite observar e avaliar a ação humana no passado e o impacto ambiental nas áreas de colonização. Além da redução da cobertura florestal nativa devido à lavoura, tem-se ainda áreas onde a floresta foi recomposta e outras onde há predomínio de árvores exóticas (CORREA; BUBLITZ, 2006.).

A paisagem pode ser compreendida como uma leitura, maneira de ver, de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena. Dois focos foram dados ao conceito de paisagem: o ponto sistêmico e o cultural. O primeiro defende a paisagem como realidade objetiva, elencando elementos físicos, biológicos e humanos. Enquanto o ponto cultural torna a paisagem um mediador entre o subjetivo e o real, mediando assim a relação entre ambos (CABRAL, 2007).

Percebe-se, assim, que as paisagens encontradas nos municípios de Progresso e Marques de Souza (FIGURAS 7), respectivamente das décadas de 1920 e 1930, ilustram as interações entre homem e natureza, acarretando um impacto ambiental no que se refere ao desmatamento para o estabelecimento dos descendentes de italianos.

Figura 7 - Panorama da cidade de Progresso



Fonte: Fotografias da família Dellos'bell.

Figura 8 - Panorama da cidade de Marques de Souza



Fonte: Arquivo Histórico de Lajeado.

Outro aspecto que condiz com a história ambiental da Microrregião pesquisada é em relação à fauna existente. No município de Travesseiro, os animais selvagens, como onças e porcos do mato, eram considerados inimigos e ferozes para os imigrantes italianos e seus descendentes. A onça chegava à noite e dirigia-se ao chiqueiro para atacar os porcos. O porco do mato era considerado ainda mais perigoso, pois costumava andar em manada e atacava

cachorros e roças de milho. Esses animais despertavam muito medo para os imigrantes italianos que estavam localizados em Três Saltos Alto, interior de Travesseiro (SANDRI, 2013).

Isso também encontra-se nos relatos dos produtores rurais descendentes de imigrantes italianos sobre a presença de alguns animais que apareciam próximo às suas casas e em suas roças, principalmente para atacar suas plantações. Conforme a narrativa do descendente de imigrante italiano E9 (26/06/15, p. 3-7), do município de Travesseiro, existiam onças que rondavam casas e atacam os porcos dos antepassados.

M - Então pra dormi, eles fizeram estaleiro em cima porque afinal lá por baixo de noite quando era claro de lua muitas veiz o tigre passava em roda afinal assim e... então pra se salva eles ficaram lá em cima [...]. Tá, aí parou. Daí a pouco lá no chiqueiro... então eles tinha o chiqueiro mais pra lá, por cima da sanga assim e tinha dentro três porco. Um era bem gordo, os outros eram mais... menos gordo assim afinal. E naquela época o porco era o sustento afinal da família, tinha banha, carne, o que era... Aquele um porco afinal, aquele gritou, um berro qui chegou a sordi lá dentro de casa e aí sim, aí largaram as folha no chão afinal e... Então faiz a conta, o tigre eles tratavam de (?) por causa dos bigodão afinal [...] Pegaram um tição, fogo afinal porque o tigre ele com o fogo tem medo, luz assim ele tem medo. Correram fora, chamaram os cachorro qui eles tinha três cachorrão, era cachorro pra caça mesmo afinal. Saíram de lá de perto do galpão, onde é qui eles dormia afinal e (?) que não saía (risos). Aí eles pegaram, foram pra baixo vê quando chegaram lá no chiqueiro afinal que jeito tá o porco três pé só? O gordo ele não conseguiu se virá, no qui ele resvalou e ela conseguiu agarra na pata dele, arrancou fora o quarto do porco.

Este imigrante descendente de italiano associa o tigre à onça, presente em seu imaginário e sua representação. Além da presença da onça, encontra-se também nos relatos a presença de gafanhotos (*Caelifera*) e ratões (*Rattus*), que atacavam as lavouras de trigo e milho dos produtores descendentes de italianos. O relato do descendente de imigrante italiano E3 (13/11/15, p. 15-16), também do município de Travesseiro, fala sobre estes fatos que ocorriam na década de 1940:

D – e inseto assim tinha bastante, como gafanhoto...essas coisas tinha bastante ou não?

B – gafanhoto me lembro dos antigo ainda, meu Deus...quando batia, quando nois era criança ainda, depois quando nois trabalha pra nois na roça eu acho que não veio...gafanhoto sempre teve, mas não essas fila de...bando de...

C – limpava a cama, e ia no trigo.

B – tinha o bando, quando ia...eu não me esqueço mais a última vez que passo um bando muito grande, o falecido Luis Sandri que morava ainda aqui em cima, que tem morro perto de cima da igreja assim, o morro meio perto, aí a tia ela viu o sol meio se apagando assim ela veio lá pra cima, diz ela, ela era alemã, falava meio atravessado, a minha mãe era (risos). Então ela disse: “Luis olha lá os gafanhoto”. Nois começemo a olha aqui e o sol fica meio apagado assim até, tinha meio pela metade como se fosse as nuvenzinha da fumaça de tanto gafanhoto [...]. Se entra aqueles bicho ali, já ouvi fala esses tempo que não é muitos anos que tinha. Mas é uma praga, eles batiam num pedaço de trigo ou uma espiga, aonde eles passavam

eles limpavam de tantos milhares ali que...

D – se perdia tudo!

B – coisa bem importante que terminavam com tudo! E outra coisa que me lembrei agora quando tinha o meu...conto uma história que quando meus avô materno, que eles vieram moraram um tempo aqui no Fão [...] Aí ele conto que uma vez quando eles vieram pra cá, era pocos anos que eles chegaram ali de certo lá de fora, aí tinha bandos de rato, ratão..mas milhares assim, bandos que derrotava tudo! [...] Então eles lá aconteceu pra eles, eles tinham bastante milho e ficaro sabendo, porque as noticias também corriam muito devagazinho ne (risos), ficaro sabendo que tinha bando de rato entao eles atropelharam termina o paiol pra bota o milho dentro do paiol daqueles e diz que fizeram hora de tira mais ou menos a metade do milho, vamos dizer uns 200 saco, colhero mais ou menos 100 e o resto eles limparo! Depois acho que cruzaro o rio pra cá,é coisa de não acredita. Eu não cheguei a ve, mas se ouvia fala né.

Tem-se, também, a presença de outros insetos que atacavam as lavouras, conforme a informação do produtor rural do município de Progresso E6 (03/11/15, p. 26):

J – e era assim, facilitou bastante as coisas?

A – facilitou, já é uns 30 ano que não se planta mais trigo. Começo a vim o “fungão” né ai começa e chupava tudo a água do trigo assim e não sobrava nada.

B – uma vez veio os gafanhoto também e estrago tudo.

J – daí não tinha veneno pra essas coisa né.

A – não tinha nada.

J – e na época que vocês eram mais pequenos e depois de casado também se matava muito animal assim de passarinho, alguma coisa?

A – passarinho sim...

B – e de bodoque!

Além disso, sabe-se que outros insetos, como formigas (*Formicidae*), atacavam as lavouras dos imigrantes italianos e seus descendentes na região das antigas colônias (BUBLITZ, 2004). No estudo de Gerhardt (2013), muitos insetos, como a formiga, nutriam-se da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e, conseqüentemente, atacam os ervais. Contudo, sobre a presença de formigas na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, nada encontrou-se referente às fontes pesquisadas.

Os animais não despertavam só o medo ou a indignação, pela proximidade com que chegavam às casas e lavouras, mas também serviam de alimentação para os imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste. Existiam muitos pássaros e por isso realizavam as caçadas, um costume dos antepassados, visto na entrevista e no diário de campo do produtor rural descendente de imigrante italiano do município de Pouso Novo. Segundo esse produtor, gostava-se muito de caçar e pescar. As caçadas aconteciam nos meses de maio, junho e julho, pois depois desta época os passarinhos chocavam. Sempre era presente em sua família a realização das passarinhadas, assadas ou na panela, mas hoje, devido às leis, não se pode mais caçar (DIÁRIO DE CAMPO, 23/03/15).

Percebe-se que o primeiro contato dos imigrantes italianos com o ambiente deu-se desde a chegada às suas terras, no Rio Grande do Sul, e a procura por novos territórios a partir das antigas colônias. A grande riqueza de elementos naturais proporcionou o desmatamento para a utilização de árvores destinadas a construção e, conseqüentemente, áreas para o cultivo, as queimadas para iniciar as roças e as diferentes frutas e folhas para alimentação e chás. O contato com os animais também provocou a extinção, pois muitos eram considerados perigosos por atacar suas casas e serviam para alimentação.

Após o surgimento das primeiras colônias na região nordeste do Rio Grande do Sul, tem-se uma migração italiana interna e de expansão para o Vale do Taquari, em busca de novas terras. Resultado esse que ocasionou a permanência destas famílias em territórios da Microrregião Oeste e o contato com o ambiente que, conseqüentemente, originou degradações, como o desmatamento, queimadas e exploração por intermédio das atividades destinadas ao cultivo, criando, por meio dessas práticas, prejuízo para o meio ambiente.

A partir dos estudos dos autores e os relatos dos produtores rurais descendentes de italianos, percebe-se que muitas das atividades desenvolvidas por eles em territórios da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, estão diretamente relacionadas com a perspectiva ambiental. Isto porque as práticas realizadas e utilizadas desde a época de seus antepassados, e vividas por esses descendentes, foram o desmatamento, a queimada, a exploração madeireira, as caçadas e extinção dos animais.

Ressalta-se, por fim, que estes impactos eram direcionados à ocupação das terras e também para efetuar as plantações. A visão dos imigrantes italianos, de domínio sobre o meio, superou também este pressentimento de isolamento e medo que mantinham pelos territórios que estavam localizados. Atualmente, este ambiente que já sofreu com os impactos e alterações presentes nas propriedades rurais e pelas paisagens, faz parte do seu dia a dia e por conta das barreiras/leis que existem, não podem explorar tanto como seus antepassados. Estes imigrantes e seus descendentes passaram a adaptar-se ao mundo capitalista e a inserirem-se em novas maneiras de produtividade.

4 AS PRÁTICAS CULTURAIS DOS ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES EM ESPAÇOS TERRITORIAIS E SOCIAIS NO RIO GRANDE DO SUL E NA MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI

Neste capítulo serão apresentadas as práticas culturais trazidas e ressignificadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes, como forma de continuidades e atualizações culturais, bem como manutenção da identidade de seus antepassados. Nos territórios em que os imigrantes italianos se estabeleceram, os descendentes continuaram a manter suas práticas culturais, tanto com os membros de sua família quanto com os daquelas que se encontravam próximas. Esta situação reforçou-se ainda mais pelo sentimento de isolamento devido às distâncias e obstáculos do espaço territorial, situação que contribuiu para fortalecer os laços de parentesco e amizade com os entes mais próximos. Dentre as práticas culturais mais difundidas, apontam-se os sistemas de ajuda, como os “mutirões”, os lazeres, a religiosidade e a alimentação.

4.1 Práticas culturais dos italianos e seus descendentes em espaços do Rio Grande do Sul

Para entender as práticas culturais dos imigrantes italianos, vale informar que cultura, neste estudo, deve ser entendida com base em Geertz (1978, p. 10), o qual propõe que “a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles (os símbolos) podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com

densidade”.

Sendo assim, o conceito de cultura remete-se ao conjunto de representações que faz compreender o comportamento dos indivíduos e a forma como são apresentados na sociedade. Articula-se, assim, com as práticas culturais desenvolvidas pelos imigrantes italianos e seus descendentes, as quais são manifestadas culturalmente com os demais de seu território, por meio de atividades, como por exemplo os mutirões, o entretenimento, a religião e a alimentação.

Corroborando para a mesma questão, Laphatine (2003, p. 93), informa o seguinte:

A cultura por sua vez não é nada mais que o próprio social, mas considerado dessa vez sob o ângulo dos caracteres distintivos que apresentam os comportamentos individuais dos membros desse grupo, bem como suas produções originais (artesanais, artísticas, religiosas...).

O conceito de cultura é complexo, mas contribui para observarmos as manifestações sociais de grupos étnicos, manifestadas individualmente ou coletivamente. No caso dos imigrantes italianos e seus descendentes, as práticas culturais continuam presentes no Rio Grande do Sul e na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, selecionada para o estudo. Nestes espaços brasileiros, os imigrantes italianos reconstruíram seu mundo cultural no que tange à língua, costumes, trajes, comidas, religiosidade, tudo que correspondia e caracterizava seu modo de vida.

O sentimento de isolamento em meio à grande biodiversidade da mata e o contato com outros grupos étnicos, tais como indígenas, imigrantes açorianos e alemães, por exemplo, fez com que os imigrantes italianos recriassem sua identidade, aprendessem com outros grupos e mantivessem suas práticas culturais. Barth (2000), critica que o isolamento geográfico e social tenha sido um dos fatores críticos para manutenção da identidade cultural de um grupo. As diferenças culturais permanecem apesar da distância e do contato com outros grupos, pois cada povo mantém sua cultura. Os primeiros imigrantes italianos não estavam totalmente isolados, pois conforme referido, havia o convívio com outras etnias, como indígenas Kaingang, trabalhadores negros escravizados, os alemães e luso-brasileiros. Esse contato com outros grupos fez com que, mesmo não tendo contato com outro grupo de italianos, a identidade continuasse e até mesmo se reforçasse.

Os imigrantes italianos, sempre que possível, tentavam manter a proximidade com os vizinhos, seus familiares das localidades e com regiões de onde provinham da Itália, através

de cartas. A partir do momento que recebiam os lotes e desenvolviam seus cultivos, tornavam-se proprietários, alimentavam-se bem, trabalhavam em família e cultivavam a fé, favorecendo a manutenção dos elementos culturais da terra de origem (GOMES, 2008).

A boa amizade e a solidariedade estabelecidas com os vizinhos culminaram para serem representados como membros familiares, participando de festas do lar e sendo convidados como padrinhos de casamento. A solidariedade era algo presente na vida do imigrante italiano. Para matar a angústia e solidão dos primeiros dias nos locais onde estavam inseridos, os imigrantes se visitavam frequentemente e se auxiliavam na construção das casas, na organização da lavoura, na horta e na construção da lareira. Varias famílias combinavam de se encontrar ao entardecer para conversar e fraternizar as experiências no novo ambiente (COSTA, 1986).

A convivência e as dificuldades dos primeiros tempos levaram aos chamados “mutirões”, que são considerados sistemas de ajuda e de boas relações entre as famílias. As convivências e interações entre os imigrantes italianos e outros grupos sociais, como os caboclos³, favoreceu a aprendizagem mútua e interétnica como os mutirões. A solidariedade entre os imigrantes italianos também acontecia quando as famílias encontravam dificuldades para realizar atividades devido aos problemas de saúde e pela falta de mão de obra para as plantações. Quando um membro de uma família adoecia, os vizinhos e familiares prestavam serviços, ajudavam nas colheitas e nos serviços domésticos. Os mutirões também aconteciam quando reuniam-se para roçar e abrir estradas, atividades de responsabilidade do grupo na comunidade.

Outro fator de boas relações na comunidade era a junção das famílias para construir uma igreja ou escola. Os vizinhos reuniam-se para derrubar, serrar à mão e levar os pinheiros nos ombros para construir a igreja ou capela. Segundo De Boni e Costa (1991), os grupos de imigrantes italianos encontraram respostas para as necessidades culturais, religiosas, esportivas e administrativas. Um conjunto de fatores fez despertar dos imigrantes italianos um elo entre as pessoas, como as dificuldades iniciais de relacionamento entre as famílias, pela falta de comunicação e de estradas e a distância e os perigos da solidão, os quais motivaram os imigrantes a manter os laços em sua vida. A convivência, principalmente no final de

³ Na fala coloquial, o caboclo é uma categoria de classificação social complexa que inclui dimensões geográficas, raciais e de classe. Os caboclos são reconhecidos pelos brasileiros em geral como o tipo humano típico da população rural da Amazônia e também de outras regiões brasileiras e caracteriza-se pela étnica no que se refere aos filhos do branco com índio (LIMA, 1999).

semana, ou em momentos que não se trabalhava, reforçou ainda mais o costume para cultivar a amizade.

Os imigrantes italianos que estabeleceram-se no Rio Grande Sul localizaram-se em comunidades caracterizadas pelos laços de união e amizade com as famílias e a presença frequente da fé. Nas comunidades, os referidos imigrantes reuniam-se principalmente nos finais de semana para rezar e decidir os assuntos que contemplavam interesses sociais. Segundo Manfroi (2001, p. 121), tem-se:

Tirados de seu quadro sociocultural de origem e transportados num meio desprovido de todos os sinais e símbolos culturais, os imigrantes sentiram-se perplexos e desorientados. Foi a reconstituição, nas matas virgens do Rio Grande do Sul, desse quadro social e cultural perdido que permitiu, aos imigrantes, reencontrar a própria identidade cultural, a força para superar as dificuldades e esquecer a terra natal.

Segundo Frosi e Mioranza (1975), não houve uma integração imediata dos imigrantes italianos, mas uma transferência do elemento italiano para uma área isolada do Rio Grande do Sul. Neste sentido, os autores destacam o papel importante da língua e da religião católica como fatores de ligação que determinaram a formação e sobrevivência nas colônias italianas. A distribuição dos imigrantes para suas terras não seguiu critérios étnico-linguísticos, o que acarretou a formação de comunidades compostas de grupos mistos e centros socioeconômicos. A capela na comunidade não respondia somente aos anseios de comunicação social, mas também à formação de um centro urbano e econômico. As comunidades agrupavam famílias, facilitavam o comércio, a pequena indústria e possibilitavam o modo de viver dos imigrantes italianos.

Desta forma, quando os imigrantes italianos se encontravam, ficavam muito felizes. Isso é perceptível na fala de um dos primeiros imigrantes a chegar ao Rio Grande do Sul, encontrada na obra de Battistel e Costa (1983, p. 1097):

Quando nos encontrávamos, nós italianos, ficávamos muito contentes, contávamos as nossas privações e dificuldades, e nós jovens cantávamos alegres as belas canções patrióticas. Sentíamos um grande amor um pelo outro, como se fossemos todos da mesma família, assistindo-nos em todas as necessidades conforme era costume da época.

Dentro das comunidades os laços étnicos e sociorreligiosos possibilitaram encontros frequentes, pois havia festas dos padroeiros das capelas, batizados, casamentos, óbitos e outras comemorações. Apesar da distância e das precárias vias de comunicação entre os imigrantes italianos, o conhecimento, a amizade e a proveniência de um mesmo local ou de limites da província italiana possibilitavam que os elementos das comunidades também

convivessem quando se encontravam (FROSI; MIORANZA, 1975).

Após o surgimento dos primeiros núcleos, o processo para a formação de novas comunidades desenvolvia aspectos socioeconômicos para sobrevivência do grupo. Os núcleos espalhados pelas colônias e sua expansão eram baseados em critérios geográficos (encontro de picadas), geodemográfico (maior ou menor extensão de linha ou travessão e maior ou menor número de lotes coloniais), econômicos (diversidade de atividades), religiosos (capela ou igreja), étnicos (proveniência da mesma região italiana) e sociais (maior ou menor entendimento e afinidade dos habitantes).

Em cada travessão onde estavam localizados os imigrantes italianos construía-se uma capela e ao redor dela surgiram outras construções, como a bodega, o salão de festas, a cancha de bochas, o cemitério e a escola. Além do mais, com a construção das capelas, a religião desempenhou um papel fundamental de integração social entre os colonos. As visitas ocasionais nos domingos proporcionaram encontros para rezarem o terço e comentar os fatos da vida. Essa infraestrutura comunitária possibilitou que os imigrantes italianos se reunissem e praticassem seus costumes, usos e tradições. A capela funcionava como um ponto de referência que passou a girar não só a vida religiosa, mas também a social (DE BONI; COSTA 1991).

A educação familiar, a convivência na comunidade e os contatos com outros grupos étnicos contribuíram para que os descendentes de italianos dessem continuidade às suas práticas culturais. Para Geertz (1978, p. 15), a cultura é composta por teias de significados das relações, portanto, em sua análise, a mesma é vista “[...] como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”.

Os imigrantes italianos e seus descendentes tinham como formas de lazer, principalmente nos finais de semana, os jogos e as brincadeiras. Trabalhava-se muito durante toda a semana e nos finais de semana reuniam-se na comunidade para rezar, conversar e praticar os jogos. Nos fins de semana os imigrantes tinham um ritual: participar da missa, do terço na capela e reunir-se com os amigos para o jogo de mora, a bocha, as cartas e beber um vinho ou traguinho (BATTISTEL; COSTA, 1983).

Entre os jogos de carta praticados pelos imigrantes italianos desde que chegaram ao Rio Grande do Sul, os principais foram o mora, o três-sete, a bocha, o cinquilho, o quatrilha, a

bisca e a escova. O jogo de mora era um dos esportes preferidos que marcava os encontros, e todos os imigrantes sabiam jogar. Era jogado sobre uma mesa e gritavam os números batendo na mesa: 2,2,2,2,3,3,3,3. Fazia ponto e ganhava este jogo, quem somasse o número certo proposto, somando seus dedos e os do adversário. Outro jogo de competição era o de bochas, que possui uma área denominada cancha e é jogado em duplas ou quartetos (COSTA, 1986).

Além de realizarem essas diversões na comunidade, também praticavam os jogos e brincadeiras durante as visitas das famílias ou nos filós. Nos filós também realizavam brincadeiras, como esconder o ovo, o prego, o gato e rato, o lenço, a cadeira e o jogo do saco. Normalmente essas brincadeiras eram direcionadas para as crianças e jovens que brincavam nos pátios das casas enquanto os mais velhos conversavam e jogavam carta (BATTISTEL; COSTA, 1983).

Após as rezas do terço ou do catecismo, realizavam jogos e brincadeiras. Algumas das principais brincadeiras encontram-se na obra de Battistel e Costa (1983, p. 870):

Quando éramos pequenos, brincávamos em caixas de fósforo. Fazia-se carrinhos com carretéis de linha. Quando éramos um pouco maiores, jogávamos bocha de pedra, fazíamos carrinhos para correr nos morros. Pegávamos uma tabua, ou, então, nos primeiros tempos, serrávamos uma tora de pinheiro bem redonda, fazíamos um furo no meio e estava feita a roda. [...] terminado o catecismo, brincávamos com os outros meninos de se correr atrás, de bando, lenço, vara, choca, tapinhas [...].

Sendo assim, os lazeres dos imigrantes italianos e seus descendentes eram direcionados para as horas vagas, nas visitas a outras famílias ou nos finais de semana, quando não trabalhavam. Para as crianças existiam muitas brincadeiras, e, conforme iam crescendo, aprendiam os jogos com os mais velhos, dando continuidade às práticas dos antepassados. De acordo com Eagleton (2005, p. 41), a continuidade da cultura é representada como referência a outras pessoas, conforme segue:

A palavra “cultura”, que se supõe designar um tipo de sociedade, é de fato uma forma normativa de imaginar essa sociedade. Ela também pode ser uma forma de alguém imaginar suas próprias condições sociais usando como modelo as de outras pessoas, quer no passado, na selva, ou no futuro político.

A ideia de cultura proposta por este autor está diretamente relacionada às normatizações da organização social, ou seja, a cultura de uma determinada sociedade trata-se de uma construção que foi herdada. Desta forma, as brincadeiras e os jogos, aprendidos com os mais velhos permeiam na vida dos imigrantes italianos e seus descendentes, tornando-se elemento cultural deste grupo.

Outra diversão na vida social dos imigrantes italianos eram os bailes, em que desencadeavam as danças e tocavam os instrumentos. Os bailes aconteciam nos sábados à noite, em salões onde eram convidadas famílias da comunidade ou dos arredores. Os principais instrumentos musicais para realização dos bailes eram a gaita e o violão. Além da diversão, desses bailes saíam namoros e casamentos (DUCATTI NETO, 1979).

Outra prática cultural dos imigrantes italianos está relacionada à religião. Os imigrantes italianos eram fervorosos católicos oriundos de Vêneto, Lombardia e Tirol, e através da prática da religião manifestavam sua identidade cultural com seus ritos e cerimônias. Por meio da religião católica, o imigrante italiano encontrou consigo e com seus pares uma unidade que permitisse revelar a comunidade do trabalho e da fé das linhas coloniais (MANFROI, 2001).

A força da religiosidade foi expressa por meio do catolicismo presente na região da colonização italiana e com a construção de igrejas nos núcleos coloniais. A prática religiosa foi um elemento importante na integração cultural dos imigrantes, pois desempenhou além de sua função religiosa a fé e a ligação entre as pessoas na nova terra. A comunidade sustentava-se em torno da igreja e ela foi também o elemento da reconstrução cultural destes imigrantes (GIRON; HERÉDIA, 2007).

Após a construção de uma capela, escolhia-se o santo padroeiro através de reuniões com os colonos imigrantes italianos. A igreja era a base da organização social e também o início da reconstrução cultural em seus vilarejos. Durante a semana trabalhava-se muito, e nos sábados, bem como em domingos, reuniam-se na capela para conversarem e rezarem (MANFROI, 2001).

A oração fez parte do cotidiano familiar e pessoal dos imigrantes italianos e seus descendentes, e muitas vezes realizavam as rezas em italiano e português. Faziam as orações principalmente durante o matutino e à noite. Durante a manhã, ao levantarem, rezavam três Ave-Marias à Nossa Senhora e a oração do Santo Anjo. Já durante a noite as famílias rezavam o terço após a janta, agradecendo e pedindo bênçãos a vários santos (BATTISTEL, 1981).

A prática religiosa dos imigrantes italianos e seus descendentes fez surgirem capitéis, igrejas, campanários, cemitérios, monumentos, grutas e a participação em comunidade. Os capitéis surgiram, inicialmente, ao serem construídos por alguma família para pagar uma promessa, agradecer uma graça alcançada ou pedir alguma proteção. Quem tivesse um quadro

de santo trazido da Europa ou soubesse fazer um de madeira, aqui no Brasil, dedicava-se ao santo padroeiro do capitel. Muitos dos capitéis evoluíram para a capela, onde rezavam as novenas, o terço e realizavam a festa dos padroeiros (BATTISTEL; COSTA, 1983).

Além dos capitéis, as famílias também tinham devoção à Nossa Senhora. Por conta dela, surgiram e se fez providenciar as capelinhas domiciliares. Como muitas famílias tinham estátuas de várias santas, como de Nossa Senhora de Fátima, Lurdes, das Graças e Aparecida, colocavam-nas em pequenas caixas que passavam de família em família, permanecendo alguns dias. A chegada da capelinha ocasionava um encontro de oração frequente entre os familiares e vizinhos, principalmente com a reza do terço (BATTISTEL, 1981).

De fato, a religião e a construção de uma capela, pelos imigrantes italianos e seus descendentes, fez fortalecer ainda mais os laços de amizade e união, fortalecendo a integração e ainda mais a prática religiosa. Segundo Frosi e Mioranza (1975, p. 74 -75):

A capela foi célula-máter de união que levou o imigrante a fixar-se na colônia. Desta fixação formaram-se perspectivas econômicas e culturais que lograram em êxito, em não poucos casos, devido mais à pertinácia do elemento humano, do que a condições propícias. O fenômeno das capelas, mais do que integrar o imigrante na nova pátria, segregou-o – sob outra perspectiva – a um relacionamento mais amplo e à possibilidade de integração em âmbito nacional.

Destaca-se também, como uma prática cultural, a alimentação dos imigrantes italianos e seus descendentes. Uma boa alimentação sempre foi característica dos imigrantes italianos, que, de início, não eram muito variada, mas o suficiente para as famílias. Na chegada às suas terras, e com poucos recursos que tinham, tudo foi tirado da mãe terra: as águas para beber, as frutas do mato, o pinhão e as verduras nativas. Para o imigrante italiano a força e a saúde dependem de uma boa alimentação e esta deve ser feita em harmonia com os demais familiares na mesa (BATTISTEL; COSTA, 1982).

A alimentação para os italianos e seus descendentes é de suma importância; eles gostam de comer bem. Segundo De Boni e Costa (1984), os imigrantes italianos não foram responsáveis pela introdução de cereais, como o milho e o trigo, considerando que estes cereais haviam sido introduzidos e cultivados em solo americano desde as reduções jesuíticas espanholas. Contudo, os imigrantes italianos e seus descendentes contribuíram significativamente para o aumento do cultivo desses produtos. Os alimentos prediletos e derivados do milho e trigo são o pão, as massas e a polenta.

O costume da alimentação italiana é de realizar três refeições por dia, acompanhadas

de suas orações. O colono italiano levantava cedo, fazia os serviços caseiros, tratava os animais e ia para a roça. Muitas vezes tomava o café na roça e outras vezes antes de ir. No almoço, guiava-se pelo sol ou pelo toque do sino e após se fazia uma sesta, dormia um pouco. A última refeição era a janta, durante a noite, quando se rezava o terço (COSTA, 1986).

Seguindo o costume da Itália, os imigrantes italianos estabelecidos nas primeiras colônias de Caxias, Dona Isabel e Conde D’eu realizavam as refeições com alguns de seus principais pratos. No café da manhã comiam polenta recém-feita, sendo bem cozida no fogão a lenha com outros derivados. Ao meio dia comiam paneladas de feijão, radicci, salame e queijo. E à noite comiam a mesma coisa, polenta, radicci, salame, ovos, queijo e galinha ao molho ou à milanesa. Tinham por costume matar de quinze a vinte porcos por ano para fazer salame (BATTISTEL; COSTA, 1982).

Segundo o relatório de uma das primeiras famílias chegadas à colônia Alfredo Chaves, encontrado na obra de Battistel e Costa (1982), o café para ser tomado tinha que ser moído, guardado em latinhas e tomado em uma louça de duas alças. Durante o almoço e janta, alimentavam-se de sopa de feijão, massas, pão e carnes. As massas eram feitas à mão, com formatos finos e grossos, muitas vezes misturadas com feijão. As carnes geralmente eram de gado e porco, e alimentavam-se de seus derivados como queijo, leite, nata, torresmo, banha, salame, entre outros. Também, durante as três refeições diárias, comia-se muita polenta cozida e, com a sobra desta, utilizava-se em outra refeição, como a polenta “brustolada”, mais dura, feita na chapa do fogão.

A polenta e o pinhão foram os primeiros alimentos introduzidos na gastronomia do imigrante italiano no Rio Grande do Sul. Quando o imigrante italiano chegou às colônias, desconhecia a polenta, o que ele conhecia na Itália eram comidas à base de milho, como a “mosa”, que era a mistura de água, leite e farinha de milho com sal. Além da mosa, conheciam a canjica, que era o milho quebrado cozido com leite e açúcar ou com leite e sal. No início da colonização, a canjica e a mosa não estavam presentes na mesa italiana, pois não havia leite para realizar seu preparo. Neste viés, produziu-se a farinha grossa, misturada com farelo, água e sal, originando a polenta. Costa (1986, p. 51) destaca o preparo da polenta:

A polenta era bem cozida e bastante dura para possibilitar ser deitada. Era preparada à noite, devia ser bem grande, para, na manhã seguinte, se poder aproveitar a sobra. Com a forma de um bolo redondo e mais alto no centro, era cortada às fatias das bordas para o centro, com um fio de linha consistente. Para o café da manhã, grelhava-se a polenta que sobrava na noite anterior.

Sendo assim, a polenta foi adaptada conforme a situação em que se encontravam os imigrantes italianos quando chegaram ao Rio Grande do Sul no final do século XIX, e era um alimento presente na mesa durante as refeições. Aproveitava-se tudo da polenta, inclusive grelhada na chapa do fogão ou frita. Além disso, misturava-se a polenta com outros alimentos, como queijo, salame, molho com galinha, passarinho, tocinho e radicci.

O pinhão também fez parte da alimentação dos imigrantes italianos no primeiro contato com as araucárias brasileiras. Os imigrantes italianos desconheciam o fruto desta árvore, deparando-se com este rico e abundante produto. Como não sabiam como prepará-lo e utilizá-lo, inicialmente foi introduzido como um alimento cru, que era colhido no chão. Mais tarde utilizaram o método de cozinhar levemente o pinhão na panela, secá-lo e guardá-lo em lugar seco.

Outra forma de preparação do pinhão era sapecá-los e cozinha-los na fogueira das grimpas, que eram os galhos secos que caíam dos pinheiros. Amontoava-se as grimpas secas e coloca-se fogo, cozinando os pinhões. Tem-se também o pinhão cozido na água com sal, que quando começa a rachar, está pronto para comer. Também, como forma de doce, o pinhão pode ser utilizado para fazer a pinhonada, quando se pode moer este produto e misturá-lo com mel, mexendo ao fogo como um mandolate (COSTA, 1986).

A alimentação também era baseada na caça de muitos animais silvestres, como veados (*Ozotoceros bezoarticus*), cotias (*Dasyprocta aguti*) e pacas (*Cuniculus paca*). A abundância de pássaros proporcionou aos imigrantes italianos reunirem-se entre os amigos para realizarem as caçadas. As passarinhadas oriundas de aves como nambus (*Tinamus guttatus*), macucos (*Tinamus solitarius*) e outros, após serem feitas, eram fritadas em panelas com um pouco de toucinho e cebolas (BATTISTEL; COSTA, 1982).

Os animais considerados domésticos também estavam presentes e cultivados na alimentação dos imigrantes italianos. Exemplos desses seriam porcos e galinhas, que também eram produzidos e muitas vezes atacados por animais silvestres, principalmente à noite pelo guaraxaim (*Lycalopex gymnocercus*), o gato do mato (*Leopardus tigrinus*), o gavião (*Harpia harpyja*) e a gambá (*Didelphis*). Conforme a narrativa de um imigrante italiano da Colônia Caxias, o ataque dos animais era constante (BATTISTEL; COSTA, 1982, p. 113):

E não dava para criar porco, porque o guaraxaim o matava e o comia. Uma galinha, o gato do mato a matava. Então, lá, aconteciam de tudo e pela manhã levanta-se e não havia mais nada. As galinhas haviam sido comidas todas. Se uma porca desse cria, de manhã o guaraxaim, os animais selvagens já haviam devorado os filhotes.

As galinhas não podiam faltar numa família italiana, e as donas de casa eram especializadas nessa criação. Havia dois critérios para criação: o peso e a postura. Os imigrantes italianos e seus descendentes alimentavam-se de praticamente todos os derivados dos animais, como a carne, o caldo de galinha e os ovos. Com o caldo faziam a sopa e misturavam com o pão. Os ovos eram recolhidos pelas crianças, sempre deixando um ovo para que a galinha continuasse produzindo. Os ovos tinham grande validade, pois eram vendidos sempre em dúzias e trocados por outros produtos no comércio. Os ovos eram apreciados, tanto comidos na banha, como na água, sendo transformados em outros derivados, como omeletes, massa, pão e outras coisas (BATTISTEL; COSTA, 1983).

Os porcos eram produzidos e forneciam muitos alimentos na mesa italiana. Quando matavam um porco, parecia um dia de festa, pois reuniam vizinhos para ajudar no abate. Matavam os porcos em dias de chuva para não perder um dia de serviço na roça e, muitas vezes, em dias mais frios, o que possibilitava à carne não ficar estragada. Dos porcos aproveitavam quase tudo: a “mursilha”, proveniente do sangue cozido com a adição de temperos verdes, as tripas do animal lavavam para fazer o salame, a cabeça era cozida no forno os miolos eram fritos na banha, com ovos para fazer a “omeleta”. Aberto o porco pela metade, retiravam o toucinho para fazer a banha e o “codeguins”. Sobre o preparo do codeguim, Battistel e Costa (1983, p. 805) destacam:

O couro é cozido para fazer codeguins. Para fazer codeguim colocam também o coração, a língua, a carne vermelha, nervos. Depois prepara-se e serve-se cozido na água, fazem omeleta para comer na merenda da manhã. Fritam-no ao fogo ou, então, no espeto fica muito gostoso. Muitos comem cru, do mesmo modo que se come o salame.

O toucinho cortado era colocado no tacho e, com seu líquido cozido, originava a banha. O toucinho cozido e prensado, que ficava mais seco, chama-se torresmo. O presunto era coisa rara. Outro alimento era o queijo do porco, feito com o couro, as miudezas, a salsa, a canela, o cravo, o sal, a pimenta e o alho, todos estes ingredientes colocados dentro do bucho do porco, que era costurado e cozinhado na água. As orelhas, o couro cru e as patas eram limpos para serem colocados nas feijoadas. O salame era feito da carne moída, um pouco de toucinho e sal, e, por fim, ensacado nas tripas. Após este preparo, eram pendurados em ripas, secados uns três dias no calor do fogão e depois de oito a dez dias poderiam ser consumidos

(BATTISTEL; COSTA, 1983).

Novos hábitos alimentares foram criados e introduzidos por intermédio de relações com outros grupos étnicos na gastronomia dos imigrantes italianos, como o feijão e a farinha de mandioca. Além de seus hábitos alimentares tradicionais, a necessidade forçou a introdução de culturas locais como a batata-doce e o churrasco. Quanto às hortaliças, muitas desapareceram por falta de sementes e outras mantiveram-se, como couve e radicci. Desde o início cultivaram as videiras, o que facilitou os imigrantes a manter o vinho como bebida nas suas refeições (DE BONI; COSTA, 1991).

A paisagem geográfica e climática encontrada em solo rio-grandense apresentava semelhanças com as regiões de onde vinham os imigrantes italianos, o que os levou a dominar gradativamente o meio físico, conviver entre si e vivenciar suas práticas culturais. As práticas culturais são aspectos de um grupo social que foram passados de geração em geração e seus comportamentos continuam ainda preservados pelos seus descendentes. Por isso Moreira et al. (2013, p. 17), destacam que:

Cada sociedade ou grupo de indivíduos possui uma cultura própria, suas práticas culturais específicas. Algumas práticas culturais são mais parecidas com as nossas e outras mais diferentes. Algumas são tão diferentes, e estamos sempre tão certos que nossos valores são os únicos corretos que, às vezes, olhamos para outras sociedades e as condenamos, esquecendo no que, para elas, seus valores são tão corretos quantos os nossos. Não podemos esquecer que o inverso também é verdade.

Associa-se, desta forma, aos elementos culturais dos imigrantes italianos, os quais foram manifestados e transmitidos, continuando presentes no cotidiano de seus descendentes. Enfrentaram dificuldades, como a comunicação entre eles e a solidariedade, o que fez encontrar alento à união de seus pares. Seguiram em solo gaúcho suas tradições e costumes formando uma sociedade homogênea constituída em uma organização social e cultural.

Desta maneira, o imigrante italiano manteve sua identidade cultural e projetou conforme sua cultura suas relações com o território e com as pessoas com quem se relacionava, fossem ou não etnicamente italianos. Segundo Oliveira (1976), a identidade cultural possui características que se interagem, possuindo duas dimensões: uma pessoal, que é o objeto e uma social, que se edifica e se realiza. Desta interação entre ambas as dimensões, a identidade se forma e se concretiza.

A identidade étnica acontece quando as pessoas possuem características culturais em comum, muitas vezes concebidas através do contato com outros grupos. Os meios de

identificação são fundamentais, porque eles refletem a identidade em um processo assumido por indivíduos ou grupos em diferentes situações concretas. Os imigrantes italianos e seus descendentes, relacionando-se com os demais imigrantes italianos ou de outras etnias, conforme observado nas informações apresentadas anteriormente, mantiveram suas práticas culturais e reforçaram a identidade étnica italiana em espacialidades sul-rio-grandenses.

4.2 As práticas culturais dos imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari

Os elementos culturais dos descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari referem-se à continuidade da cultura de seus antepassados. Tendo em vista que a cultura, segundo Laraia (2008), expressa costumes e crenças de um determinado grupo, a etnia estudada corrobora para o fato de que costumes e crenças manifestados através de sistemas de ajuda, práticas de lazer, religiosidade e gastronomia constituem elementos da cultura dos descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, conforme será visto a seguir, com os dados referentes aos produtores rurais deste estudo.

4.2.1 Os “mutirões” e expressões de solidariedade

Convivendo entre si, os imigrantes italianos reconstituíram seu mundo cultural com algumas adaptações e mantiveram relações entre seus membros seguindo costumes da Itália, como a língua, gastronomia, religiosidade e amizade. Os primeiros anos da imigração italiana não foram fáceis e a amizade foi importante para superar muitas coisas. Durante a semana trabalhava-se muito e nas horas vagas, principalmente nos domingos o colono italiano visitava os vizinhos (DE BONI; COSTA, 1982).

Os valores comunitários tinham algumas características de reciprocidade, como a preservação da amizade entre os participantes, com o cuidado para não haver desentendimento, o zelo da fé religiosa com suas orações e o auxílio espontâneo por ocasião de doenças. O espírito cooperativo do imigrante italiano sustentou muitos serviços comunitários, com valores religiosos e morais que ainda foram mantidos nas comunidades e cidades onde prevalecem os relacionamentos primários (BATTISTEL; COSTA, 1982).

Os vizinhos possuem, na maioria das vezes, grandes amizades que proporcionam empréstimos de objetos, trocas e prestação de serviços. Além da ajuda ou troca, o empréstimo era um hábito de doação aos vizinhos e de bom relacionamento. Segundo De Boni e Costa (1982, p. 152):

Cabe recordar o fenômeno do empréstimo entre vizinhos, empréstimos de instrumentos de trabalho, de bois e carroças, bem como empréstimo de pão, banha, açúcar, café, sal, farinha, especialmente quando chegava visita, inesperadamente, alguns parentes. [...] Outro empréstimo que ainda é sagrado em alguns lugares é o empréstimo de um pedaço de carne a cada vizinho por ocasião da matança de porco, carneiro, boi, vaca.

O empréstimo de gêneros alimentícios era uma prática cultural que teve uma função alimentar entre as famílias italianas, precisamente pela troca de produtos e por não haver conservação dos alimentos. A ajuda no abate dos animais, como os porcos e rês, procedia a uma funcionabilidade favorável para as famílias manterem alimento anualmente. Isso pode-se perceber no relato do produtor rural E1 (10/08/15, p. 15), do município de Pouso Novo, na metade do século XX:

J – e antigamente existia muita troca de produto entre os vizinhos? Se trocavam algo?
 A – as sementes trocavam de terra.
 G – muda, assim mudas do aipim né, feijão...
 A – muda de batata, semente de arroz, não se comprava.
 G – diziam até que era interessante trocar de terra, uns diziam que era bom.
 A – nos pegava soja as vezes lá de lá do rio, outros pegava do lado...

Além do mais, nas comunidades da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, onde os descendentes de italianos estão localizados, é muito forte a ajuda nos afazeres do cotidiano. Isto é possível perceber através dos relatos dos produtores registrados nos diários de campo e também nas entrevistas. No município de Marques de Souza, o produtor rural descendente de imigrante italiano, E4 (11/10/13, p. 11), destaca como era a ajuda no tempo de seus antepassados na década de 1920 e 1930:

E – E falando dessa questão, é, as família se ajudavam, umas às outras, no cultivo, assim?
 M – Sim.
 J – Muito, na época muito. A ajuda, tipo, eu me lembro quando eu era piá assim, né, quando começou a entrar a plantação do soja aqui na nossa região, né, aí se começou a plantar, e daí nós não tinha trilhadeira, né, pra... pra debulhar o soja. Então tinha um tio aqui, vizinho, né, que ele tinha. [...] Sim, porque era uma colheita, sim, tu não podia. Se o tempo não fosse ajudar e assim, né, passava do ponto de colher e aí tu agilizava a coisa.
 M – É, e eles tratavam dos “mutirão”. Então se reuniam uns quantos, né, e quando era pra... porque na época lavrava a terra e depois plantava, aí às vezes tinha sete, oito, dez, né, e com junta de boi uns lavravam, uns já abriam verga pra plantar e já tinha aqueles que com a máquina iam plantando. E pra colher era assim também.

E – Era que nem umas formiguinhas...

M – Aham, sim.

Como pode-se observar nesta narrativa do produtor rural do município de Marques de Souza, os trabalhos na roça exigiam sempre um grande número de pessoas, pois todo o serviço, desde a limpeza da área a ser cultivada até a colheita, era manual. Ainda nos dias de hoje, conforme informação de um produtor do município de Progresso, é muito frequente a ajuda entre os vizinhos e, também, como nos antepassados, as trocas de produtos na época da realização das colheitas e no abate de animais, como por exemplo, os porcos (DIÁRIO DE CAMPO, 30/04/15).

Quanto maior era a produtividade das famílias dos imigrantes italianos, mais necessitavam de mão de obra para ajudar nas colheitas. No relato do produtor rural descendente de imigrante italiano E1 (10/08/15, p. 4-5), do município de Pouso Novo, é destacado como seus antecedentes, na década de 1930, faziam para colher o feijão:

A – não...tu conta hoje pros novo eles não acreditam, acha que isso aí é história. Bate o feijão a manguá, naqueles dias quentes, toca de cobrir os pé com palha pra não queimar. Aí o falecido pai fazia uma casinha na roça com a paia do feijão e levava água com um pouco de salamargo dentro e nois tomava muita água pra não fazer mal e pra não dar muita sede, daí botava um pouquinho de sal amargo na água. Depois puxava pra casa tudo com burro. E a minha nona em casa me ajudava a despindurá o saco e descarregava no paiol daí. Aí nos arrumava os vizinho pra ajudar a bater, batia em seis, três de uma lado e três de um outro. Uns amontoava o feijão, uns puxava, o falecido pai só virava na época e limpava, ensacava e eu levava pra casa.

Outro exemplo de ajuda entre os descendentes de imigrantes italianos nas colheitas recorrentes da década de 1930, refere-se a produção de soja, na fala do produtor rural descendente de imigrante italiano E8 (05/02/16, p. 2-3) do município de Travesseiro, conforme segue:

A – mas na época da colheita os vizinho se ajudavam?

A1 – quase sempre, conforme o trabalho que tinha eles vinham e se ajudavam um e o outro né. Mais era no soja né, colhia numa família e depois colhia numa outra, isso era o trabalho.

A – e hoje em dia acontece isso?

A1 – olha eu acho que não, hoje é mais Deus pra todos e cada um pra si. Mudou muito, mudou muito.

No município de Travesseiro, por intermédio deste relato, o sistema de ajuda não costuma ser como na época dos antepassados, e sim de uma forma voltada para um sistema mais individual. Em contrapartida, tem-se no município de Pouso Novo a presença e continuidade dos mutirões entre os vizinhos na comunidade onde se localiza o produtor rural descendente de imigrante italiano, E7 (19/01/16, p. 4):

B – e os sistemas de ajuda? Ainda continuam?

I – sim, sim. Aqui o ano passado, é o ano passado na colheita de milho que tinha o Feronatto esse que mora aqui embaixo, tem dois morador ali, o [] Bonacina mais pra baixo da comunidade ali, eles...o [] tem problema no estomago, problema sério e o Bonacina lá fez cirurgia na perna não sei. Ai fomos lá, toda a comunidade numa casa em 20 pessoa e 2 trator, 3 trator e na outra casa 21 e dois trator. Colhemo todo o milho deles numa tarde só, deixemo o milho tudo dentro de casa, toda a sociedade, vinte e poucas pessoa nois não semo muito mais que isso fumo lá ajuda né. Como que eu falei, nois temo os defeito, não somo...mas ainda temo isso aí de família né, não só nois todos. Adoeceu uma pessoa a gente procura ao menos ajudar né, porque ninguém tá livre dessas coisa, ninguém tá livre.

Desta forma, está presente no cotidiano destas famílias, nesta comunidade do município de Pouso Novo, a ajuda nos afazeres da roça, principalmente quando as famílias vizinhas estão com problemas de saúde ou enfermas os moradores se reúnem em “mutirão” e procuram ajudá-los. A mecanização do campo no início do século XX, ainda não era uma realidade e as ferramentas das quais os produtores rurais dispunham eram pouco eficientes. Por isso, toda a família e, em alguns casos, toda a vizinhança, se reunia para auxiliar nas tarefas.

Com o surgimento das primeiras máquinas na década de 1960 para auxiliar nas colheitas, os mutirões passaram a ser realizados com mais frequência pelos imigrantes italianos. Quando alguém adquiria uma máquina para auxiliar nas plantações, como a trilhadeira, as famílias dos vizinhos também se ajudavam e revezavam tarefas. Poucas trilhadeiras passavam de família em família, de linha em linha, acompanhadas dos donos. A chegada da máquina era motivo de encontro e festa, pois proporcionava a presença de famílias diferentes, comida e bebida que unia os italianos para o trabalho (DE BONI; COSTA, 1982).

Sobre a trilhadeira e a realização da mão de obra e os mutirões, encontra-se o relato do produtor rural descendente de imigrante italiano E6 (03/11/15, p. 8), do município de Progresso:

A – passava colono, por colono. Então era aquele mutirão se ajudava né. Tira e bota o trigo em cima da mesa assim né e o cara cevava a triadera e dois ou três na pá e o outro levava uma pia feita assim, era grande e comprida assim como daqui lá no barranque. Três a quatro pilha e encostava a triadera e levava meio dia ali trabaiano assim né. Então bah era cansativo.

B - esses ano precisava dois, três pra...

J – e sempre se trocavam daí?

A – é, se ajudava um com o outro.

O estudo de Gomes e Laroque (2010) sobre os descendentes de italianos na Microrregião norte e leste do Vale do Taquari, informa que desde a chegada dos imigrantes desta etnia no Rio Grande do Sul, o auxílio mútuo nas atividades era algo característico do

grupo. Desta forma, percebe-se que a continuidade das ajudas entre os moradores das comunidades e os “mutirões” é presente nos quatro municípios pesquisados.

A presença desta prática cultural dos imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, nos leva a associar ao estudo de Laphatine (2003, p. 101), quando destaca:

O que caracteriza uma determinada sociedade é uma "configuração cultural", uma lógica que se encontra ao mesmo tempo na especialidade das instituições e na dos comportamentos. Toda cultura persegue um objetivo, desconhecido dos indivíduos. Cada um de nós possui em si todas as tendências, mas a cultura à qual pertencemos realiza uma seleção. As instituições (e, em especial, as instituições educativas: famílias, escolas, ritos de iniciação) pretendem - inconscientemente - fazer com que os indivíduos se conformem aos valores próprios de cada cultura.

Portanto, os mutirões acontecem principalmente pela continuidade da prática social solidária e dos laços de amizade entre os imigrantes italianos e seus descendentes. A vida cultural na comunidade onde os produtores estão inseridos faz com que as boas relações continuassem, seja pela amizade, por questões enfermas ou necessidade de mão de obra destes descendentes.

Outro elemento encontrado em alguns municípios da Microrregião Oeste foram algumas situações de intrigas entre os vizinhos ou questões preconceituosas, como por exemplo, os ocorridos na década de 1950 e 1960. No município de Travesseiro, moravam grupos de alemães, negros e italianos, conforme o relato do produtor E8 (05/02/16, p. 8):

A – mas antigamente tinha brigas?

A1 – tinha.

G – em Três Saltos Alto que é aqui era uma zona de italianos com muito pouco, eu acho umas 2 famílias de alemães né...

A1 – mas começo com os alemão.

G – e em Três Salto Baixo onde ela se criou e são evangélicos.

A1 – os primeiros moradores aqui eram alemães e começo a entrar aqui, como o Masueto falou né, começo lá de cima vindo e vindo os italianos e os alemão foram voltando.

N – os alemães foram pras várzea e os italianos nos morros, foram mais esperto eles.

G – eu acho que assim, eles eu acho que tinha uma discriminação assim...ou sei lá, entre assim... os alemães, os italianos e os negros principalmente. Os negros eram muito discriminados.

J1 – tinha negros aqui?

G – tinha duas famílias. E na escola a Inês tem umas histórias assim bem tristes que era feito. E olha que ela tem 50 anos...

Conforme percebe-se, as relações dos imigrantes italianos e alemães em relação aos negros eram de preconceito com a cor da pele. No município de Pouso Novo encontrou-se também um relato de intrigas que ocorriam pelo excesso de bebida, conforme a narrativa do

produtor E1 (10/08/15, p. 6):

J – e eram boas as relações entre os vizinhos?

A – sim, sim.

J – sempre se deram bem até hoje?

A – sim, sim.

G - sim, porque antigamente eles acostumavam ficar muito nas bodegas também né, até dias sem ir pra casa.

A – eu tinha um tio que ficava três a quatro dias né.

G – e jogava e comia e lá, claro que se xingava e saio de fora um pouquinho né.

J – e hoje em dia continua se ajudando os vizinhos quando precisa?

A – sim, com aqueles que tem ainda.

Por intermédio destas narrativas, constatou-se também a presença de conflitos e preconceito envolvendo os imigrantes italianos, seus descendentes e grupos étnicos nos territórios da Microrregião Oeste do Vale do Taquari. Se por um lado as boas relações vigoravam e proporcionavam os mutirões e demais formas de ajuda, por outro, aconteciam desacordos, desavenças e situações de discriminação.

4.2.2 Práticas de lazer: os jogos e as brincadeiras no cotidiano

Durante o tempo livre dos imigrantes italianos e seus descendentes, o lazer foi um caminho para a formação dos grupos de amizade e para encontrar-se. A ausência de recursos materiais para a prática de esportes e atividades recreativas fez com que estes imigrantes cultivassem formas de entretenimento e possibilitassem os encontros em família, em capelas. Com isso surgiram os jogos, brincadeiras e outros esportes como forma de estarem juntos e divertirem-se.

As práticas de lazer não tinham como objetivo dinheiro, taças, prêmios ou juiz, mas passar o tempo juntos e proporcionar a diversão. Os jogos de baralho, bocha e outros oportunizava encontros em que os imigrantes italianos e seus descendentes contavam histórias e bebiam vinho, graspa⁴ e cachaça. Depois dos encontros nos finais de semana, o filó, que era realizado à noite, passou a ser cultivado como forma de encontro, com muita conversa, comida, bebida e jogos (DE BONI; COSTA, 1982).

Uma forma de preservar o lazer do cotidiano italiano eram os jogos típicos. O dia da

⁴ A graspa é originada dos bagaços da uva cozidas no alambique. O vapor entra pela tampa do panelão, passa pela serpentina, que é um cano de cobre em espiral mergulhado numa dorna com água, onde o vapor esfria e se transforma em líquido, que é recolhido e destilado uma segunda vez. Este líquido é a graspa que fica com a graduação de 18 e 22 graus alcoólicos (BATTISTEL, 2013).

semana caracterizado para o lazer era o domingo, propício para os imigrantes e descendentes de italianos se encontrarem e realizarem as rezas, procedidas dos jogos. Conforme Ducatti Neto (1979, p. 29):

Outras diversões para o lazer dos habitantes da localidade eram os jogos. Entre estes, o mais popular era o jogo de bochas sendo também o meu preferido. Depois, havia o jogo de cartas, cujas principais variantes eram: o três-sete, a bríscola, o quatrilha, a escova e o sete e meio.

De início, os jogos típicos dos imigrantes italianos eram realizados mais para os homens, que se encontravam em salões comunitários ou bodegas. Vê-se que as mulheres também têm uma parcela de participação dos jogos, pois muitas vezes os jogos eram familiares e praticados em casa ou em seus parentes. Isto se torna visível no estudo de Costa (1986, p. 67), que destaca o seguinte:

A maior dificuldade para meu pai era sofrer a separação dos companheiros, durante uma semana. Aguardava para se encontrar com eles, aos domingos à tarde, para jogar, trocar ideias. Nasceu assim, o costume de se reunir para cultivar a alegria da amizade. O encontro com os amigos, nossos pais o julgavam tão importante, quanto o encontro com Deus.

Pode-se apontar, dentre os jogos mais típicos do imigrante italiano, o mora, jogo de bochas e jogos de cartas. Os jogos eram normalmente feitos nos domingos à tarde no salão da capela ou nas noites de filó. Jogava-se pelo prazer de jogar e pela integração dos imigrantes italianos, não por dinheiro. O jogo de mora acontece quando os participantes gritam números e batem na mesa somando pontos em seus dedos e nos do adversário (FIGURA 9).

Figura 9 - Jogo de Mora



Fonte: Portal do Vale do Taquari.

Sobre este jogo típico, Costa (1986, p. 66) descreve:

A mora era um dos esportes preferidos, que marcava os “filós” e encontros. Todos sabiam jogá-la com maestria. Aos domingos, à tarde, após a reza do terço, nas capelas, reuniam-se em torno a uma mesa e o anoitecer colhia-os gritando: 2,2,2,2,3,3,3,3,6,6,6... batendo na mesa. Fazia ponto quem somasse o número certo proposto, somando seus dedos e os do adversário.

O jogo de mora é destacado pelos imigrantes pela agilidade de calcular a soma dos números gritados. Através do relato do descendente de italiano do município de Marques de Souza, na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, é possível perceber que este jogo esteve presente nas famílias italianas e seus descendentes. Atualmente, verifica-se nos municípios da Microrregião Oeste do Vale que o jogo de mora é conhecido entre todos, mas não é mais praticado. Neste sentido, o Entrevistado E4 (11/10/13, p. 5), do município de Marques de Souza, relata o seguinte:

M – E é bonito porque eles cantam, né, os números assim, e é tão rápido...
 J – Tem que ser ligeiro, né, porque na hora que ele bota os dedos ali, o adversário ali, tem que contar...
 G – Tá, mas como que conta?
 D – Tu sabe... tu sabe a moral do jogo? Porque eu até hoje não sei, não sei a moral...
 G – Tá, mas tipo, uma pessoa fala um número e o outro tem que falar?
 D – É, tudo bem, só que esse número tem que ter um significado. Então...
 N – Tem que acertar - pelo que o meu avô me explicou uma vez – tem que acertar a soma que vai dar na mesa. Um joga... tu joga três e o outro vai jogar dois, tu tem que acertar cinco no grito.
 M – É, e é muito rápido, porque...
 J – Sim, sim, ele é rápido.
 M – E é tudo em italiano que eles dizem.
 D – E eles vão competindo...

O Jogo de bochas é outro esporte de competições, sendo jogado com seis bolas de concreto (bochas) e uma bola pequena (bolim). As bochas têm 10,7 centímetros de diâmetro e pesam entre 900 a 950 gramas. O bolim (bola pequena) tem de 3,5 a 4 centímetros de diâmetro. As bolas são maciças, de madeira ou concreto e sem furos, diferentes apenas nas cores que distinguem as equipes. As bochas são lançadas com a mão e podem ser jogadas por duas pessoas ou mais. O jogo é dividido em duas equipes, cada qual com as bochas de coloração diferente, sendo praticado em canchas de grama ou em areia (ADDEU, texto digital).

Para a prática do jogo de bocha, culminaram-se construções de canchas próximas das capelas. Alguns imigrantes também construía suas próprias canchas no pátio da casa ou no potreiro. Nas cidades surgiram diversos clubes e até mesmo bodegas que dispunham de canchas (DE BONI; COSTA, 1991). Este jogo proporcionou uma integração entre os

imigrantes italianos e seus descendentes, pois realizam esta prática até os dias de hoje. Conforme o relato do produtor rural E8 (05/02/16, p. 7), descendente de imigrante italiano do município de Travesseiro, o jogo de bocha era praticado nos finais de semana pelos seus antecedentes durante o século XX:

A – e os mais velhos tinham algum divertimento, jogavam alguma carta nos finais de semana ou alguma coisa?
 A1 – poquinho, o pai...
 G – mas nos finais de semana...
 A1 – o pai nos finais de semana jogava bocha.
 G – a bisca.
 N – mas começo as bocha mais tarde.

Nos municípios da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, o jogo de bocha é praticado pelos imigrantes italianos e seus descendentes, principalmente nos finais de semana, como pode-se ver na foto abaixo, no município de Marques de Souza:

Figura 10 - Jogo de bochas



Fonte: Prefeitura Municipal de Marques de Souza.

Além do jogo de bocha, existiam muitos jogos de carta. Os jogos de cartas também são jogos de competição e estão presentes no dia a dia dos imigrantes italianos. Podem ser jogados nas casas durante o dia ou à noite, praticamente em dias de chuva e nos finais de semana, sendo os jogos mais comuns entre os italianos a bisca, três sete, quatrilha, cinquilha, escova e canastra (DE BONI; COSTA, 1982).

Os jogos de carta foram cultivados de geração em geração e fazem parte do cotidiano dos imigrantes italianos e seus descendentes, conforme a informação do produtor rural

descendente de italiano E6 (03/11/16, p 19), do município de Progresso:

J – que tipo de jogo jogavam?

A – era cinquilha, quatrilha.

J – e três sete não?

A – três sete também. Mas o mais de tudo era o cinquilha, quatrilha e solo. Tinha o falecido nono Baldoino e o [] Paloschi que era os que jogava.

Nos municípios da Microrregião Oeste, os jogos de carta também acontecem anualmente, envolvendo toda a comunidade em forma de campeonato, conforme é possível observar (FIGURA 11):

Figura 11 - Jogos de Carta



Fonte: Jornal O Alto Taquari (2015, texto digital).

Além do mais, outro jogo que ainda é mantido é o de quatrilha, praticado uma vez por mês, quando os amigos se reúnem em uma casa durante a noite para jantar e jogá-lo. Este jogo é mais por lazer e integração, muito pouco jogado por dinheiro. Por meio do relato do produtor rural descendente de italiano E7 (19/01/16, p. 11-12), do município de Pouso Novo, tem-se a explicação de como funciona este jogo:

B – e hoje o senhor joga bocha, carta ou alguma atividade?

I – carta. Nois jogamo carta aqui nas casa de família né.

A – canastra?

I – canastra e joguemo o tal de quatrilha, jogo italiano né.

B – como que é esse jogo? O senhor sabe explica como é que funciona?

I – o jogo de quatrilha?

B – é.

I – conhece o baralho de bisca né?

B – sim.

I – tá, o que vale primeiro é o que diz naipa, naipa que é o três, o dois e o ais. O rei, o cavalo vem descendo né. O três, o dois, o ais, o rei e cavalo, o fante, o sete, o cinco e o quatro e vem descendo. Aí quem manda é o três, o chefe é o três. Não é

que nem a bisca que quem é o chefe é o ais. Então tem que joga, jogo é chamado, o companheiro é chamado, uma carta chama qualquer carta e sempre chama o três do companheiro, então ele vai jogando e não pode joga copa todo mundo tem que joga copa, se tem e se não tem pode joga qualquer uma, mas até que tem copa tem que joga copa. Então ele vai fazendo aquelas vaza. Depois jogo um outro jogo e o jogo que joga tem que joga igual. É bonito, é muito bonito, muito bonito o jogo.

Outro produtor rural descendente de imigrante italiano E1 (10/08/15, p. 19), do município de Pouso Novo, explica também como é o jogo de quatrilha, presente ainda em seu cotidiano:

J – como que é o quatrilha?

A – o quatrilha se joga em quatro e se joga em cinco. O verdadeiro cinquilho tu não chama três tu chama o primeiro três que fizer vaza, o primeiro dois que fizer vaza e se tu é mão, e se tu não e mão...vamos dizer o quatrilha a preferência do solo é a mão. Eu dou as cartas e aquele que ta do meu lado, que ele é, tem que sair jogando, ele tem a preferência pra fazer o solo. O cinquilho eu posso tá lá diante se eu tenho as vaza franca eu posso toma a várzea dos outros. Esse legitimo cinquilho tem muita pouca gente que sabe joga, muito pouco.

J – mas exige um pouco de concentração?

A – é. E outra saber né.

G – mas é bonito porque larga as cartas é um silencio. E nunca aconteceu né, era um sábado cada casa aqueles anos né, nos tinha a casa assim com a parede de madeira dormia do lado de dentro ouvia tudo, era aquele silêncio, daí tu ia dormi daqui a pouco: booooo (imitando o som) daí se explodia tudo. (risos).

J – mas eles gritam bastante então?

G – vixiiii!

A – pq o jogo de quatrilha é que nem quando tem um jogo de futebol que dá um golo. Tem aquele que dá o passe, tem aquele que faz o golo e os que fazem comentário. E o quatrilha um errou o outro chinga. Porque tu não devia ter jogado aquela carta...

J – mas não da desentendimento assim?

A – não, não.

G – dão é risada isso sim!

Como pode-se perceber, o jogo de quatrilha é conhecido e frequentemente praticado pelos imigrantes italianos e seus descendentes no município de Pouso Novo. Em contrapartida encontra-se também o jogo do cinquilho mencionado pelo produtor rural E5 (8/08/15, p. 13), de Marques de Souza:

J – e como que é o cinquilho, como que é esse jogo assim?

O – ele é, ele é por exemplo cinco pessoas né daí dá oito carta cada um né, daí da as quarenta carta, por exemplo, 5 vezes 8 quarenta, baralho de quarenta carta. E daí por exemplo, se ela vai da folha eu sou mão, daí se eu consigo chama, por exemplo vo chama primero o três daí quem pega com o três daí eu é meu palcero daí fica três contra dois né. Ma daí os palcero nunca é os mesmo, é sempre palcero quase diferente né. E daí se eu tenho, por exemplo, consigo fazer 6 vaza eu sozinho daí eu vo sozinho, daí os outros quatro fica contra eu. Mas aí tem que ter as carta, mas é quase que nem o tressete, só que é chamado daí.

J – mas daí vocês jogam por lazer assim, nada de...

O – é se joga por mínima coisa, eu né por muito dinheiro nunca fui de joga.

W – eles jogam assim mais pra, porque se é assim por alguma coisa parece que tira o sentido a mais sabe, ma não porque..

O – ma não por dinheiro. O pessoal aqui nunca foi de jogar por dinheiro. Porque todo mundo assim pra passar o tempo tudo bem mais...

Sendo assim, os jogos cotidianos dos imigrantes italianos e seus descendentes fazem parte da identidade italiana e são praticados como forma de continuidade da sua cultura. Neste sentido, os jogos podem ser considerados como simbologia cultural, pois tomando os pressupostos de Geertz (1978, p. 67), verifica-se que “os símbolos funcionam para sintetizar o ethos de um povo - o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos - e sua visão de mundo”.

As brincadeiras também eram uma forma de entretenimento e diversão para os imigrantes italianos e seus descendentes, principalmente quando as crianças se encontravam. As principais brincadeiras eram realizadas durante os filós, nos finais de semana e quando iam à escola. Battistel e Costa (1983) destacam as principais brincadeiras com carrinhos para correr nos morros, bando, pega-pega, bonecas de pano, jogo do anel, entre outros. Nos filós existiam muitas brincadeiras como esconder ovo, brincadeira do prego, da cadeira, do veado, a choca e o tigre, a varinha, o lenço, o gato e o rato, do pato e do saco.

Na Microrregião Oeste do Vale do Taquari encontra-se alguns dados sobre as brincadeiras realizadas nos finais de semana pelos imigrantes italianos e seus descendentes durante as décadas de 1940 e 1950, pela narrativa do entrevistado E8 (05/-2/16, p. 6-7), do município de Travesseiro:

J – e nos finais de semana também tinha outros entretenimentos de lazer, o que que se fazia no final de semana?

A1 – de gurizada?

J – é.

A1 – o que que nois tinha uma funda atrás dos passarinhos, se reunia em quantos e era o nosso divertimento e outra coisa não tinha.

N – se tu fazia um carinho de lombas as vezes, se o pai deixava e pegava o martelo.

A1 – depois esse carrinho de lombas eu quebrei a perna né, desobedeci o pai e foi lá no vizinho corre com o carrinho e me quebro a perna. Aí tivero que chama o pai vim lá me busca, imagina, imagina!

A – aí o pai quase quebra a outra daí.

(risos).

A1 – não falto muito, não falto muito, tá louco! Era a nossa vida assim. Se nois queria joga bola o que que nois jogava, fazia... pegava sabe uma lima verde assim e essa era a nossa bola. Outra coisa não tinha.

Outro relato do produtor rural descendente de imigrante italiano E5 (18/08/15, p. 10), do município de Marques de Souza, fala das brincadeiras nos finais de semana e também durante os filós durante a metade do século XX.

J – preserva né o que se tinha. E se brincava muito na época ou pouco? O que se brincava? Que brincadeiras tinha?

W – na época que se brincava, porque agora ninguém mais brinca, tu não vê mais uma criança brinca, muito difícil né. Corre nos potreiro, joga futebol, isso

era...pequinique.

O – carrinho de lomba assim nos potreiro ali o cara ia nos carrinho de lomba corria era bastante remendo, daí depois chegava em baixo era tudo chato, daí nois ia lá cima com os carrinho e capotava. (Todos riram).

W – se não era carrinho era as folha de coqueiro, as canoa de coqueiro. Esses eram os brinquedo de sábado e domingo sempre.

O – ma daí se reunia ai entre duas três famílias dava um monte e gente.

W – de noite as crianças iam, porque na época nos aqui que a gente era mais novo se ia reza o terço quando vinha a capelinha, aonde nos vizinhos mais perto sempre.

J – daí era o filó no caso?

W – era o filó e daí reza o terço. E daí depois do terço se sai pra fora brinca de roda, ia nos potreiro, queima grimpa de pinheiro e cozinha os pinhão.

O – se fazia um monte assim de grimpa e se jogava os pinhão ali e cozinhava com o fogo né, ai se comia.

W – esse era a divertimento da juventude e das criança era isso.

As brincadeiras mais frequentes pelos imigrantes italianos e seus descendentes, na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, estão relacionadas ao tempo de criança e juventude, mais precisamente na década de 1940 e 1950. Entre seus divertimentos estão o pega-pega, roda, carrinho de lomba, esconde-esconde e futebol (DIÁRIOS DE CAMPO 23/03, 30/04, 19 e 26/05, 02, 13, 15 e 26/06 de 2015). O carrinho de lomba era construído de madeira e as crianças divertiam-se descendo os morros (FIGURA 12).

Figura 12 - Carrinho de lomba



Fonte: Da autora (2016).

Uma brincadeira muito usada entre rapazes e moças na década de 1920 era o chamado jogo de prenda, que consistia em um rapaz ou uma moça designado (a) a cumprir determinada tarefa, escolhida pelo parceiro do sexo oposto, e deveria ser cumprida (DUCATTI NETO, 1979). Sobre esta mesma brincadeira, encontra-se na fala dos descendentes de imigrantes

italianos E1 (10/08/15, p. 35), no município de Pouso Novo:

J – a senhora comentou antes de prenda, como que era? Brincadeira, telegrama?

G – sim, tinha duas gurias, por exemplo, que tinha os versinho dos cadernos já né, separado os versinho. E ia pras pessoas, pedia se queria mandar pra alguém. Era o jeito de chegar numa guria, rapaz sem né.

A – não tinha coragem de chegar.

J - haa daí mandava o bilhetinho.

A - então em vez de chegar lá e ganhar um carão, mandava o bilhete pra ir certo né...

G – tinha que pagar né.

J - e vocês chegaram a se mandar?

A – não, no nosso tempo não tinha mais.

G - mas aqui os vizinho sempre conta.

A – uma vez aqui na Forqueta deu uma festa e tinha os telegrama, ai um rapaz mandou pra uma moça e a moça diz que não. Ai ele mandou outro de volta dizendo assim: antes quando eu te enxergava pulava a cerca de espinho, hoje eu pago dinheiro pra não ver o teu focinho! (muito risos).

Com isso percebe-se que os jogos tradicionais estão presentes como formas de continuar e preservar a identidade italiana. Pode-se observar que os jogos de cartas mais praticados nos quatro municípios foram a bisca, o quatrilha, cinquilho, a canastra e o pife (DIÁRIO DE CAMPO DE 23/03, 30/04, 19 e 26/05, 02, 13, 15 e 26/06 de 2015).

As brincadeiras estão presentes na memória dos imigrantes italianos e de seus descendentes, que destacam como elas eram praticadas no tempo que tinham disponível para brincar; nas horas vagas, finais de semana e nos filós. Na atualidade, as crianças, muitos de seus netos e sobrinhos, devido aos avanços tecnológicos e ao uso da internet, não realizam muitas das brincadeiras dos seus antepassados. Outras são lembradas e praticadas no tempo em que ficam na escola (DIÁRIO DE CAMPO DE 23/03, 30/04, 19 e 26/05, 02, 13, 15 e 26/06 de 2015).

Por meio dos dados, muitas das práticas de lazer estão sendo mantidas e outras se atualizaram no dia a dia dos imigrantes italianos, como brinquedos de carrinhos e o futebol. As formas de entretenimento continuam sendo praticadas semanalmente, como os jogos tradicionais. Os jogos fazem com que sua continuidade e integração de seus pares sejam preservadas por seus descendentes, incluindo os ensinamentos para as crianças e jovens.

4.2.3 A fé e o catolicismo como expressão religiosa

A religiosidade e a prática religiosa dos descendentes de italianos fez que com eles mantivessem seus costumes, tradições e dialetos. Os imigrantes italianos são de origem

católica e tinham necessidade de manter vivos os ensinamentos e as práticas religiosas. A capela e a igreja foram os locais de razões religiosas dos imigrantes italianos para se inserirem na sociedade e promoverem a fé. Toda comunidade italiana possui uma capela, onde realizam-se as celebrações, rezam o terço, participam de festas, cantam cantigas e reúnem-se para assuntos da sociedade (MANFROI, 2001).

No local onde residiam os imigrantes italianos e seus descendentes, predominavam elementos de origem italiana e logo trataram de construir uma capela para rezar e um campo santo para enterrar os mortos. Reuniam-se para discutir diversos assuntos, entre eles os lugares escolhidos para construção das capelas e do cemitério próximo. Conseqüentemente, foram surgindo as vendas ou então chamadas bodegas, onde os colonos se reuniam para beber, jogar e cantar (DUCATTI NETO, 1979).

Segundo Beneduzi (2008), a constituição de uma paróquia e freguesia traziam vantagens fundamentais para o imigrante italiano: a possibilidade de manter um sacrário permanente na comunidade transformava a igreja em um lugar especial, como na Itália. Ter um sacerdote na comunidade passava um sentimento de mais tranquilidade, pois ele atuava como um conselheiro para as pessoas que tinham menos instrução. Esse conjunto de fatores trazia consolo aos imigrantes, com as orações e bênçãos vivenciadas no dia a dia.

A religião dos imigrantes e seus descendentes era ritualista, sendo o conteúdo principal na prática da fé a realização e participação das liturgias e dos ritos. Segundo Giron e Herédia (2007), a religiosidade é um dos elementos que caracteriza a identidade cultural. A religião, contando com a presença dos italianos e seus descendentes nos rituais, passa a ter função de sociabilidade.

As famílias se reuniam durante a noite e nos finais de semana para rezar. Nesses encontros pediam muitas coisas e realizavam as orações, conforme encontramos na obra de Zagonel (1975, p. 51):

Aos poucos, recordando a pátria distante, a cidade natal erguida ao redor do “Duomo”, as orações e cerimônias festivas, os ofícios cantados...terminavam recitando o texto, cantando as ladainhas de Nossa Senhora, a Salve Rainha, etc. Pediam pela saúde e pela defesa de todos os parentes diante dos possíveis ataques dos animais ferozes ou dos bugres (de quem apenas ouviam falar e muito raramente os viam).

Também são de suma importância a oração em família e a participação em cultos e festas. Para Beneduzi (2008), a reza do rosário em família, praticamente todas as noites e as

ladainhas de Nossa Senhora, seguida de outras orações, eram praticadas pela maioria dos italianos. Essa prática faz parte das atividades formadoras do ideário religioso e mantenedoras do atrelamento das famílias à igreja. No tempo de catequese, as orações eram todas em italiano e rezava-se o terço todas as noites, ajoelhados, antes de dormir. Atualmente, muitas famílias, conforme informações obtidas com produtor do município de Progresso, têm o costume de rezar o terço, principalmente quando a capelinha vem (DIÁRIO DE CAMPO, 13/06/15).

Também no município de Travesseiro as orações e ladainhas que foram passadas pelos seus antecedentes durante o início do século XX são mantidas na família do produtor rural descendente de imigrante italiano E8 (05/02/16, p. 13-14), conforme segue:

J – e se tinha também muita oração em italiano? Se aprendia em casa também com os pais?
 A1 – isso eu não consegui aprender. A mãe rezava tudo em italiano.
 G – mas nós soubemo. [...]
 G – sei. Querem que a gente fale?
 J – se quiserem podem.
 N – Santa Maria Pitinina. [...]
Os dois: Santa Maria Pitinina, leva sua la matina.... (rezam toda em italiano).
 G – traduziu: Maria Pequinhinha levanta de manhã, te lava o rosto...
 N – as mãos e o rosto.
 G – as mãos e o rosto, do bom dia e do bom fazer...
 N – me perdi agora.
 G – mas é mais ou menos isso.
 J – mas que legal.
 A – é bem bonito.
 I – para andar e paradiso.
 G – quer dizer pra ir ao céu, mas em português nada rima né. E a mãe rezava ave-maria, a mãe rezava o pai-nosso, a mãe sabia as ladainhas, nós também conservamos os nossos encontros, as ladainhas em latim, nós cantamos as ladainhas em latim.
 A – ainda hoje?
 G – ainda hoje.
 N – ah eu rezo uma e rezo todas, porque a mãe rezava e todo dia de manhã e de noite. Depois da nossa janta, de criança, sentado ao redor da bacia do feijão como se diz: se alimentava e depois rezava, de manhã de noite, por isso eu sei várias.
 I – a mãe rezava a ave-maria em italiano bem gramatical, não é esse nosso aqui, da região aqui.
 N – era o dialeto gramatical.

O hábito de rezar em família e a participação em comunidade eram usuais ao meio imigrante, sendo, também, uma forma de continuação da fé religiosa. Muitas orações como a Ave-Maria e o Pai-Nosso são rezadas no dialeto italiano e foram passadas de geração em geração. Nos acontecimentos das comunidades, a manutenção do espírito religioso traduz um sentido muito forte de oração e a sua importância ainda é mantida nas comunidades.

Como forma de manifestação cultural da religião católica, todas as comunidades dos

descendentes de imigrantes italianos pesquisadas na Microrregião Oeste do Vale do Taquari possuem uma capela e um santo padroeiro. Essa forma de identificação cultural é destacada em Manfroi (2001, p. 126), pois “A igreja era considerada como o elemento essencial do progresso do lugar, era a base de toda organização social”.

Nas comunidades onde residem os produtores rurais descendentes de imigrantes italianos, nos municípios da Microrregião Oeste, existem santos padroeiros como São Judas Tadeu, Nossa Senhora Auxiliadora, Nossa Senhora de Lurdes, Santo Antônio, São José, Nossa Senhora Aparecida, São Roque, entre outros (DIÁRIOS DE CAMPO de 23/03, 30/04, 19 e 26/05, 02, 13, 15 e 26/06 de 2015). A seguir (FIGURAS 13 e 14), tem-se algumas imagens das igrejas nas comunidades da Microrregião Oeste do Vale do Taquari:

Figura 13 - Capela São Judas Tadeu



Fonte: Da autora (2015).

Figura 14 - Capela Nossa Senhora de Lurdes



Fonte: Da autora (2015).

A religião católica e sua manifestação, por meio de suas igrejas, capelas, ritos e festas, ocupou um lugar central na vida cotidiana dos italianos. Foi através da religião católica que o

imigrante italiano se encontrou consigo mesmo e com os outros, formando uma unidade que se exprimia na constituição destas comunidades de trabalho e de fé que foram as linhas coloniais (MANFROI, 2001). Além do mais, a capela foi um lugar de encontro para as celebrações religiosas, como cerimônias fúnebres, missas, reza do terço aos domingos e catequese preparatória à primeira comunhão (COSTA, 1996).

Com base nos depoimentos das visitas e nos diários de campo, feitos com base nos relatos dos produtores descendentes de italianos na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, percebe-se que todos são católicos e são sócios da comunidade onde moram. Eles participam das festas religiosas e muitas vezes fazem parte da diretoria da comunidade, ou são da equipe religiosa que faz os ritos da igreja (DIÁRIO DE CAMPO, 23/03/15). Na maioria das visitas realizadas aos produtores descendentes de italianos na Microrregião Oeste foi possível visualizar em suas casas várias imagens de santos católicos, padroeiros ou também a presença da capelinha.

A geografia religiosa do Vale do Taquari não inclui apenas grande quantidade de igrejas, mas também os capitéis e as grutas encontrados em vários municípios da região. Estes espaços, carregados de elementos sacros, cumprem importante papel e estão presentes de forma indiscutível nas devoções atuais das comunidades, que anualmente ressignificam os referidos espaços através da continuidade da realização de festas e demais rituais específicos, os quais são praticamente os mesmos dos primórdios da colonização (FALEIRO, 2015).

Além das capelas, também existiram os capitéis, construídos por alguma família para pagar uma promessa, para agradecer uma graça alcançada ou para pedir alguma proteção. Sobre isto, De Boni e Costa (1982, p. 147), informam:

Os capitéis, ou pequenas capelas, dedicadas aos santos da devoção de um grupo, ou de algum indivíduo, surgiram simultaneamente às capelas, mas em maior número. Em muitos casos foram anteriores às capelas, por serem de mais fácil arquitetura e por não exigirem avultados gastos.

Os capitéis são pequenas casas feitas de madeira, normalmente construídos em beiras das estradas ou em terras dos próprios descendentes de italianos, que fizeram promessas para um santo de devoção, em prol de cura de doenças. Sobre isto, os descendentes italianos dos municípios de Pouso Novo, Travesseiro, Marques de Souza e Progresso, Microrregião Oeste do Vale do Taquari, destacam sua devoção e fé a santos padroeiros presentes nos capitéis, como Nossa Senhora de Lurdes, Santo Antônio, São Roque e Santa Rita (DIÁRIOS DE CAMPO de 23/03, 30/04, 19 e 26/05, 02, 13, 15 e 26/06 de 2015).

Normalmente os capitéis construídos para Nossa Senhora de Lurdes são destinados para agradecer pela cura de uma doença desconhecida pelos imigrantes italianos. Conforme o estudo de Battistel e Costa (1983, p. 640), o capitel construído no município de Veranópolis, para Nossa Senhora de Lurdes, pelo descendente de imigrante italiano, foi por ter tido a graça da saúde e por isso realizou a construção do capitel. O mesmo aconteceu com a família do produtor rural descendente de imigrante italiano E7 (19/01/16, p. 9), no município de Pouso Novo, conforme aponta a narrativa:

I – o capitel foi o seguinte, o meu pai ele foi operado de uma úlcera, como falei antes fico muito tempo sofrendo né aí ele fez a cirurgia de uma úlcera. Nois não morava aqui, nois morava lá nos fundos do potreiro ali (mostra com a mão), eu tinha sete ano. Aí ele fez a cirurgia em Arroio do Meio e aquela cirurgia não deu certo não sei o porque, a gente não tinha nem como se comunica na época, tinha um telefone ma muito ruim de centro em centro até nem era, era muito difícil a gente sabe das notícia. Resumo o pai fico ruim, abriram de novo a cirurgia, abriram de novo e diz que tava tudo virado numa coisa e o médico diz que, a gente não sabe porque não tava junto né, diz que só abriu e costuro a pele por fora né, a pele por fora. E mando pra casa e morreu em casa. [...] Passei muito trabalho, não só eu, muito trabalho. E por isso que foi a promessa que foi feito o capitel. Capitel foi ele que fez e foi promessa dele, a história foi assim. Até eu quando falo assim até acho que quando fala da gruta que vai muita gente na gruta eu nunca falei que é bom ou que é ruim porque isso ali é um...como que vou dizer...é uma fé que a pessoa tem né, não precisa ir na gruta que quer pedir uma coisa né, não precisa i na gruta pode ir em qualquer lugar. Eu nunca disse fulano tu vai lá ou lá acolhe uma graça, cada um tem uma devoção. Ma o pai foi uma coisa que nunca aconteceu aqui na região por parte nenhuma, parte nenhuma.

Outro capitel construído em homenagem a um santo padroeiro, em prol de cura para uma doença, foi pela família do produtor rural descendente de imigrante italiano E3 (13/11/15, p. 11), do município de Travesseiro. Neste sentido temos:

D – e o capitel aqui foi vocês que construíram?
 B – esse capitel ali foi...nois construímo, fizemo uma promessa. A mais nova ali tinha um tumorzinho maligno na coxa esquerda assim pro lado de fora e aí no fim operaro duas vez. Na segunda vez nois pedimo pro falecido doutor Henrique pra faze uma exame. Daí ele “não isso ali não precisa de uma biopsia, isso é um sebinho”. Tiro dali uns 4, 5 mês tava ali de novo a mesma coisa de volta e na terceira vez o falecido Juca, o Jose (fala o sobrenome em alemão e não entendo) aquele que faleceu mais anos ali, de Marques de Souza, ele disse agora vamo faze biopsia e era um tumorzinho maligno[...]. No outro dia ela veio pra casa, deram alta, tava ruim assim porque sabe a recém fez a cirurgia e a anestesia, tudo né. Aí viro um...magina fez 29 ponto me parece.
 D – mas agora ela ta bem?
 B – sim tá bem.
 C – e depois tiraram o útero depois.
 B – sim, e depois ainda passou pior. Mais um problema de mioma. E assim nois fizemo uma promessa, fizemo nem sabia se ela tava bem boa ainda mas começemo a faze o capitel ali e não deu mais problema.
 D – que santa é? Rita?
 C – ela trabalha agora. Santa Rita é, causas impossível.

Como pode-se constatar, esses capitéis construídos em municípios na Microrregião

Oeste do Vale do Taquari foram para homenagear os santos aos quais estas famílias são devotas e para agradecer uma graça alcançada, no que diz respeito à saúde de um ente familiar. Pelas narrativas destes produtores, a fé e devoção são algo presente em suas famílias e na comunidade. Segundo Zagonel (1975), a oração é a força do homem e ela se transforma em fonte de energia para a luta cotidiana. Os imigrantes italianos rezavam com autenticidade, fortalecendo ainda mais sua fé.

Os capitéis construídos na Microrregião Oeste do Vale do Taquari estão localizados na comunidade onde os produtores rurais estão inseridos e são construídos de material, possuem santos padroeiros como Santa Rita, Santo Antônio, São Roque e Nossa Senhora de Lurdes. Alguns desses capitéis (FIGURAS 15, 16, 17 e 18), ficam próximos às casas dos produtores rurais descendentes de imigrantes italianos, onde rezam, frequentemente, em honra aos santos e realizam festas anuais.

Figura 15 - Capitel Santa Rita Três Salto Médio



Fonte: Da autora (2015).

Figura 16 - Capitel Santo Antônio – Linha Santo Antônio



Fonte: Da autora (2015).

Figura 17 - Capitel São Roque Bela Vista do Fão



Fonte: Da autora (2015).

Figura 18 - Capitel Nossa Senhora de Lurdes Forqueta



Fonte: Da autora (2015).

As práticas religiosas destes imigrantes italianos e seus descendentes estão relacionadas à fé, à oração e à participação em comunidade, que foram passados por seus antecedentes e continuam refletindo no seu dia a dia. A capela desempenha um papel

importante nas comunidades dos imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, pois além de integrar os descendentes italianos, faz com que sua participação reflita sobre os ensinamentos e enfatize o bom relacionamento entre eles.

A representação religiosa e suas práticas podem ser vistas por intermédio da participação na comunidade, seguida pelos costumes e devoções aos santos padroeiros, a construção das capelas, as rezas do terço e a participação nas missas. Conforme o estudo de Eagleton (2005), a cultura é uma questão de seguir regras, e isto também envolve uma interação entre o regulado e não regulado. Cultura e regras possuem a ideia de liberdade e estas podem seguir interações abertas. Sendo assim, as práticas religiosas dos imigrantes italianos e seus descendentes passaram a ser concebidas como costumes e hábitos de uma determinada sociedade, não necessariamente ligada a valores, mas enquanto manifestação de um povo.

4.2.4 Gastronomia, filós e alguns pratos

A culinária e as tradições gastronômicas da Itália são bem diversificadas. A história da culinária italiana começa com os sibaristas, continua no Império Romano, na Idade Média, na Renascença e estende-se até a atualidade. As comidas regionais tradicionais são baseadas nos produtos agrícolas, com seus aspectos locais que, com o passar dos séculos, desenvolveram pratos e métodos característicos. Os principais pratos foram e continuam sendo as diferentes carnes, legumes, pães, massas, frutas e bebidas, como o vinho (PILS; PALLMER, 2013).

Sendo assim, Da Matta (1987), define que a comida não se resume somente ao ato de cozinhar o alimento, é também a manifestação de uma identidade e de uma cultura através do modo de preparação desse alimento. É por isso que variados grupos preparam os mesmos alimentos de formas distintas. Com isto constata-se que toda comida é alimento, mas nem todo alimento é comida. Desta forma, a alimentação e as formas de produção dos antepassados continuam presentes no dia a dia dos imigrantes italianos e seus descendentes.

Os principais alimentos e pratos continuam presentes na mesa dos imigrantes italianos e seus descendentes. Apesar de encontrarem dificuldades desde a chegada em suas terras no Rio Grande do Sul, os alimentos que foram sendo cultivados nas lavouras foram o milho, o trigo, o feijão, as videiras e as frutas. Os descendentes de imigrantes italianos manifestam sua

identidade mediante a culinária própria trazida por seus antepassados e construída em território gaúcho. Muitas das práticas alimentares atualizaram-se e continuam presentes no dia a dia da mesa destes imigrantes (GOMES, 2008).

A alimentação dos primeiros imigrantes italianos no Rio Grande do Sul era muito variada e caracterizada pela produção própria, pois as famílias consumiam o que produziam e criavam. O trabalho realizado em família possibilitou o acesso dos alimentos à mesa dos imigrantes italianos. Poucos alimentos eram adquiridos fora da propriedade, como o sal, o açúcar e o café. Os alimentos e comidas mais produzidos e consumidos antigamente eram o milho, a polenta, a batata, a batata-doce, o feijão, o arroz, o trigo, o pão, as massas, os biscoitos, o aipim, os ovos, a carne de galinha e suínos, os embutidos de suínos, o amendoim, o queijo, o leite, as verduras, os legumes e as frutas. (ZANETTI, 2010).

O contato com animais silvestres fez com que muitos porcos do mato, macacos, papagaios e aves de variadas espécies acabassem fazendo parte da dieta alimentar dos imigrantes, assim como frutas e legumes (BUBLITZ, 2010). A caça surgiu da necessidade de alimentação e foi estimulada pela abundância de pássaros e, com isso, as passarinhadas, um grande símbolo de festas e motivadoras de solidariedade comunitária italiana (DE BONI; COSTA, 1982).

Os primeiros alimentos introduzidos na alimentação dos imigrantes italianos foram os derivados do trigo e das videiras. O trigo foi inicialmente o principal produto dos imigrantes italianos. Nas plantações, muitas pragas, como o gafanhoto, tomavam conta das lavouras, e como não tinham a quem socorrer, buscou-se alento na fé e a santos protetores. Outro cultivo importante é a videira, uma das grandes produções dos italianos instalada no Rio Grande do Sul, sendo mais tarde voltada para a economia. Os italianos e seus descendentes têm uma ampla experiência com a terra e seu preparo, pois de onde são oriundos, as características climáticas são semelhantes às de onde vivem hoje, facilitando sua produção. O cultivo da uva e sua fabricação foram inicialmente destinados ao consumo familiar e depois para sedes coloniais e mercados provinciais (BUBLITZ, 2004).

Os imigrantes italianos gostam de comer bem e geralmente faziam três refeições ao dia, café, almoço e janta, acompanhadas de suas orações. Segundo Costa (1986, p. 40):

O italiano levantava cedo, encaminhava os serviços caseiros, tratava os animais ou encaminhava-se logo para a roça. Pelas 8hs, fazia a primeira refeição, que lhe era servida na roça. Para a refeição do meio-dia, guiava-se pelo sol ou pelo toque do sino de uma capela vizinha. Após o almoço, costumava fazer pequena sesta. A terceira refeição é à noite. Após a janta, havia a limpeza da louça e seguia-se a reza do terço.

Segundo os estudos de De Boni e Costa (1982), no café constava a polenta, o salame, o queijo, os ovos e o vinho. No almoço comiam sopa de feijão, raramente pão e polenta. Essa sopa era reforçada com massas cortadas à mão para ficar um prato bem reforçado. No período mais quente de verão, durante a tarde era servido o “merendim”, com frutas, pão, salame, polenta fria, queijo, pão e mel. A janta era a refeição mais bem preparada, em que se fazia uma polenta nova com carnes ao molho, salame, queijo frito e radicci. A janta era a refeição mais demorada, pois conversavam assuntos relacionados ao trabalho e definições para o dia seguinte.

No estudo de Zanetti (2010), com famílias do município de Ilópolis, no Vale do Taquari, as três refeições também aconteciam com seus principais pratos. O café da manhã era composto por polenta brustolada, queijo, salame, nata, melado, chimias⁵, leite com café ou leite com chá de erva-mate. No almoço estavam presentes a polenta, as massas, o arroz, o aipim, a batata, a batata-doce, a fortaia⁶, as saladas e as carnes. Na janta era costume a sopa de feijão e a polenta. Alimentos como a chimia, de origem alemã, aipim e batata-doce, de origem indígena, foram incorporados pelos imigrantes italianos em suas refeições.

Na pesquisa de campo realizada aos produtores rurais descendentes de italianos, na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, situações como estas também podem ser identificadas, tanto no que se refere às formas de produção e alimentação dos antepassados, quanto como isso ainda continua ocorrendo atualmente. As refeições tinham sua relação com o desgaste físico no trabalho da terra. As três refeições também foram relatadas por um descendente de imigrante italiano, no município de Progresso E2 (30/07/15, p. 5):

J – e como era assim a alimentação? O que que se comia (tosse) na época? Por exemplo no café?

V – a alimentação eu achava que era boa, so que era mais grosseria que hoje né. Mas sempre tinha né de comer a vontade.

I - no café a gente comia pão e café, chimia, nata, manteiga, queijo, melado, essas coisas...salame.

J – e de almoço tinha...

⁵ Chimia é uma palavra do alemão “schmier”, que condiz a uma espécie de geleia mais grossa, um doce de forma pastosa, produzido a partir de cascas, frutas ou outras combinações, comum no sul do Brasil (ZANETTI, 2010).

⁶ Fortaia é um omelete feito com bastante queijo e salame (ZANETTI, 2010).

I – feijão, arroz, polenta, massa, galinha, carne de porco no feijão...
 V – um copo de vinho uma coisa assim. E de noite também era feijão com massa, uma sopa...era aquelas panelada!
 I – nos de noite comia muita sopa.

Encontrou-se, também, um relato no município de Travesseiro sobre as refeições e os alimentos consumidos, conforme o produtor rural descendente E8 (05/02/16, p. 26):

J – nós não perguntamos antes quais eram os principais alimentos que se tinha, o que que mais se comia assim? No café, no almoço e na janta?
 N – ai, ai que variedade que tinha.(risos).
 A1 – era polenta, feijão e arroz.
 I – ovo frito, que coisa boa que era!
 G – uma linguiça que de vez em quando a gente matava um porco. A galinha, era feito a sopa, depois se fazia o piem.
 N – em dias de festa né Gema. Mas o diário era feijão e polenta.
 G – nós aqui em casa era assim meio dia era polenta quente, molzinha virava assim naquele...
 A1 – “tabiel”.

Dentre os relatos, os principais alimentos citados nas três refeições eram o pão, a polenta, as massas, o feijão, o arroz, os ovos, as chimias, o leite, a nata, o salame e o queijo. Muitas vezes o café da manhã era tomado na roça, pois levantava-se cedo para iniciar os trabalhos. Tem-se registros também do café tomado na roça nas décadas de 1920 e 1930, segundo é possível identificar no relato do produtor rural E5 (18/08/15, p. 20), do município de Marques de Souza:

J – não perguntei antes, lá dos antepassados quando vocês eram pequenos faziam aquele café na roça, o almoço como é que era?
 O – tempo de arranca feijão me lembro, daí anos atrás parecia que dava aquelas secas maiores chegava o verão e coisa né. Então as família era grande, aí nois era assim, um ficava em casa pra tratar os animais e levava o café lá na roça daí. Os outros já ia antes, amanhecia o dia porque se não depois vinha aquele solão e secava o feijão daí tu ia lá e arrancava a mão, porque tinha que arranca a mão ele desinbajava, porque daí ele já tava seco né. Aí entao ia lá, levantava cedo de manhã e ia lá arranca o feijão, ai assim quando o outro terminava os serviço de trata os animal e coisa né aí ele ia e levava numa cestinha dessas de vime, que fazia de vime e aí levava pão...
 W – pão, chimia, café..
 O – queijo, lingüiça, coisa assim, levava lá na roça e tomava café lá na roça, daí os outros já tinha trabalhado um bom poco. Isso muitas vezes fazia.

Entre os alimentos e comidas mais produzidos e consumidos antigamente, com base nas informações obtidas com os produtores rurais descendentes de italianos nos município da Microrregião Oeste, pode-se destacar: o milho, a polenta, a batata, o feijão, o arroz, o trigo, o pão, a pipoca, o aipim, os ovos, a carne de galinha e de suíno, os derivados de suínos (banha, salame, copa, morcela, scudiguim), os ovos, o queijo, o leite, as verduras e os legumes (raddicci, repolho, cebola), além de diversas frutas (DIÁRIOS DE CAMPO de 23/03, 30/04, 19 e 26/05, 02, 13, 15 e 26/06 de 2015).

Neste sentido, constata-se que a educação alimentar passada pelos antecedentes italianos relaciona-se com o estudo de Laraia (2008, p. 19-20), quando teoriza que “[...] o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de Endoculturação”. Este processo é concebido através da aprendizagem cultural, em que são atribuídas as capacidades físicas e psicológicas do ser humano à sua etnia, nacionalidade ou o grupo ao qual pertence. Sendo assim, as práticas alimentares que foram passadas de geração em geração foram aprendidas pelos seus descendentes e continuadas no cotidiano das famílias italianas.

Ademais, durante a pesquisa realizada, as famílias dos produtores rurais descendentes de imigrantes italianos fez o convite para “provar” alguns de seus alimentos, conforme pode-se observar (FIGURAS 19 e 20).

Figura 19 - Gastronomia da tarde



Fonte: Da autora (2015).

Figura 20 - Alguns alimentos: torresmo e morcilha



Fonte: Da autora (2015).

Nas figuras anteriores observam-se alimentos tradicionais dos imigrantes italianos e seus descendentes, como salame, queijo, torresmo e morcilha. Outros, porém, foram introduzidos na alimentação dos descendentes de italianos, como o chimarrão (contribuição indígena Guarani e Kaingang), a cuca e chimia (contribuição dos imigrantes alemães) e a margarina (produto industrializado). Constata-se assim que, através das saídas de campo e do bom acolhimento dos produtores rurais, muitos alimentos fazem parte culturalmente ou, conforme demonstrando, foram ressignificados na gastronomia dos imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste.

Dentre os elementos da gastronomia italiana está a polenta⁷, derivada do milho, que, conforme descreve Fávaro (2006), foi utilizada para suprir a fome da massa camponesa durante a época de crise na Europa. A polenta é dos pratos típicos do colono italiano e tinha suas diferentes versões: polenta sólida para ser cortada em fio, polenta brustolada (assada na chapa do fogão à lenha), polenta cremosa e polenta frita.

A polenta, muitas vezes, foi motivo de chacota, pois era considerada uma comida de pobre. Mesmo assim, o imigrante italiano sempre teve como base esse preparo, fazendo parte do seu cotidiano nas três refeições: café, almoço e janta. A polenta pode ser incorporada como uma espécie de traço da identidade dos descendentes de italianos, por ser um hábito alimentar presente na sua alimentação (GOMES, 2008).

Em um relato do produtor rural descendente de italianos do município de Progresso, Microrregião Oeste do Vale do Taquari, a polenta é típica em suas alimentações, tanto no café, no almoço e na janta (DIÁRIO DE CAMPO 13/06/15). No município de Marques de Souza a polenta também faz parte do cotidiano, como aconteceu com seus antecedentes, no início do século XX, conforme o depoimento do produtor rural de imigrantes italianos E4 (11/10/13, p. 15):

E – É, vocês, italianos, descendentes de italianos, devem ter uma culinária também bem típica, alguns alimentos que são específicos da...

M – É, que nem a polenta, nós ultimamente o pão de milho a gente não faz mais, mas aqui, na região, inclusive onde sai essa festa do colono italiano, eles fazem o pão de milho pra vender. A polenta frita, isso aí é um cardápio, né, que eles continuam seguindo.

J – As próprias massas, o pessoal ainda mantém. Se mantém em casa também...

⁷ O milho é originário da América Central e difundiu-se a Itália a partir do século XVII e espalhou-se pelo norte e centro da Itália, tornando-se alimento do povo que era muito pobre para comprar o pão (PILS; PALLMER, 2013). Mas a polenta trata-se de um alimento preparado pelos italianos do norte da Itália e constituía-se de um prato básico e fundamental na alimentação. Quando chegaram ao Brasil ganhavam farinha do governo para fazer a polenta até que suas plantações pudessem cultivar milho (BATTISTEL, 2013).

M – Que nem a polenta, a massa!

J – [...] vamos dizer, a culinária italiana. Massa caseira. A polenta, massas caseiras.

No município de Pouso Novo a polenta também era um prato frequente na mesa dos imigrantes italianos e seus descendentes, conforme a fala do produtor rural E1 (10/08/15, p. 27):

D – polenta sapecada minha mãe mandava pro café.

G – polenta sapecada, salame, uma merendinha sempre tem. Um pedaço de pão cada um...nos descia que nem fazia curva (risos).

J – e de noite se comia o que sobrava de meio dia ou não?

A - se sobrava esquentava, se não se fazia de novo.

G – la em casa era polenta sagrada de meio dia, pão com o ovo frito, com queijo frito ou então carne e uma salada e uma arroz. De noite feijão com massa.

Desta forma, a polenta sempre foi um prato presente nas famílias italianas da Microrregião Oeste do Vale do Taquari. Vale salientar que, tanto a polenta, - oriunda do milho e com origem na América Central, como o vinho, - das videiras e oriundo de Portugal, possuem origens que não são ítalas. Portanto, são alimentos que foram incorporados na gastronomia dos imigrantes italianos e seus descendentes, e fazem parte do seu cotidiano.

Outra prática cultural dos imigrantes italianos e seus descendentes eram os filós. Os filós desempenharam um papel importante no conjunto das atividades dos grupos e consistiam num encontro social entre parentes, amigos e vizinhos para rezar e comer. Era comum entre os imigrantes italianos, bem como entre seus descendentes, realizarem os Filós. Tratando-se do Filó, Costa (1986, p. 43) informa:

À noite, seguidamente, visitavam-se os vizinhos. Era o Filó. A criançada brincava fora de casa. No Filó, tomava-se chimarrão, serviam pipocas, amendoim, batata doce, assada sob a cinza. Em Filós mais organizados havia o tradicional caldo de galinha. Os pinhões eram coisa rara.

Esses encontros noturnos aconteciam principalmente porque durante o dia a família concentrava-se nos seus afazeres e saía durante a noite para encontrar-se com os demais. O filó também proporcionou troca de experiências e o artesanato doméstico, em que as mulheres remendavam, teciam rendas de crochê e teciam o linho. Como as propriedades eram distantes umas das outras, as famílias iam a pé, a cavalo ou de carroça, o que demorava horas (GOMES, 2008).

Nos filós os imigrantes italianos e seus descendentes reuniam-se e comiam muito. Sobre isto o entrevistado E4 (11/10/13, p. 25), do município de Marques de Souza, menciona o Filó e os pratos degustados:

J - Todas as noites nós ia fazer filó numa casa. Então a casa que ia ser visitada eles preparavam era chimarrão, era comilança, né. E aí, digamos, quando essa família, quando ia nós lá, eles faziam, daí quando trocavam, digamos iam lá na nossa casa, daí nós fazíamos. E isso continuou... hoje, por exemplo, tem uma festa aqui em Fão que eles fazem ainda, eles continuam mantendo a tradição. Eles fazem o filó, tratam do filó. Mas aí são comunidades de fora que vem e se reúnem assim. Eu sei que a última vez deu oitocentas e poucas jantas que eles fizeram. Aí eles apresentam de tudo, né? Coisas, assim, que antigamente se fazia: salame, polenta, cuca com salame, que era... fervia o salame, com cuca e essas coisas, eles apresentam de tudo...

Os produtores rurais descendentes de italianos visitados nos quatro municípios, Marques de Souza, Pouso Novo, Progresso e Travesseiro, da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, afirmaram que não são feitos filós como antigamente, mas costumam ainda visitar os vizinhos. Em seus relatos, sentem muita saudade dessa época, em que costumavam ir a pé às casas dos vizinhos para realizar os filós, sempre cantando e rezando em italiano. Quando chegavam às casas era uma festa, comia-se muitas coisas e bebia-se muito. Isso pode ser analisado no relato do produtor rural E6 (03/11/15, p. 18), italiano descendente do município de Progresso:

J – e como era antigamente dos filó? Se fazia bastante?

B – fazia.

A – toda noite! Nois rapaizada era toda noite, memo! Nois era uma turma da vizinhança então ali cada vizinho tinha um ou dois rapaz, era amigo. Então hoje de noite nois ia numa casa, amanhã de noite em outra, come pipoca, come pinhão, come amendoim, jogava carta, cantava, mais nois cantava!

J – tudo mais em italiano daí?

A – mais em italiano e em português também.

J – ma daí música, que tipo de música que se cantava?

A – o sertanejo.

Além da alimentação, destaca-se neste relato que durante os filós os imigrantes italianos e seus descendentes cantavam variadas músicas. O produtor E7 enfatiza que as músicas cantadas durante os filós eram nos dialetos italianos e outras em português, como por exemplo o sertanejo.

É possível perceber que muitas das práticas dos antigos imigrantes, em relação à gastronomia, atualizaram-se e continuam vivas em pleno uso, como é o caso de produtores rurais dos municípios de Progresso e Pouso Novo. A maioria dos descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari tem pequenas propriedades e nestes espaços cultivam produtos como milho, feijão, pipoca, batata, aipim, etc. (DIÁRIO DE CAMPO, 13/06/15).

As verduras e hortaliças estiveram presentes na mesa dos imigrantes italianos para acompanhar os pratos e para o auxílio necessário à culinária italiana. Segundo De Boni e Costa (1982), perto das residências, duas culturas eram necessárias: uma horta para verduras e

temperos e uma lavoura para o cultivo das pastagens para o gado, suínos e animais domésticos. A horta ficava em segundo plano e, no início, pela falta de hortas, os imigrantes tiveram de consumir hortaliças silvestres, sendo comum cozinhar ou preparar em salada verde plantas como dente de leão, língua de vaca, batata de cipó e serralha.

Outras formas criativas de alimentação e temperos também foram introduzidas na alimentação dos imigrantes italianos e seus descendentes. Tornou-se, com o passar do tempo, os temperos de cereais, hortaliças e ervas acrescentados às carnes de porco, de aves e gado, no feijão e nas sopas.

Além dos produtos agrícolas, os imigrantes italianos e seus descendentes produziam e se alimentavam de muitos animais. Se alimentavam inicialmente de muitos pássaros e animais silvestres. Os animais domésticos foram conseguidos conforme o tempo que as famílias iam se aprimorando nas propriedades e por ocasião do casamento. Uma família de colonos imigrantes normalmente tinha um cavalo, vaca, bois, algumas galinhas, porcos, cachorro e gato (DE BONI; COSTA, 1982).

Relacionando com imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, os animais também faziam e fazem parte da alimentação. Corroborando com isto, a narrativa de um produtor rural descendente de imigrante italiano E1 (10/08/15, p. 4) no município de Pouso Novo, contém a seguinte informação:

J - e vocês além de produzir tinham animais?

A – sim, vaca, mas vaca não era muito era mais pro leite fazer algum queijo né.

G – até passavam vir coletar o leite, mas com base nos burro né, os taro pindurado ou fazia queijo.

A – mas não chegamos a vender.

J – e porco também tinha?

A – sim, tinha, daí porco já era bastante.

J – fazia os derivados daí?

A – sim, salame, fazia escodiguim me lembro com o corinho do porco, morcilha, fazia aqueles roçacol, hoje não sei mais como se faz isso ali...só sei que se os outros fazem eu como né (risos).

No município de Progresso, os animais também eram criados ou comprados, com vistas a fazer parte da alimentação dos imigrantes italianos e seus descendentes, como porcos e vacas. Destes, além da carne, derivados como queijo, leite e salame era consumidos também. Na informação do produtor rural descendente de imigrante italiano E6 (03/11/15, p. 3) pode-se constar que:

A – naquela época porco, criava pro consumo, porco, plantava feijão, trigo e cevada.
 B – e milho, aipim.
 A – e milho, plantava bastante aipim. Fumo ninguém plantava naquela época.
 B – ninguém vendia leite, daí a gente tinha as vaca, só fazia queijo né.
 J – e o leite pra toma também?
 B – é sempre tinha.
 A – é uma vaquinha, duas por família.
 B – leite a gente sempre tinha, queijo né. Os nono também eles sempre tinha assim né.

No município de Pouso Novo E7 (19/01/16, p. 2-3), o produtor descendente de imigrante italiano destaca a produção dos animais, como ovelhas, galinhas, suínos, gado e seus derivados carnes, leite, queijo, banha e salame:

A – e criava algum bicho também?
 I – criava animais né, criava ovelha também, galinhas. Aqui nois mais criava suínos, ovelha, galinha, gado, gado de corte não muito, mas tinha, boi, gado de leite, nois tinha né era o sustento que nois tinha. Da vaca fazia queijo, leite pra toma e o queijo pra come né. O porco tinha a banha, o salame, luz não tinha então a gente...ovelha também, carneava uma ovelha volta e meia, daquele jeito né. Fazia salame dos porco, com medo de guarda um poco a carne né e fomo vivendo assim né.

Muitos dos animais e seus derivados ainda são criados e produzidos no dia a dia das famílias dos produtores rurais descendentes de italianos, na Microrregião Oeste do vale do Taquari. Porcos, galinhas e uma horta para a produção de horticultura são exemplos (DIÁRIO DE CAMPO, 19/05/15 e 15/06/15). Também são produzidas muitas hortaliças, pequenos parreirais, melado e açúcar mascavo, que podem ser ilustradas abaixo (FIGURAS 21, 22 e 23):

Figura 21 - Horticultura



Fonte: Acervo do Projeto Desenvolvimento econômico e sociocultural/Univates, 2015.

Figura 22 - Produção de melado



Fonte: Acervo do Projeto Desenvolvimento econômico e sociocultural/Univates, 2015.

Figura 23 - Pequenos parreirais



Fonte: Acervo do Projeto Desenvolvimento econômico e Sociocultural Univates, 2015.

A alimentação, preparação e seus principais pratos constituem elementos simbólicos entre as famílias de descendentes italianos na Microrregião Oeste do Vale do Taquari. A polenta, pães, massas, feijão, aipim, carnes, verduras e bebidas são mantidos como os principais alimentos e refeições.

As práticas culturais dos imigrantes italianos, desde a chegada ao Rio Grande do Sul, continuaram, posteriormente, com seus descendentes nas comunidades onde estão localizados, na Microrregião Oeste do Vale do Taquari. Isto foi o que se pôde observar nos mutirões, lazer, religiosidade e alimentação entre os produtores pesquisados descendentes de italianos.

Salienta-se que a continuidade dos mutirões e os sistemas de ajuda entre os moradores das localidades nos municípios de Progresso, Pouso Novo, Marques de Souza e Travesseiro,

da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, acontecem principalmente quando os vizinhos e moradores da comunidade estão enfermos e não possuem mão de obra suficiente. Já as formas de entretenimento continuam sendo praticadas com os jogos tradicionais, como forma de preservar elementos da tradição italiana, principalmente uma vez por semana quando os descendentes de imigrantes italianos das comunidades se reúnem.

A expressão da fé também é mantida coletivamente, motivo pelo qual os descendentes de italianos continuam a manter encontros e cerimônias para adoração aos santos padroeiros, a prática dos capitéis e festas na comunidade. Os alimentos simbólicos e os hábitos alimentares fazem parte do dia a dia dos descendentes de italianos; alguns são mantidos e outros reatualizados como, por exemplo, é o caso dos filós, mas que se encontram presentes nas refeições.

Em solo brasileiro os imigrantes italianos trouxeram consigo instrumentos de trabalho, sementes, padrões culturais, crenças e costumes próprios, muitos dos quais pôde-se observar até a atualidade na microrregião estudada do Vale do Taquari. Consta-se, por fim, que tais práticas são indicativas de elementos identitários e do pertencimento do grupo étnico italiano, e, semelhante ao passado histórico, também estão ligadas as condições de trabalho no campo, possuindo características voltadas para a vida rural, com elementos norteados à terra, trabalho e família.

5 RELAÇÕES ENTRE PRÁTICAS CULTURAIS E AMBIENTE DOS IMIGRANTES ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES NA MICRORREGIÃO OESTE DO VALE DO TAQUARI

Este capítulo aborda as relações de cultura e ambiente que desencadearam a continuidade das atividades agropecuárias e as festividades realizadas pelos imigrantes italianos em solo sul-rio-grandense, no território do Vale do Taquari e na Microrregião Oeste. Lembrando que o homem e o meio ambiente estão interligados e nesse espaço desenvolvem certos tipos de atividades, os imigrantes italianos, desde a chegada em suas terras no Rio Grande do Sul, continuaram com atividades agropecuárias voltadas à subsistência e à economia. Também, neste capítulo, apresentam-se questões relacionadas às festividades dos imigrantes italianos e seus descendentes no que se relaciona aos seus costumes, como festas religiosas nas capelas em honra a santos padroeiros, festas em honra às suas colheitas e as festas de cunho familiar.

5.1 O ambiente e as atividades agrícolas dos imigrantes italianos e seus descendentes

O ambiente onde os imigrantes italianos estavam inseridos representava mais do que um local para viver e trabalhar, era também uma manifestação de liberdade e ascensão social. A propaganda de terras a colonizar no Brasil alimentou esperança e sonhos do imigrante promissor, de ser proprietário de sua terra, dominar a natureza e, portanto “fazer-se na América”.

Inicialmente, vale salientar que, segundo Holzer (1997), o termo “meio ambiente” é

amplo e considera o físico e os objetos que o identificam. Portanto o homem também é constituinte do mesmo, bem como o papel que tem em relação a perceber, compreender e sentir o espaço. A expressão meio ambiente é um ecossistema que engloba, tanto o homem como os demais seres vivos. Em síntese, o termo meio ambiente compreende as relações entre os componentes físicos e humanos das diversas paisagens que compõem o espaço geográfico.

Já Coimbra (2002, p. 11) define ambiente como “tudo aquilo que vai à nossa volta. A etimologia, ao esclarecer a origem da palavra, confirma as pequenas situações do cotidiano. E mais: faz-nos descobrir a maravilhosa correlação que existe entre cada um de nós e tudo o que nos cerca”.

Conforme o glossário de ecologia e ciências ambientais (2007, p. 157-158), o termo meio ambiente consiste em:

[...] a reunião do ambiente físico e seus componentes bióticos. A expressão “meio ambiente” é considerada por alguns autores como dúbia e pleonástica e como tal, inclui dimensões muito amplas com conotações econômicas, sócio-culturais, e de segurança, inerentes ao ambiente humano.

Sendo assim, não se pode separar homem e ambiente, pois o indivíduo faz parte do meio que está inserido e nele vivencia todas suas práticas culturais. Tratando-se dos imigrantes italianos chegados ao Rio Grande do Sul e Vale do Taquari, ambiente composto de uma grande biodiversidade de plantas e animais, a situação proporcionou uma relação direta entre os elementos naturais e a ação humana. Do final do século XIX até o século XXI, as relações e ações do homem com este meio intensificaram-se, gerando paisagens, como é o caso das propriedades dos descendentes de imigrantes italianos estudadas, que por sua vez são resultantes do impacto das atividades econômicas voltadas para subsistência e fins comerciais e das práticas culturais em que o imaginário do homem domesticando a natureza não desapareceu.

A colonização com os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul caracterizava-se pelo regime de pequena propriedade territorial, em torno de 15 hectares, motivo pelo qual transformaram-se em pequenos agricultores com o auxílio da mão de obra familiar. As terras destinadas aos imigrantes italianos estavam localizadas na encosta da serra, cobertas de mata e destinadas para a economia de subsistência. Essas terras eram divididas em léguas quadradas, linhas e travessões. Conforme referido anteriormente, os limites de cada colônia eram demarcados pelos travessões que significavam a divisão territorial entre as diversas localidades (GIRON; HERÉDIA, 2007).

A grande maioria dos imigrantes italianos era oriunda de regiões montanhosas da Itália e trouxeram consigo técnicas e práticas agrícolas. Na Itália praticavam a agricultura para o consumo alimentar, tais como o cultivo do milho, do trigo e da videira, mas também dedicavam-se a outras culturas menores e à pequena criação de animais. No Rio Grande do Sul a economia agrícola italiana pode ser dividida em duas etapas: a primeira caracterizada pela produção para a subsistência, como o milho e o feijão, e a segunda para comercialização dos excedentes agrícolas devido ao aumento e infraestrutura da produção (FROZI; MIORANZA, 1975).

Inicialmente a colônia do imigrante italiano voltava-se para o suprimento das necessidades caseiras, num sistema de policultura. O colono tinha como interesse plantar os gêneros necessários para sua família e só depois colocar os excedentes para o mercado regional, ou mesmo nacional. Os primeiros produtos característicos da imigração italiana são o milho, o trigo e o vinho (DE BONI; COSTA, 1982).

Conforme referido, no segundo momento a atividade agrícola dos colonos italianos, além de consumo de subsistência, destinava-se ao mercado da região. Desta forma uma parte de sua produção destinava-se ao mercado interno acessível aos pequenos proprietários. Segundo Pesavento (1983, p. 22), a primeira atividade agrícola dos imigrantes italianos não pode ser considerada capitalista, pois:

Trata-se de uma produção simples de mercadorias, na qual o colono é produto direto e proprietário dos meios de produção; a parte do produto do seu trabalho que se destina ao mercado serve para garantir as condições de sua existência e reproduzir as condições de produção.

Segundo Pesavento (1983), a variedade dos produtos era direcionada para garantia da permanência no meio rural e, conseqüentemente, com os ganhos ampliava os investimentos da sua produção. No decorrer do início do século XX, as pequenas propriedades coloniais dedicaram-se ainda mais para a lavoura e a criação, gerando excedentes para o abastecimento do mercado interno e complementaram a economia nacional (AHLERT; GEDOZ, 2001).

Nas antigas colônias, como por exemplo, a colônia Caxias, a produção agrícola era bastante diversificada e marcada pelas seguintes culturas: uva, trigo, milho, feijão, linho, cevada, lúpulo, hortaliças, frutas, nogueiras, centeio, batatas e oliveiras. As colônias de Dona Isabel e Conde D'Eu tinham produtos agrícolas como vinho, milho, trigo, aveia, feijão, cevada, arroz e fumo. A criação de animais não foi uma atividade que culminou apesar do gado ser um elemento importante de transporte nas colônias (GIRON; HERÉDIA, 2007).

A relação entre cultura e natureza, entendida neste trabalho como ambiente dos imigrantes italianos, é na qual se inserem suas práticas agrícolas. As práticas de um grupo étnico são determinadas por ações humanas constituídas em um ambiente, pois segundo Eagleton (2005, p. 9):

Cultura é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua, e ao termo que é por vezes considerado seu oposto – “natureza” – é comumente conferida a honra de ser o mais complexo de todos. No entanto, embora esteja atualmente em moda considerar a natureza como um derivado da cultura, o conceito de cultura, etimologicamente falando, é um conceito derivado do de natureza.

A cultura é o significado dado a um evento humano realizada em um ambiente, mas ao mesmo tempo que é parte dele, o homem também reelabora estes significados, situação que entendemos ter ocorrido com os imigrantes italianos e seus descendentes. Portanto, as práticas agrícolas empreendidas por estes imigrantes devem estar contextualizadas, considerando que, na segunda metade do século XIX, no território que passaram a ocupar no Rio Grande do Sul e Vale do Taquari, expressões como colonização, civilização, desmatamento e domesticação da natureza apresentavam significados relevantes para a época.

As matas abertas para o sistema de lavoura proporcionaram as primeiras colheitas dos imigrantes italianos. Os impactos gerados, como a derrubada e a queimada da mata, variaram de 16 a 30 hectares. As atividades agrícolas desenvolvidas nas terras dos imigrantes italianos eram praticadas pela própria família do colono (PESAVENTO, 1983).

Visando conseguir gêneros de primeira necessidade, os colonos enfrentaram dificuldades e precisaram contentar-se com aquilo que a natureza lhes oferecia. Superados tais obstáculos, as plantações e colheitas tornaram-se frutíferas, possibilitando, inclusive, excedentes e a expansão para novas áreas. Com a derrubada da mata os imigrantes consideravam as terras muito férteis, segundo informa Manfroi (2001, p. 96):

Criou os imigrantes do Rio Grande do Sul a convicção de que as melhores terras para a agricultura eram as de mata e foi uma das razões da rápida conquista de todas as regiões florestais desertas. Quando, após as sucessivas queimadas, a fertilidade diminuía, os imigrantes e seus descendentes procuravam além da abundância das terras novas.

Durante o período da colonização italiana, a dimensão do lote colonial era de aproximadamente 22 ou 25 hectares. Enquanto os primeiros colonos, como os açorianos e alemães, dificilmente desmatavam toda a extensão de sua propriedade, os imigrantes italianos esgotavam, rapidamente, as terras de seu próprio lote. Por ora, esse foi um dos principais

motivos para a rápida extensão dos italianos para novas áreas produtivas (MANFROI, 2001).

A agricultura familiar desenvolvida pelos imigrantes italianos teve um papel relevante na determinação e desenvolvimento da economia no Rio Grande do Sul. A área colonizada pelos imigrantes italianos, conforme Ahlert e Gedoz (2001, p. 85), apresentava “uma unidade produtiva à pequena propriedade, que contribuía de forma expressiva para a formação de um crescente mercado regional, dotado de uma parcela maior da população com médio poder aquisitivo”. Sendo assim, a área colonial e suas atividades propiciaram, também, a atividade comercial e enfatizaram ainda mais o processo de industrialização.

Articulando ao Vale do Taquari, o primeiro sistema agrário colonial desta região foi desenvolvido no final do século XIX, quando muitas das áreas de florestas nativas são derrubadas, dando início a um sistema de cultivo baseado na derrubada e queima, cedendo lugar para a implantação de videiras e poteiros. O sistema agrário caracterizava-se por dois tipos de atividades: um nas encostas dos morros e o outro dos morros até as várzeas. Nestes espaços eram cultivados milho, feijão, aipim, abóbora, batata-doce, arroz, trigo, centeio, além de aveia e azevém para o pasto (BEROLDT et al., 2007).

No final dos anos de 1940 e 1950, ocorreu um surto de peste suína e é o motivo alegado para a eliminação de grande parte dos suínos no Rio Grande do Sul. Neste mesmo período a soja já estava presente no Vale do Taquari, como componente da alimentação dos porcos, bem como na produção de banha. O esgotamento da fertilidade do solo e a falta de terras para as novas gerações das famílias provocaram uma crise da agricultura colonial. Como alternativa para esta situação a agricultura regional passou por transformações, tais como insumos agrícolas e tecnologias envolvendo sementes, fertilizantes e agrotóxicos (MARQUES et al., 2007).

Na zona rural o cenário é marcado pela pequena produção agropecuária, mas seus produtos como o arroz, trigo e gado também passam a compor a estrutura produtiva e intermediação do mercado sulino. Neste período a indústria fundamentalmente voltava-se para as matérias-primas agropecuárias e também ao fornecimento de equipamentos e insumos para essa agropecuária e outras indústrias. Nas décadas de 1960 e 1970 seguintes, a crise na economia gaúcha resulta em problemas internos, como o esgotamento da base física, modificações na produtividade do setor primário, má distribuição da propriedade e a estrutura dos investimentos. Somado a isso, a partir de 1980, com perda da ajuda do crédito rural e a

queda do preço da soja, as atividades agrícolas passaram a conviver com a expansão das produções de suínos, aves, fumo e produção de leite (MÜLLER, 1979).

Neste cenário, e convivendo com estas mudanças, os produtores rurais atualizaram suas práticas produtivas recorrendo a novas tecnologias, como maquinários, e adequaram-se à sua produção conforme a necessidade da sociedade. Diante do processo industrial, a economia sofre transformações: a mão de obra familiar e a pequena propriedade também voltam-se para o modo de produção capitalista e o camponês, com condições igualitárias, convive também com a capacidade de subsistência e a expansão econômica (MOURE, 1996).

Ao refletir sobre as práticas agropecuárias dos imigrantes italianos e seus descendentes, faz-se uma leitura de como a História Ambiental nos possibilita uma concepção agroecossistêmica, principalmente tratada na obra de Worster (2003). Os agroecossistemas são sistemas ecológicos que passam reformulações e reorganizações e assim modificam o mundo natural, ocorrendo principalmente por meio de encontros de tecnologia e ecologia, modificando as relações entre diferentes coletivos de humanos e não-humanos. Segundo Worster (2003, p. 30), podemos compreender agroecossistema como:

A partir desta compreensão, o historiador deve se perguntar como podemos melhor proceder para compreender de forma mais completa o passado humano com base neste conceito de ecossistema. Dar esse próximo passo exige de nós a adoção de um outro conceito – que alguns têm começado a chamar de sistema agroecológico que, como o nome sugere, é um ecossistema reorganizado para propósitos agrícolas – um ecossistema domesticado. Trata-se de uma reestruturação dos processos tróficos na natureza, ou seja, os processos de fluxo de alimento e energia na economia dos organismos vivos.

Em qualquer lugar, as relações de grupos humanos com o ambiente, somadas às novas tecnologias, envolvem a produção intensa ou não de algum ecossistema para servir mais exclusivamente a um conjunto de propósitos conscientes. Sejam eles relativos às práticas culturais voltadas à agropecuária e à prosperidade de um grupo de humanos, estão direcionadas a um propósito que gera degradação ambiental ao meio.

Frente a isto, as atividades agropecuárias dos imigrantes italianos e seus descendentes foram atualizadas frente ao desenvolvimento econômico. De certa forma, fez com que estes imigrantes continuassem no meio rural e com novas transformações na agricultura, principalmente com a introdução de tecnologias para a produção agropecuária, como maquinários para semear, plantar e colher (CARRION, 1979).

Nos territórios da Microrregião Oeste do Vale do Taquari os produtores rurais

descendentes de imigrantes italianos continuam a manter relações com o meio ambiente no que diz respeito à ocupação territorial para suas produções. Assim como na região nordeste do Rio Grande do Sul, de onde vinham seus antepassados, o milho e o trigo foram os primeiros produtos a serem cultivados neste ambiente.

O milho foi uma das primeiras culturas que os imigrantes italianos plantaram em solo gaúcho e também era utilizado como matéria-prima para a polenta e a criação de suínos. Com o passar do tempo, além do milho, novas culturas foram introduzidas, como o centeio, a cevada, o feijão, a batata-doce, a cana de açúcar e a mandioca. Esses produtos foram os primeiros a serem plantados e consumidos pelos imigrantes italianos. A cultura do arroz e do trigo era frequente, sendo o arroz uma prática de verão e a do trigo, de inverno (GIRON; HERÉDIA, 2007).

Conforme De Boni e Costa (1982), o trigo foi introduzido pelos açorianos no século XVIII e passou por uma crise de exportação, sendo novamente produzido pelos imigrantes italianos no início do século XX. A nova produção deste alimento foi efetivada por algumas técnicas de plantio feitas pelos imigrantes italianos.

Na Microrregião Oeste do Vale do Taquari a produção do milho e do trigo faziam-se presentes nas lavouras das famílias dos produtores rurais. Conforme Cavallin (2000), as lavouras iniciaram-se após a limpeza do mato, com os cultivos de milho e trigo. O milho de fácil cultivo e rápida colheita fornecia o principal alimento, a polenta. Já o trigo garantia o pão e a massa. Também por meio do relato do produtor descendente de italiano E2, (30/07/15, p. 2), do município de Progresso, obtém-se a informação de que os principais produtos no decorrer do século XX eram:

J – se vocês querem falar um pouquinho de como era, como funcionava na roça antigamente comparando com hoje o que que mudou? Como que era? Como que era o serviço? Que produtos vocês plantavam?

V – é a gente trabalhava tudo braçal né e era bastante difícil, que hoje com as modernidade, as evolução de certo é bem melhor assim, facilitou bastante. Claro que é bastante custos mas só que facilitou bastante né na verdade de hoje e antigamente. Tinha boi, carroça, cavalo e se plantava milho, feijão, fumo, soja, essas coisas..

I – arroz, trigo também...

Também no município de Pouso Novo, na década de 1930 e 1940, o milho era um produto frequente nas famílias italianas e continua até a atualidade, segundo relato do produtor rural E7 (19/01/16, p. 2):

B – e se plantava daí que tipo de coisas?

I – aqui se plantou muito sempre milho né. Milho o nosso trabalho maior era a plantação de milho. Depois criação de porco, suínos né, depois começo a planta, não larguemo do milho e nem do suíços né, só começemo a planta soja também, plantemo 40 ano soja, eu ajudei a planta 40 ano soja. Tudo a braço, corta com a foicinha e trilha com trilhadeira, sofremo muito, muito, muito, não tinha outra saída. O que que nois ia faze? Não tinha e o soja valia né, a gente se defendia né. Não se fez futuro, mas ninguém fez também. Aqui ninguém fez futuro, quem fez futuro? Não tinha outro jeito, mas nois tinha, se defendia né, se defendia, nois fazia colheitinhas boa, conseguimo sobreviver né.

Entretanto, neste relato destaca-se também a produção de soja durante um período de 40 anos aproximadamente, cultivada em meados de 1970. Conforme o produtor destaca, esta produção gerava sustento e lucratividade para sua família e era realizada, por algum tempo, pelo trabalho braçal.

As atividades agrícolas como o milho e a soja, produzidas pelos imigrantes italianos e seus descendentes passaram a ser produzidas em maior escala, conseqüentemente impactando no ambiente, conforme podemos observar nas Figuras 24 e 25.

Figura 24 - Produção de milho



Fonte: Acervo família Bergonsi (s/d).

Figura 25 - Produção de soja



Fonte: Acervo família Bergonsi (s/d).

Além do milho, trigo e a soja, também encontra-se a produção do feijão. A respeito de como era plantado e a valorização que este produto tinha na década de 1940, na narrativa do produtor rural E3 (13/11/15, p. 3), do município de Travesseiro, se traz o seguinte:

D – e essa técnica do feijão, como que era na roça?

B – eee, era..Nois plantava primeiro o milho bem longe de fileira, de um metro e meio mais e mais perto de pé, assim...aí nois plantava, fazia todo o rego de meio metro assim né, lavrava e depois então a gente plantava os outros Carrero aquele de milho de milho mais perto, depois daí o feijão cavalo no caso, aí quando tava nascido o feijão, tava uma moitinha pequena assim daí tu ia dentro e plantava a soja. Aí a gente fazia três colheita, adubava bem a terra assim e colocava esterco de galinha da camara de aviário. Daí depois que fizemo aviário nois plantemo umas porção de ano feijão, deve se mais de 10 ano que paremo, não é mais negocio. Na época era mais negocio.

O feijão tinha um valor considerável para os descendentes italianos, pois além de produzido para a subsistência familiar, também era vendido para o comércio local da região. No município de Progresso, conforme o depoimento do produtor rural E6 (03/11/15, p. 8), apresenta-se o feijão e suas espécies cultivadas.

J – e feijão também?

A – feijão era tudo no cacete né?

J – se plantava mais de um tipo ou só um tipo de feijão?

A – plantava mais.

B – dois, preto e moro.

A – e cavalo também, xofre.

B – sim, ma depois que casemo sim.

A – é o meu pai lá plantava.

B – é teu plantava bastante, vocês eram em bastante.

A – nois não plantava fumo naquela época, daí plantava bastante feijão, nois era uma turma grande.

Corroborando com esta narrativa, apresenta-se que a quantidade de filhos em uma família contribuía significativamente para a mão de obra familiar na produção agrícola. Giron e Herédia (2007) destacam que a forma como a família estruturou-se auxiliou no desenvolvimento econômico, pois as famílias eram numerosas e a mão de obra era gratuita e barata. Sendo assim, a divisão do trabalho feito pelas famílias extensas beneficiou a expansão das atividades econômicas nas colônias italianas.

Na Microrregião Oeste do Vale do Taquari as famílias dos imigrantes italianos e seus descendentes também eram numerosas e contribuíram para a produção agrícola. A maioria dos entrevistados possuem famílias que eram compostas de sete a quinze irmãos, os quais trabalhavam na agricultura e continuam até a atualidade (DIÁRIOS DE CAMPO 23/03, 30/04, 19 e 26/05, 02, 13, 15 e 26/06 de 2015).

As famílias numerosas dos imigrantes italianos buscavam o maior número de filhos

porque isto representava mão de obra na agricultura. Ao mesmo tempo em que constituíam famílias grandes, preocupavam-se com o empobrecimento. Ter a própria casa, terras para trabalhar e comida para a família eram os passos para considerarem-se estabelecidos em uma sociedade (COSTA, 1996).

Por fim, destaca-se a produção de uvas, uma contribuição e prática portuguesa que os imigrantes italianos e seus descendentes apropriaram-se e introduziram em suas propriedades. A uva foi um produto de cultura permanente, principalmente com a implantação das vinhas, que além de ser um produto para fins domésticos também passou a adquirir um caráter econômico.

A primeira uva a ser introduzida pelos imigrantes italianos foi a “isabel”⁸, do contato com os imigrantes alemães localizados no Caí. A produção do vinho iniciou-se com a indústria doméstica desenvolvida nas cantinas, onde o processo era feito manualmente e o esmagamento da uva era realizado com os pés e, após, posta em barris para fermentar (GIRON; HERÉDIA, 2007).

Na obra de Battistel e Costa (1982, p. 516) encontra-se a forma de como era preparado o vinho:

Quem fazia o vinho era meu pai. Naquele tempo, tínhamos a máquina com o rolo de pregos, depois, viram que o vinho não ficava bem tinto. Por isso, ensinaram a fazê-lo com a “foladora”, feita com ripas embaixo, sobre a qual o pai pisava a uva com os pés. Pisando com os pés a uva Isabel dava mais mosto, saía mais o corante das cascas, o vermelho, que tornava o vinho tinto.

O cultivo da uva e a fabricação do vinho constituíram uma atividade da zona de imigração italiana. Já em 1884, o progresso do desenvolvimento da produção de uva nas colônias italianas chegava a quase três mil litros. Quando os imigrantes italianos chegaram ao Rio Grande do Sul já havia canais de comercialização para os vinhos, realizados pelos alemães (PESAVENTO, 1983).

A produção de vinho teve destaque na economia do Rio Grande do Sul e fez surgir muitas vinícolas, principalmente na serra gaúcha. O processo de modernização para a produção de vinho também proporcionou maiores condições financeiras. As grandes cantinas

⁸ A uva Isabel é uma das principais cultivares de *Vitis labrusca*, espécie originária do Sul dos Estados Unidos e de onde foi difundida para outras regiões. Na década de 1850 despertou interesse dos viticultores europeus, devido à resistência ao oídio, doença que naquela época causava enorme prejuízo à viticultura mundial. Foi introduzida no Rio Grande do Sul entre 1839 e 1842 e após cultivada pelos imigrantes italianos Serra Gaúcha (RIZZON, 2000 et. al).

assumiram proporções por investimentos feitos em maquinários. Das pequenas cantinas transformaram-se em empresas manufatureiras (GIRON; HERÉDIA, 2007).

A partir da década de 1920, parte da colônia italiana especializou-se na produção do vinho, que teve boa aceitação no mercado regional e nacional. Santos (1996) enfatiza que a especialização na produção e comercialização do vinho foi uma solução encontrada para superar as condições desiguais da economia. O vinho, de início, era produzido pelos colonos artesanalmente e fabricado na cantina situada embaixo da casa de sua moradia. No início do século XX o vinho já era levado pelos comerciantes para Porto Alegre e para São Paulo. Nos primeiros anos do século XX a indústria do vinho ampliou-se e tornou-se um mercado importante para o Rio Grande do Sul.

Tratando-se do Vale do Taquari, segundo Barden et. al. (2002), durante as décadas de 1920, 1930 e 1940 a produção de uvas era uma atividade secundária. Na década de 1920 a uva atingia 3,20% de toda produção da região. Já no final da década de 1930, a produção de uvas cresceu quase cem por cento com 6,30 %, mas essa condição não foi suficiente para neutralizar a tendência recessiva da lavoura no estado gaúcho, que sofreu com o fim da conjuntura favorável do mercado e com o esgotamento das terras disponíveis para a agricultura.

Os produtores rurais descendentes de imigrantes italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari relataram sobre a produção de uvas em seus territórios. No município de Travesseiro o produtor rural descendente de italianos E8 (05/02/16, p. 22) destaca que a produção de uvas era intensa e fazia parte do cotidiano de sua família:

A1 – o meu nono Gonzatti, então eles moravam aqui quando faltava alguma coisa me mandava lá em cima pega, eu era um gurizotinho. Chegava lá ele fazia: “Nino, Nino vem vem”, ele me chamava lá no porão aí ele ia nas pipa de vinho (bate na mesa como se fosse na pipa), batia onde tinha vinho dentro, em qualé que tinha vinho dentro. Pegava o copo e pegava a cadeira e sentava lá e me perguntava de tudo o que acontecia aqui em casa, tudo, tudo, tudo. Ele sentava lá e aqui, me dava um copo de vinho.

J – se produzia muito vinho?

A1 – sim, produzia bastante, bastante. Tinha uma cantina lá tá louco muito vinho.

Já o produtor rural E4 (11/10/13, p. 13), do município de Marques de Souza, destaca que, além do vinho, utilizavam a uva para fazer a graspa, uma bebida originada da casca da uva. Sobre isto tem-se o seguinte relato:

J – Sim. É, eu me lembro assim, falando ainda de um tempo mais antigo, que o meu avô tinha um pareral bem grande aqui, né, aí fazia vinho, e junto com a cachaça fazia uma graspa, que ela é feita da, do bagaço da uva. Tu colhe a uva, faz o vinho e daquele bagaço ali, tu deixa fermentar aquele troço e faz a graspa que é um...

D - ...um santo remédio!

M – É mais forte que a cachaça. (risos)

J – Aquilo também era uma coisa que tinha muita saída, a tal da graspa.

Segundo Battistel e Costa (1983), quando fazia-se o vinho, esmagava-se a uva e a deixava fermentar. Após, se tirava a parte líquida e o bagaço originado da casca da uva é fervido no alambique, o que origina a graspa. O processo de produção de uma quota, medida correspondente a vinte litros, utiliza três latas de bagaço e seis litros de água, o qual é deixado ferver por uma hora ou uma hora e meia, e após é coado. A graspa é consumida pelos imigrantes italianos com café preto, principalmente quando é muito frio, o que consiste em beber uma pequena quantidade antes do almoço para abrir o apetite.

Também no município de Progresso a produção de uvas se fazia presente e o vinho era uma bebida utilizada nas festas e encontros familiares. Em relato, o produtor rural E6 (03/11/16, p. 17) informa:

J – daí tomava?

B – só vinho! Era vinho e cachaça.

J – daí eles faziam festa...

B – daí sexta de noite passava a noite cantando e bebendo e fazendo...

A – é as bebida que tinha era vinho, Pepsi essas coisa não tinha.

B – daí no sábado... não existia e não podia compra.

A – é 51 anos e pouco atrás...

J – é outros tempos. Bem diferente.

B – e era tudo feito em casa, nada era comprado.

Por meio dos relatos dos produtores rurais descendentes de imigrantes italianos da Microrregião Oeste, as atividades agrícolas e suas práticas envolvendo técnicas do passado ou reatualizadas por inovações, no que se refere a cultivos de produtos como milho, trigo, feijão, uva e soja, dão-se no mesmo ambiente ocupado por seus antepassados desde o início do século XX. Conforme referido, alguns destes produtos foram os primeiros cultivados pelos imigrantes italianos e seus descendentes, os quais inicialmente proporcionaram a subsistência e, posteriormente, foram introduzidos no mercado interno da economia regional.

A fertilidade da terra encontrada nos primeiros anos de colonização satisfazia as necessidades das famílias e era suficiente para melhorar a vida dos colonos. Sobre isto, Manfroi (2001, p. 71) informa:

Como os alemães, os italianos não trouxeram novas técnicas agrícolas. Eles se encontraram diante de uma situação completamente diferente daquela do seu país, ou seja, a da luta contra a mata virgem para garantir a sobrevivência e o progresso de toda família. Os italianos mais do que os alemães, adotaram, sem dificuldades, a técnica indígena da derrubada-queimada-plantação.

O espírito considerado desbravador e a luta frequente destes imigrantes italianos para garantir a sobrevivência, conseqüentemente geravam a exploração deste ambiente. O uso frequente da derrubada e queima das áreas produtivas processou o esgotamento do solo que baixava as produções e fazia com que os colonos italianos instalassem a rotação de terras. Como visto em capítulo anterior, mesmo com as formas de devastação intensa sobre o ambiente estes imigrantes e seus descendentes da Microrregião Oeste continuaram suas técnicas de produção rural, instalados em um processo mercantil conforme a época.

Uma das primeiras visões do imigrante italiano em relação ao ambiente foi o deterioramento do solo. Nas primeiras colônias o sistema agrícola adotado foi o de rotação de terras, iniciados os cultivos do milho. A rotação de terras acontecia quando o terreno estava infértil e os colonos necessitam produzir. Então, deixava-se descansar a área explorada por um período de até dois anos e deixava-se crescer a capoeira. Para tanto, era usada a mesma técnica de derrubada-queima em outra área da propriedade. Depois, voltava-se ao primeiro terreno e derrubava-se a capoeira, queimava-se e sob as cinzas depositava-se a semente (MANFROI, 2001).

Nos territórios que compreendem a Microrregião Oeste do Vale do Taquari os imigrantes italianos e seus descendentes também realizavam rotação de terras. Pode-se perceber através do relato do produtor descendente de imigrante italiano do município de Pouso Novo E1 (10/08/15, p. 3-4), falando como seus antepassados, na década de 1930, a realizavam:

J- E quando vocês chegaram, lembram da infância...tinha bastante mato?

A - Sim, aqui era tudo mato virgem.

J – tudo mato?

A – sim, eu derrubei tudo a machado!

G – mas derrubava assim, cultivava, pra não deperdiçá... dai alguns cantos de terra deixava ela descansar uns três anos né, pra daí depois retornar a usar ela né, porque não tinha como colocar na terra, não tinha adubo!

A – não tinha adubo, ureia, dizia esterco de galinha.

G – os insumos né.

A - alguns colocavam quando plantavam alfafa, me lembro do falecido [...] Preto, ele vinha buscar onde tinha chiqueiro de porco, que sabia que tinha esterco ele vinha buscar, porque ele tinha uma criação de porco e fez um alfafa e a alfafa precisa de muito esterco.

Outro relato do produtor rural descendente de imigrante italiano E2 (30/07/15, p. 7-8),

no município de Progresso, fala sobre a rotação de terras e o crescimento da produção adquirida pela derrubada-queima:

J – e aquele sistema de deixar a terra descansar, vocês lembram se os pais de vocês faziam? Ou se utilizava a terra o ano todo pra plantar? Deixava descansar ou se usava sempre?

I - haa quando não plantava milho, plantava um pouco de pasto e ia.

V – a gente também trocava bastante. Fazia um pedaço de roça nova e daí deixava pra trás aquele outro pedaço pra se criar e daí depois derrubava aquele e deixava aquele. Fazia o rodízio assim pra...

I – porque não tinha o adubo né também, daí tinha que...

J – não tinha o veneno né também...

V – não tinha veneno, nem força, nem adubo...hoje tem, a gente tem qualquer terra velha a gente ta sabendo que vai colher, só que aquele investimento alto né, uma vez não tinha isso ali. A gente se sentia bem o ano que derrubava um pedaço, que fazia um pedaço de roça nova ai produzia bem. Mas se tu não fazia isso, de fazer um pedaço de roça nova todo ano o a cara ficava meio patinando ou até de repente indo pra trás, colhia pouco.

Conforme esta narrativa, o produtor rural menciona o uso de “venenos”, ou então agrotóxicos. Sobre a chegada do veneno nas propriedades da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, o produtor rural E8 (05/02/16, p. 16) destaca:

J – vocês lembram mais ou menos quando chegou o veneno? Hoje vocês utilizam na propriedade ou não?

A1 – muito pouco, muito pouco. Eu de vez em quando aqui em roda eu passo uma maquinada de veneno, ma todo mundo usa isso não tem como dizer que não né, todo mundo usa veneno.

A – e chegou há mais ou menos quantos anos? O senhor se lembra que começo a se utiliza aqui?

G – nós, nas nossas terras nós nunca tinha usado veneno.

A1 – mas quando vocês tavam aqui não, mas depois sim...

G – mas na nossa época não...

C – é uns 20 e poucos anos.

A1 – é mais, é mais. É uns 30 ano que começaro com os veneno aqui em volta.

Os agrotóxicos que foram introduzidos a partir de 1970 tinham como objetivo reduzir o trabalho com as pragas e beneficiar os alimentos, população e trabalhadores (SOUZA, et. al., 2011). A aplicação de agrotóxicos no ambiente agrícola acarreta perturbações e alterações no ecossistema, por meio da pressão que envolve a seleção nos organismos e pela mudança na dinâmica bioquímica natural. Os riscos ambientais decorrentes do uso dos agrotóxicos estão direcionados à contaminação da água superficial e subterrânea, à propagação do solo e contaminação da flora e fauna (SPADOTTO et al., 2004).

Com a propagação dos agrotóxicos no Vale do Taquari, as propriedades da Microrregião Oeste também passaram a os utilizar em suas plantações. Conforme o relato do produtor rural descendente de italiano, no município de Marques de Souza, E4 (11/10/13, p. 39), atualmente o agrotóxico é uma atividade frequente na região onde vive:

D – Hoje tu não produziria sem agrotóxico, dá pra dizer. Porque, se tu for ver hoje, trabalha com plantio direto no morro pra tu tentar evitar a erosão. Então como é que tu faria um plantio direto sem dessecar o inço ou a cobertura que tu tem? E depois tem a questão do controle de daninhas. Hoje tu não tem mão de obra pra capinar uma lavoura inteira, então tem essa questão. O que eu vejo assim que é o problema maior hoje é a dupla ação. A gente sabe de vizinhos, “ah não, eles mandam botar 100ml. Vou botar 300ml, ou 200ml”. Entendeu?

Sendo assim, os agrotóxicos passaram a ser utilizados nas atividades agrícolas em propriedades dos imigrantes e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari. Conforme os dados dos produtores, os agrotóxicos são considerados “importantes” para melhor conseguir desenvolver seus produtos e conseqüentemente diminuir os estragos feitos por algumas pragas. Outro aspecto levantado é que a utilização ocorre devido à falta de mão de obra existente para os serviços de roça nos territórios dos municípios pesquisados. Contudo, grosso modo, acenaram ter conhecimento que o uso excessivo de agrotóxico pode prejudicar a água, o solo e as pessoas que os utilizavam.

O esgotamento e a preocupação com a infertilidade da terra estão relacionados ao uso intenso da ação humana no meio ambiente. Neste sentido, Brandão (1999, p. 64) enfatiza:

De uma maneira vizinha, a quebra de harmonia do mundo natural e o crescente e visível deterioro da fertilidade da terra, são o resultado de ações inadequadas motivadas pela ambição dos humanos e não corrigidas historicamente pelo poder de Deus, pois elas próprias são um sinal visível de uma antecipação prevista do “final dos tempos”.

Conforme o referido autor, o interesse e os desejos do homem estão diretamente interligados com os impactos gerados no meio ambiente. O uso ativo dos elementos naturais, com o passar dos anos, instiga ainda mais a um aumento de destruição do solo, árvores e água, causados pela própria ação do homem. Desta forma, buscou-se alternativas para não prejudicar intensamente o ambiente e continuar com as produções.

Já em Marques de Souza tem-se outro depoimento do produtor descendente de imigrantes italianos E5 (18/08/15, p. 17-18), relatando a forma do uso do solo em sua propriedade:

B – aqui vocês não fazem rotação de terra ou de produto?

O – é que como o cara não tem muita área, tem, por exemplo, bastante área, ma não tem área disponível, então aqui se planta o fumo agora, que nem eu plantei ontem e hoje um pouco ali, quando chega o janeiro por ali vai ta colhido o fumo daí eu vô planta milho, daí planto o milho onde eu tinha o fumo. Aí eu faço silage desse milho pras vaca, daí quando chega abril, maio por ai, fim de abril e começo de maio faço silage, daí eu semeio a aveia. Aí na mesma área eu faço, planto três vezes no caso pra fecha o ano. E daí até as vezes se usa essa veia pras vaca, pra solta na pastagem, solta na pastagem e outras em um pedaço o cara nem se tá sobrando, daí o cara só deixa pra dá um, pra fica mais macia a terra e coisa né, ma senão assim se aproveita no caso, onde se planta. Se faiz três plantio no caso num ano.

Devido à propriedade deste descendente possuir características geográficas de poucas áreas cultiváveis e de difícil exploração, o produtor considera uma forma mais “fácil” de explorar e utilizar suas terras em todas as épocas do ano, para as diferentes atividades. Essa forma intensa, segundo sua informação, é utilizada para fazer três plantios em um ano, o que pode, conseqüentemente, já estar possibilitando uma forte degradação.

Com base na pesquisa de campo com descendentes de imigrantes italianos na Microrregião Oeste do Vale do Taquari contata-se uma frequência no uso de rotação de terra na propriedade, pois ora desmatavam, ora faziam o “descanso” da mesma. O intenso uso do solo pelos imigrantes e descendentes no decorrer dos anos comprometeu uma produção mais efetiva, situação que, conseqüentemente, baixou a lucratividade, necessitando, assim, deixá-lo descansar.

Conforme abordado em capítulo anterior, o espaço ocupado pelos imigrantes italianos com vistas à subsistência para as famílias, desde o começo da colonização, teve um forte impacto devido ao desmatamento e à prática da agricultura. O excedente das colheitas dos imigrantes italianos e seus descendentes eram vendidos ou trocados no comércio mais próximo, a partir da década de 1910. De início, as plantações eram direcionadas para a família e com o tempo tornaram-se meios econômicos. Conforme o mercado ia se expandindo, a produção foi se intensificando, fazendo parte deste aceleração. Sobre isto Polanyi (2000, p. 162), informa:

A produção é a interação do homem e da natureza. Foi este, precisamente, o ajuste que ocorreu sob o sistema de mercado. O homem, sob o nome de mão-de-obra., e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda. [...] O capital investido nas várias combinações de trabalho e terra podiam fluir, assim, de um ramo de produção para outro, conforme exigido pelo nivelamento automático dos vencimentos nos vários ramos.

A produção econômica, resultado da interação do homem com o ambiente proporcionou um rápido crescimento da produção familiar. Dentro do sistema capitalista, a existência do mercado consumidor e o acúmulo de capital deram condições para a industrialização. Além da produção de subsistência para o consumo, os produtos tornavam-se um capital produtivo com novos excedentes pela disponibilidade de máquinas e a força do trabalho humano.

Nas casas de negócio, o imigrante italiano pode encontrar muitas coisas que necessitava da grande cidade e do exterior, como instrumentos artesanais para a preparação do

salame, vinho e farinha. O capital acumulado no comércio das colônias italianas estava relacionado aos ramos de vinícolas, madeireiro, tritícola e de suínos. O poder aquisitivo da zona rural aumentava, sobretudo com os produtos e os animais, o que favorecia aos imigrantes italianos produzir mais (DE BONI; COSTA, 1982).

Nos comércios da região do Vale do Taquari, onde estavam localizados os imigrantes italianos, era possível negociar no sistema da troca de um produto por outro. Sobre isso Battistel e Costa (1983, p. 825) enfatizam: “Trocavam, por exemplo, dois porcos por um terneiro; uma ovelha, por um porco e assim por diante. A mercadoria das casas de comércio nunca baixava. Antes, pelo contrário, subia o preço, e o milho e o trigo aumentavam ou diminuía de preço como queriam os negociantes”. O sistema de troca favorecia tanto os comerciantes como os produtores/colonos imigrantes, que necessitavam de ambos os produtos.

Por meio do relato do produtor E8 (05/02/16, p.2), do município de Travesseiro, é informado ser constante a venda e troca de produtos que sua família desenvolvia com o comércio local durante a metade do século XX:

A1 – a mãe eles tinham casa de comércio, mas todo mundo trabalhava na roça, mas eles tinham casa de comércio aqui na Linha Garibaldi, aqui em cima.

J2 – e o que que...vocês plantavam alguma coisa em casa?

A1 – o que que nois plantava de inicio aqui era milho, feijão, depois começo com o soja.

J2 – e criavam algum animal também?

A1 – sim, os porquinho, uma vaquinha quando ela vivia, porque a maioria se comprava e ela morria, é mas foi passado muita miséria.

J2 – os produtos vocês utilizavam pra vocês ou vendiam alguma coisa?

A1 – nois vendia, tinha casa de comércio ali em baixo do Rencker, o que sobrava daí se vendia, os porquinhos, um poco de milho, feijão era vendido.

No município de Pouso Novo a venda e compra de produtos também acontecia na comunidade do produtor rural E1 (10/08/15, p. 8-9):

J – e nesses comércio se tinha assim de tudo pra comprar?

A - roupa, querosene...

G – não tinha roupa feita né, tecido em metro, era base, era por tudo praticamente. Nos não via comprar uma blusa pronta...e assim a gente compra pouco e nada de alimentos vamos dizer né. Tinha só a erva...

D – açúcar.

G – açúcar, farinha, mas pouca de trigo, tinha...

Sendo assim, muitos gêneros dos produtores rurais descendentes de italianos da Microrregião Oeste eram vendidos para o mercado regional. Os principais produtos comercializados na primeira década do século XX no Vale do Taquari (TABELA 3),

conforme registros encontrados no Arquivo Público de Lajeado eram:

Tabela 3 - Mapa de alguns productos coloniales exportados pelos principais portos do município: Lajeado, S. Gabriel, Arroio do Meio e Encantado

Número de Kgs de	Anos				Total
	1908	1909	1910	(1º semestre) 1911	
Milho	4.183.360	4.468.500	4.898.160	1.561.820	15.121.640kg
Banha	673.254	798.585	850.903	507.690	2.830.462 #
Feijão	1.791.840	1.916.000	2.081.920	1.084.140	6.873.900 #
Erva	413.895	392.700	407.160	171.820	1.385.575 #
Batatas	300.500	178.200	202.900	161.500	843.100 #
Fumo	150.090	132.525	65.498	31.620	379.733 #
Favas	218.185	124.740	89.423	121.460	554.015 #
Farinha	210.150	262.860	214.575	59.995	747.580 #

Fonte: Arquivo Histórico de Lajeado, 1911, p. 36.

O milho era o produto que toma destaque no Vale do Taquari, conforme Tabela 3, e vem ao encontro dos relatos dos produtores rurais da Microrregião Oeste do Vale. Este produto era destinado para a alimentação dos animais, como o gado, porcos e galinhas, mas também era comercializado no mercado interno da região do Vale do Taquari, como os municípios de Lajeado, Cruzeiro do Sul, Arroio do Meio e Encantado. Foram desenvolvidos e produzidos, também, produtos em menor escala para o consumo familiar, como a uva, a erva e o feijão.

Conforme a Tabela 3, a erva (*Ilex paraguariensis*) também encontrava-se como um produto comercializado no Vale do Taquari. Segundo Gerhardt (2013), a produção de erva no final do século XIX possuía um comércio favorável no município de Estrela e Lajeado e muitas das terras que possuíam ervais foram comercializadas para o projeto de colonização. A importância econômica da erva-mate foi marcada pela imigração e também pelo rio Taquari, navegável até o passo do Corvo, em Estrela/RS, essencial para transportar os produtos coloniais para Porto Alegre, inclusive a erva-mate obtida em territórios ao norte dos portos comerciais.

Mesmo aparecendo como um produto em destaque na Tabela 3, nada encontrou-se sobre a produção de erva na Microrregião Oeste do Vale do Taquari. Outros produtos, como o trigo e a soja, faziam parte do cotidiano das famílias no Vale do Taquari e dos italianos, mas na atualidade não são mais produzidos ativamente como no início do século XX. Porém estes gêneros, bem como sua forma de produção, estão presentes na memória das famílias

entrevistadas.

Estas atividades agrícolas do passado, bem como na atualidade, impactaram o meio ambiente. Como as áreas de plantio dos produtores da Microrregião Oeste não são extensas; medem em torno de 13 a 15 hectares, atualmente os plantios são realizados em territórios mais planos e de fácil acesso. Por meio dos dados, os principais produtos cultivados em maior escala na Microrregião Oeste durante o século XX foram o milho e o feijão.

Segundo as informações, os produtores rurais e seus descendentes da Microrregião Oeste inicialmente produziam para a subsistência e, vinculados ao sistema capitalista, continuaram com suas práticas agrícolas. Por ora, suas produções foram adaptadas pela introdução de tecnologias, como os maquinários e os utensílios, o que facilitou seguirem e expandirem muitos de seus produtos como antigamente, como o milho, o feijão, a soja e o trigo.

Pelas palavras de Holzer (1997, p. 81), estudar o meio ambiente e as relações humanas torna-se importante, pois:

[...] incorpora ao suporte físico os traços que o trabalho humano, que o homem como agente e não como mero espectador, imprime aos sítios onde vive. Mais do que isso, ela denota o potencial que um determinado suporte físico, a partir de suas características naturais, pode ter para o homem que se propõe a explorá-lo com as técnicas de que dispõe.

O homem torna-se responsável pela relação direta ao ambiente desde quando utiliza muitos elementos deste meio natural, como por exemplo, a terra. As transformações ocasionadas pelas atividades podem ser tanto para o trabalho, como em termos de atribuição de significados. As técnicas agrícolas introduzidas pelos imigrantes italianos e seus descendentes da Microrregião Oeste estão encontradas na forma como produziram seus produtos como o milho, trigo, soja, feijão, entre outros.

5.2 Atividades pecuaristas dos imigrantes italianos e seus descendentes

As principais atividades envolvendo a pecuária dos imigrantes italianos e seus descendentes vinculam-se à produção familiar de subsistência e renda familiar. Os principais animais destinados para essas atividades eram bovinos, equinos, aves e suínos. Estes animais eram inicialmente produzidos em pequenas quantidades e utilizados para diferentes funções

como a alimentação, a produção agrícola e meio de transporte.

Os animais domésticos também faziam parte da residência rural e do cotidiano do imigrante italiano. Inicialmente, quando chegaram ao Rio Grande do Sul, esses animais eram adquiridos como presentes de casamento para constituir a propriedade do casal. Os animais domésticos dos imigrantes italianos eram um cavalo, uma vaca, uma junta de bois, um porco, algumas galinhas, um cachorro e um gato (DE BONI; COSTA, 1982).

A admiração pelos animais sugere sentimentos de figuras, relações de perigo e utilidade em dimensões de suas próprias imagens e ideias de uma determinada cultura. Sendo assim, pode-se dizer que os imigrantes italianos e seus descendentes atribuíram significações aos animais que produziam. Relaciona-se com o estudo de Brandão (1999, p. 74) que destaca:

Sabemos que entre os domésticos, gatos são da casa, mas cães são das pessoas; cavalos são possuídos, usados, exibidos, tratados e mesmo amados; bois, mesmo os de corte e muito mais os de carro, são nobres animais de respeito; porcos e cabrito não, embora haja uma pequena familiaridade com ovelhas e cordeiros, eles sugerem uma gama cristã de afetos, porque são a melhor metáfora da paz e da ternura nas palavras de Jesus Cristo.

Associa-se assim, que os animais criados pelos imigrantes italianos tinham uma representação desde a maneira como eram produzidos, a sua utilização e consumo na alimentação. Situação essa que procede nas famílias dos imigrantes italianos e de seus descendentes na Microrregião Oeste. Segundo interlocutores descendentes de italianos da pesquisa, alguns animais, tais como uma vaca, porcos e galinhas eram adquiridos geralmente como presentes, compra ou troca por ocasião do enlace matrimonial. Os animais, como bois e cavalos, eram utilizados para o trabalho nas lavouras e outros, como vacas, porcos e galinhas, para o consumo próprio no decorrer do tempo nos diferentes pratos e seus derivados (DIÁRIOS DE CAMPO de 23/03, 30/04 e 13/06 de 2015).

Quando os imigrantes italianos chegaram ao Rio Grande do Sul não tinham muitas vacas, porque no início não havia poteiros. Sem poteiro, as vacas alimentavam-se livremente pelo campo, o que as deixavam muito magras. No transcorrer do tempo, construíram poteiros fechados e iniciaram a criação do gado com a alimentação por ervas, como serralha, caruru e milhã. As vacas eram destinadas para a produção do leite e seus derivados. O leite era tirado à mão e faziam seus derivados, como o queijo, a manteiga, o requeijão e a nata (BATTISTEL; COSTA, 1983).

Para o transporte do leite, os leiteiros andavam a cavalo e coletavam o leite em

grandes bolsões de couro em forma de latas e levavam até as leitarias existentes nas antigas colônias. Por exemplo, coletavam leite na Linha Bento Gonçalves em Nova Prata e entregavam na fábrica de laticínios em Fagundes Varela, no município de Veranópolis (DE BONI; COSTA, 1982).

Já os bois eram utilizados e instruídos para puxar os produtos da roça e levar as mercadorias para o comércio. A alimentação dos bois era o milho, do qual comiam a palha, o sabugo e tudo mais. Quando os bois não eram utilizados durante o dia, ficavam largados nos poteiros e alimentavam-se de coisas do mato, como murtas e vassourões.

Na colônia Caxias, os primeiros animais, como porcos e galinhas, eram buscados e comprados em São Sebastião do Caí. Para ampliar a criação dos animais buscava-se os de melhor qualidade. Neste sentido, Battistel e Costa (1982, p. 114) afirmam:

Como não houvesse distribuição de animais de raça por organismos públicos, sempre que nascesse um lindo terneiro ou linda ninhada de porcos, os melhores eram conservados como matrizes de novas criações. Os demais eram beneficiados para engorda e abate. As vacas não eram beneficiadas, mesmo que não fossem destinadas à reprodução e a produção de leite, bastava mantê-las separadas do touro em época de cio.

Além da criação de gado e suínos, os imigrantes italianos criavam galinhas. As donas de casa eram especializadas em criação de galinhas e tinham em seus galinheiros diferentes espécies: galinha preta, galinha branca, galinha carijó, galinha vermelha, galinha terra-nova, além das de pescoço pelado, crespas e pitocas (BATTISTEL; COSTA, 1982).

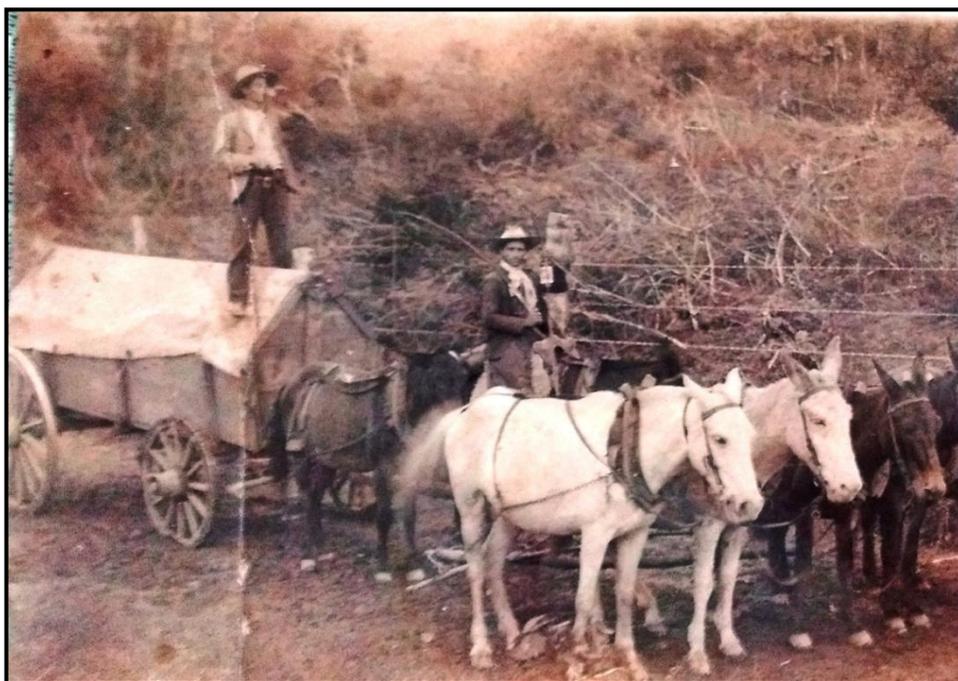
Os animais para cavalgadura eram destinados a puxar os produtos da roça ou para os estabelecimentos, os quais eram domados por negros e imigrantes italianos. A doma dos bois para tração e para lavra era feita pelos rapazes das colônias. O emprego do boi era generalizado para as lavouras e para o serviço da agricultura, nas áreas mais montanhosas das propriedades rurais (COSTA, 1986).

Os animais, como mulas, cavalos e bois, foram destinados também para a locomoção dos produtos da roça para a casa do produtor e para o transporte das mercadorias até o comércio. Sobre isto De Boni e Costa (1982, p. 173) destacam:

E, em poucos anos, a carreta, puxada por mulas, cavalos e bois, percorria a serra, numa afirmação soberba de prosperidade. Durante cerca de meio século, foi o único veículo de transporte na zona colonial. Sobre o velho traste, hoje desaparecido, viajavam os gêneros, os cereais, os instrumentos, as mudanças, os produtos industriais, os artigos de comércio e o próprio homem.

Além disso, as carretas proporcionaram o surgimento da profissão de carreteiro para o comércio ou a venda de produtos. As toras de madeira, como o pinho, eram transportadas ou arrastadas em carroças reforçadas por duplas de mulas e bois. A mula era um animal considerado forte pelos imigrantes italianos e destinada a puxar os objetos e os produtos mais pesados. Muitas famílias possuíam mulas e cavalos, como a família do produtor rural descendente de imigrante italiano E6, no município de Progresso (FIGURA 26):

Figura 26 - Carreteiro de mulas



Fonte: Acervo da família Bergonsi (s/d).

Constata-se também no estudo de Battistel e Costa (1983), que a mula teve um grande valor na vida dos imigrantes italianos e seus descendentes, pois era um animal considerado com muita força para o transporte e as necessidades. Utilizavam este animal para puxar cargueiros de alimentos como trigo, feijão, aveia, milho, frutas, verduras e ovos. Assim como as mulas, os cavalos também eram utilizados como meio de transporte de diferentes produtos.

A carreta, puxada por mulas, cavalos e bois, percorria os difíceis caminhos das colônias italianas até o comércio mais próximo. Por cerca de meio século foi o único transporte na zona colonial (MOLON, 1990). Sobre este assunto, o produtor rural descendente de imigrante italiano E6 (03/11/15, p. 5) destaca a importância destes animais no município de Progresso:

J – mas aí então na cidade tinha pouco comércio? Assim de comércio de troca as coisa?

A – é, tinha só dois ou três comerciante que fazia isso aí.

B – Ferri e Bagatini.

A – é. Daí levava ou eles vinham busca o trigo.

B – vinha com os burro né, as tropa.

Os produtores rurais do Vale do Taquari possuíam animais em sua propriedade, como uma porca criadeira e duas vacas leiteiras. Além disso, destes animais produziam seus derivados, como o leite, banha e carnes para o consumo da família. Os excedentes eram vendidos no comércio regional, como a carne e a banha (MARQUES et al., 2007).

Atualmente, as principais atividades agropecuárias desenvolvidas na Microrregião Oeste do Vale do Taquari são a suinocultura, a avicultura e a produção leiteira. Essas atividades sempre fizeram parte do cotidiano destes descendentes, passados de geração em geração e introduzidos em um sistema capitalista de tal forma que contribuiu para intensificar a produção destes animais.

A produção da pecuária, além de ter uma relação cultural herdada por seus antecedentes, também é voltada para um viés econômico. Corroborando com esta ideia, tem-se o estudo de Sahlins (2003, p. 166):

Ao tratar a produção como um processo natural-pragmático de satisfação de necessidades, corre o risco de uma aliança com a economia burguesa no trabalho de aumentar a alienação de pessoas e coisas para um poder cognitivo maior. Os dois se uniram para esconder o sistema significativo no práxis pela explicação prática do sistema.

A lucratividade e o sistema cultural de um determinado grupo faz parte de um sistema globalizado que está relacionado também pelas famílias que estão inseridas neste meio. As transformações ocorridas no decorrer do tempo, e principalmente no final do século XX, intensificaram ainda mais a produzir e conseqüentemente proporcionaram o consumo. Sendo assim, as famílias criam um poder aquisitivo a partir do momento em que continuam a desenvolver certos tipos de atividades, como a produção.

A análise de Sahlins (2003) sobre as sociedades da Polinésia, no que se refere à sociedade global ter significados orquestrados pela própria cultura, também é possível relacionar com os descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari. Ou seja, no passado, a ocupação do território e a produção dos imigrantes italianos estavam voltadas para o consumo das famílias, e no presente, mesmo que em muitos casos a produção agropecuária com a utilização de agrotóxico e rações balanceadas, por exemplo, destinam-se

ao mercado capitalista, também se observa a agricultura orgânica e criação de animais destinados ao consumo familiar, semelhante aos seus antepassados. Portanto, mesmo com o sistema global, constata-se que há práticas e significados que continuam a ser orquestrados pela cultura.

A produção leiteira no Vale do Taquari e a consequente instalação de empresas de laticínios estão ligadas às características existentes na região, como o processo de colonização. A influência dos imigrantes alemães e italianos foi decisiva para a formação cultural e a constituição da base produtiva local. Outro fator da região é o perfil cooperativo relacionado à presença desses imigrantes. Com o aumento da produção do leite, ocasionou-se a existência de cooperativas e associações de produtores em vários segmentos, constituídas como cooperativas de leite (FEIX; JORNADA; GASPERI, 2015).

Outros fatores da economia brasileira e gaúcha proporcionaram o desenvolvimento da indústria de laticínios no Vale do Taquari, impactando para o aumento das produtividades rurais. A indústria que caracterizava o Rio Grande do Sul, tanto no período 1920 a 1940, quanto na atualidade, é repleta de produtos oriundos da agropecuária colonial ou da pecuária tradicional. Ilustra a situação de indústrias, como Parmalat e Nestlé, que se utilizam de matéria-prima local do setor agrário e incentivam os produtores (FEIX; JORNADA; GASPERI, 2015).

No município de Estrela, no Vale do Taquari, pequenas indústrias de laticínios aprimoraram a busca pelo leite. Segundo Barden e Ahlert (2003), como alternativa à retração no cultivo do milho, da mandioca e na suinocultura, os agricultores encontraram, na produção de leite, outra opção econômica. Segundo os autores, com o crescimento da atividade leiteira e também a fabricação de queijo foi expandida. O incremento da atividade leiteira compensou, em parte, o impacto econômico da redução de outras práticas e minimizou substancialmente a migração da população rural do Vale do Taquari após a década de 50.

Com os avanços tecnológicos e o acesso à nova produção econômica, a produção leiteira foi aumentada e o leite passou, além do consumo de subsistência, a ser vendido para empresas da região, gerando lucratividade para as famílias. No Vale do Taquari, a partir da segunda metade do século XX, a produção leiteira tornou-se uma forte renda familiar, isto porque, conforme o estudo de Marques et. al. (2007), as indústrias de laticínios instalaram-se na região e passaram a recolher a produção dos pequenos agricultores.

Esta produção se tornou expressiva e entrega em torno de 100 litros de leite por dia. Na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, os produtores rurais descendentes de italianos continuam mantendo as atividades agropecuárias voltadas à produção leiteira, tendo em torno de 15 a 20 vacas e vendem sua produção para as empresas de laticínios que recolhem o leite diariamente (DIÁRIOS DE CAMPO de 23/03, 30/04, 19/05, 02 e 13/06 de 2015).

A produção leiteira do Vale do Taquari é contínua durante o ano, com aproximadamente 359.419.000 litros de leite e é a base da economia das pequenas propriedades rurais do Vale do Taquari. Os municípios pesquisados da Microrregião Oeste apresentam índices de produção dentro do Vale do Taquari: Marques de Souza encontra-se em 9º lugar, Progresso em 10º lugar, Travesseiro em 13º e Pouso Novo em 14º (CYRNE, 2015).

No município de Progresso tem-se informações sobre como era a produção leiteira na década de 1920. Sobre isto, o entrevistado E6 (03/11/15, p. 3) informa:

B – ninguém vendia leite, daí a gente tinha as vaca, só fazia queijo né.

J – e o leite pra toma também?

B – é sempre tinha.

A – é uma vaquinha, duas por família.

B – leite a gente sempre tinha, queijo né. Os nono também eles sempre tinha assim né.

Outro entrevistado descendente de imigrante italiano E2 (30/07/15, p. 8-9), do município de Progresso, destaca características da produção leiteira na atualidade, como a quantidade das vacas, o preparo com a pastagem e o destino da produção:

J - mas daí depois do fumo vocês pararam e daí hoje vocês tão com?

V – umas vacas de leite.

J – quantas vocês tem mais ou menos?

V – temos umas 10. É, até paremo com o fumo quando se aposentemo e nós tava parando afinal, porque quando deu um problema na mulher ali, na Iná e daí paremo. Daí aumentemo um pouco mais as vaca e tamo ainda nessa.

J – e hoje você vem que é tranquilo, é bom?

I – é vai indo, tem que i.

V – oia, se a gente guenta né, a gente ta ficando velho né, se a gente conseguir né não ta ruim.

I – eles tão exigindo quase muito, mas vai faze o que né tem que i.

J – e esse leite vocês vendem pra onde?

I – pra Cosuel de Encantado.

J – e um pouco de milho vocês plantam pra fazer?

V – pra silagem, plantemo pra nós é bastante, nos colhemos, acho que fizemo 200 saco nós fizemo silagem e acho que 300 saco pra colhe.

No município de Pouso Novo, a produção leiteira também faz parte da rotina da família do produtor rural descendente de imigrante E1 (10/08/15, p. 24-25), como segue:

J – então hoje vocês tem produção de leite?
A – é.
J – quantas vacas mais ou menos vocês tem?
A – olha tem 15.
J – e o leite vocês vendem pra quem?
G - o que que eu vou dizer, acho que é LG, porque troca cada pouco. Vendemos anos pra volgo, depois era bom gosto, depois era essa ali. Depois foi pra BRF e agora é a LG. É uma mistura também com frangos de corte.
J - mas é de onde daí?
G - não sei bem de onde é.
A – a mesma ali dos porco ali.
J – de Lajeado?
A – não sei, veio a nota hoje.
J - daí vocês plantam o milho e fazem silagem?
A – é.

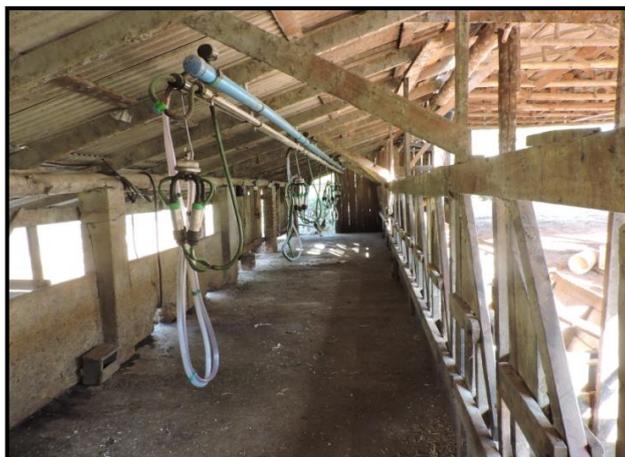
Os dados levantados na pesquisa possibilitam constatar que entre as famílias de descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, a produção leiteira continua presente, tanto para o consumo familiar, como para o abastecimento de empresas da região. Também é possível perceber continuidade envolvendo esta prática econômica, tais como o leite e seus derivados, queijo, nata, manteiga, mas também transformações, como é o caso da silagem (FIGURA 27) e a mecanização do aparelho para tiragem do leite, as ordenhas (FIGURA 28).

Figura 27 - Pastagem e canteiro da silagem



Fonte: Acervo do Projeto Desenvolvimento econômico e Sociocultural/Univates, 2015.

Figura 28 - Mecanização: ordenhas



Fonte: Da autora (2016).

Os produtores rurais descendentes de imigrantes italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari destinam a produção leiteira para empresas como a Cosuel e Lacmax (DIÁRIOS DE CAMPO de 23/03, 30/04, 19/05, 02 e 13/06 de 2015). Além da Cosuel, a expansão da atividade leiteira em Estrela, Encantado e municípios adjacentes no Vale do Taquari tem-se a Cooperativa Languiru, fundada por agricultores da região, no Município de Teutônia, em 1955. A sua principal marca é a Mimi, que se tornaria famosa principalmente na Grande Porto Alegre (FEIX; JORNADA; GASPERI, 2015).

Apesar da mecanização no meio rural e a produção leiteira, alguns produtores descendentes de imigrantes italianos possuem uma junta de boi que auxilia na busca de produtos na sua propriedade. Isto acontece na propriedade do produtor rural descendente de imigrante italiano E5, no município de Marques de Souza. Alguns lugares desta propriedade possuem terrenos acidentados, os quais necessitam da utilização da junta de bois para desempenhar algumas funções (FIGURA 29).

Figura 29 - Junta de bois



Fonte: Acervo do Projeto Desenvolvimento econômico e sociocultural Univates, 2015.

Tem-se, no dado anterior, o exemplo da continuação de uma prática cultural no que se refere a esta atividade pecuária mantida por descendentes de italianos. Assim, associamos aos estudos de Laraia (2008, p. 70-71) que “todos os homens são dotados do mesmo equipamento anatômico, mas a utilização do mesmo, ao invés de ser determinada geneticamente, depende de um aprendizado e este consiste na cópia de padrões que fazem parte da herança cultural do grupo”.

Por estar localizado em um ambiente de difícil acesso de maquinário, este produtor descendente de imigrante italiano E5, do município de Marques de Souza, continua como seus antepassados da metade do século XX: utilizando a produção animal como meio de transporte de seus produtos. Essa atividade na atualidade não é comumente vista em municípios da região do Vale do Taquari, pois devido aos avanços tecnológicos e às possibilidades e compra, introduziram outros meios, como tratores.

Outra atividade agropecuária relevante na vida dos imigrantes italianos são os suínos. A criação de suínos no início da colonização era destinada para a subsistência, principalmente porque as famílias eram grandes e aproveitavam praticamente tudo deste animal para alimentação. Matavam o porco diante de duas necessidades: quando não tinham mais banha e quando o porco estava gordo. A preparação para o abate do porco era tradicional nas famílias italianas, como encontra-se na obra de Battistel e Costa (1983, p. 804):

Matavam-no quando chove, pois é um dia mais frio e carne estraga menos e também não se perde nem um dia de trabalho na roça. No dia que matam o porco, levantam bem cedo e echem o panelão de água e aquecem-na até que a água ferve, afiam as facas, preparam as cordas e a mesa para fazer o salame, umedecem as tripas, armam algumas tábuas sobre tocos para colocar os porcos abatidos e preparam as varas para pendurar o salame.

Do porco, quase tudo era aproveitado na alimentação, pois além da carne e banha, derivados como o salame, a morcilha, o scudiguim, entre outros, também eram consumidos. A criação de porcos em grande quantidade era feita em varas colocadas em grandes mangueirões e a engorda era destinada a frigoríferos. Também criavam porcos presos em chiqueiros para engorda, permanecendo de seis a oito meses. Os animais eram alimentados com milho em espiga, mandioca ou “lavagem”, esta feita de batata-doce e abóbora cozidas (BATTISTEL; COSTA, 1983).

Na colônia Alfredo Chaves, o abate dos porcos era realizado em casa e levavam a carne para a venda em São João do Montenegro. Sobre isto, Battistel e Costa (1982, p. 264) informam:

Tomavam 12 a 13 mulas ou, como diziam, uma tropa. Desciam com a tropa, tropeavam! iam até lá embaixo, levavam os porcos, às metades, extraídas apenas as vísceras, esquartejados e pelados apenas. Naquele tempo, não faziam salame. Depois sim, montaram uma fábrica de salame.

Segundo Pesavento (1983), a cultura do milho esteve em grande parte associada à criação de porcos. O milho era utilizado para a alimentação destes animais, que visava o seu engorde para a produção de banha. A criação de suínos objetivava a produção de banha e também de toucinho, que passou, nos anos de 1890, a ser introduzida no mercado interno gaúcho e mais tardar para o nacional.

Na década de 1930 a suinocultura foi afetada por uma crise que atingiu os produtores, que mesmo assim não deixaram de criar porcos para a produção de banha. A introdução de nova raça e a conseqüente alteração de manejo acontecia lentamente entre os produtores. Já em 1940 um novo fato alteraria o cenário da suinocultura em todo território nacional: a peste suína (TERHORST; SCHMITZ, 2007).

A suinocultura possui uma importância histórica para o Vale do Taquari, pois apresenta um papel fundamental ao desenvolvimento econômico, desde sua colonização pelos imigrantes europeus. Foi por muito tempo e continua sendo uma das principais atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, tendo significativa participação na economia regional. A primeira finalidade da criação de porcos era o abastecimento de banha e carne

para as famílias. A banha, além de ser um alimento que faz parte da alimentação dos agricultores, era utilizada na conservação dos alimentos, como as carnes. Além disso, outras formas de conservação de carnes repercutiram, como a produção de embutidos e defumação (TERHORST; SCHMITZ, 2007).

Relacionando a pecuária da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, a suinocultura encontra-se presente nos municípios em produção de pequeno e grande porte. A pequena produção é destinada para a família e seus derivados como a carne, a banha e os embutidos. Sobre isto o produtor rural descendente de imigrante italiano E5 (18/08/15, p. 4-5), de Marques de Souza, informa como eram produzidos os suínos e seus derivados na década de 1920:

W – mas era o costume, era todos assim, não tinha ninguém que tinha luz. E daí naquela época eles tinham bastante animais e eles matavam. So que assim o porco eles matavam e cozinham toda a carne na banha e botavam em latas e daí quando eles queriam iam la tiravam aquela carne com a banha e esquentavam. Isso é a carne que eles tinham. Porque não tinha como eles guardar né.

O – não tinha luz, não tinha geladeira.

W – daí no fim de semana eles matavam uma galinha que era pra sábado e domingo daí, tinha uma galinha então (risos).

J - e do porco daí se fazia salame?

W – sim, eles faziam muito salame, copa que eles diziam...

O – coisas que dava, que não precisava por exemplo o salame tu deixa ali curti e depois come ele não vai mais estraga. Hoje em dia até o cara deixa ali até enxuga bem e depois bota no freezer. Mas o salame depois que ele ta curtido ele não estraga mais no caso né.

Já na produção de grande porte, os produtores estão ligados a empresas integradas da região como a Cosuel. O sistema de integração caracteriza-se por certa dependência do produtor integrado com a empresa integradora, que por sua vez impõe exigências e estipula o rendimento dos lotes suínos. A empresa fornece comodidades, segurança, garantia da compra da produção e acesso a tecnologias aos produtores.

Com a necessidade de uma maior autonomia com a venda dos produtos dos suínos, isso levou os agricultores a formarem uma Cooperativa na região do Vale do Taquari, chamada de COSUEL, no município de Encantado. Essa cooperativa foi diversificando suas atividades, já que o seu objetivo era proporcionar a comercialização dos produtos dos pequenos agricultores associados e o abate dos animais. Atualmente, a Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda atua no mercado interno e exporta seus cortes especiais de suínos para os países do Mercosul, continente africano, Hong Kong, Cingapura e Rússia (DÁLIA ALIMENTOS, 2016, texto digital).

Conforme o relato do produtor rural descendente E7 (19/01/16, p. 16), do município de Pouso Novo, a criação de porcos sempre foi uma atividade desenvolvida em sua propriedade, possuindo uma alimentação diferenciada, a qual proporciona derivados de boa qualidade:

B – hoje o senhor tem porcos né?

I – é não tenho muitos, mas tenho. Sempre tive.

B – mas é daqueles mais..não é de chiqueiro né?

I – a raça seria o mesmo né, mas o trato é diferente. Eu trato eles mais com natural. O trato que eu do pra esses porco é milho, milho de boa qualidade, tem que se daquele ali de boa qualidade e farelo de soja. E mineral pra não enfraquece os ossos. Se não ele enfraquece os ossos, perde as pernas e cai. E a carne...ele demora um pouco mais esses porcos aí de granja só que o gosto é bem diferente, é outra coisa né. Esses porco aí de granja a banha nem endurece, não fica branquinha. Esses aqui, não porque são meu, de qualquer um, esses sistema ali carnea um porco a banha fica até em cima daquela maneira né, branca, branca e enxutinha né. Aquela lá fica tudo umas bolinha assim encaroçada, parece um creme né, um mingau. Essas porcarias que tem dentro dessas ração né.

B – mas aí o senhor vende pra algum lugar ou carnea em casa?

I – gastos em casa mas vendo pro [...] que tem restaurante. Mas vendo tudo com GTA, tudo, tudo fiscalizado né. O dentro de casa não né, porque é pouco, mas o que vai pra lá sim, tudo com nota fiscal, com GTA né, fiscalizado.

Além da produção realizada para o consumo da sua família, este mesmo produtor de Pouso Novo destina uma parte da produção para outro estabelecimento. Já no município de Travesseiro, a produção de suínos, segundo o entrevistado E8 (05/02/16, p.3), está ligada a uma empresa integrada da região e faz parte da renda familiar, como destaca em sua narrativa:

A – e faz quantos anos que o senhor tem o chiqueirão?

A1 – 18, vai fazer 18 ano agora.

A – o senhor quis começa porque a prefeitura ajudou, incentivou, os vizinhos começaram?

A1 – olha no início eu não queria contruir, graças a ela (se direciona a esposa), porque eu fiquei responsável do pai e da mãe, e eu tive dinheiro pra construí, mas eu fiquei pensando se eu gasta esse dinheiro e acontece uma coisa com o pai e a mãe aonde? Não ia se fácil! E ela insistiu tanto que está construído e deu certo, deu certo. Graças a isso, tivemos como construí uma casa lá em cima, deu pra se salva se não hoje...

C – temo uma vida um poquinho melhor.

Conforme o relato destes produtores da Microrregião Oeste, a produção de suínos é ainda mantida em suas propriedades fazendo parte da tradição familiar com seus derivados, como a banha, carne e embutidos. Também, a suinocultura é uma produção que está ligada ao meio econômico, fazendo com que muitos produtores integrem-se a empresas do Vale do Taquari. Antigamente os agricultores possuíam um número menor de porcos e atualmente são considerados grandes produtores por terem uma proporção maior e estarem ligados a empresas integradoras. Conforme se vê a seguir, existem as produções de pequeno porte (FIGURA 30) e produção integrada (FIGURA 31).

Figura 30 - Suínos de pequeno porte



Fonte: Acervo do Projeto Desenvolvimento econômico e Sociocultural/Univates, 2015.

Figura 31 - Suínos para produção integrada



Fonte: Acervo do Projeto Desenvolvimento econômico e Sociocultural/Univates, 2015.

Outra atividade desenvolvida e que não podia faltar em uma família italiana é a produção avícola. As galinhas eram consideradas importantes, pois além de produzirem os ovos, os imigrantes italianos utilizavam seus derivados na alimentação, como a carne e o caldo de galinha. Os ovos eram adicionados em massas, bolos e bolachas e também eram vendidos em dúzias no comércio, e da venda compravam outros alimentos como o sal e o açúcar (BATTISTEL; COSTA, 1983).

A avicultura industrial no Brasil tem seu marco a partir do final da década de 1950, substituindo a antiga avicultura comercial com novos galinheiros e técnicas de confinamento. Até aquela ocasião, grande parte dos ovos era produzida em terreiro com galinhas livres, denominadas de galinhas caipiras. A partir de 1970, os produtores rurais passaram a participar do crescimento avícola e sistema integrados, devido à transformação e consumo da carne de

frango (SORJ et al., 2008).

Na região do Vale do Taquari ainda é tradicional a avicultura e seus derivados, encontrando-se a produção para a subsistência e a produção maior. A produção para a subsistência é relacionada à quantidade de galinhas produzidas em áreas fechadas ou soltas no terreno da propriedade dos descendentes de imigrante italianos, chamadas de galinhas caipiras. Esta produção e seus derivados, como a carne e os ovos caipiras são destinados ao consumo familiar.

Na Microrregião Oeste a avicultura faz-se presente na memória e no cotidiano das nas famílias dos produtores rurais. Pode-se perceber na fala do produtor rural descendente de italianos E5 (18/08/15, p. 3) a importância da produção de galinhas:

W – era o que eles mais compravam porque o arroz eles colhiam, feijão eles colhiam, a farinha eles tinham o trigo então eles colhiam, era produção própria né. E sempre tinham em abundância...

O – anos atrás eles tinham sempre muita galinha solta ao redor das casa, então colhia ovos, ajuntava, vendia uma cesta de ovos no final de semana, fazia aquele ranchinho e assim né, passava com aquilo ali né.

Além disso, na atualidade a continuação da produção de galinhas é presente no município de Pouso Novo, conforme relato do produtor rural E1 (10/08/15, p.39):

J – vocês têm muitas galinhas?

A – haaa, nem sei te dizer quantas!

J – nos tava chegando tava catando (risos). Tem poucas famílias que possuem bastante assim.

A – tem, tem galinha poedeira, tem uns quantos galos.

L – e vende onde os ovo?

A – haa meu irmão leva pra Porto Alegre, esses tempo levava em Pouso Novo, agora não pode mais.

G – eu vendia manteiga, vendia ovos, vendia manteiga, vendia queijo...agora eu tenho leite mas assim como ia bem né. Cachaça podia vender também, hoje...

Além disso, todas as famílias pesquisadas da Microrregião Oeste do Vale do Taquari possuem galinhas em suas propriedades para a subsistência e o consumo dos ovos (FIGURA 32). Os produtores rurais descendentes de italianos consideram que a carne e os ovos caipiras produzidos por eles são de melhor qualidade, fazendo bem para a saúde (DIÁRIOS DE CAMPO de 23/03, 30/04, 19/05, 02 e 13/06 de 2015).

Figura 32 - Avicultura para subsistência



Fonte: Da autora (2016).

A produção maior e também econômica, como acontece com os suínos, é vinculada a empresas de sistema de integração da região. A indústria de alimentos no Vale do Taquari tem forte influência e importância para a economia regional, a qual é abastecida por cadeias produtivas da avicultura de corte. O principal destino das aves produzidas é a Companhia Minuano de Alimentos, que foi fundada em 1946. Esta empresa mantém até a atualidade a produção integrada de frangos com um processo produtivo com matrizes, incubatórios, fábrica de rações, produtores integrados (600 famílias), abatedouros e indústrias à base de carnes de aves (CONTO; PEDROSO, 2009).

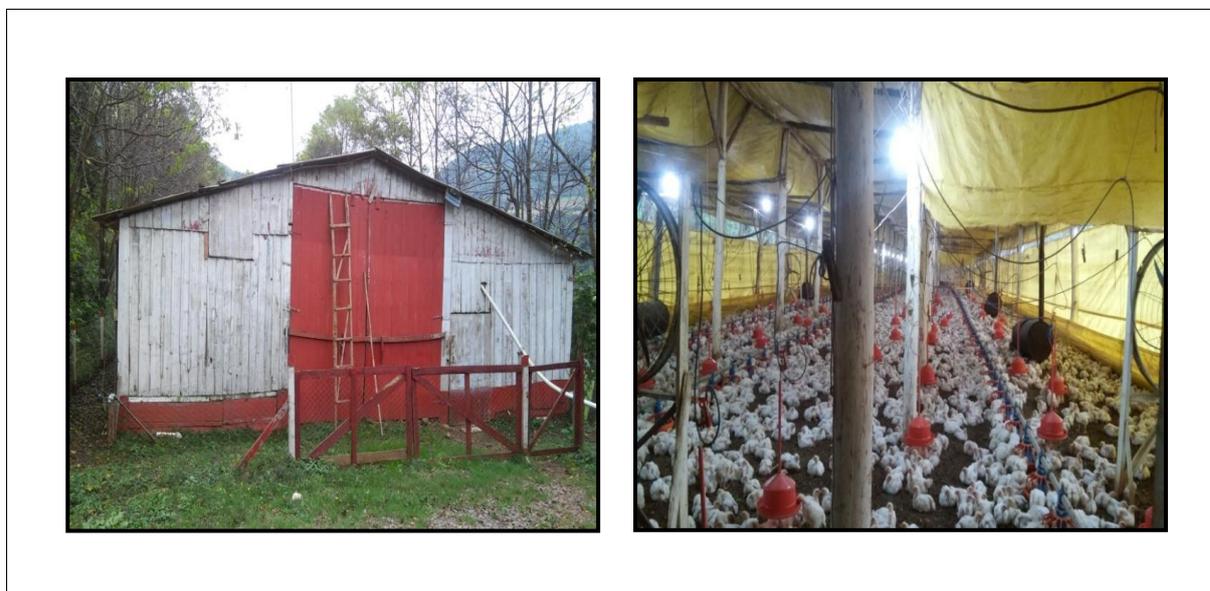
Alguns produtores da Microrregião Oeste encontram-se na avicultura integrada. Esta produção já acontece por um determinado tempo e segue pelo trabalho dos filhos, como é o caso no município de Travesseiro, o qual encontra-se na informação do produtor rural descendente de italianos E3 (13/11/15, p. 2-5):

B – Agora é 21 ano que, mais ou menos foi feito o aviário. Mas eu hoje não trabalho mais na roça (risos), quase nada. A gente tentou de tudo. Na época a gente vendia tudo, até banana no interior aqui a gente pegava e vendia. Hoje né então não tem saída, se o cara quisesse vende precisa gente pra vende, pra ganha dinheiro. [...] ele continua na agricultura assim, fazem umas roça, tem um tratorzinho, mas não é muita coisa e ele tá puxando aluno já há anos também, continua trabalhando com os alunos e assim faz as corridas assim, puxa o pessoal né. E trabalha no aviário e se vira assim. Eu até ajudava no aviário e tudo, o aviário seria meu ainda mas, na minha terra e tudo...mas agora é mais pra ele, daí se vira.

Esta produção faz parte do sistema integrado que é destinado à empresa de integração hoje designada BRF, localizada em Lajeado, no Vale do Taquari (FIGURA 33). Cabe ao

produtor o cuidado com estes frangos, desde o tamanho pequeno, em um período de aproximadamente 30 a 40 dias. A empresa integradora fornece os mantimentos necessários e faz o abate dos animais e a industrialização dos produtos (DIÁRIO DE CAMPO, 26/05/15).

Figura 33 - Avicultura para produção integrada



Fonte: Acervo do Projeto Desenvolvimento econômico e sociocultural/Univates, 2015.

Tanto a avicultura como a suinocultura são atividades representativas no Vale do Taquari e fazem parte do cotidiano das famílias dos imigrantes italianos e seus descendentes. Além disso, conforme o estudo de Carbori et al.; (2012, p. 942):

No Rio Grande do Sul a avicultura e suinocultura são atividades exercidas basicamente por pequenos produtores rurais, desempenhando importante função social, servindo como importante ferramenta de manutenção do homem no campo, impulsionando as agroindústrias de carnes que geram milhares de empregos diretos e indiretos, movimentando a economia local e regional.

Essas duas atividades desenvolvidas no ambiente dos imigrantes italianos e seus descendentes desempenham importantes características econômicas e acarretam alguns impactos ambientais. Nos últimos anos essas atividades cresceram devido ao mercado externo que aumentou a produção, tornando os estados da região sul do Brasil os maiores produtores de aves e suínos do país.

Com o crescimento da produção, as degradações ambientais geradas por estes dejetos intensificaram-se, como a poluição da água e do solo causados pelas atividades de confinamento, que, além da contaminação, deixaram estes elementos naturais impróprios e inférteis. Com a fiscalização dos municípios e as leis ambientais, os produtores rurais da Microrregião Oeste passaram a adequar-se conforme as exigências pedidas, mantendo

relações no ambiente com suas atividades produtivas.

Isto relaciona-se com o estudo de Coimbra (2002, p. 31), que destaca:

Meio ambiente é também o que o homem constrói para organizar sua convivência e trabalho, desde a sua morada até os grandes aglomerados urbanos. No entanto, esta espécie de meio ambiente cresce e espraia-se quase incontrolavelmente, pressionada por múltiplos fatores, entre os quais o crescimento demográfico e a concentração espacial das atividades produtivas.

As principais atividades agropecuárias que continuam na Microrregião Oeste do Vale do Taquari são destacadas pela produção leiteira, avicultura e suinocultura, as quais constituem as maneiras como são reproduzidas e pela representação cultural passada pelos seus antecedentes. Como visto, assim como na agricultura, na agropecuária as atividades tornaram-se meios econômicos e proporcionaram a continuidade de trabalhar no campo pelas famílias da Microrregião Oeste do Vale do Taquari. Estas famílias adaptaram suas produções conforme os anos e o sistema capitalista, continuando, assim, a desenvolver suas atividades.

5.3 Festividades dos imigrantes italianos e seus descendentes em espaços da Microrregião Oeste do Vale do Taquari

Além das práticas agropecuárias, os imigrantes italianos também desenvolveram em seus territórios práticas culturais no que se refere às festividades. No Rio Grande do Sul, mesmo em contato com outros grupos étnicos, os imigrantes italianos reforçaram ainda mais a identidade cultural, e também superaram dificuldades e a saudade da terra natal. Os elementos culturais dos imigrantes italianos e seus descendentes como vimos anteriormente, são expressados nas práticas religiosas, principalmente com suas festas. Estas podem ser de cunho religioso, envolvendo a simbologia, e também familiar, na participação de seus parentes.

O imigrante italiano transferiu para o Rio Grande do Sul sua alma devota e moral preservada das regiões de onde vinham. As colônias onde estavam localizados os imigrantes italianos foram divididas em paróquias e recebiam a visita dos padres. Referente a isso surgiram as construções das capelas ou igrejas com um santo padroeiro da sua terra natal. Como os imigrantes italianos não eram todos provenientes da mesma localidade da Itália, eles discutiam sobre o santo padroeiro, razão a qual explica um grande número de altares e imagens de santos nas capelas e igrejas (ZAGONEL, 1975).

A religião católica foi um fator de integração social e fez com que muitos imigrantes refortalecessem seus laços culturais através da fé. Segundo Manfroi (2001, p. 122), tem-se:

[...] nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, a religião, longe de ser um 'ópio do povo', foi um fator de integração e uma força dinâmica que permitiu ao colono italiano fugir da desintegração social, oferecendo-lhe um quadro no qual ele se reconhecia e se expandia.

Nas festividades e manifestações religiosas dos descendentes de italianos é possível observar a continuidade de costumes, tradições e dialetos dos imigrantes italianos. Os italianos que chegaram ao Brasil eram predominantemente católicos e tinham necessidade de manter vivos os ensinamentos e as práticas relacionadas à religiosidade.

Ainda segundo Manfroi (2001), a religião católica dos imigrantes italianos e seus descendentes era condicionada pelo auditivo e visual. Eles gostavam do esplendor, do movimento, do aparato, do barulho, do canto, da música e as cerimônias com contentamento total. As procissões dos santos tinham estátuas, arcos coloridos, foguetes, cavaleiros, bandas de música e mais tarde carros, caminhões, criando assim uma atmosfera em que a convicção da fé se fortalecia. Quando se encontravam nas comunidades o aspecto da alegria tornava-se intenso pela confraternização das festividades.

A principal preocupação dos imigrantes italianos era a construção de uma capela, salão de festas, escola e bodega. Inicialmente, as festas dos patronos eram realizadas pelos donativos feitos pelas famílias e preparadas com um tríduo ou novena, que começava no sábado pela manhã e terminava no domingo à noite. As primeiras festas nas colônias antigas italianas foram em honra a São Francisco de Assis, São José, São Roque e Santo Antônio (COSTA, 1986).

Sobre isto, Battistel (1981) destaca as festas em honra aos santos padroeiros e a atribuição simbólica que estes desempenhavam para alcançar graças e proteger as pessoas. São Roque protegia contra pestes e epidemias, São Valentim contra ataque epilético, Santa Bárbara livrava das intempéries, São Luís protegia os jovens, Santo Antônio para achar as coisas perdidas e o socorro para os momentos difíceis, Santa Ana era protetora das mães, São Paulo defensor das picadas de cobras e assim por diante.

A adoração e as festas em honra aos santos de devoção fazem parte da cultura dos imigrantes italianos e foi continuada pelos seus descendentes. As festas eram uma dupla necessidade para o imigrante italiano, pois era um conjunto de traços e qualidades inerentes

que foram preservados desde o seu nascimento e em conjunto pela necessidade de evasão em que se encontravam os imigrantes em suas colônias. As festas italianas aconteciam nas capelas, principalmente nos domingos quando o povo se reunia para rezar, cantar os hinos, realizar o catecismo e cumprir, na medida do possível, seu dever de cristãos (ZAGONEL, 1975).

As festas e comemorações fazem parte do meio em que estes imigrantes estão inseridos, e diante disso Coimbra (2002, p. 234) trata que “não podemos desconhecer nem subestimar os elementos religiosos que integram – mesmo veladamente – nossa consciência ecológica e nosso comportamento com o meio ambiente”. Desta forma, torna-se relevante analisar como essa expressão cultural acontece na Microrregião Oeste do Vale do Taquari.

Uma relevante festa religiosa dos imigrantes italianos era a festa do santo padroeiro. Esta festa acontecia o dia todo, onde as pessoas encontravam-se para rezar e ver os amigos. Inicialmente, o padre chegava e rezava a missa, fazia-se a procissão e cantava-se muito. A igreja era preparada com muito esmero, enfeitava-se com flores naturais, toalhas e velas novas. A imagem do santo padroeiro era enfeitada e, na maioria das vezes, colocada no andor para ser levada na procissão pelos fiéis (BATTISTEL, 1981).

Como forma da continuidade cultural, no que se refere a práticas da religião católica, constata-se que os produtores rurais pesquisados, descendentes de imigrantes italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, possuem na comunidade em que vivem uma capela e um santo padroeiro. Essa forma de identificação cultural é salientada por Manfroi (2001), pois segundo este autor a igreja era considerada como o elemento essencial do progresso do lugar e a base de toda a organização social.

As continuidades das festas religiosas dos patronos ainda permanecem nas comunidades da Microrregião Oeste do Vale do Taquari e os produtores rurais descendentes de italianos relataram sobre a importância das festas anuais, em comemoração aos santos padroeiros de suas comunidades. As festas são em honra a Santo Antônio, Nossa Senhora Auxiliadora, Nossa Senhora de Lurdes, Nossa Senhora Aparecida, São Jorge, São Roque, entre outros (DIÁRIOS DE CAMPO 23/03, 30/04, 19 e 26/05, 02, 13, 15 e 26/06 de 2015).

Duas destas festas também ocorriam na colônia Conde D’Eu, como a de São Roque e a de Nossa Senhora Auxiliadora. Nestas duas festas reunia-se toda a comunidade e convidavam-se parentes. A missa acontecia com procissão destes santos, onde os cristãos

cantavam em todo o percurso, com muita devoção. Após a missa, ocorria o almoço tradicional com galinha e polenta. As festas eram muito simples, onde as novenas, os contos e as procissões aconteciam na igreja e os festejos populares ao redor da capela (BATTISTEL; COSTA, 1982).

As festas religiosas constituíram-se em uma significativa prática social e religiosa. Sobre isto, Beneduzi (2008, p. 65) informa que “as festas reuniam todos os colonos [...] mantendo o espírito fraterno, em que pesem as inúmeras brigas que ocorreriam nestas festividades, após fortes bebedeiras”. De acordo com o autor, todas as famílias costumavam participar das festividades religiosas e raramente envolviam-se em brigas, pois era considerado pecado.

Os produtores rurais descendentes de italianos são sócios da comunidade onde estão inseridos e participam das festas. A participação na comunidade pode-se destacar por meio do relato do produtor rural E5 (18/08/15, p. 12-13), do município de Marques de Souza:

J – ai vocês são sócios?

W – aqui na comunidade.

J – há muitos anos?

W – nois desde que casamo, porque na época só quando tu casava tu ficava sócio. Agora não agora eles exigem que a partir de 18 a 21 anos seja sócio né. Mas na época não, o pai e a mãe era sócio a gente também era né e daí quando casamo se associamo.

B – e tem festa na igreja daí, uma por ano?

O – duas por ano.

W – na comunidade aqui é duas. Mas daí depois faz a festa da bergamota junto também.

W – eles fazem outras também, mas é a de Nossa Senhora que é aqui no caso a padroeira a Nossa Senhora de Lurdes então fevereiro a de Nossa Senhora e a em agosto a de São Roque que então eles fazem essas duas festas é todos os anos. E depois sempre tem uma outra festa no meio né, ou é o clube e mães que faz ou é o guarani né. Então sempre tem outras festas no meio, mas que seja da comunidade sagrada que são essas duas sempre.

J – e daí ela tem a missa, almoço?

W – tem a missa, que nem na maioria das vezes tem procissão, que nem Nossa Senhora tem a gruta. Daí tu vai da gruta até a igreja..

J – onde que é a gruta? Aquela ali do lado.

W – sim aquela ali do lado e que nem a de São Roque na Barrinha tem um capitel e aqui no Roncador tem outro capitel, então eles fazem as procissão e se encontram na frente da igreja e tem a celebração.

J – e de tarde daí tem alguma confraternização ou não?

W – de tarde tem ou o pessoal fica ali, uns jogam carta outros conversam, agora as vezes tem música e então tem reunião dançante, quem que dança é assim né. Não tem assim uma coisa assim que é todas as festas igual.

No município de Travesseiro as festas são realizadas nos meses de maio e outubro e a principal é em homenagem à Nossa Senhora Aparecida, com missa, almoço e cantoria. Isto pode-se perceber no relato do produtor rural descendente de imigrante italiano E8 (05/02/16,

p. 11-12), com a seguinte informação:

J – e na comunidade ainda hoje essas festas continuam?
 A1 – a de maio é dois dias né, o segundo domingo de maio das festas das mães daí é de domingo e segunda-feira, dois dias de festa.
 N – os kerp.
 A1 – tipo dos alemão fazia, dois dias. Só que os gringo eles fazem a festa tudo na comunidade, os kerp né, os dois dias na comunidade.
 J – com missa e almoço?
 A1 – com missa e almoço.
 G – e a tarde antigamente tinha música assim, o pessoal cantava, as vezes tinha um...
 N – é juventude cantava.
 G – as vezes tinha um gaiteiro assim né, hoje já mudou tem assim um conjunto que vem e toca, tem um baile né, já é um pouco diferente. Mas antigamente era mais entre eles.
 A1 – E em outubro tem outra festa daí é um dia só. Festa de Nossa Senhora...ou é Senhor? Qual das senhoras, tem tantas né... (risos), daí é Nossa Senhora Aparecida.
 I – hein Nino conta que nas festas era muita cantoria em italiano.
 A1 – ah não, lá era sagrado isso aí né.
 N – era não, se nos temo aqui nos cantemo.
 A1 – nos cantemo sempre.
 I – mas na comunidade né.
 N – mas quando nós viemos na festa aqui começa depois do meio dia, logo depois do almoço e vai até de noite.
 A1 – eu tenho os meus tios que cantavam bastante e eu aprendi com eles, eles sempre me chamavam. Eu tenho um tio que me chamava de tio, não era sobrinho, vocês não entendem italiano?
 J – um pouco sim.

Na narrativa deste produtor, durante as festividades italianas realizavam-se muitas cantorias, as quais faziam parte do cotidiano dos imigrantes italianos e seus descendentes. Realizavam cantos religiosos, de folclore, de saudade, de amor e de guerra. O canto é considerado para os imigrantes italianos uma expressão de alegria e que proporcionava a união entre eles (ZAGONEL, 1975). Sobre as cantorias, o produtor rural descendente de imigrante italiano E8 (05/02/16, p. 13), do município de Travesseiro, destaca a sua percepção sobre a relevância do cantar:

I – hein Nino conta que nas festas era muita cantoria em italiano.
 A1 – ah não, lá era sagrado isso aí né.
 N – era não, se nos temo aqui nos cantemo.
 A1 – nos cantemo sempre.
 I – mas na comunidade né.
 N – mas quando nós viemos na festa aqui começa depois do meio dia, logo depois do almoço e vai até de noite.
 A1 – eu tenho os meus tios que cantavam bastante e eu aprendi com eles, eles sempre me chamavam. Eu tenho um tio que me chamava de tio, não era sobrinho, vocês não entendem italiano?
 J – um pouco sim.
 A1 – ele me chamava de “zio”, que em italiano tio é “zio” e ele me dizia “zio, zio, vem, vem” aí nois ia lá e começava a canta. Meu Deus que quantos cantos!

Com base nestes relatos, as festas religiosas nas comunidades seguem o mesmo costume dos antepassados, mantendo a missa na parte da manhã, muitas vezes seguida de

procissões em homenagem aos santos padroeiros. Após a missa tem-se o almoço ao meio-dia, com churrasco e saladas diversas, e na parte da tarde uma confraternização, seguida, muitas vezes, de dança e de alguns jogos.

A nova experiência das festas proporcionou a celebração do patrono, com a reza do terço e da missa e os fins interesseiros e econômicos com almoços e jantadas preparatórias à festa. Nestas festas podiam participar sócios da comunidade e também interessados da vizinhança, fazendo com que o aumento dos indivíduos fortificasse as vendas da bodega. Inicialmente, vendiam vinhos, cachaça, fumo em rolos, cigarros, charutos e bebidas de diferentes tipos.

Além disso, com a instituição das festas nas capelas, os salões passaram a ter outras dimensões e espaços maiores com a repartição da cozinha, copa, local para alimentação e churrasqueira. O acúmulo de grande número de pessoas para as festas fez surgir também jogos diferentes como bochas, tómbola, baralho, pau de sebo e diferentes tipos de pescas e rifas (DE BONI; COSTA, 1982).

Neste sentido é possível recorrer a Geertz (1978, p. 9), pois este salienta que “a cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas nos termos das quais as pessoas fazem certas coisas como sinais de conspiração e se aliam ou percebem os insultos e respondem a eles”. As festividades representam para os imigrantes italianos, desde quando em seus territórios, uma forma de identidade cultural em que os faz parte de sua comunidade e do grupo étnico.

Além de Festa de Padroeiros, no município de Progresso, é tradicional, desde que os imigrantes italianos chegaram a este município no início do século XX, realizarem uma festa em homenagem às capelinhas das comunidades. Conforme se vê no relato do produtor rural descendente de italianos E2 (30/07/15, p. 10) a seguir:

J – e na paróquia que festas tem hoje? Tradicional?

I – a de São Cristóvão e das capelinha.

J – quando acontece a de São Cristovao?

I – em janeiro, no último domingo de janeiro sempre e a da capelinha dia de Nossa Senhora Auxiliadora que é me maio dia 24, feriado cai o dia que cai é a festa.

J - e essas festas tem missa de manhã, como que é?

I - tem missa de manhã, depois tem churrasco de meio dia..

V – tem procissão dos carro na de São Cristovão e a de Nossa Senhora começa lá na frente do Valdirão e tem uma procissão que vem até na igreja com todas as capelinhas do município. Daí faz a missa tudo junto, daí de meio dia tem churrasco...

J - eu vi uma foto, não sei a mulher que cuida...

I – sim, a zeladora vai la frente com a capelinha.
 J – mas são muitos anos que fazem?
 I – é bastante anos, iiii antes que fosse município já eles faziam.
 V – eu sei, porque nós fomos da diretoria umas par de vez, que é anos já, já tava né, bastante tempo.

Esta festa acontece próxima ao dia 24 de maio, data próxima da padroeira da cidade, Nossa Senhora Auxiliadora. As zeladoras das capelinhas fazem uma procissão pela cidade e reúnem as respectivas capelinhas das comunidades deste município (FIGURA 34).

Figura 34 - Zeladoras das capelinhas nos festejos de 50 anos da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora/1989



Fonte: Acervo da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora.

A capelinha é uma pequena caixa em formato de igreja, que possui em seu interior uma imagem de um santo ou santa pelo/pela qual os imigrantes italianos têm devoção. Conforme o estudo de Battistel (1981, p. 26) é informado que

Por volta de 1940, começou a generalizar-se a devoção a Nossa Senhora, através de capelinhas domiciliares. Várias famílias adquirem uma estátua de Nossa Senhora de Fátima, de Lurdes, das Graças, de Aparecida. Colocam-na em nicho portátil, fazendo-o rodar de uma a outra família, permanecendo em cada uma, um ou vários dias. A chegada da capelinha ocasionava um encontro de oração entre duas famílias.

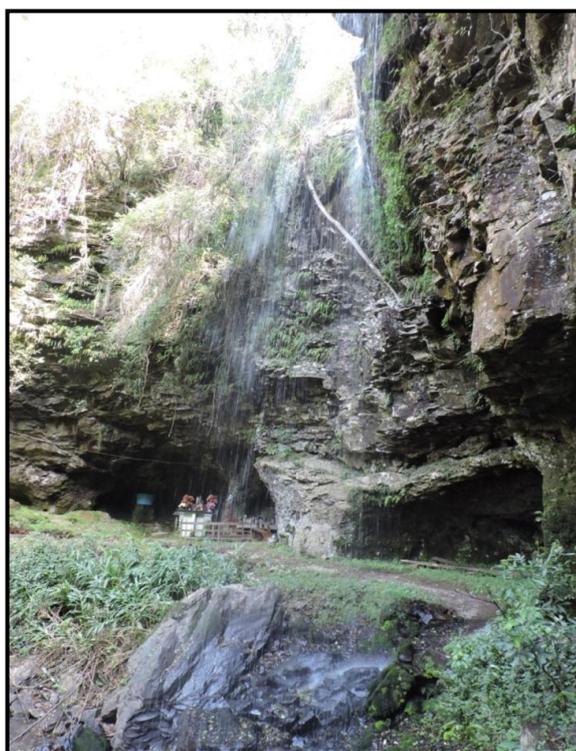
As comunidades da Microrregião Oeste do Vale do Taquari possuem capelinha de homenagem a santos padroeiros como São José, Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora de Fátima. Receber a capelinha, no tempo de seus antecedentes, era motivo de festa, pois reunia muitas famílias (DIÁRIOS DE CAMPO 23/03, 30/04, 19 e 26/05, 02, 13, 15 e 26/06 de 2015). Na maioria das visitas realizadas aos produtores descendentes de italianos na

Microrregião Oeste, foi possível visualizar em suas casas várias imagens de santos católicos padroeiros ou também a presença da capelinha.

Outra forma de expressão católica e de grande participação de fiéis em celebrações são as festas da Gruta Nossa Senhora de Lurdes. Na colônia Alfredo Chaves a primeira gruta foi construída de pedrinhas, não muito grande, pois não existiam recursos para grandes construções. Essa grutinha proporcionava uma reunião das pessoas para rezar e pedir graças para se livrar a da praga dos gafanhotos. Mais tarde, quando passaram a conhecer ainda mais o mato, fundaram grutas, e a principal era em homenagem à Nossa Senhora de Lourdes (BATTISTEL; COSTA, 1982).

Na Microrregião Oeste do Vale do Taquari tem-se uma expressão católica e de grande participação de fiéis há muitos anos da Gruta Nossa Senhora de Lurdes, na localidade de Forqueta, município de Pouso Novo. Esta festa acontece no segundo domingo de fevereiro e fica localizada na propriedade de um produtor rural descendente de italiano (FIGURA 35). A missa é celebrada no próprio local da gruta e em suas proximidades é servido almoço com churrasco e diversos tipos de saladas. Na parte da tarde tem-se uma música que visa a integração dos participantes (DIÁRIO DE CAMPO de 15/06/15).

Figura 35 - Gruta Nossa Senhora de Lurdes, Forqueta, Pouso Novo/RS



Fonte: Da autora (2015).

Sobre a festa da gruta do município de Pouso Novo, o produtor descendente de imigrante E1 (10/08/15, p. 13-14), deste município, destaca a importância desta tradição para a comunidade:

J – e a da gruta é mais tempo que existe?

A – essa aí desde que me lembro eu.

G – é mais de 70 anos né

A – a festa da gruta, bom eu não sei, mas quando morreu o nono Bonacina foi feita a primeira festa da gruta e o nono morreu em 40, então a festa da gruta existe desde 1940.

J – e hoje é uma festa grande né?

A – há hoje é.

G – sim e tem instalações melhores né.

J – daí de manhã tem missa né lá na gruta, almoço e de tarde...

A – de tarde tem um baile né.

Afora as festas religiosas, os imigrantes italianos e seus descendentes cultivaram desde as antigas colônias a realizar anualmente a Festa do Colono, que acontece no dia 25 de julho. Inicialmente, nesta festa, tanto a janta como o almoço, seguiram pratos típicos italianos, como sopa de capeletti, polenta, queijo, radicci, salame e fortaia acompanhados por churrasco, saladas, pão e vinho colonial. Desfilavam carros, tratores e durante o almoço e à tarde encenavam situações antigas da vida italiana (BATTISTEL; COSTA, 1983).

No município de Travesseiro, a realização da Festa do Colono também segue o costume de realizar-se no mês de julho. Trata-se de uma festa típica da tradição italiana, a qual tem o objetivo de potencializar sua produção agropecuária, e que também é acompanhada de missa, sendo a igreja toda decorada com produtos coloniais. É servido almoço e durante a tarde há as danças de integração (DIÁRIO DE CAMPO de 26/06/15).

Esta festa do Colono é comemorada anualmente por toda a comunidade como forma de preservar a cultura italiana e a fé. Ela ocorre também no município de Marques de Souza, segundo o relato colhido na entrevista com E4 (11/10/13, p. 4):

M – Anos atrás, foi na festa do colono, em Picada Serra, acho que foi também que o padre rezou uma missa em italiano. É, talvez uns 10, 12 anos atrás.

J – Não, mas a cultura assim é mantida ainda. Aqui tem... tem em Picada Serra, que é uma localidade do lado aqui, que eles tem uma festa, ela é tratada da festa do colono italiano, todo ano. No último domingo do mês de julho, e aí assim, ele mantém ainda alguma coisa. Agora, ultimamente, já, tinha um senhor, mas eles tinham assim o jogo da mora, que era um jogo dos italianos, né, e nessa festa sempre era feita uma demonstração, ali tinha uns três ou quatro senhores, os mais idosos. Agora a turma já diminuiu, esses já não... ele faleceram, né.

M – Esses senhores faleceram.

J – Mas deu pra ver assim, eles mantém alguma coisa assim, que nem o corte da lenha como era antigamente, com o serrote, né, eles ainda demonstram, né, nessa festa...

M – (fala algo em italiano, referindo-se ao corte da lenha).

D – Tem um concurso, na verdade. Na verdade é uma competição de quem serra mais rápido.

Nas festividades religiosas são recorrentes, as procissões com estátuas, arcos coloridos, foguetes, cavaleiros e bandas de música são manifestações da fé que se fortalece. Nas festas dos santos padroeiros da capela, o caráter e espetáculo se tornavam mais festivos. Assim como acontece atualmente, pela parte da manhã tem-se a missa, presidida com o padre e muitos cantos, durante o almoço o churrasco e, após, com jogos e o baile. Primeiramente, nas colônias italianas o baile era estritamente proibido e considerado como um divertimento pecaminoso (MANFROI, 2001).

Os dados históricos apontam fazer parte da tradição quando iam às festas de capelas para rezar e para se encontrar com os amigos. De início, as festas eram todas gratuitas, sempre bem organizadas e contavam com a doação de alimentos e colaboração de todos. Sobre estes costumes, Battistel (1981, p. 45) elenca o seguinte:

[...] para a festa preparava-se a igreja com o maior esmero possível. Enfeitava-se com flores naturais colocavam-se toalhas e velas novas, tudo ficava bonito. A liturgia era mais solene, em seus ritos e símbolos. A imagem do santo era enfeitada e colocada no andor para ser levada em procissão com toda honra e pompa.

Atualmente, as festas que ocorrem nos quatro municípios da Microrregião Oeste do Vale do Taquari seguem a tradição, ou seja, estão acompanhadas da missa, almoço e uma reunião dançante de integração na parte da tarde. Nos relatos dos descendentes de imigrantes italianos do município de Pouso Novo e Marques de Souza foram citados os jogos que acontecem durante as festas, sendo os mais típicos os de cartas, o de bochas, bolão de mesa e roleta (DIÁRIO DE CAMPO de 23/03, 02 e 15/06/15).

Além das festas religiosas comunitárias, as famílias de descendentes de italianos participam de festas de cunho familiar como forma de preservar a união entre elas. Os encontros familiares surgiram, principalmente, para pesquisar as origens e informações que permitem agregar à sociedade italiana. Por isso, Zanini (2004, p. 55) destaca: “Desta forma, no mercado local e regional de bens simbólicos, as origens italianas se transformavam num elemento que se somava positivamente às suas identidades”. Sendo assim, (re) descobrir quem são e o que faziam traz à tona um sentimento e simbologia muito grande que se agrega à simbologia e identidade dos imigrantes italianos e seus descendentes. Para além, a busca pelas origens pode proporcionar a pretensão da dupla cidadania e cultivar os antepassados.

As festas de cunho familiar tinham como primeiro objetivo traçar o itinerário

genealógico do emigrado até os seus descendentes atuais, com laços de parentesco e a montagem de uma história familiar, a qual Zanini (2004) chama de memórias de construção. Para isso, as famílias italianas começaram a promover festas nas quais reuniam muitos descendentes, outras festas menores, outras com no máximo duas gerações, e assim partilhavam informações sobre suas origens.

Nas festas familiares os imigrantes italianos e seus descendentes conversam e compartilham diversos assuntos, como o estilo de vida, suas origens, seus ancestrais, o que faziam, como viviam, o que comiam e vestiam, entre outros. Sabendo um pouco mais do seu passado, estes imigrantes passam a conviver ainda mais com seus costumes e tradições. Neste sentido a família pode ser compreendida como patrimônio simbólico que agrega valores a seus membros. Portanto, ser membro de determinada família, ter origem italiana e compartilhar de um itinerário de sucesso valoriza positivamente a identidade do descendente.

A representação e identidade coletiva exprimem a realidade intelectual e moral de um grupo. Segundo Oliveira (1976, p. 40-41):

As representações coletivas não podem ser conscientes, pois – como nos ensinou Durkheim – são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para as produzir, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas idéias e seus sentimentos, longas séries de gerações acumularam sua experiência e seu saber.

A experiência e a identidade possuem traços significativos entre os imigrantes italianos e seus descendentes que participam das festas familiares como forma de constituir e conservar seus conhecimentos, valores e concepções passadas por seus antecedentes. Tornam-se assim uma reprodução simbólica atribuída à coletividade dos imigrantes italianos constituída de seus costumes e hábitos.

Essas festas ou reunião familiar dos imigrantes italianos e seus descendentes acontecem há vários anos na Microrregião Oeste do Vale do Taquari, onde os descendentes e parentes mais próximos se reúnem para conversar, conhecer-se, matar a saudade, festejar com pratos típicos e praticar jogos, como o futebol e carta (DIÁRIOS DE CAMPO de 23/03, 30/04, 02, 13, 15 e 26/06 de 2015). A seguir (FIGURA 36) tem-se o registro de um encontro de cunho familiar realizado anualmente pela família do produtor rural E5, descendente de imigrante italiano, no município de Marques de Souza.

Figura 36 - Encontro Família Finatto no ano de 2013



Fonte: Acervo Família Finatto.

No município de Pouso Novo acontece uma festa de cunho familiar todos os anos, no sábado de aleluia, que antecede o dia da páscoa. Este encontro reúne, há vários anos, quatro famílias em um dia de integração, principalmente na realização da prática de jogos. Sobre isto o produtor rural descendente de italianos E1 (10/08/15, p. 12) enfatiza:

J – e essa festa da família como que funciona? Vocês são descendentes deles né

A – é uma festa assim como de sociedade

G – é, começou assim né que era um jogo de Bonacina e Brock, que era mais do momento, que achava que tinha.

A – é foi um dia de tarde que tava o genro do Miro Preto e sempre que eles vinha isso que nos tava colhendo o feijão eles vinha ajuda e depois nos semo parceiro pra jogar carta. Ai um dia nos tava ali falando com o Dorival e escuita se nos fizesse no sábado de aleluia que vocês tão de férias, fizesse uma festa Bonacina e Brock. E nois no primeiro jogo só tinha 4 Bonacina, ai nos convidava lá os De Gasperi, os filhos do [...] Baiocco, os Bianchini, nos ia juntando e eles tinham tropa a vontade, nos tinha que i ajuntando, até que foi indo, foi indo até que hoje tem Bonacina bastante né, o pessoal começou a gostar né

G – daí a família tão ligadas com essa, daí de tarde tem os Basso e os Ferronato, daí vem mais gente ainda, é muito bonito.

A – é festa grande

G – olha eles aprontam assim no fim do dia uma parceria que olha vai cerveja...(risos)

J – que bom, e vão se conhecendo.

A – e no fim são tudo parente.

G – que se conhecia há tanto tempo que fumo na aula junto, sei lá o que!

A – ma vem gente lá de Foz do Iguaçu, vinha Curitiba, São Paulo, Brasília...vem ai pra festejar junto, porque eram famílias antigas, e tudo conhecido né

J - ai é jogo de futebol só?

A – futebol só!

G – e é bonito que no geral né, eles ficam por ali, podem beber e tudo mais né, porque ninguém viaja naquele dia de noite né.

A – na sexta feira fazem as famílias Brock e Bonacina peixe na gruta, daí na sexta feira é na gruta daí.

Esta festa familiar reúne quatro famílias que possuem laços de parentesco e realizam principalmente a tradição dos jogos de futebol. Participam avós, pais, filhos, primos, sobrinhos; diferentes níveis de parentela (FIGURA 37).

Figura 37 - Encontros das Famílias: Bonacina, Brock, Basso, Feronatto



Fonte: Acervo Família Bonacina.

Outro encontro familiar acontece no município de Travesseiro, pela família do produtor rural descendente de imigrante italiano E8 (05/02/16, p. 9), que explica como são as atividades realizadas anualmente:

A1 – a nossa família nois temo encontro todos os anos o último domingo de março, o último domingo de março é o encontro da família.

J – aqui vocês fazem?

A1 – aqui.

G – por isso foi feito esse puxado aqui.

A1 – aqui é canto, música, dança, meu Deus!

G – depois no mês de junho a gente tem a festa de São João onde a gente se fantasia, todo ano tem uma coisa. O homem de mulher, a mulher de homem ou então de qualquer jeito, sempre tem uma coisa. Depois no mês de setembro nós temos o encontro dos primos que são os nossos filhos então, de todos os nossos irmãos.

J – aqui também?

G – aqui, aqui no casarão.

J – a outra vez vocês também comentaram do capitel né, que vocês fazem ali também.

A1 – sim, sim.

G – esse então no encontro da família a gente faz o encontro da família e o encontro de oração também né. Os últimos anos...teve ano que a gente fez missa também...nos últimos anos depois que a mãe faleceu eu acho né?

N – acho que foi feito uma vez ainda.

G – daí nos começamo a faze uma caminhada luminosa, nos últimos anos a gente faz isso. É muito bonito, a gente sai daqui com as velas e vai cantando e rezando até lá e lá a gente faz umas orações e mais uns cantos e aí a gente volta e faz a festa.

J – que bacana, é uma forma de preservar né?

G – sim.

N – e é difícil, muita gente diz “como é que vocês conseguem faze”? mas a gente tem essa força e enquanto der a gente vai continuar, eu acho que vamos continuar.

Este encontro proporciona a reunião familiar que ocorre no último domingo de março, em que os imigrantes italianos e seus descendentes encontram-se para rezar, cantar e festejar. Já no mês de junho, realizam festa de São João e em setembro uma festa dos primos. Essas três festas anuais são elencadas pela participação de praticamente toda a família do descendente italiano E8 (2016), como forma de resguardar e continuar com seus costumes e união familiar.

Sendo assim, os encontros familiares dos imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari acontecem em praticamente todas as famílias, como forma de preservação familiar. Estes encontros enfatizam e proporcionam as práticas culturais deste grupo com o contato entre os descendentes, a conversa, a prática de jogos e as rezas.

Além disso, com base nos relatos obtidos nas visitas aos produtores descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, percebe-se que todos são católicos e costumam ser sócios da comunidade onde moram. A grande maioria participa das festas religiosas e muitas vezes faz parte da diretoria da comunidade ou compõe a equipe religiosa, responsável pela organização dos ritos da igreja (DIÁRIOS DE CAMPO de 23/03, 30/04, 19 e 26/05, 02, 13, 15 e 26/06 de 2015).

As festividades desenvolvidas dentro dos territórios que compreendem a Microrregião Oeste, sejam elas religiosas, de homenagem às suas colheitas e familiar, fazem parte dos hábitos e do cotidiano dos imigrantes italianos e seus descendentes. As festividades mantiveram a tradição das missas e ritos, e, passando por aperfeiçoamentos e integração de outros alimentos, principalmente o churrasco. Também constituíram nas comunidades com novos estabelecimentos para acolhimento das pessoas, como salão e canchas.

Esses festejos tornaram-se ao mesmo tempo um reforço da identidade étnica dos imigrantes italianos e seus descendentes no que refere-se à religiosidade e o culto aos santos de devoção nas comunidades. Por outro lado, desempenharam um papel importante na aproximação dos parentes nos encontros familiares, adquirindo o partilhamento de informações de muitos hábitos preservados culturalmente.

A sociedade e ambiente estão ligados, e dentro deles o homem desenvolve suas atividades. Neste passo, é possível perceber que o território torna-se o palco das atividades desenvolvidas pelos imigrantes e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari como a agropecuária e as festividades.

As atividades agropecuárias inicialmente foram desenvolvidas para a subsistência das famílias com suas principais produções agrícolas como o milho, o trigo, o feijão e pecuária com os suínos, os bovinos e aves. Os excedentes destas produções foram colocados e vinculados à economia nacional, dos quais os produtores rurais puderam adquirir lucratividade. Outra convivência dos imigrantes italianos e seus descendentes foi a introdução de técnicas para as atividades, tais como a rotação de terras e os agrotóxicos.

No que tange às relações de ambiente e festividades, os imigrantes italianos e seus descendentes desenvolveram elementos relacionados à sua prática religiosa, como as festas da comunidade em honra aos santos padroeiros. Outras festividades também continuam sendo desenvolvidas, como o agradecimento às suas colheitas e comemorações familiares, nas quais a identidade étnica italiana é recriada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização da pesquisa buscou-se analisar aspectos relacionados à história ambiental e práticas culturais dos italianos e de seus descendentes no Rio Grande do Sul, principalmente na Microrregião Oeste da Região Vale do Taquari, de que forma estes imigrantes relacionavam-se com o ambiente e em que medidas estas práticas foram ou não mantidas.

Do ponto de vista histórico, o cenário político-econômico dos italianos do século XIX contribuiu significativamente para que muitos italianos migrassem ao Brasil. Simultaneamente a questão política, social e econômica brasileira permitiu que os imigrantes italianos ocupassem e adquirissem terras, sobretudo no sul do Brasil.

Sendo assim, as principais colônias de imigração italiana fundadas no final do século XIX, na porção nordeste do Rio Grande do Sul, foram Conde D'Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves. A partir destas colônias observa-se migrações internas à procura de novas terras para o cultivo. Este processo expansionista da imigração italiana, por meio de companhias colonizadoras, em fins de 1880, penetra em áreas que passaram a denominar-se Vale do Taquari e Microrregião Oeste.

A busca de dados em arquivos como o Registro de Imóveis de Lajeado propiciou informações sobre a venda de terras no Vale do Taquari. As principais companhias colonizadoras dedicadas a isto foram Klenze e Cia, Bastos & Companhia, Batista Fialho & Cia, Cia Colonizadora Rio-Grandense e Internationale Bergban and Industriegesellschaft.

Visando responder a problemática inicial: Qual a relação dos imigrantes italianos e de seus descendentes com o meio ambiente no Rio Grande do Sul e na Microrregião Oeste do

Vale do Taquari, no final do século XIX e no decorrer do século XX? A hipótese levantada, e que se comprovou na pesquisa, refere-se ao primeiro contato dos imigrantes italianos com o “mato” e os demais elementos da natureza, desde a chegada às terras do Rio Grande do Sul, no final do século XIX, quando o ambiente torna-se fundamental para sobrevivência e sustentabilidade econômica. Porém, no decorrer do século XIX e também no século XX, mesmo com legislações, tais como a proibição da derrubada e queima intensa da mata e a caça dos animais, o ambiente sofreu várias alterações ocasionadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes. Vale salientar que na Microrregião Oeste do Vale do Taquari a situação não foi diferente, considerando que as práticas agropecuárias envolvendo atividades como a produção de milho, feijão, soja e fumo, a suinocultura avicultura e produção leiteira também acarretaram expressivos impactos ambientais.

Os processos de degradação ambiental intensificaram-se com a introdução dos agrotóxicos nas décadas de 1970 e 1980 em lavouras do Rio Grande do Sul e também nas áreas coloniais, situação na qual insere-se a Microrregião Oeste do Vale do Taquari. As atividades agropecuárias praticadas pelos descendentes de italianos na Microrregião Oeste, como é o caso da criação de gado, avicultura e suinocultura, prejudicaram o meio com seus dejetos, bem como o cultivo do milho, feijão, soja e fumo trouxe consequências para o solo, a água e o ar. Sendo assim, as informações colhidas por meio dos entrevistados da Microrregião Oeste do Vale do Taquari evidenciam as práticas e suas atividades econômicas, culturais e sociais, as quais foram utilizadas como meios de assegurar a sobrevivência do grupo mesmo que causassem transtornos nos territórios onde vivem.

A segunda problemática proposta consistiu em identificar se há práticas culturais dos antepassados italianos que ainda permanecem nas famílias com descendência italiana nos municípios da Microrregião Oeste do Vale do Taquari. A hipótese para esta questão também comprovou-se no sentido de que as práticas culturais realizadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes reforçam a identidade étnica do grupo, pois estão ligadas às condições de trabalho no campo e elementos norteados envolvendo a terra e a família. As práticas culturais dos imigrantes italianos e seus descendentes são expressas no seu cotidiano por meio do trabalho no campo, jogos, manifestações religiosas e por meio de sua alimentação.

Embora já tenha passado um grande tempo desde o início da imigração no final do século XIX, os elementos culturais continuam sendo praticados, como os mutirões, os sistemas de ajuda entre os moradores das localidades e a religiosidade expressada em festas

religiosas e cerimônias na comunidade. As práticas de lazer são manifestadas semanalmente pelos jogos tradicionais e a integração de seus pares. Através da alimentação e sua preparação, os elementos simbólicos e hábitos alimentares dos antepassados continuam fazendo parte do dia a dia dos descendentes de imigrantes italianos. .

Pelas análises das informações encontradas em aportes teóricos e bibliografias, pesquisa documental e saídas de campo, os produtores rurais descendentes de italianos nos municípios de Progresso, Pouso Novo, Marques de Souza e Travesseiro, confirmam as hipóteses levantadas na pesquisa, pois os imigrantes italianos e seus descendentes relacionam-se diretamente ao meio em que vivem e nele desenvolvem atividades direcionadas para termos de sustento e economia. As primeiras atividades que desenvolveram para a subsistência foram os plantios de produtos como milho, trigo, feijão, entre outros. Além do mais, produziram atividades pecuárias também de subsistência como galinhas, porcos e gado.

Desta relação, foram encontradas, também, a continuação e realização de práticas culturais que foram passadas pelos seus antecedentes desde o início do século XX. A vida em comunidade e as boas relações com os vizinhos são predominantemente marcadas pelos ensinamentos semelhantes aos que ocorriam com os seus antepassados. Isto reflete-se, sobretudo, na convivência nas localidades em que vivem, com as visitas, a solidariedade, as festividades e as formas de lazer.

Os descendentes de imigrantes italianos pesquisados da Microrregião Oeste do Vale do Taquari são oriundos da região norte da Itália e de territórios das antigas colônias fundadas a partir de 1875, como a colônia Dona Isabel (atual município de Garibaldi) e Guaporé. A migração interna sul-rio-grandense permitiu a ocupação de terras para o Vale do Taquari com a compra por intermédio das companhias colonizadoras. O principal rio da Bacia hidrográfica Taquari-Antas foi fundamental para o deslocamento populacional dos imigrantes italianos e seus descendentes e para o escoamento econômico, tanto para o Vale do Taquari como para Microrregião Oeste analisada na pesquisa.

As razões ambientais às quais levaram os imigrantes italianos e seus descendentes a ocuparem novas áreas foram relativas à atração da existência de condições espaciais para tornarem-se proprietários de terras. A história ambiental, como abordagem de análise, possibilita compreender as relações entre homem e ambiente no que se refere à imigração e colonização italiana no Rio Grande do Sul, Vale do Taquari e Microrregião Oeste. Deste

modo, correlaciona-se a presença dos imigrantes italianos e seus descendentes com a grande biodiversidade da mata virgem que se fazia presente no Rio Grande do Sul. Entretanto, este ambiente também representava uma barreira para a ocupação do território, o que proporcionou impactos para efetuar as primeiras plantações.

A chegada destes imigrantes no Vale do Taquari e, posteriormente, em territórios da Microrregião Oeste, acarretou modificações no ambiente em decorrência da derrubada e queima da mata, extinção de animais e da utilização de agrotóxicos. Sendo assim, os produtores rurais pesquisados, descendentes de italianos e ocupantes dos municípios da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, continuam a manter, desde a instalação no território, relações de maior ou menor impacto com a natureza.

Em solo brasileiro, juntamente com os italianos, chegaram instrumentos de trabalho, sementes, padrões culturais, crenças e costumes próprios, muitos dos quais mantiveram-se no Vale do Taquari até a atualidade. No processo de plantações e roças durante o início do século XX, os imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste utilizavam instrumentos como machado, serrote, foice e arado, de tal forma como aprenderam com seus antepassados. Os principais produtos agrícolas produzidos foram o milho, o trigo, o feijão, os parreirais, entre outros. Devido à forma intensa da utilização do solo para as plantações e o contato com outros grupos, foi possibilitada aos imigrantes italianos e seus descendentes a introdução da técnica de rotação de terras, deixando o solo descansar de dois a três anos e após plantar novamente.

Com base nas informações pesquisadas no Arquivo Histórico de Lajeado e no Cartório Jost de Progresso, livros de registros, de alistamento eleitoral, imposto agrícola e dívida ativa, que constam atividades referentes aos territórios que compreendem os municípios pesquisados, identificou-se denominações como lavradores, casa de negócio, moinho ou agrícola. Desta forma, foi possível constatar que a principal atividade desenvolvida pelos imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste, semelhante à de seus antepassados, é a agropecuária.

Os tamanhos das propriedades dos descendentes de imigrantes italianos na Microrregião pesquisada são aproximadamente de 10 a 13 hectares, as quais, assim como no passado, são utilizadas para atividades agropecuárias voltadas para subsistência e economia. Atualmente, a maior produção é de milho; grande parte destinada regionalmente para a

alimentação da produção leiteira, de galinhas caipiras ou porcos. Nos municípios de Progresso e Marques de Souza, por exemplo, tem-se a produção de fumo, roças de feijão para o consumo familiar e pequenos parreirais. Observou-se que todas as famílias pesquisadas possuem em suas propriedades uma horta com variadas hortaliças para consumo familiar.

Referente à produção da pecuária na Microrregião Oeste do Vale do Taquari predomina a produção leiteira, a suinocultura e a avicultura de pequeno e grande porte. A produção de pequeno porte é para consumo familiar e seus derivados. Já a de grande porte destina-se ao sistema integrado de empresas da região do Vale do Taquari, como a Cosuel e BRF, as quais resultam em lucratividade para estes produtores.

Com as mudanças das leis ambientais, os produtores rurais descendentes de italianos da Microrregião Oeste precisaram rever sua relação com o ambiente. Formas estas, como a utilização de agrotóxicos nas suas produções e os dejetos originados pelas atividades pecuárias. Conseqüentemente, suas atividades por ora de sustento geram impactos ambientais como a poluição da água e do solo. Ao mesmo tempo os produtores confirmam a fiscalização frequente sobre questões presentes nos municípios e que são fiscalizadas em suas propriedades.

Contata-se que os elementos culturais dos descendentes de italianos estudados e analisados fazem parte de seu cotidiano sendo na coletividade do trabalho, nos jogos, nas práticas religiosas e na alimentação. Os sistemas de ajuda e continuidade dos mutirões faz-se presente entre os moradores das localidades nos quatro municípios da Microrregião Oeste do Vale do Taquari, principalmente quando há enfermidade ou falta de mão de obra nas propriedades. Paralelamente, encontraram-se dados dos antepassados dos imigrantes italianos e seus descendentes sobre algumas situações de intrigas e preconceito envolvendo seu grupo étnico com outros nas comunidades da Microrregião Oeste.

As formas de entretenimento continuam, em parte, sendo praticadas com os jogos tradicionais, ocorrendo semanalmente ou nos finais de semana, tais como o jogo de bochas e os jogos de cartas como forma de continuar a preservar a identidade italiana. Os principais jogos de cartas dos quatro municípios da Microrregião Oeste foram a bisca, o quatrilha, cinquilha, a canastra e o pife. Outra forma de lazer encontrada nos relatos dos imigrantes e seus descendentes são o pega-pega, roda, carrinho de lomba, esconde-esconde e futebol. Porém, os produtores rurais descendentes de imigrantes italianos da Microrregião Oeste do

Vale do Taquari lamentam que algumas formas de lazer não sejam frequentemente praticadas pelos seus descendentes, como os filós e algumas brincadeiras, fator que tem influência dos meios tecnológicos.

A religiosidade pode ser vista como símbolo da fé e identidade de seu grupo, pois continuam participando das atividades da paróquia, encontram-se membros da capela que tem um santo padroeiro, reúnem-se para celebrar a fé e resolver assuntos da comunidade. Neste patamar, encontram-se as festividades marcadas pela influência religiosa com os santos padroeiros. Além da adoração aos santos católicos, tem-se nos quatro municípios pesquisados capitéis, e são veneradas grutas como forma de gratidão por graças alcançadas.

Além do mais, existem outras festividades dos descendentes de imigrantes italianos como a festa do colono, comemorada como forma de agradecimento às colheitas. Também tem-se as festas de cunho familiar realizadas anualmente, visando a integração e identidade cultural dos descendentes. Sejam elas de cunho religioso ou não, pode-se perceber traços significativos da identidade italiana, em que o ritual da comensalidade é algo característico e repleto de significados entre os descendentes de italianos da Microrregião Oeste do Vale do Taquari.

Os sistemas de cultivo e práticas alimentares que envolvem a agropecuária entre as famílias de descendentes italianos na Microrregião Oeste do Vale do Taquari são mantidos nas práticas das refeições e seus principais pratos, durante o café, almoço e janta. Dentre os alimentos aponta-se a polenta, pães, massas, feijão, aipim, carnes, verduras e bebidas, como o chimarrão e o vinho. Muitos animais ainda são produzidos em suas propriedades para o consumo familiar, como porcos, aves e gado, os quais originam seus derivados como carnes, salame, morcilha, ovos, leite e queijo.

Vale ainda salientar que a metodologia da história oral, foi de fundamental relevância ao colher lembranças presentes na memória dos interlocutores descendentes de italianos para que, junto com as produções bibliográficas e documentos, fosse possível incursionar pela história ambiental e pelas manifestações de práticas culturais italianas na Microrregião Oeste do Vale do Taquari.

Foi relevante estudar como as práticas culturais dos imigrantes italianos e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari procedem, por intermédio da história ambiental e aspectos culturais, sobretudo pelas relações que este grupo manteve com o meio

que está inserido afetiva ou economicamente. Levando em conta que o homem faz parte do meio, o campo ambiental que surgiu na metade do século XX contribuiu significativamente para o conhecimento histórico e cultural.

Por fim, constatou-se que os produtores rurais pesquisados, descendentes de italianos e ocupantes dos municípios de Progresso, Marques de Souza, Pouso Novo e Travesseiro, continuam a manter relações com o ambiente desde a chegada em seus territórios, e que direta ou indiretamente geram impactos e em suas sociabilidades vários elementos da cultura antepassados continuam a manifestar-se no jeito de ser do italiano ou do descendente deste.

REFERÊNCIAS

ACERVO Fotográfico e de mapas. **Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari**. Lajeado: Univates, 2015.

ADDEU, Euclides. **O Jogo de Bocha e os Imigrantes Italianos**. Disponível em: <<http://brandedorfamilia.blogspot.com.br/2013/05/o-jogo-de-bocha-e-os-imigrantes.html>> Acesso em: 26 ago. 2015.

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 8, n. 1, p. 49-91, 2001.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/CONCEITO%20D E%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

ARQUIVO Histórico de Lajeado. **Panorama da cidade de Marques de Souza**. 1925. 1 fotografia.

ARQUIVO Histórico de Lajeado. **Mapa das possíveis expansões para a Microrregião Oeste do Vale do Taquari**. Adaptação a partir do mapa do Rio Grande do Sul, 1924.

ARQUIVO Histórico de Lajeado. Mapa de alguns productos coloniaes exportados pelos principais portos do município: Lageado, S. Gabriel, Arroio do Meio e Encantado. **Relatório Apresentado pelo intendente João Baptista de Mello**: Conselho Municipal, 1911. p. 36.

ARQUIVO Histórico de Lajeado. **Relatório Apresentado pelo intendente João Baptista de Mello**: Conselho Municipal, 1915. p. 36.

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. **Livro da Estatística dos Immigrantes que entraram na província do Rio Grande do Sul durante o ano de 1888 e seguiram as localidades que se destinaram**. c193, 1888.

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. Registros de Lotes e títulos definidos de Dona Isabel - 2º Distrito (Bento Gonçalves e linhas). **Comissão de Descrição e Terras, Medição de Lotes e Estabelecimento de Imigrantes**. Colônia Francisco Glgeerés. Sal19, Bento Gonçalves, 1879-1908.

ARRUDA, Gilmar. Bacias hidrográficas, territórios, paisagens e a história ambiental. In: **Revista Porto**, Natal, v. 1, p. 11-32, 2011.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Comissão dos Assuntos Municipais**. Evolução municipal do RS 1809-1996, Porto Alegre, 2002.

BALBINOT, Giovani; TEDESCO, João Carlos. A colônia Guaporé, o porto fluvial de Muçum e as companhias de navegação: nordeste do RS – 1982-1950. In: TEDESCO, João C; NEUMANN, Rosane M. (Org.). **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015. p. 217- 245.

BARDEN, Júlia Elisabete; AHLERT, Lucildo. Fluxos migratórios e distribuição interna na evolução da economia do Vale do Taquari no período de 1930-70. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 10, n. 2, 2003, p. 7-32.

BARDEN, Júlia. SILVA, Darkei F. AHLERT, Lucildo. WIEBUSCH, Fernanda. A Economia do Rio Grande do Sul no período entre 1920 e 1940: uma análise da região do vale do Taquari. In: **Estudo & Debate**, ano 8, n. 2, Lajeado: Univates, 2002.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: _____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-67.

BATTISTEL, Arlindo Itacir. Retratos da Colônia. Tomo 2. 2. ed. In: BATTISTEL, Arlindo Itacir. Caxias do Sul, 2013. (Ministério da Cultura – Lei de Incentivo à Cultura).

BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. **Assim vivem os italianos: religião, música, trabalho e lazer**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, v. 2, 1983.

_____. **Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1982.

BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Colônia Italiana: religião e costumes**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1981.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo, Brasílioise, 1985.

BENEDUZI, Luis Fernando. **Imigração italiana e catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BEROLDT, Leonardo et al. Evolução e diferenciação da agricultura no Vale do Taquari: um estudo comparado de dois sistemas agrários. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007. p. 11-42.

BITTERNCOURT, Luciana Aguiar. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam Lifchitz Moreira (Orgs.). **Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. p. 197-212.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra: imaginários, sociabilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 25.7.2006.

BRASIL. Assembléia Geral. **Lei nº 11.382**, de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11382.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Assembléia Geral. **Lei nº 504**, de janeiro de 1854. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm>. Acesso em: 4 nov. 2016.

BRASIL. Assembléia Geral. **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-36_26.pdf#page=10>. Acesso em: 4 nov. 2016.

BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização européia no Rio Grande do Sul**. 2010. 200 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

BUBLITZ, Juliana; CORREA, Silvio. **Terra de Promissão: Uma introdução à eco-história da colonização européia no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul, Edunisc; Passo Fundo, UPF, 2006. 142 p.

BUBLITZ, Juliana. A Eco-História da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. **Revista Méti**s, EDUCS, Caxias do Sul, v. 3, n. 6, p. 179 – 200, 2004.

CABRAL, Luiz Otávio. Revisando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1-2, p. 141-155, abr./out. 2007.

CARBORI, Josiani et al. Diagnóstico das unidades de produção de Avicultura e Suinocultura do Município de Relvado, Vale do Taquari, RS, Brasil. 2012. **Ambiência: Revista do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais**. Guarapuava, PR, v. 8, n. 3, p. 942-959, 2012.

CARRION JÚNIOR, Francisco M. A economia do Rio Grande do Sul — evolução recente. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 403-424, 1979.

CAVALETI, Marilei M. A. **Memória do Cotidiano Doméstico e do Trabalho entre**

imigrantes Italianos de Progresso/RS (1912-1930). 2004. 67 f. Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2004.

CAVALLIN, Jandira Ighes Zenatti. **Progresso: uma caminhada no tempo**. Progresso/RS: 1. ed. [S.l.], 2000.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental**. Campinas, SP: Millennium, 2002.

CONTO, Samuel Martim; PEDROZO, Eugenio Ávila. A estratégia de inovação voltada às exportações: um estudo de duas empresas alimentícias do Vale do Taquari. **Estudo & Debate**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 29-47, 2009.

COSTA, Rovílio et al. (Org.). **Povoadores das colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Correio Riograndense, 1997.

COSTA, Rovílio; MARCON, Itálico. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: CS, 1988.

COSTA, Rovílio. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1986.

CRISTÓFOLI, Itacir Emiliano. **Nova Bréscia: Ontem, hoje e sempre**. Prefeitura Municipal de Nova Bréscia, 2015.

CYRNE, Candido da Silva. **Indicadores de gestão em propriedades produtoras de leite do Vale do Taquari/RS: um estudo comparativo com as propriedades da região da Galícia/Espanha**. 220 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento) – UNIVATES, Lajeado, 2015.

DA MATTA, Roberto. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **O Correio da Unesco**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 22-23, 1987.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 01- 13, Sem II. 2008.

DÁLIA, Alimentos. **Empresa**. Disponível em: <<http://www.dalia.com.br/empresa>>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

DE BONI; Luis A.; COSTA, Rovílio. **Far la América: a presença italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Rioceli, 1991.

_____. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educus, Editora Vozes Ltda, 1982.

DEGGERONE, Zenicleia Angelita. **A permanência dos jovens nas unidades de produção familiar na região Alto Uruguais, Rio Grande do Sul**. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Univates, Lajeado, 2013.

DEVITTE Natália; MACHADO, Neli T. Galarce; JASPER André. Arqueologia e História ambiental no Vale do Taquari: práticas de descarte de resíduos sólidos no contexto dos séculos XIX e XX. In: PEREIRA, Elenita; RÜCKERT, Fabiano; MACHADO, Neli (Orgs.). **História ambiental no Rio Grande do Sul**. Lajeado: Editora Univates, 2014. p. 163-182.

DIÁRIO DE CAMPO de 02 de junho de 2015. **Projeto de Pesquisa Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari**. Visita a descendente imigrante de italiano. Bela Vista do Fão – Marques de Souza. Lajeado: Univates. 3 p.

DIÁRIO DE CAMPO de 13 de junho de 2015. **Visita a descendente imigrante de italiano**. Linha Santo Antônio – Progresso. Lajeado: Univates. 4 p.

DIÁRIO DE CAMPO de 15 de junho de 2015. **Projeto de Pesquisa Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari**. Visita a descendente imigrante de italiano. Forqueta – Pouso Novo. Lajeado: Univates. 3 p.

DIÁRIO DE CAMPO de 19 de maio de 2015. **Projeto de Pesquisa Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari**. Visita a descendente imigrante de italiano. Alto Tamanduá – Marques de Souza. Lajeado: Univates. 4 p.

DIÁRIO DE CAMPO de 23 de março de 2015. **Visita a descendente imigrante de italiano. Forqueta, Pouso Novo**. Lajeado: Univates. 3 p.

DIÁRIO DE CAMPO de 26 de junho de 2015. **Projeto de Pesquisa Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari**. Visita a descendente imigrante de italiano. Três Saltos Alto - Travesseiro. Lajeado: Univates. 3 p.

DIÁRIO DE CAMPO de 26 de maio de 2015. **Projeto de Pesquisa Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari**. Visita a descendente imigrante de italiano. Três Salto Médio - Travesseiro. Lajeado: Univates. 3 p.

DIÁRIO DE CAMPO de 30 de abril de 2015. **Visita a descendente imigrante de italiano. Interior de Progresso**. Lajeado: Univates. 3 p.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DUCATTI NETO, Antonio. **A vida nas colônias italianas**. Porto Alegre: Grafosul, 1979.

E1 - **Entrevistado 1**: depoimento [10 ago. 2015]. Entrevistador: Janaíne Trombini. Vale do Taquari /RS: s.e., 2015. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Janaíne Trombini. **Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari**. Lajeado. Univates. 42 p.

E2 - **Entrevistado 2**: depoimento [15 jul. 2015]. Entrevistador: Janaíne Trombini. Vale do Taquari /RS: s.e., 2015. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Janaíne Trombini. Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari. Lajeado. Univates. 17 p.

E3 - **Entrevistado 3**: depoimento [13 nov. 2015]. Entrevistador: Janaíne Trombini, Ana Paula

Castoldi e Júlia Leite Gregory. Vale do Taquari /RS: s.e., 2015. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Janaíne Trombini, Ana Paula Castoldi e Júlia Leite Gregory Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari. Lajeado. Univates. 17 p.

E4 - **Entrevistado 4:** depoimento [11 out. 2013]. Entrevistador: Nicolas D. M. da Silva e Evanilson de Moraes. Vale do Taquari /RS: s.e., 2013. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Evanilson de Moraes e Nicolas D. M. da Silva. In: Projeto de Pesquisa Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari. Lajeado. Univates. 44 p.

E5 - **Entrevistado 5:** depoimento [18 ago. 2015]. Entrevistador: Janaíne Trombini, Júlia Leite Gregory e Ana Paula Castoldi. Vale do Taquari /RS: s.e., 2015. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Janaíne Trombini, Ana Paula Castoldi e Júlia Leite Gregory. Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari. Lajeado. Univates. 24 p.

E6 - **Entrevistado 6:** depoimento [03 nov. 2015]. Entrevistador: Janaíne Trombini. Vale do Taquari /RS: s.e., 2015. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Janaíne Trombini. Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari. Lajeado. Univates. 33 p.

E7 - **Entrevistado 7:** depoimento [19 jan. 2016]. Entrevistador: Janaíne Trombini, Ana Paula Castoldi e Júlia Leite Gregory. Vale do Taquari /RS: s.e., 2016. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Janaíne Trombini, Júlia Leite Gregory e Ana Paula Castoldi. Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari. Lajeado. Univates. 30 p.

E8 - **Entrevistado 8:** depoimento [05 fev. 2016]. Entrevistador: Janaíne Trombini, Ana Paula Castoldi e Júlia Leite Gregory. Vale do Taquari /RS: s.e., 2016. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Janaíne Trombini, Júlia Leite Gregory e Ana Paula Castoldi. Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari. Lajeado. Univates. 26 p.

E9 - **Entrevistado 9:** depoimento [26 mar. 2016]. Entrevistador: Janaíne Trombini, Ana Paula Castoldi e Júlia Leite Gregory. Vale do Taquari /RS: s.e., 2016. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Janaíne Trombini, Júlia Leite Gregory e Ana Paula Castoldi. Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari. Lajeado. Univates. 17 p.

EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

FALEIRO, Silana Rosseti. **Enlaçando tempos e espaços: os medos entre descendentes de imigrantes italianos do Rio Grande do Sul – raízes medievais?** 194 f. Tese (doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2015.

FALKEMBACH, Elza M. F. Diário de Campo: um instrumento de reflexão. **Contexto e Educação**, Ijuí: Universidade de Ijuí, ano 2, n. 7, p. 19-24, jul./set. 1987.

FAMÍLIA Dell'Osbel. **Panorama da cidade de Progresso**. s/d. 1 fotografia. 13,5 cm x 8 cm. Coleção particular.

FAMÍLIA Bergonsi. **Carreiros de mulas**. s/d. 1 fotografia. 13,5 cm x 8 cm. Coleção particular.

FAMÍLIA Bergonsi. **Produção de milho**. s/d. 1 fotografia. 13,5 cm x 8 cm. Coleção particular.

FAMÍLIA Bergonsi. **Produção de soja**. s/d. 1 fotografia. 13,5 cm x 8 cm. Coleção particular.

FAMÍLIA Bonacina. **Encontros das famílias Bonacina/Brock/Basso/Feronatto**. s/d. 1 fotografia. 13,5 cm x 8 cm. Coleção particular.

FAMÍLIA Finatto. **Encontro família Finatto no ano de 2013**. 2013. 1 fotografia. 13,5 cm x 8 cm. Coleção particular.

FÁVARO, Cleci Eulália. Os "italianos": entre a realidade e o discurso. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, v. 2 – Império, p. 301-319, 2006.

FEIX, Rodrigo Daniel; JORNADA, Maria Isabel; GASPERI, Eduardo. Aglomeração produtiva de laticínios na região do Corede Vale do Taquari. Porto Alegre: FEE, 2015. **Relatório do Projeto Estudo de Aglomerações Industriais e Agroindustriais no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/publicacoes/relatorios/>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

FERRI, Gino. **100 anos de história: Paróquia São Pedro**. Prefeitura Municipal de Encantado. Encantado, RS, 1996.

_____. **História do Rio Taquari-Antas**. Encantado, RS: Grafen, 1996.

_____. **Gemellaggio: Valdástico – Encantado**. Porto Alegre: Sagra DC Luzzatto, 1991.

_____. **Muçum: princesa das pontes**. Caxias do Sul: prefeitura Municipal de Muçum. 1988.

FREITAS JÚNIOR, Augusto Teixeira. **Terras e colonização: anotados e editados por TFJ** Rio de Janeiro: Garnier, 1882.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de Formação e Evolução de uma Comunidade Ítalo-Brasileira**. Porto Alegre: Movimento, 1975.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul – RS**. 2013. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/coredes/detalhe/corede=Vale+do+Taquari>> Acesso em 01 de julho de 2015.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GERHARDT, Marcos. História ambiental, colonização e genealogia. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014.

_____. **História Ambiental da erva - mate**. 2013. 290 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

_____. **Imagens, natureza e colonização no Sul do Brasil**. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST Edições, 2007.

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (Orgs.) **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 47-67.

GIRON, Loraine Slomp; CORSETTI, Berenice. As companhias de colonização - A reprodução do sistema colonial. In: BONI, Luis A. de (Org.). **Presença italiana no Brasil**. v. 2. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 483-502.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995b.

GOMES, Vanderlisa F. **Os filós comunitários e a cultura italiana**. 2008. 121 f. Monografia (Graduação) - Curso de História, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2008.

INVERNIZI, Marina. **Historicidade Kaingang na terra indígena Pó Nãnh Mág, em Farroupilha/RS**. 2015. 92f. Monografia (Graduação) - Curso de História, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2015.

GOMES, Vanderlisa Ferreira; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. História e cultura dos italianos e seus descendentes: o costume dos filós em localidades do Vale do Taquari/RS. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, ano 2, n. 2, p. 99-43, 2010.

GRISI, Breno Machado. **Glossário de ecologia e ciências ambientais**. 3. ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2007. 200 p.

HAESBERT, Rogério. **Região, regionalização e regionalidade**: questões contemporâneas. *Antares (Letras e Humanidades)*, Caxias do Sul, n. 3, jan./jun. 2010.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. Contexto histórico da Itália antes da unificação. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza; POZENATO, José Clemente. (Orgs.). **Cultura, Imigração e Memória**: percursos e horizontes, 25 anos do ECIRS. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

HERÉDIA, Vânia B. Merlotti; PAVIANI, Neires M. S. **Língua, cultura e valores**: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre imigração italiana no Sul do Brasil. Porto Alegre: EST, 2003.

HERÉDIA, Vânia. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. In: Scripta Nova. **Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 94, 01 ago. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-10.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

HESSEL, Lothar Francisco. **Município de Estrela: história e crônica**. Porto Alegre: UFRGS, 1983.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, ano 2, n. 3, jul./dez. 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Projeto de divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. [S.l.], 2008.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). **Imigração e colonização: legislação de 1747-1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS: Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JORNAL O ALTO TAQUARI. **Canastra do Sicredi de Pouso Novo**. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://www.oaltotaquari.com.br/portal/2012/07/canastra-do-sicredi-de-pouso-novo-2/>>. Acesso em: 12 set. 2015.

KARAM, Elaine Maria Consoli. **Raízes da Colonização: em destaque a Colônia Guaporé e o município de Dois Lajeados**. Porto Alegre: CORAG, 1992.

KREUTZ, Marcos Rogério et al. **Arroio do Meio: entre rios e povos**. Lajeado: Univates, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LANDO, Aldair M; BARROS, Eliane C. Capitalismo e Colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H; GONZAGA, Sergius. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 9-33.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. Tradução de Marie Agnês Chauvel. São Paulo: Editora Braziliense, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva et al. Imigrantes Açorianos e seus descendentes no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul: processo histórico envolvendo movimentações e práticas socioculturais. **Revista Signos**, Lajeado, ano 37, n. 2, p. 104-123, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo Caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural Amazônico. **Novos cadernos NAEA**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 5-32, 1999.

LORENZI, Harri; SOUZA, Hermes Moreira de; TORRES, Mario Antonio Virmond; BACHER, Luis Benedito. **Árvores exóticas no Brasil**: madeireiras, ornamentais e aromáticas. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2003. 368 p.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2001.

MAPA da Colônia Guaporé. A colônia Guaporé, o porto fluvial de Muçum e as companhias de navegação: nordeste do RS – 1982-1950. In: TEDESCO, João C; NEUMANN, Rosane M. (Org.). **Colonos, colônias e colonizadoras**: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Porto Alegre: Letra & Vida, p. 217- 245, 2015.

MAPA que abrange a Microrregião Oeste do Vale do Taquari e a atuação das companhias colonizadoras. Adaptação a partir do mapa Karam. In: KARAM, Elaine Maria Consoli. **Raízes da Colonização**: em destaque a Colônia Guaporé e o município de Dois Lajeados. Porto Alegre: CORAG, p. 68, 1992.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, p. 174-213, 2003.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi et al. Agricultura familiar, conselhos municipais de desenvolvimento rural e políticas públicas no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. In: TONNEAU, Jean Pilippe; SABOURIN, Eric (Org.). **A agricultura familiar**: interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, p. 57-80, 2007.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007.

MOLON, Floriano. O significado dos carreteiros na economia da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luís A. (Org.). **Presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, v. 2, p. 506-507, 1990.

MOREIRA, Márcio Borges et al. Cultura e práticas culturais. In: MOREIRA, Márcio Borges (Org.). **Comportamento e práticas culturais**. Brasília, DF. Instituto Walden4, p. 14-24, 2013. Disponível em: <http://www.walden4.com.br/livros/w4/pdf/iw4_moreira_2013_1ed_oq.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio (Org.). **RS: Imigração e Colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 91-112, 1996.

MULLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 358-402, 1979.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: **Estudos avançados**, [S.l.], v. 68, n. 24, 2010.

PARÓQUIA Nossa Senhora Auxiliadora. **Figura – Zeladoras das capelinhas no dia da Festa de 50 anos da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora – 1989**. Auxiliadora, 1989. 1 fotografia.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PESAVENTO, Sandra. RS: **Agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PILS, Ingeborg; PALLMER, Stefan. **Itália: o país e sua cozinha**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.

PINSETTA, Ana Paula. **Os limites do Vale do Taquari: o antigo porto de Muçum**. 2010. 76 f. Monografia (Graduação) – Curso de História, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2010.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349 p.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTAL DO VALE DO TAQUARI. **Barra do Guaporé vence os Jogos Rurais**. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://www.cicvaledotaquari.com.br/portal/index.php/barra-do-guapore-vence-os-jogos-rurais/>>. Acesso em: 12 set. 2015.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUES DE SOUZA. **Campeonato de bocha teve rodada sábado**. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://www.marquesdesouza.rs.gov.br/noticias.php?acao=VerNoticia&id=195&categoria=17>>. Acesso em: 13 set. 2015.

REGISTRO de Casamentos. **Anos 1920-1932**. Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, Município de Progresso, n. 626, [s/d]. p. 36-84.

REGISTRO DE IMÓVEIS. Transcrição de Immoveis nº 3, ano 1894. **Quatro colônias de terras**, n. 530, 24 mar. 1898. p. 119.

REGISTRO DE IMÓVEIS. Transcrição de Immoveis nº 3B, ano 1906. **Duas e meia colônias de terras nº 7, 8, 9 no Travesseiro**, n 1446, 23 nov. 1906. p. 51.

REGISTRO DE IMÓVEIS. Transcrição de Immoveis nº 3B, ano 1910. **Município de Lajeado, 3º distrito – Fão**, n. 1826, 17 nov. 1910. p. 64.

RELLY, Eduardo. **Floresta, capital social e comunidade: imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)**. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – UNIVATES, Lajeado, 2013.

RIZZON, Luiz Antenor; MIELE, Alberto; MENEGUZZO, Júlio. Avaliação da uva cv. Isabel para a elaboração de vinho tinto. **Ciência Tecnológica Alimentícia**, [S.l.], v. 20, n.1, p. 115-121, 2000.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANDRI, Arlindo. **Meu pé de Louro: uma janela aberta para Três Saltos e Travesseiro**. 1. ed. Lajeado, 2013.

SANTOS, José Vicente Tavares. Cantineiros e colonos: a indústria de vinho no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (Orgs.) **RS: imigração e colonização**. 2. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 150-156, 1996..

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano 1, n. 1, p. 1-14, jul. 2009.. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2015.

SCHIERHOLT, Jose Alfredo. **Estrela: ontem e hoje**. 2. ed. Lajeado: O autor, 2002.

SOFFIATI, Arthur. Algumas palavras sobre uma teoria da eco-história. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.l.]: Editora UFPR, n. 18, p. 13-26, jul./dez., 2008.

SORJ, Bernardo; POMPERMAIER, Malori J.; CORADINI, Odacir Luiz. **Camponeses e Agroindústria: Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Centro e Pesquisas Sociais, 2008.

SOUZA, A. et al. Avaliação do impacto da exposição a agrotóxicos sobre a saúde de população rural. Vale do Taquari (RS, Brasil). **Ciência e Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 16, n. 8, p. 3519-3528, 2011.

SPADOTTO, Cláudio A. et al. **Monitoramento do risco ambiental de agrotóxicos: princípios e recomendações**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. 29 p. (Documentos, 42).

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Usos de memória**. Política, educação e identidade. Passo

Fundo: UPF, 2002.

TERHORST, Karin Inês Lohmann; SCHMITZ, José Antônio Kroeff. De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores do Vale do Taquari. In: MENASCHE, Renata (Org.) **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 100-120, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, p. 77-98, 1988.

TRIVINUS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TROMBINI, Janaíne; KREUTZ, Marcos. **Mapa com áreas de colonização no Vale do Taquari**. Adaptação a partir do mapa do acervo do Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari. Lajeado: Univates, 2015.

_____. **Mapa com a localização das Microrregiões do Vale do Taquari**. Adaptação a partir do mapa do acervo do Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural na Região Vale do Taquari. Lajeado: Univates, 2015.

VEDOY, Moisés Ilair Blum. **Contatos interétnicos: sesmeiros, fazendeiros, imigrantes alemães e indígenas Kaingang em territórios das bacias hidrográficas do Taquari-Antas e Caí**. 2015. 100 f. Monografia (Graduação) – Curso de História, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2015.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: Para uma perspectiva agroecológica na história. In: **Ambiente e Sociedade**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 23-44, jan./jul. 2003.

_____. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e imigração italiana: capuchinhos de Sabóia, um contributo para a igreja no rio Grande do Sul (1895 –1915)**. Porto Alegre: PUCRS, 1975.

ZANETTI, Cândida. **Sabores e Saberes: hábitos e práticas alimentares entre famílias rurais descendentes de Imigrantes Italianos na Região do Vale do Taquari/RS**. 155 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina Zanini. **A Família como Patrimônio: A Construção de Memórias entre Descendentes de Imigrantes Italianos**. Campos, v. 5, n. 1, p. 53-67, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de bloco temático com questões semi estruturas para entrevistas

Bloco 1: Contexto histórico familiar

- 1) Há quantas gerações a família trabalha com a agricultura e/ou pecuária?
- 2) Vocês lembram a origem de seus antepassados? De onde vieram? Como chegaram?
- 3) As terras ocupadas e utilizadas atualmente são propriedade da família há quanto tempo?
- 4) Em relação às práticas que vocês utilizam hoje, elas foram passadas pelos familiares ou foram adquiridas com outras pessoas?

Bloco 2: Cultura e relações interétnicas

- 5) O senhor(a) se lembra dos tempos de infância, como era para ir na escola, como era o comércio, as relações entre os vizinhos e a comunidade?
- 6) Comparando os tempos antigos com a atualidade o senhor percebe muitas mudanças? Como você vê as mudanças que ocorreram (bairro, na cidade, na região)?
- 7) Vocês lembram como eram as capelas e igrejas? Como isso continua hoje? São católicos e participam da comunidade?
- 8) Como eram as relações entre os alemães, italianos, portugueses (açorianos), etc?
- 9) No local em que sua família estabeleceu-se inicialmente era falado em dialeto específico ou era local com famílias miscigenadas (com famílias de descendentes de portugueses, italianos, alemães, indígenas, negros...)?

Bloco 3: História Ambiental e relações com o Meio Ambiente

- 10) Vocês lembram como eram os preparos com a terra e as produções no tempo dos seus antepassado? E nos tempos mais recentes como é?
- 11) Com a crescente industrialização do Vale do Taquari, como o senhor classificaria o desenvolvimento da agricultura na região?
- 12) Na sua opinião, quais as principais mudanças que ocorreram na agropecuária da região? E no meio ambiente?
- 13) Na sua opinião, o que se pode fazer para resolver os problemas ambientais?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

Eu, _____, aceito participar com fornecimento de informações para o Projeto de Pesquisa “A Colonização Italiana e seus descendentes na Microrregião Oeste do Vale do Taquari: história ambiental e elementos culturais”, do Centro Universitário UNIVATES, da mestrandia Janaíne Trombini e orientado pelo professor Dr. Luís Fernando da Silva Laroque. O objetivo do trabalho, considerando o contexto da imigração italiana no Rio Grande do Sul, é analisar aspectos relacionados à história ambiental e traços culturais dos italianos e de seus descendentes na Microrregião Oestes da Região Vale do Taquari.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre Esclarecido declaro como entrevistado(a) a concordância em participar desta pesquisa e de uma possível continuidade da mesma, após ser informado de forma clara e detalhada dos propósitos e justificativa do projeto, bem como dos procedimentos relacionados ao levantamento dos dados. A participação dar-se-á através de informações que serão fornecidas no momento da visita à propriedade, previamente agendada, por meio de entrevistas gravadas e registro fotográfico. Estou ciente de que o único possível desconforto será o tempo que disponibilizarei para a realização do levantamento de dados e que poderei solicitar esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, tendo a liberdade de recusar-me à participar ou de retirar o meu consentimento a qualquer momento. Minha participação é feita por um ato voluntário, o que me deixa ciente de que a pesquisa não me trará qualquer apoio financeiro, dano ou despesa e que as informações contidas nas entrevistas e os resultados do estudo podem ser utilizados para fins de publicação e divulgação em eventos e revistas científicas, tendo a garantia de sigilo que assegure a privacidade.

Este termo será assinado em duas vias, sendo que uma ficará com o (a) entrevistado e a outra em posse dos pesquisadores.

Data ___/___/_____

Nome do entrevistado(a)

Assinatura do entrevistado(a)

Nome do entrevistador

Assinatura do entrevistador

Telefone: